

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Rosana Baeninger

**Região, Metrópole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas
Migrações Recentes – Brasil, 1980-1996**

Tese de Doutorado apresentada
ao Departamento de Sociologia
do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da
Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação da
Profª. Dra. Neide Lopes Patarra.

Agosto/1999

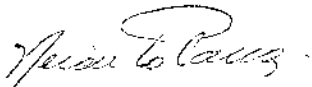
ROSANA APARECIDA BANENINGER

Região, Metrópole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes - Brasil, 1980-1996

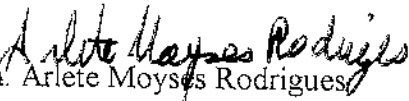
Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profª. Dra. Neide Lopes Patarra.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 09/08/1999

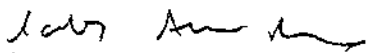
BANCA



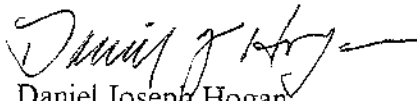
Profª. Dra. Neide Lopes Patarra



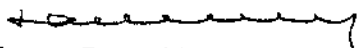
Profª. Dra. Arlete Moyses Rodrigues



Prof. Dr. Carlos Américo Pacheco

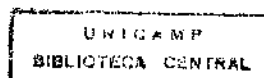


Prof. Dr. Daniel Josefa Hogan



Prof. Dr. Fausto Reynaldo Alves de Brito

Agosto/99



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
V.	Ex.
TOMBO BC/	38792
PROC.	229/99
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	30/09/99
N.º CPD	

CM-00126218-1

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

B 144 r **Baeninger, Rosana**
Região, metrópole e interior : espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes – Brasil 1980-1996 / Rosana Baeninger. - - Campinas, SP : [s. n.], 1999.

Orientador: Neide Lopes Patarra.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração - Brasil. 2. Urbanização. 3. Migração interna – Brasil – 1980-1996. I. Patarra, Neide Lopes. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

A

Luciano e Henrique

Agradecimentos

À Prof. Neide Patarra pela dedicação na orientação, pela confiança que sempre depositou em minha trajetória e pelo carinho e afetividade presentes no encerramento deste trabalho.

Ao Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, instituição que me acolheu, faço um agradecimento especial. À Dra. Elza Berquó e à Prof. Maria Coleta F. A. de Oliveira pelo apoio e estímulo que sempre me deram. Ao Prof. Daniel Hogan pelo incentivo, pelas sugestões no trabalho e por priorizar a realização desta tese, oferecendo todas as condições para sua elaboração.

Aos colegas do NEPO, que sempre muito solidários compartilharam e torceram para que esta tese estivesse pronta logo. Agradeço, especialmente, ao Prof. José Marcos Pinto da Cunha pelo aprendizado, entusiasmo e colaboração. À Maria Isabel Baltar, Suzana Cavenaghi, Elisabete Bilac, Maria Sílvia Bassanezzi, Roberto do Carmo e Tirza Aidar pelo incentivo manifestado no decorrer deste trabalho.

À Mayra P. da Cunha por sua amizade sincera e por suas palavras seguras, nos momentos de difícil conciliação entre as surpresas da maternidade e a vida acadêmica.

À Gislaíne Fonsechi Carvasan pela generosidade com que me acompanhou nesses meses, sempre disposta a resolver os problemas com as tabulações dos dados e com a diagramação do texto; pude também contar com sua compreensão, dedicação, estímulo e grande amizade nessa etapa final.

À Maria Ivonete Teixeira, nossa secretária no Pronex, que, sempre muito disposta, manifestou seu apoio, solidariedade e carinho.

À Adriana Fernandes, bibliotecária do nosso Centro de Documentação no NEPO, que auxiliou na revisão das citações bibliográficas. Agradeço ainda ao setor de informática do NEPO e aos demais funcionários de maneira geral.

Vários foram os bolsistas com que trabalhamos no decorrer deste estudo; recentemente envolvidas estiveram Fernanda Moraes e Patrícia Pasquali que me auxiliaram competentemente. Ao Rui Komi agradeço pelas tabulações iniciais e ao Paulo, Carmem e Fabiana pela rápida revisão.

Aos colegas do Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (NESUR-IE/UNICAMP) pela participação nos projetos conjuntos, propiciando importantes discussões para este trabalho.

Dentre os colegas doutorandos, Claudia Antico e René Decol, estiveram mais próximos, estimulando a realização do trabalho.

Aos colegas do Departamento de Sociologia do IFCH/UNICAMP, em especial ao Prof. Márcio Naves e ao Prof. Fernando Lourenço, que foram sensíveis a essa situação de estrangulamento dos prazos para a entrega da tese, apoiando e buscando soluções para que eu encontrasse as condições mais favoráveis para encerrá-la.

À Marta Rovey pela preocupação, carinho e companheirismo demonstrados ao longo desse processo.

Aos meus pais, Richard e Lydia, que estiveram ainda mais presentes, e minha família que, sempre alegres, colaboraram para diminuir as dificuldades deste momento.

À “titi” Fátima que me substituiu de maneira carinhosa nos cuidados com o Henrique.

Ao Luciano e ao Henrique, meus dois amores, que sempre souberam expressar a compreensão deste momento com sorrisos e brincadeiras. O Henrique tentava sentar quando comecei a redigir esta tese; agora, com um ano e dois meses, ele já anda... sozinho.

SUMÁRIO

Apresentação	i-iv
 Capítulo 1 – Panorama Recente das Migrações entre as Grandes Regiões do Brasil	
 1.1. Situação Migratória Inter-regional	03
1.2. Fluxos Migratórios Interestaduais: regiões ganhadoras e regiões perdedoras	11
 Capítulo 2 – Migrações Interestaduais no Brasil: anos 80 e 90	
 2.1. Expansão dos Espaços da Migração	
2.1.1. Breve retrocesso: a emergência de novas tendências nos anos 80	27
2.1.2. A importância das migrações interestaduais do período 1981-1991	32
2.1.3. Os contextos intra-regionais e inter-regionais: 1986-1991 e 1991-1996	42
 2.2. Rumo à Metrópole, à Capital ou ao Interior	
2.2.1. Principais fluxos nos anos 80	61
2.2.2. Tendências recentes: quem ganha e quem perde	67

Capítulo 3 – São Paulo no Contexto dos Movimentos Migratórios Interestaduais

3.1. As Migrações segundo Grandes Regiões	74
3.2. Fluxos Migratórios com os Estados Brasileiros: 1986-1991 e 1991-1996	84
3.3. Região Metropolitana e Interior	
3.3.1. Crescimento Populacional: 1970-1996	89
3.3.2. Espaços da Migração em São Paulo	93
3.4. Quem Chega e Quem Sai	110

Capítulo 4 – Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores na Dinâmica Migratória Paulista

4.1. Urbanização e Distribuição da População no Estado: retrospectiva	120
4.2. A Metrópole Paulistana como Espaço Perdedor	129
4.3. Novas Territorialidades: consolidação e emergência de pólos regionais no Interior	
4.3.1. Crescimento da população no Interior e a nova realidade regional	142
4.3.2. O comportamento migratório nas diversas regiões do Estado	148
4.3.3. Movimentos migratórios nos pólos regionais e subcentros da migração em São Paulo	165
4.3.4. Os migrantes metropolitanos para os pólos regionais	169
4.4. Dinâmica Regional e Atração Migratória	173
Considerações Finais	183

Referências Bibliográficas

Anexos

Apresentação

As migrações internas no Brasil, nas últimas décadas, foram marcadas por expressivas alterações em sua dinâmica, que se refletem nas novas especificidades e tendências do processo de distribuição espacial da população. A menor pressão dos grandes movimentos rurais para os centros urbanos de maior porte e o próprio patamar em que se encontra o processo de urbanização vêm contribuindo para a predominância do movimento urbano-urbano, onde emergem e reforçam variadas modalidades de deslocamentos populacionais. Ao lado dos tradicionais fluxos migratórios passam também a sobressair outras direções - movimentos de curta distância, movimentos de retorno, movimentos intra-regionais - e dimensões da migração, em particular a espacial, como elemento explicativo e determinante do fenômeno migratório¹.

Nesse sentido, este trabalho busca inserir-se no debate atual acerca dos processos migratórios e de distribuição espacial da população², procurando a partir de uma visão conjunta das tendências nacionais aprofundar o caso de São Paulo; espaço onde se pode avançar em dimensões explicativas desses processos. A articulação das dimensões ancoradas no tripé distribuição da população, economia regional e dinâmica espacial constituem o enfoque aqui adotado³.

Nesse sentido, objetivou-se apontar que as alterações nas diferentes intensidades e

¹ A inserção da problemática migratória no âmbito interdisciplinar remete ao debate a respeito das novas configurações urbanas no processo de reestruturação produtiva; este tema foi tratado no exame de qualificação, no documento intitulado "Reestruturação urbana: algumas considerações sobre o debate atual", IFCH/UNICAMP, dezembro de 1998.

² Os clássicos estudos sobre as migrações internas no Brasil datam principalmente dos anos 70, destacando-se Singer (1973), Lopes (1973), Balán (1974), Lopes e Patarra (1975), Graham e Holanda (1980), além desses procura-se dialogar, particularmente, com as contribuições mais recentes, onde constam os trabalhos de Martine (1984, 1987, 1994), Martine e Carvalho (1989), Brito (1997), Cunha (1999) e Pacheco e Patarra (1998).

³ Os estudos anteriores já buscavam apreender os movimentos migratórios a partir dessa articulação, que ofereceram insumos para a elaboração tanto da dissertação de mestrado quanto da tese de doutorado; nesse sentido, foram particularmente importantes as participações nos recentes projetos de pesquisa: "Migrações, Emprego e Projeções Demográficas para o Estado de São Paulo: pesquisa regional por amostra domiciliar" (NEPO/NESUR-UNICAMP); "Tendências da Urbanização e do Crescimento Populacional Brasileiro: população em idade escolar: 1991-2000" (NESUR-IE/UNICAMP), "Caracterização e Tendências da Rede Urbana Brasileira" (NESUR-IE/UNICAMP), "Mobilidade e Redistribuição Espacial da População no Estado de São Paulo: características recentes, padrões e impactos no processo de urbanização" (NEPO/UNICAMP); e no, atualmente em desenvolvimento, "Distribuição Espacial da População e Meio Ambiente: São Paulo e Centro Oeste" (NEPO/UNICAMP).

espacialidades que envolvem os movimentos migratórios marcam as características recentes do processo de distribuição espacial da população no País. Essas transformações, no entanto, nem sempre são apreendidas no âmbito das tendências mais gerais⁴, necessitando de estudos que aprofundem situações específicas.

As tendências recentes dos movimentos migratórios no Brasil têm suscitado análises que, mesmo com diferentes maneiras de interpretar o fenômeno, indicam, de modo geral, a partir dos anos 80, a inflexão no crescimento metropolitano, o aumento nas migrações de curta distância, a importância da migração de retorno, o esgotamento da migração para as fronteiras agrícolas, a diminuição no ímpeto das migrações inter-regionais. Esteve ainda presente, no debate, os possíveis efeitos migratórios advindos do processo de desconcentração das atividades econômicas e da crise econômica dos anos 80.

Tendo presente essas mudanças e tendências, a questão que norteou este trabalho baseou-se na reflexão da *espacialização dos movimentos migratórios*. Com essa preocupação foi possível apreender processos recentes da dinâmica migratória, que se manifestam desde contextos mais amplos – como as Grandes Regiões e suas dinâmicas internas – até os pólos regionais, no Interior de São Paulo. As migrações adquirem novo significado na perspectiva das “regiões ganhadoras” e “regiões perdedoras” de população.

A classificação das áreas segundo esses critérios foi ancorada nos dados censitários para o período 1981-1991 e 1986-1991 e na Contagem da População de 1996, para o período 1991-1996, que permitiu avançar nas dimensões descritivas e explicativas dos movimentos migratórios. As ‘ferramentas’ utilizadas para essa classificação baseou-se nas trocas migratórias entre as áreas⁵, no Índice de Eficácia Migratória⁶ e no Índice de Reposição Populacional⁷; indicadores que favorecem uma maior aproximação do conhecimento da dinâmica migratória nas áreas em termos de entradas, saídas, retenção ou expulsão de migrantes.

⁴ Em função até do próprio recorte geográfico que se utiliza nas análises, uma vez que – principalmente no caso das Grandes Regiões – tenderá a predominar os movimentos migratórios tradicionais, reforçando o caráter da concentração da migração; esse é o caso, particularmente, do fluxo Nordeste-Sudeste.

⁵ Que corresponde à diferença entre a imigração e emigração entre duas áreas.

⁶ Refere-se à potencialidade migratória de determinada área em termos de absorção ou evasão de população (imigração-emigração)/(imigração+Emigração), variando de -1 a +1.

⁷ Indicador que sintetiza o número de entradas de migrantes em relação ao número de saídas (imigração/emigração)

Para o recorte Grandes Regiões e Estados, a montagem do Índice de Eficácia Migratória ficou assim definido:

- 0,51 a -1,00: área de forte evasão migratória.
- 0,30 a -0,50: área de média evasão migratória.
- 0,01 a -0,29: área de baixa evasão migratória.
- 0,00 a 0,09: área de rotatividade migratória.
- 0,10 a 0,29: área de baixa absorção migratória.
- 0,30 a 0,50: área de média absorção migratória.
- 0,51 a 1,00: área de forte absorção migratória.

Para o recorte referente ao Estado de São Paulo foi necessário uma nova classificação deste índice, em função dos menores volumes migratórios no âmbito intra-estadual, a saber:

- superior a 0,30: áreas de forte absorção migratória
- 0,30 a 0,20 : áreas de média absorção migratória
- 0,19 a 0,10 : áreas de baixa absorção migratória
- menor que 0,10: áreas de rotatividade migratória

Como recurso metodológico, para a análise dos processos migratórios, partiu-se de um nível mais agregado - as Grandes Regiões -, que propiciou um panorama descritivo e sistematizado sobre os movimentos migratórios para os períodos 1981-1991, 1986-1991 e 1991-1996, utilizando ainda as informações da PNAD de 1995 para mensuração dos movimentos de retorno, no período 1990-1995, como apresentado no Capítulo 1.

A própria análise empírica da migração, no contexto dessas Regiões, evidenciou a importância de se considerar separadamente os fluxos migratórios inter-regionais e os intra-regionais, bem como os destinos migratórios: metropolitanos ou não-metropolitanos, analisados no Capítulo 2. Nesse momento de análise, o espaço surge como dimensão relevante enquanto elemento diferenciador do fenômeno. Esse capítulo é particularmente importante no eixo norteador do presente estudo. Em primeiro lugar, fica evidenciado a herança dos processos altamente concentradores vigentes até os anos 80, cujos efeitos cumulativos marcam os espaços metropolitanos, apesar das inflexões observadas a partir de então; em segundo lugar, as evidências empíricas sistematizadas dão suporte à uma formulação básica, qual seja: a expansão

dos espaços da migração; em terceiro lugar, o procedimento metodológico adotado, de analisar as trocas migratórias, o Índice de Eficácia Migratória e o Índice de Reposição, enriquece-se na presente análise na medida que possibilita caracterizar a potencialidade migratória das áreas, dando novos significados aos fatores de atração e de expulsão, às áreas de origem e de destino dos fluxos migratórios.

Nos capítulos seguintes, progressivamente, caminhou-se para uma tentativa de explicação dos fenômenos observados. O entendimento dos processos migratórios em São Paulo necessitou da análise de sua inserção nas migrações internas do País, em anos recentes, como tratado no Capítulo 3. Já nesse Capítulo, evidenciou-se o novo papel da Região Metropolitana de São Paulo no processo de distribuição espacial da população, com o ‘encolhimento’ do núcleo metropolitano na absorção migratória nacional.

O Capítulo 4, finalmente, aborda os processos migratórios internos ao Estado de São Paulo, onde a cidade de São Paulo se reforça como “espaço perdedor” nas migrações recentes e as novas territorialidades, presentes no Interior, manifestam, de maneira mais contundente, a expansão dos espaços da migração.

Capítulo 1

Panorama Recente das Migrações entre as Grandes Regiões do Brasil

Os processos de urbanização e distribuição espacial da população brasileira foram marcados por enormes volumes migratórios, alocando e realocando população ao longo, principalmente, dos últimos cinquenta anos. Esse fenômeno da dinâmica demográfica contribuiu para profundas transformações estruturais na sociedade brasileira, destacando sua importante contribuição na passagem para uma sociedade urbano-industrial¹; a própria configuração do fenômeno migratório, por sua vez, foi decorrente e assumiu características distintas nas várias etapas de desenvolvimento econômico-social do País.

As tendências gerais dos deslocamentos populacionais no Brasil, ocorridos desde os anos 30 até a década de 70, esteve ancorada, basicamente, nos seguintes eixos: na enorme transferência de população do meio rural para o urbano que, refletindo as distintas etapas do processo de desenvolvimento, contribuiu para o esvaziamento do campo; nas migrações com destino às fronteiras agrícolas; no intenso fenômeno da metropolização e na acentuada concentração urbana.

Algumas dessas características, no entanto, já haviam se alterado durante o período 1970-1980. Destaca-se, particularmente, o esgotamento dos deslocamentos com destino às fronteiras agrícolas - já a partir dos anos 60, nas fronteiras do Paraná e do Centro-Oeste, e na Amazônia, na primeira metade dos anos 80 (Martine, 1987) -, bem como dos grandes movimentos migratórios do campo para as cidades que predominaram desde 1930². Nos anos 70 iniciava-se a intensificação dos deslocamentos populacionais do tipo urbano-urbano³, principalmente aqueles

¹ Veja-se Singer (1973); Lopes (1973); Lopes e Patarra (1975); Cano (1977); Graham e Holanda (1980); Faria (1991), dentre outros.

² O menor estoque populacional nas áreas rurais, tanto pelo próprio êxodo rural quanto pela queda da fecundidade no campo, contribuiu para a diminuição no volume dos fluxos rurais-urbanos. Conquanto essas transformações na dinâmica demográfica tenham significativo peso nessa redução, deve-se considerar que a retenção desse fluxo rural no meio urbano do mesmo município, independente de seu porte, também colaborou para a diminuição nesse contingente migratório em direção às grandes cidades.

³ Nesse período, o fluxo urbano-urbano passou a responder por 46,7% dos movimentos migratórios intermunicipais no País, enquanto ao rural-urbano correspondia 54,2% e ao rural-rural, 32,1% do total. *Apud* Cunha (1999)

intrametropolitanos, reforçando as vertentes da metropolização e da concentração da população em aglomerações de maior porte.

O cenário da distribuição espacial da população brasileira a partir dos anos 60, segundo Martine e Camargo (1984), foi movido por forças centrífugas, com a expansão populacional (migrações inter-regionais) rumo às áreas de fronteiras, e por forças centrípetas, com a migração rural-urbana em direção às grandes cidades do Sudeste, particularmente para a Região Metropolitana de São Paulo⁴. Já, no bojo desta bipolaridade, fazia-se notar as forças de reforço à concentração, com a emigração das áreas de fronteiras agrícolas em direção às cidades maiores. Nesse contexto, a urbanização nacional operava-se em moldes cada vez mais concentradores, levando ao estabelecimento de um processo de distribuição da população que tendia a privilegiar os grandes centros urbanos do Sudeste.

No entanto, as forças centrífugas, resultantes da força de atração exercida pelas fronteiras agrícolas, já haviam acentuado sua perda de importância nos anos 70⁵, muito embora seus desdobramentos tenham ainda se refletido, nos anos 80 e início dos 90, nos movimentos migratórios⁶. Já as forças centrípetas, em especial a exercida pela metrópole de São Paulo, arrefeceram a partir dos anos 80, porém não desapareceram⁷. Compondo um movimento mais amplo de distribuição populacional, a Região Metropolitana de São Paulo, ao mesmo tempo que ainda se mantém como o maior centro de recepção migratória, passou também a se destacar pela importância de seu volume emigratório em nível nacional, emprestando recentes características ao processo de distribuição espacial da população e redefinindo alguns aspectos da migração interna.

No âmbito dos movimentos migratórios entre as Grandes Regiões – como apresentado a seguir – o início dos anos 90 tendeu a consolidar as transformações na dinâmica migratória brasileira, com o fortalecimento de duas vertentes complementares do atual processo de distribuição espacial da população: de um lado, a continuidade da centralidade do Sudeste no

⁴ Em Pacheco e Patarra (1998) encontra-se uma resenha sobre as migrações internas e industrialização no Brasil.

⁵ Em Martine (1987) encontra-se a evolução e declínio das áreas de fronteira no Brasil.

⁶ Como será visto nos Capítulos 1 e 2 deste estudo.

⁷ Esta questão é abordada nos Capítulos 3 e 4.

processo migratório nacional, bem como de seu expressivo refluxo populacional aos estados de nascimento; de outro lado, o prosseguimento da redução no ímpeto das migrações de longa distância.

1.1. Situação Migratória Inter-regional⁸

A década de 80 e o início dos anos 90 foram caracterizados pela diminuição no ritmo de crescimento da população brasileira em seu conjunto e pela manifestação de novas formas de distribuição espacial; de uma taxa de crescimento populacional de 2,5% a.a., no período 1970-1980, o País passou a registrar uma taxa de 1,9% a.a., entre 1980-1991, baixando para 1,4% a.a., no período 1991-1996. De modo geral, observou-se uma queda na taxa de crescimento da população em todas as regiões brasileiras, devido, em parte, ao declínio da fecundidade que já vinha se manifestando, embora diferencialmente, para o conjunto do País, a partir de 1970. A análise desagregada dos espaços regionais aponta também importantes alterações na dinâmica migratória (Tabela 1), resultando em decréscimos consideráveis nas taxas de crescimento da população⁹.

Os movimentos migratórios inter-regionais¹⁰ envolveram 6.795.926 pessoas no período 1981-1991¹¹, a Região Sudeste concentrou 41,0% dessa imigração (2.783.820 pessoas) e, em contrapartida, o Nordeste respondeu por 38,9% da emigração entre as regiões (2.643.184 pessoas). Ainda que os estoques populacionais sejam diferenciadas por Região, é interessante observar os números que envolvem o fenômeno migratório: o Nordeste registrou uma imigração superior (1.115.396 pessoas) à Região Norte (1.030.628 pessoas), que neste período ainda se

⁸ Neste capítulo, os movimentos migratórios inter-regionais referem-se àqueles estabelecidos entre as Grandes Regiões do País, não se considerando, portanto, as migrações ocorridas entre os estados de uma mesma Região.

⁹ No Anexo 1 pode-se verificar as taxas de crescimento da população segundo situação de domicílio para as Regiões brasileiras de 1970 a 1996.

¹⁰ Refere-se às pessoas que declararam no Censo Demográfico de 1991 ter mudado, pelo menos uma vez, de UF no período 1981-1991 (inclui não-natural e retorno) e ter se dirigido para um Estado pertencente a outra Grande Região; portanto não computa a migração entre os estados de cada Grande Região (migração intra-regional).

¹¹ Os dados referentes a migração dizem respeito ao período 1981-1991, pois considera-se como migrante a população residente há menos de 10 anos no município atual.

configurava como área de atração populacional, sendo o volume da imigração nordestina não muito distante do verificado para a Região Centro-Oeste (1.265.834 pessoas), a qual já modernizava sua frente de expansão, constituindo-se em região de recepção migratória neste período.

Tabela 1

Movimento Migratório Inter-Regional⁽¹⁾

Grandes Regiões - Brasil

1981-1991⁽²⁾, 1986-1991 e 1991-1996⁽³⁾

Grandes Regiões	1981-1991						
	Imigrantes	%	Emigrantes	%	Trocas Migratórias	Índice	
						Eficácia Migratória (4)	Reposição (5)
Norte	1.030.628	15,17	500.838	7,37	529.790	0,35	2,06
Nordeste	1.115.396	16,41	2.643.184	38,89	-1.527.788	-0,41	0,42
Sudeste	2.783.820	40,96	1.793.237	26,39	990.583	0,22	1,55
Sul	600.248	8,83	1.097.389	16,15	-497.141	-0,29	0,55
Centro-Oeste	1.265.834	18,63	761.278	11,20	504.556	0,25	1,66
Total	6.795.926	100,00	6.795.926	100,00	-	-	-

(Continua)

Grandes Regiões	1986-1991						
	Imigrantes	%	Emigrantes	%	Trocas Migratórias	Índice	
						Eficácia Migratória	Reposição
Norte	408.516	12,66	277.298	8,60	131.218	0,19	1,47
Nordeste	477.915	14,81	1.354.449	41,99	-876.534	-0,48	0,35
Sudeste	1.426.934	44,23	786.796	24,39	640.138	0,29	1,81
Sul	285.264	8,84	470.655	14,59	-185.391	-0,25	0,61
Centro-Oeste	627.286	19,45	336.717	10,44	290.569	0,30	1,86
Total	3.225.915	100,00	3.225.915	100,00	-	-	-

(Continua)

Grandes Regiões	1991-1996						
	Imigrantes	%	Emigrantes	%	Trocas Migratórias	Índice	
						Eficácia Migratória	Reposição
Norte	310.370	11,60	249.526	9,33	60.844	0,11	1,24
Nordeste	384.291	14,37	1.237.023	46,24	-852.732	-0,53	0,31
Sudeste	1.219.899	45,60	622.009	23,25	597.890	0,32	1,96
Sul	254.718	9,52	285.228	10,66	-30.510	-0,06	0,89
Centro-Oeste	505.884	18,91	281.376	10,52	224.508	0,29	1,80
Total	2.675.162	100,00	2.675.162	100,00	-	-	-

Notas: (1) Nesses volumes não se considera a migração ocorrida entre as UF's da mesma Região nos respectivos períodos.

(2) Pessoas com menos de 10 anos de residência na UF atual (exclui Brasil sem especificação, ignorado e país estrangeiro). Inclui não-natural e retorno.

(3) Refere-se à informação sobre UF de residência 5 anos antes do levantamento censitário de 1991 e da Contagem de População de 1996; as informações correspondem apenas às pessoas com mais de 5 anos de idade.

(4) Indicador que sintetiza a potencialidade de absorção migratória de determinada área, variando de -1 a +1

(5) Refere-se ao número de imigrantes dividido pelo número de emigrantes; este índice sintetiza a relação entre entradas e saídas de migrantes de uma área.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP) e Contagem da População de 1996.

No caso do Nordeste, o responsável por esse volume de imigrantes, na década, foi principalmente o movimento de refluxo populacional em direção aos estados de nascimento: 56,6% de seus imigrantes eram de retorno¹², dos quais a maior parte oriunda do Sudeste. Esse movimento de retorno teve importante papel, nos anos 80, no movimento emigratório nacional entre as Grandes Regiões¹³, onde o Sudeste registrou em sua emigração total, 37,8% de migrantes de retorno aos seus estados de nascimento (Tabela 2); do total desse movimento, que envolveu 678.090 emigrantes, no período 1981-1991, 461.090 pessoas foram para o Nordeste, o que correspondeu a 68,0% do total da emigração do Sudeste para aquela região¹⁴.

Esse movimento de entradas e saídas regionais, nos anos 80, principalmente entre Nordeste e Sudeste, contribuiu para diminuir a complementaridade migratória entre essas regiões, comportando-se a Região Sudeste como *área de baixa absorção migratória*¹⁵, juntamente com o Centro-Oeste, enquanto o Norte encontrava-se como *área de média absorção migratória*, e as regiões Nordeste e Sul representavam *áreas de evasão populacional*¹⁶.

No período 1986-1991 e 1991-1996¹⁷, entretanto, algumas modificações nos processos migratórios entre as Grandes Regiões já podiam ser vislumbradas; dentre elas, a continuidade na

¹² Refere-se às pessoas que voltaram às UF's de nascimento no período 1981-1991; embora não seja a definição exata de migrante de retorno (este retornaria ao município de nascimento), essa definição permite a comparação com informações da PNAD 1995, única fonte de informação onde é possível analisar esse movimento nos anos 90.

¹³ A utilização apenas dos fluxos migratórios (entradas) podem gerar análises distorcidas do fenômeno; assim o entendimento da situação migratória passa tanto pelos seus movimentos de imigração quanto de emigração.

¹⁴ O estudo de Ribeiro (1997), aponta que esse retorno é muito mais expressivo quando se consideram os familiares que participam desse movimento como não-naturais; ou seja o "efeito indireto" dessa migração de retorno.

¹⁵ Pode-se classificar as Regiões e Estados brasileiros de acordo com o Índice de Eficácia Migratória (IEM), que corresponde a $(\text{Imigração} - \text{Emigração}) / (\text{Imigração} + \text{Emigração})$ resultando num indicador que sintetiza a potencialidade da área em termos de absorção ou evasão populacional. Assim, nesse estudo, considera-se o IEM de:

- 0,51 a -1,00: área de forte evasão migratória.
- 0,30 a -0,50: área de média evasão migratória.
- 0,01 a -0,29: área de baixa evasão migratória.
- 0,00 a 0,09: área de rotatividade migratória.
- 0,10 a 0,29: área de baixa absorção migratória.
- 0,30 a 0,50: área de média absorção migratória.
- 0,51 a 1,00: área de forte absorção migratória.

¹⁶ O Sudeste registrava IEM de 0,22; o Centro-Oeste de 0,25; o Norte de 0,35. Já no Nordeste era de -0,41 e no Sul, -0,29.

¹⁷ Refere-se à informação sobre UF de residência 5 anos antes do levantamento censitário de 1991; não incluem as crianças menores de 5 anos. Utiliza-se a informação presente no Censo Demográfico de 1991 e na Contagem da População de 1996 referente ao local de residência em uma data fixa. Trata-se, portanto, de uma definição distinta daquela onde se identificava o migrante a partir do último município de residência anterior; parte dos indivíduos podem ter realizado etapas migratórias intermunicipais entre a data fixada e a data do levantamento populacional (Carvalho e Rigotti, 1997).

diminuição dos volumes de migrantes inter-regionais¹⁸ (de 3.225.915 pessoas, no período 1986-1991, para 2.675.162, no período 1991-1996), bem como o aumento da participação relativa da imigração do Sudeste no total nacional (44,2% no período 1986-1991 e 45,6%, no período 1991-1996).

Tabela 2

Volume Anual de Migrantes de Retorno Inter-Regionais
Grandes Regiões
1981-1991 e 1990-1995

Grandes Regiões	Imigração de Retorno Anual				Emigração de Retorno Anual			
	1981-1991	1990-1995	Proporção de Retorno no Total da Imigração		1981-1991	1990-1995	Proporção de Retorno no Total da Emigração	
	(*)	(**)	1981-1991	1990-1995	(*)	(**)	1981-1991	1990-1995
Norte	6.879	3.873	6,67	6,20	20.504	17.828	40,94	28,20
Nordeste	63.174	47.995	56,64	43,06	23.357	9.196	8,83	3,97
Sudeste	47.930	27.183	17,22	11,23	67.809	56.249	37,81	32,22
Sul	27.062	29.240	45,08	37,05	14.267	9.151	13,00	12,25
Centro-Oeste	11.570	8.213	9,14	6,82	30.677	24.081	40,30	33,87
Total	156.615	116.504	23,05	18,93	156.614	116.505	23,05	18,93

Nota: (*) Pessoas com menos de 10 anos de residência na UF de nascimento.

(**) Pessoas com menos de 5 anos de residência na UF de nascimento.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e PNAD de 1995; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Este aumento relativo da migração no Sudeste foi resultado da menor entrada de pessoas na Região Norte - que respondia por 15,2% da imigração total ao longo do período 1981-1991, baixando para 12,7% no período 1986-1991 e chegando a 11,6% no período 1991-1996 -, e no Nordeste, que declinou sua participação na imigração inter-regional de 16,4%, no período 1981-1991, para 14,4%, entre 1991-1996. Torna-se importante frisar que, em números absolutos, o Sudeste vem registrando uma contínua diminuição na entrada de migrantes: 1.426.934, no período 1986-1991, e 1.219.899, no período 1991-1996.

No movimento emigratório nacional, o Nordeste aumentou sua participação relativa: respondia por 42,0% da emigração inter-regional, no período 1986-1991, alcançando 46,2% no período 1991-1996; mesmo com a diminuição no seu volume de saídas de pessoas: 1.354.449, no período 1986-1991, e 1.237.023, no de 1991-1996. Esse aumento relativo compensou a acentuada

¹⁸ Deve-se mencionar os efeitos da queda da fecundidade na redução desses volumes de migrantes uma vez que tendo diminuído o potencial demográfico das regiões, com taxas de crescimento declinantes, reduziu-se o próprio estoque de migrantes. São poucos os exemplos de estudos contemplando a mensuração desse efeito; veja-se Goldani (1983).

diminuição na emigração sulina ocorrida entre 1986-1991 e 1991-1996: de 470.655 emigrantes, no período 1986-1991, passou para 285.228, no de 1991-1996.

A Região Norte aumentou também sua participação relativa na emigração nacional, elevando-se de 8,6% do total do País, no período 1986-1991, para 9,3%, no período seguinte. Em contrapartida, as demais regiões diminuíram suas participações relativas nesse movimento emigratório já no último quinquênio dos anos 80.

Essas alterações observadas na dinâmica migratória inter-regional resultaram, nos primeiros anos da década de 90, num quadro bem distinto para as regiões no que se refere à potencialidade migratória dessas áreas (Mapa 1). A Região Norte foi enfraquecendo seu poder de retenção da população migrante nos três períodos considerados, passando de *área de média absorção*, no período 1981-1991, para de *baixa absorção* no período 1986-1991, estando bastante próxima, nos anos 90, de uma *área de rotatividade migratória*¹⁹. A Região Centro-Oeste, outra área de fronteira, vem delineando tendência inversa ao Norte; ensaiou um movimento de maior absorção da migração inter-regional já nos anos 80, figurando como *área de média absorção migratória*²⁰, no período 1991-1996, e situando-se entre as áreas de maiores ganhos populacionais do País.

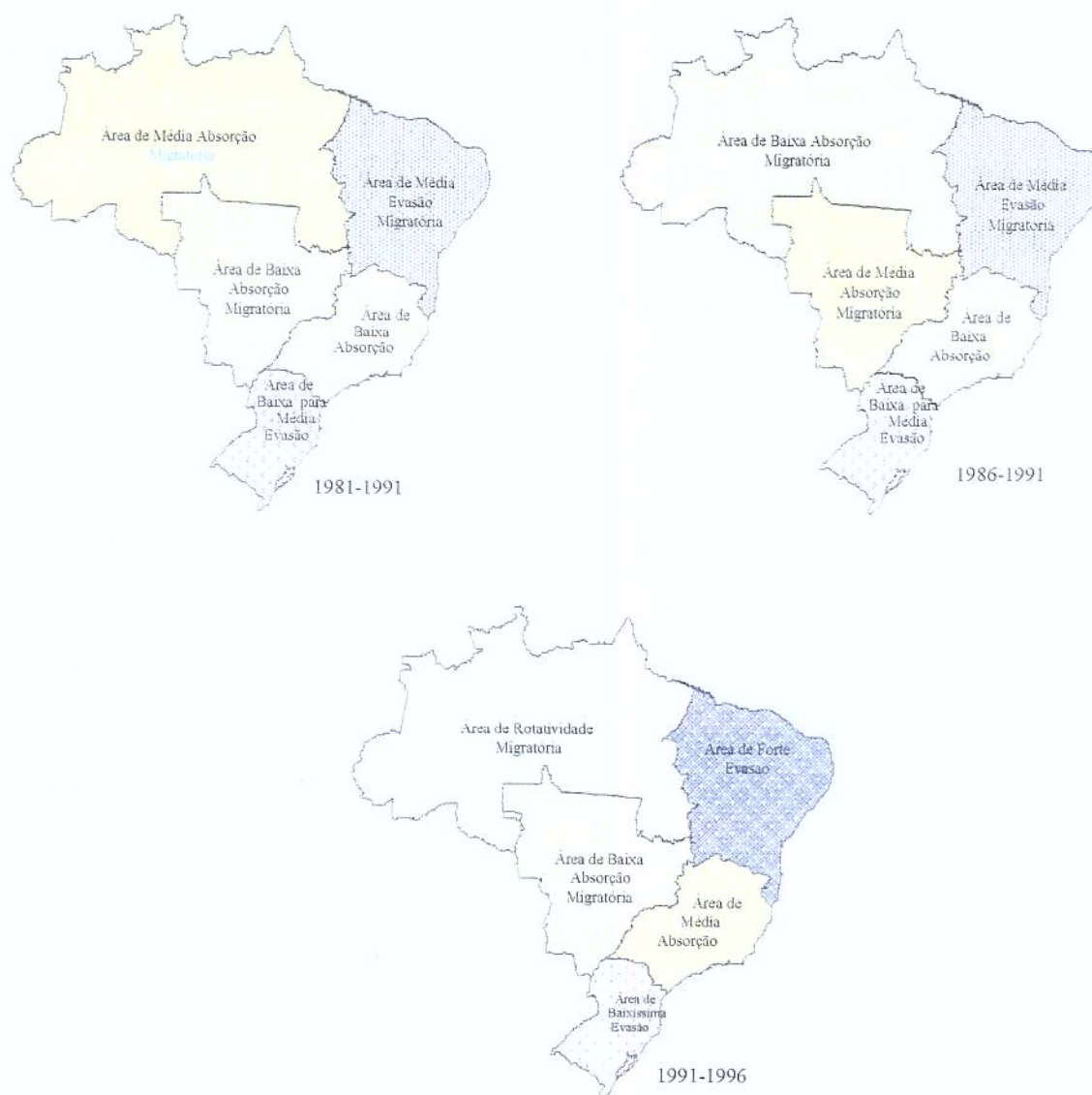
Já o Sudeste, que se caracterizava como *área de baixa absorção migratória* ao nível inter-regional, nos anos 80, configurou-se no período 1991-1996 como *área de média absorção migratória*²¹, como resultado, sobretudo, da diminuição em sua emigração: de 786.796, no período 1986-1991, para 622.009 emigrantes, entre 1991-1996. Assim, apesar da diminuição nos volumes imigratórios, o Sudeste retomou sua capacidade de maior absorção migratória. De fato, no período 1986-1991, o índice de reposição no Sudeste era de 18 entradas para cada 10 pessoas que saíam, elevando-se para 20 entradas, no período 1991-1996.

¹⁹ Com IEM de 0,35, no período 1981-1991, e de 0,19, no de 1986-1991; seu IEM era de 0,11 em 1991-1996 e, portanto, ainda considerada uma *área de baixa absorção migratória*. Ressalte-se que para cada 10 pessoas que saíam do Norte, ao longo do período 1981-1991, entravam 21, baixando essas entradas para 12 pessoas, no período 1991-1996.

²⁰ Com IEM em torno de 0,30, nos períodos 1986-1991 e 1991-1996, e com um nível de reposição de 18 entradas para cada 10 pessoas que saíam, ao longo desses períodos.

²¹ No período 1981-1991, o IEM do Sudeste era de 0,22 (inferior ao do Norte, que era de 0,35, e do Centro-Oeste 0,25) situando-se na última posição dentre as regiões de absorção migratória. O índice de reposição populacional, nesse período, no Sudeste era de 15,5 entradas para cada 10 saídas; do Norte era de 21; e, do Centro-Oeste, de 17. Já no período 1986-1991, seu IEM passou para 0,29, alcançando 0,32, entre 1991-1996.

Mapa 1
Caracterização das Regiões segundo Potencialidade Migratória
Grandes Regiões
1981-1996



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População 1996.

Quanto às áreas de evasão populacional, são bastante contrastantes e inversas as situações do Nordeste e do Sul do País. Para a Região Nordeste, os anos 80 indicavam-na como de *média evasão populacional*²², inclusive com indícios à recuperação demográfica regional, particularmente em função da imigração que para lá se dirigiu procedente do Sudeste. Do período

²² O IEM era de -0,41, no período 1981-1991; já no período 1986-1991, elevou-se para -0,48, chegando a -0,53, no período 1991-1996.

1986-1991 para o de 1991-1996, contudo, esse movimento migratório reduziu seu volume, de 477.915 pessoas para 384.291, respectivamente, e - com a continuidade de sua emigração - o Nordeste recuperou nos anos 90 sua posição de *área de forte evasão migratória*. Apesar disso, o Nordeste vem diminuindo - ainda que lentamente - suas perdas populacionais, de 876.534 pessoas, no período 1986-1991, para 852.732 pessoas, no período 1991-1996; baixou, no entanto, seu índice de reposição populacional em função dessa menor entrada de imigrantes: nos anos 80, para cada 10 pessoas que saíam entravam 4; no período 1991-1996, de cada 10 entravam 3.

Já o Sul, iniciou os anos 90 com a perspectiva de reversão em sua tendência de evasão populacional, diminuindo em cerca de 150 mil pessoas suas perdas populacionais do período 1986-1991 para 1991-1996. Nos anos 80, entravam 5 pessoas para cada 10 que saíam; no período 1991-1996, esse número de entradas subiu para 9 (quase equilibrando as entradas e saídas) e configurando-se como uma *área de baixíssima evasão migratória*²³.

A redução no movimento migratório entre as Grandes Regiões também foi acompanhada pelo declínio, dos anos 80 para os 90, nos volumes migratórios de retorno aos estados de nascimento²⁴ (vide Tabela 2). O fluxo de retorno inter-regional, que era de 156.615 pessoas ao ano, no período 1981-1991, passou para 116.505 ao ano, no período 1990-1995, sendo sua proporção no total da migração inter-regional de 23,1% e 18,9%, nos respectivos períodos.

No movimento migratório dos anos 80, e também no início dos 90, as participações mais expressivas de retorno foram registradas na imigração do Nordeste (56,6%, no período 1981-1991, e 43,1%, no período de 1990-1995) e do Sul (45,1% e 37,0%, respectivamente), inclusive com o aumento anual no número de retornados para esta última região, de 27.062 pessoas para 29.240, nos períodos indicados. Essas duas regiões configuraram-se como os *pólos da migração de retorno*²⁵ no âmbito nacional, nos dois períodos (Mapa 2).

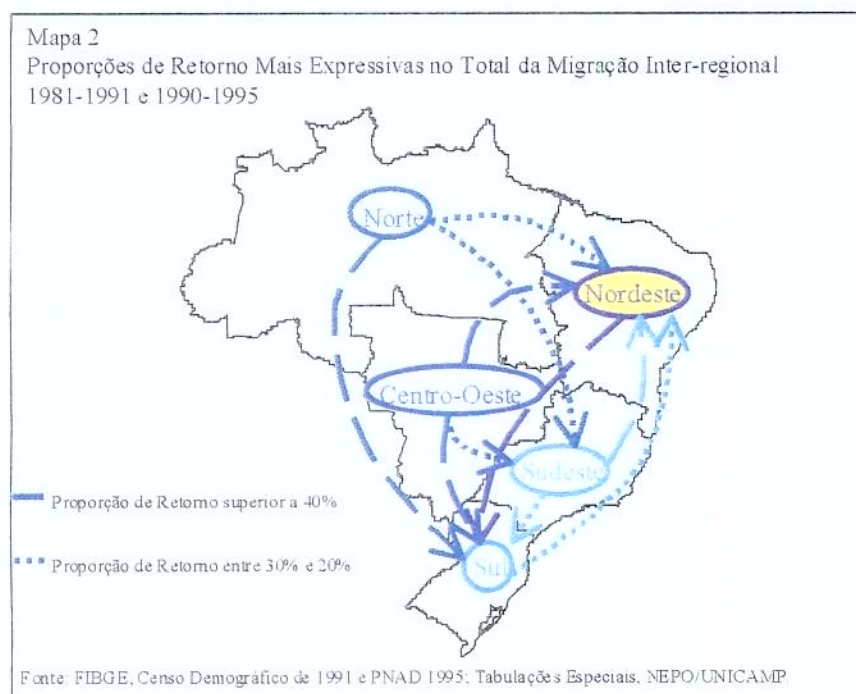
²³ Ainda no período 1986-1991, o IEM do Sul era de -0,25, baixando para -0,06, no período 1991-1996.

²⁴ As informações a respeito da migração de retorno nos anos 90 são provenientes da PNAD de 1995 e referem-se ao período 1990-1995; embora possam existir problemas amostrais nessa fonte de dados é a única que permite avaliar esse movimento em anos recentes, como já ressaltado. Além disso, as tendências migratórias observadas para o período 1990-1995, tanto nos movimentos inter-regionais quanto intra-regionais, através dos dados da PNAD de 1995 foram bastante semelhantes àquelas verificadas a partir das informações da Contagem da População de 1996, para o período 1991-1996.

²⁵ Definidos pela concentração de fluxos e trocas migratórias de retorno.

No movimento emigratório inter-regional, a proporção de retorno na emigração do Sudeste pouco se alterou dos anos 80 para os 90: 37,8% e 32,2%, respectivamente, embora seu volume anual, que havia sido de 67.809 migrantes de retorno, no período 1981-1991, tenha passado para 56.249, no de 1990-1995.

Para as regiões de fronteira (Norte e Centro-Oeste), nos anos 80, a participação de retorno no total da emigração inter-regional situou-se em torno de 40,0%, sendo que, no período 1990-1995, esse retorno representou apenas 28,2% do total da emigração para o Norte e 33,9% da do Centro-Oeste; mesmo assim, foram as regiões de maior participação de retorno na emigração inter-regional, juntamente com o Sudeste.



Em síntese, a situação migratória das Grandes Regiões brasileiras indicou para o período 1991-1996:

- a continuidade na redução dos volumes migratórios inter-regionais;
- a ausência de uma região que se configurasse como *área de forte absorção migratória* dentre as Grandes Regiões do País, refletindo a menor capacidade de absorção

populacional se comparada à décadas passadas e a intensa mobilidade espacial da população;

- a retomada do Sudeste na absorção migratória nacional, especialmente pela menor saída de migrantes da Região;
- a diminuição nos volumes da migração de retorno do período 1981-1991 para o de 1990-1995, embora o Nordeste e o Sul tenham mantido suas posições de pólos receptores dessa migração;
- a inversão no quadro migratório da Região Norte, com a perda de seu dinamismo;
- a reversão da situação migratória na Região Sul, com indícios de recuperação demográfica; e
- o novo papel da Região Centro-Oeste no contexto migratório nacional que, juntamente com o Sudeste, caracterizou-se como *área de média absorção migratória* em anos recentes.

1.2. Fluxos Migratórios Inter-regionais²⁶: regiões ganhadoras e regiões perdedoras

Considerando-se os fluxos migratórios ocorridos entre as regiões brasileiras nos períodos 1986-1991 e 1991-1996, nota-se que a entrada de pessoas na Região Norte, no primeiro período, ainda foi bastante expressiva (408.516 pessoas), apesar da perda do poder de atração dessa Região, com o esgotamento de sua fronteira agrícola (Tabela 3).

O maior volume de migrantes para o Norte, no período 1986-1991, procedia do Nordeste (53,1%), seguido do Sudeste (19,3%) e do Centro-Oeste (17,4%). No período 1991-1996, a imigração das regiões para o Norte baixou para um volume de 310.370 imigrantes, com alteração na importância da migração vinda do Sudeste, que de segunda posição passou a terceira: respondia por 19,3%, no período 1986-1991, decrescendo para 16,1% do total da imigração

²⁶ Referem-se aos fluxos estabelecidos entre as Grandes Regiões, excluindo aqueles entre os estados de uma mesma Região.

nortista, no período 1991-1996; o Centro-Oeste ocupou a segunda colocação (com 18,9% do total, no último período). Já o Nordeste reforçou seu papel de emissor de população para o Norte (Brito, 1997), respondendo por 58,8% do total das pessoas que entraram na Região nesse período.

Os volumes totais de saída de população do Norte também diminuíram de 277.298 para 249.526 pessoas, sendo que para o Sudeste houve aumento nessas saídas (de 73.280 pessoas para 78.955, do período 1986-1991 para 1991-1996); nos dois períodos, o maior volume de emigrantes da Região Norte dirigiu-se para o Centro-Oeste, correspondendo a cerca de 34,0% desse movimento (Gráfico 1).

Tabela 3
Fluxos Migratórios Inter-Regionais
Grandes Regiões – Brasil
1986-1991 e 1991-1996^(*)

Grandes Regiões	Origem/ Destino	1986-1991						
		Imigrantes	%	Emigrantes	%	Trocas Migratórias	Índice Eficácia Migratória	Índice Reposição
Norte	Nordeste	216.995	53,12	79.478	28,66	137.517	0,46	2,73
	Sudeste	78.931	19,32	73.280	26,43	5.651	0,04	1,08
	Sul	41.428	10,14	29.176	10,52	12.252	0,17	1,42
	Centro-Oeste	71.162	17,42	95.364	34,39	-24.202	-0,15	0,75
	Total	408.516	100,00	277.298	100,00	131.218	0,19	1,47
Nordeste	Norte	79.478	16,63	216.995	16,02	-137.517	-0,46	0,37
	Sudeste	334.431	69,98	917.464	67,74	-583.033	-0,47	0,36
	Sul	16.632	3,48	21.562	1,59	-4.930	-0,13	0,77
	Centro-Oeste	47.374	9,91	198.428	14,65	-151.054	-0,61	0,24
	Total	477.915	100,00	1.354.449	100,00	-876.534	-0,48	0,35
Sudeste	Norte	73.280	5,14	78.931	10,03	-5.651	-0,04	0,93
	Nordeste	917.464	64,30	334.431	42,51	583.033	0,47	2,74
	Sul	282.119	19,77	170.416	21,66	111.703	0,25	1,66
	Centro-Oeste	154.071	10,80	203.018	25,80	-48.947	-0,14	0,76
	Total	1.426.934	100,00	786.796	100,00	640.138	0,29	1,81
Sul	Norte	29.176	10,23	41.428	8,80	-12.252	-0,17	0,70
	Nordeste	21.562	7,56	16.632	3,53	4.930	0,13	1,30
	Sudeste	170.416	59,74	282.119	59,94	-111.703	-0,25	0,60
	Centro-Oeste	64.110	22,47	130.476	27,72	-66.366	-0,34	0,49
	Total	285.264	100,00	470.655	100,00	-185.391	-0,25	0,61
Centro-Oeste	Norte	95.364	15,20	71.162	21,13	24.202	0,15	1,34
	Nordeste	198.428	31,63	47.374	14,07	151.054	0,61	4,19
	Sudeste	203.018	32,36	154.071	45,76	48.947	0,14	1,32
	Sul	130.476	20,80	64.110	19,04	66.366	0,34	2,04
	Total	627.286	100,00	336.717	100,00	290.569	0,30	1,86
Total		3.225.915	-	3.225.915	-	-	-	-

(Continua)

(Continuação)

Grandes Regiões	Origem/ Destino	1991-1996						
		Imigrantes	%	Emigrantes	%	Trocas Migratórias	Índice Eficácia Migratória	Índice Reposição
Norte	Nordeste	182.450	58,78	60.965	24,43	121.485	0,50	2,99
	Sudeste	49.999	16,11	78.955	31,64	-28.956	-0,22	0,63
	Sul	19.252	6,20	22.978	9,21	-3.726	-0,09	0,84
	Centro-Oeste	58.669	18,90	86.628	34,72	-27.959	-0,19	0,68
	Total	310.370	100,00	249.526	100,00	60.844	0,11	1,24
Nordeste	Norte	60.965	15,86	182.450	14,75	-121.485	-0,50	0,33
	Sudeste	262.331	68,26	835.562	67,55	-573.231	-0,52	0,31
	Sul	17.592	4,58	24.914	2,01	-7.322	-0,17	0,71
	Centro-Oeste	43.403	11,29	194.097	15,69	-150.694	-0,63	0,22
	Total	384.291	100,00	1.237.023	100,00	-852.732	-0,53	0,31
Sudeste	Norte	78.955	6,47	49.999	8,04	28.956	0,22	1,58
	Nordeste	835.562	68,49	262.331	42,17	573.231	0,52	3,19
	Sul	176.532	14,47	156.372	25,14	20.160	0,06	1,13
	Centro-Oeste	128.850	10,56	153.307	24,65	-24.457	-0,09	0,84
	Total	1.219.899	100,00	622.009	100,00	597.890	0,32	1,96
Sul	Norte	22.978	9,02	19.252	6,75	3.726	0,09	1,19
	Nordeste	24.914	9,78	17.592	6,17	7.322	0,17	1,42
	Sudeste	156.372	61,39	176.532	61,89	-20.160	-0,06	0,89
	Centro-Oeste	50.454	19,81	71.852	25,19	-21.398	-0,17	0,70
	Total	254.718	100,00	285.228	100,00	-30.510	-0,06	0,89
Centro-Oeste	Norte	86.628	17,12	58.669	20,85	27.959	0,19	1,48
	Nordeste	194.097	38,37	43.403	15,43	150.694	0,63	4,47
	Sudeste	153.307	30,30	128.850	45,79	24.457	0,09	1,19
	Sul	71.852	14,20	50.454	17,93	21.398	0,17	1,42
	Total	505.884	100,00	281.376	100,00	224.508	0,29	1,80
Total		2.675.162	-	2.675.162	-	-	-	-

Notas: (*) Refere-se à informação sobre UF de residência 5 anos antes do levantamento censitário de 1991 e da Contagem da População de 1996.

Nesses volumes não se considera a migração ocorrida entre as UF's da mesma Região nos respectivos períodos. As informações correspondem apenas às pessoas com mais de 5 anos de idade.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996.

Nas trocas populacionais²⁷, o Norte continuou com saldo positivo, muito embora este ganho tenha caído pela metade (em 1986-1991, teve um saldo de 131.218 pessoas e, no período 1991-1996, de cerca de 60.844). Na verdade, essa situação foi sustentada pelos fluxos oriundos do Nordeste, cujo ganho líquido chegou a 121.485 pessoas, entre 1991-1996. No período 1986-1991, a Região Norte registrava somente com o Centro-Oeste perdas populacionais; já no período 1991-1996, o Norte passou a ter trocas negativas também com o Sudeste (28.956 pessoas) e com o Sul (3.726), além de ter aumentado a perda para o Centro-Oeste (de 24.202 pessoas, no período 1986-1991, para 27.959, no de 1991-1996). Assim, o Norte, em 1991-1996, caracterizava-se

²⁷ Refere-se ao resultado obtido nas trocas migratórias (imigração menos emigração) estabelecidas entre as Regiões.

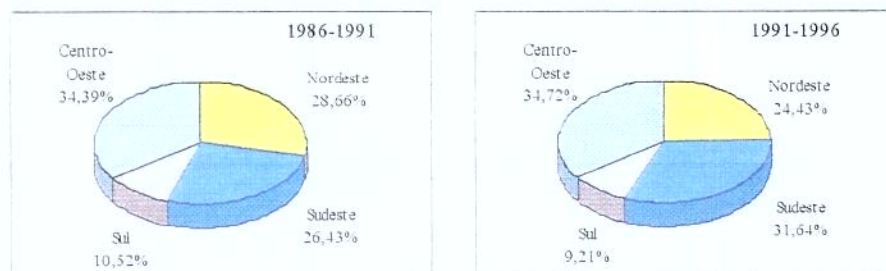
como *área de forte absorção* apenas para a população nordestina²⁸; para as demais regiões já era uma *área de evasão populacional*.

Gráfico 1

Distribuição Relativa da Emigração segundo Grandes Regiões

Região Norte

1986-1991 e 1991-1996



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996.

Nesse movimento de saída de população da Região é importante ressaltar o retorno de migrantes que buscaram na fronteira Norte um destino migratório, mas que acabaram de volta aos seus estados de origem já nos anos 80 (Tabela 4). O volume anual de retornados que partiu da Região Norte foi de cerca de 20.504 pessoas, no período 1981-1991, baixando ligeiramente para 17.828 ao ano durante 1990-1995²⁹. No fluxo emigratório com o Nordeste e com o Sul, no período 1981-1991, mais da metade era de retorno, mantendo-se em torno de 40,0% no período 1990-1995.

A redução das migrações para o Norte, nos últimos anos, refletiu-se fortemente em suas taxas de crescimento da população (vide Anexo 1). A Região Norte foi marcada, nas três décadas passadas, por um expressivo dinamismo demográfico, especialmente em função dos enormes volumes migratórios que para lá se dirigiram a partir do final dos anos 70. Ao longo do período 1970-1996 ostentou as mais elevadas taxas de crescimento populacional do País, que refletiram tanto o acentuado crescimento urbano quanto rural. Entre 1970-1980, sua taxa de crescimento da população urbana foi de 6,6% a.a. e a de crescimento rural de 3,4% a.a., contra 4,4% a.a. e

²⁸ O IEM do Norte, em relação ao Nordeste, era de 0,46, no período 1986-1991, passando para 0,50, no período 1991-1996.

²⁹ Para essa Região é importante destacar que a PNAD pode ter problemas amostrais, além de não contemplar a população rural.

-0,62% a.a., respectivamente, para o conjunto do País. Nos anos 80, acompanhando a tendência nacional, esta Região apresentou uma diminuição em suas taxas de crescimento, muito embora mantivesse seus crescimentos urbano (5,4% a.a.) e rural (2,0% a.a.) em patamares elevados.

Tabela 4

Fluxos Migratórios Anuais de Retorno⁽¹⁾ entre as Grandes Regiões⁽²⁾
1981-1991⁽³⁾ e 1990-1995⁽⁴⁾

Grandes Regiões	Origem/ Destino	Volumes Anuais				Proporção do Retorno no Total			
		Imigrantes de Retorno		Emigrantes de Retorno		Imigração		Emigração	
		1981-1991	1990-1995	1981-1991	1990-1995	1981-1991	1990-1995	1981-1991	1990-1995
Norte	Nordeste	3.134	725	9.090	8.473	6,35	2,21	54,62	38,56
	Sudeste	1.712	1.263	5.136	3.489	8,38	14,24	39,11	28,37
	Sul	456	138	2.970	2.103	3,05	2,56	57,98	41,69
	Centro-Oeste	1.577	1.748	3.308	3.763	8,63	11,42	21,78	15,76
	Total	6.879	3.874	20.504	17.828	6,67	6,21	40,94	28,20
Nordeste	Norte	9.090	8.473	3.134	725	54,62	38,56	6,38	2,21
	Sudeste	46.109	32.853	17.282	7.059	58,08	45,55	9,88	4,57
	Sul	1.158	769	1.321	985	32,46	31,32	29,94	17,23
	Centro-Oeste	6.817	5.900	1.620	427	57,09	39,56	4,55	1,10
	Total	63.174	47.995	23.357	9.196	56,64	43,06	8,84	3,97
Sudeste	Norte	5.136	3.489	1.712	1.263	39,11	28,31	8,38	14,24
	Nordeste	17.283	7.059	46.109	32.853	9,88	4,57	58,08	45,55
	Sul	11.146	7.662	14.853	18.692	19,29	15,23	40,05	35,60
	Centro-Oeste	14.365	8.973	5.135	3.441	44,18	35,55	12,11	8,37
	Total	47.930	27.183	67.809	56.249	17,22	11,23	37,81	32,22
Sul	Norte	2.970	2.103	456	138	57,98	41,69	3,05	2,56
	Nordeste	1.321	985	1.158	769	29,94	17,23	32,46	31,32
	Sudeste	14.853	18.693	11.146	7.662	40,05	35,60	19,29	15,23
	Centro-Oeste	7.918	7.459	1.507	582	59,08	47,68	4,51	3,51
	Total	27.062	29.240	14.267	9.151	45,08	37,05	13,00	12,25
Centro-Oeste	Norte	3.308	3.763	1.576	1.748	21,78	15,76	8,63	11,42
	Nordeste	1.620	427	6.816	5.900	4,55	1,10	57,09	39,56
	Sudeste	5.135	3.441	14.367	8.973	12,11	8,37	44,18	35,55
	Sul	1.507	582	7.918	7.459	4,51	3,51	59,08	47,68
	Total	11.570	8.213	30.677	24.080	9,14	6,82	40,30	33,86
Total		156.615	116.505	156.614	116.504	23,05	18,93	23,05	18,93

Notas: (1) Refere-se às pessoas que retornaram às UF's de nascimento.

(2) Não inclui os movimentos ocorridos no interior das Grandes Regiões.

(3) Pessoas nascidas na UF de residência atual que retornaram no período 1981-1991.

(4) Pessoas nascidas na UF de residência atual que retornaram no período 1990-1995.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e PNAD de 1995; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

No período 1991-1996, a Região Norte experimentou uma diminuição considerável em seu crescimento rural, passando essa taxa a ser de 0,69% a.a., porém ainda permanecendo como a única região com taxa positiva de crescimento rural no Brasil. O acelerado crescimento da população nortista, nas últimas décadas, refletiu-se no aumento de sua participação no total populacional, de 4,4%, em 1970, para 7,2%, em 1996. As transformações na dinâmica econômico-demográfica regional contribuíram para que, em 1996, 62,4% da população da

Região Norte estivesse vivendo no meio urbano, com uma taxa de crescimento da população urbana de 3,5% a.a., entre 1991-1996. Apesar desse dinamismo, no contexto geral das migrações inter-regionais, o Norte vem reafirmando seu papel de *baixa absorção migratória*, em especial com as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

O Nordeste, por sua vez, manteve-se como uma *área de evasão populacional* nos 80 e 90, conquanto tenha canalizado aproximadamente 14,0% da imigração nacional inter-regional, no período 1986-1991 e 1991-1996.

No período 1980-1991, sua taxa de crescimento populacional foi ligeiramente superior à verificada para a Região Sudeste: 1,8% a.a. e 1,7% a.a., respectivamente; além da fecundidade diferencial, maior no Nordeste, o considerável fluxo de retorno para a área contribuiu para essa taxa de crescimento mais elevada para a Região (Camarano, 1998). No período 1991-1996, foi novamente ultrapassada pelo Sudeste (1,1% a.a. e 1,3% a.a., respectivamente); a menor entrada de migrantes na Região Nordeste - de 477.915 pessoas, entre 1986-1991, para 384.291, no período 1991-1996 - e a continuidade da emigração podem ter se refletido também no decréscimo do ritmo de crescimento da população nordestina, além dos efeitos da queda da fecundidade.

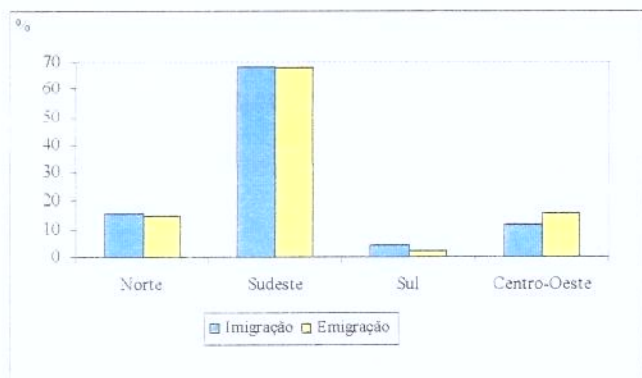
No total do movimento migratório da Região predominavam aqueles oriundos do Sudeste, seguidos do Norte e Centro-Oeste (Gráfico 2). Do total das entradas no período 1986-1991, cerca de 70,0% eram originários da Região Sudeste, participação que caiu ligeiramente para 68,3%, entre 1991-1996, passando de 334.431 migrantes para 262.331, respectivamente (vide Tabela 3). Apenas da Região Sul pode-se notar um aumento absoluto na imigração para o Nordeste: de 16.632 pessoas, no período 1986-1991, para 17.592 no período 1991-1996.

No movimento de saída de população do Nordeste, o destino maior (em torno de 67,0%) foi em direção aos estados do Sudeste: 917.464 pessoas e 835.562, nos períodos 1986-1991 e 1991-1996, respectivamente; destaca-se o aumento absoluto da emigração para o Sul (de 21.562 pessoas para 24.914, nos respectivos períodos), como também ocorreu na contracorrente desse fluxo, já acima mencionado. Mesmo assim, o Nordeste perdeu população para o Sul (7.322

migrantes entre 1991-1996), constituindo-se em uma *área de baixa evasão populacional* somente para os fluxos com essa Região³⁰.

Gráfico 2

Distribuição Relativa da Imigração e Emigração segundo Grandes Regiões
Região Nordeste
1991-1996

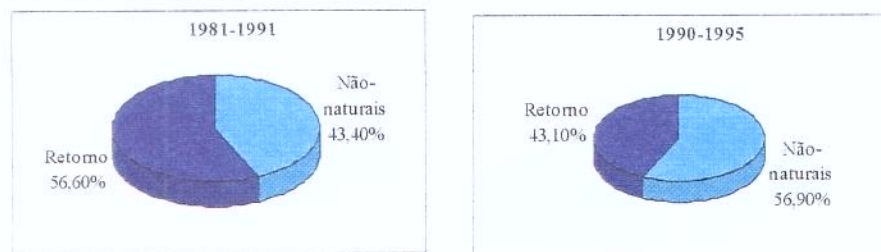


Fonte: FIBGE, Contagem da População de 1996.

A migração de retorno para o Nordeste já havia diminuído sua participação no total das entradas na Região, no período 1990-1995, passando de um volume anual de 63.174 migrantes de retorno, no período 1981-1991, para 47.995, no seguinte; a proporção de retorno no total da imigração nordestina que foi de 56,6% baixou para 43,1%, respectivamente (Gráfico 3). A retração na entrada de migrantes do Sudeste para o Nordeste foi marcada pela igual diminuição do retorno para esta última região (vide Tabela 4).

Gráfico 3

Composição da Imigração Inter-regional segundo Condição Migratória
Região Nordeste
1981-1991^(*) e 1990-1995^(**)



Nota: (*) Pessoas com menos de 10 anos de residência na UF de nascimento.

(**) Pessoas com menos de 5 anos de residência na UF de nascimento.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e PNAD de 1995; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

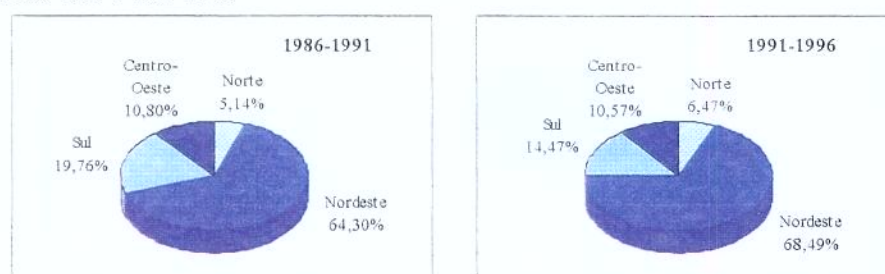
Na imigração do Nordeste vinda do Sudeste, no período 1981-1991, o retorno chegou a responder por 58,1% do total; já no período 1990-1995, além da diminuição nessa proporção (45,5% do total), houve uma redução no fluxo anual: de 46.109 migrantes de retorno, no período 1981-1991, para 32.853, no de 1990-1995.

Com o Sudeste, Norte e Centro-Oeste, o Nordeste figurou como *uma área de forte evasão migratória*³¹ e com níveis de reposição muito baixos: em média para cada 10 pessoas que saíam entravam 3. De fato, o Nordeste registrou, nos dois períodos, perdas populacionais superiores a 850 mil pessoas, sendo de 573.231 com o Sudeste, no período 1991-1996; de 150.694 com o Centro-Oeste; e de 121.485 com o Norte.

O Nordeste entrou nos anos 90 novamente como *área de forte evasão populacional*, como analisado anteriormente, embora, seja importante enfatizar, mais uma vez, a redução em seus volumes de saída de pessoas. Essa diminuição na emigração nordestina, contudo, foi pouco expressiva, tendo sido superior a redução no volume de entradas na Região; manteve-se, portanto, ainda em anos recentes como o “grande reservatório de força de trabalho ao nível nacional” (Brito, 1997:55).

No cenário migratório brasileiro, a Região Sudeste continuou mantendo a primazia dos destinos migratórios, embora também tenha diminuído seu volume de imigrantes de um para outro período. Nesse movimento de entradas, mais de 60,0% veio do Nordeste, seguido pela Região Sul, nos dois períodos considerados (Gráfico 4).

Gráfico 4
Distribuição Relativa da Imigração segundo Grandes Regiões
Região Sudeste
1986-1991 e 1991-1996



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996.

³¹ Com IEM acima de -0,50.

À exceção da Região Norte, que registrou um aumento no seu volume de imigrantes para o Sudeste, como já indicado, as demais regiões tiveram suas entradas diminuídas. Nota-se que a redução mais expressiva foi registrada no fluxo Sul→Sudeste, de um para outro período (de 282.119, no período 1986-1991, para 176.532 pessoas, no período 1991-1996), indicando a recuperação demográfica dos estados sulinos. O menor decréscimo na entrada de migrantes no Sudeste foi registrado pela Região Nordeste, que de um volume de 917.464 pessoas passou para 835.562 pessoas, nos períodos acima mencionados (vide Tabela 3).

Para o conjunto da migração inter-regional, o Sudeste constituiu *área de média absorção populacional*³², no período 1991-1996; embora continue sendo *área de forte absorção de migrantes nordestinos*³³, mesmo com a redução absoluta no fluxo Nordeste→Sudeste que persistiu nos anos 90. A menor saída de população do Sudeste para o Nordeste contribuiu para que o nível de reposição de 27 entradas de nordestinos para cada 10 saídas, no período 1986-1991, elevasse-se para 32, no período 1991-1996. Além disso, a diminuição da participação relativa da imigração sulina no total das entradas no Sudeste, fez aumentar a importância relativa da imigração nordestina (de 64,3% para 68,5%, respectivamente) para a Região, em anos recentes.

No contexto da emigração do Sudeste, cerca de 42% destinou-se aos estados do Nordeste, nos dois períodos. O Sudeste diminuiu para todas as regiões seu contingente de emigrantes (Gráfico 5); foram mais pronunciados os decréscimos, do período 1986-1991 para 1991-1996, nos fluxos Sudeste→Norte, Sudeste→Centro-Oeste, Sudeste→Nordeste, sendo o fluxo Sudeste→Sul aquele de menor redução (vide Tabela 3); com a Região Sul chegou, no período 1991-1996, a *área de rotatividade populacional*³⁴. O aumento da absorção migratória no Sudeste ocorreu muito mais pela diminuição no seu volume de saída de população – de 786.796, em 1986-1991, para 622.009, em 1991-1996 – do que por um aumento na entrada de migrantes.

³² IEM de 0,32, em 1991-1996.

³³ IEM de 0,52 em 1991-1996.

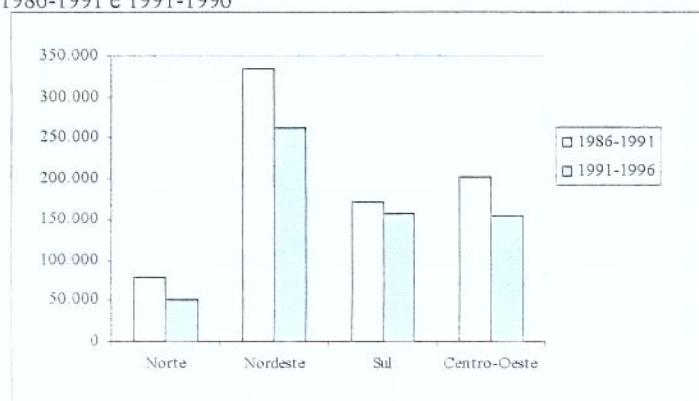
³⁴ IEM de 0,06.

Gráfico 5

Volumes de Emigrantes segundo Grandes Regiões

Região Sudeste

1986-1991 e 1991-1996



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996.

O movimento migratório de retorno que partiu do Sudeste foi de 67.809 pessoas ao ano, no período 1981-1991, e de 56.249, no de 1990-1995, em direção, particularmente, para o Nordeste, como já foi citado, e para o Sul; para esta última Região chegou, no período 1990-1995, a aumentar em números absolutos seu volume anual de retorno: de 14.856 pessoas, no período 1981-1991, para 18.692, no período 1990-1995. Em que pese a continuidade desses fluxos de retorno para o Nordeste, é de se ressaltar a redução dessa modalidade migratória no total do movimento emigratório (Gráfico 6); à exceção do fluxo Sudeste→Norte, que embora com baixa proporção de migrantes de retorno (inferior a 20,0%), demonstrou ligeiro aumento, de um para outro período. Apesar dessa maior retenção de população na Região Sudeste, esta vem diminuindo seus ganhos líquidos populacionais nos últimos anos (de 640.138 pessoas, no período 1986-1991, para 597.890 pessoas, no período 1991-1996), muito embora ainda seja o destino prioritário das migrações internas no Brasil, com a predominância do fluxo Nordeste→Sudeste.

No total das trocas migratórias estabelecidas entre o Sudeste e as demais regiões, já no período 1986-1991, o Sudeste tinha perdas populacionais com o Norte (5.651 pessoas) e com o Centro-Oeste (48.947 pessoas). Com a primeira Região, esta situação já havia se invertido nos primeiros anos dos 90, aumentando seu potencial de reposição populacional: de cada 10 pessoas que saíam do Sudeste para o Norte, no período 1986-1991, entravam 9 de lá para cá; no período

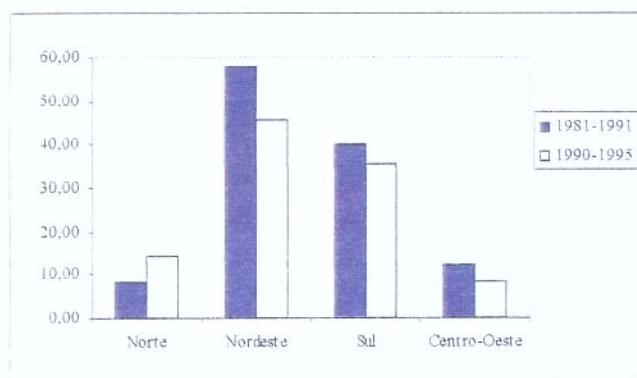
1991-1996, de cada 10 que saíam entravam 16 (vide Tabela 3). Com o Centro-Oeste, no entanto, o Sudeste continuou como *área de evasão*³⁵, mantendo trocas negativas nos dois períodos.

Gráfico 6

Proporção de Retorno no Movimento Emigratório Total

Região Sudeste

1981-1991 e 1990-1995



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e PNAD de 1995: Tabulações Especiais. NEPO/UNICAMP

Considerando a Região Sul, esta prosseguiu, do final dos anos 80 para os primeiros anos dos 90, sua recuperação demográfica, diminuindo sua situação de evasão populacional inter-regional. O maior volume de imigração para o Sul procedia do Sudeste (correspondendo a mais de 60,0% do total e com um fluxo de 156.372 pessoas, em 1991-1996), seguido do Centro-Oeste (50.454 migrantes, no período); o aumento da imigração nordestina para o Sul juntamente com a diminuição da migração do Centro-Oeste e do Norte, como já destacado (vide Tabela 3), elevou a participação relativa do Nordeste – de 7,6% para 9,8%, de 1986-1991 para 1991-1996 – no total da imigração sulina.

Quanto à saída de população do Sul, houve uma diminuição considerável no fluxo Sul→Norte, de 1986-1991 para 1991-1996, passando de 41.428 saídas para 19.252, respectivamente (Gráfico 7); para o Centro-Oeste, de 130.476 pessoas para 71.852, e para o Sudeste, de 282.119 pessoas para 176.532. Com isso, o Sul passou de uma *área de evasão de população* em relação ao Norte, ainda no período 1986-1991, para uma *área de baixa absorção migratória*³⁶ nos anos 90; para as regiões Sudeste e Centro-Oeste, a Região Sul marcou a

³⁵ IEM de -0,09, em 1991-1996.

³⁶ IEM de 0,09.

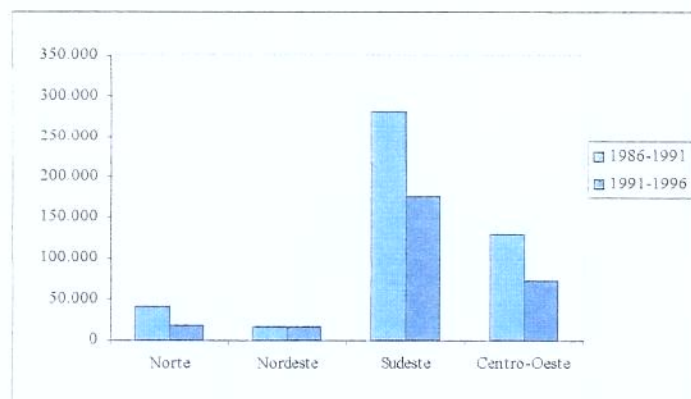
continuidade de perda líquida de população, apesar da diminuição nesses volumes (20.160 pessoas e 21.398, respectivamente).

Gráfico 7

Volumes de Emigrantes segundo Grandes Regiões

Região Sul

1986-1991 e 1991-1996



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996.

A Região Sul havia registrado, nos anos 70 e 80, a menor taxa de crescimento populacional do País (em torno de 1,4% a.a., em ambos períodos), reflexo do grande esvaziamento rural da área nesses anos (Magalhães, 1998); no entanto, no período 1991-1996 chegou a superar (1,2% a.a.) a taxa de crescimento do Nordeste (1,0% a.a.), fato que denuncia sua reversão emigratória e até sua atração populacional, já que esta Região possui uma das menores taxas de fecundidade do País.

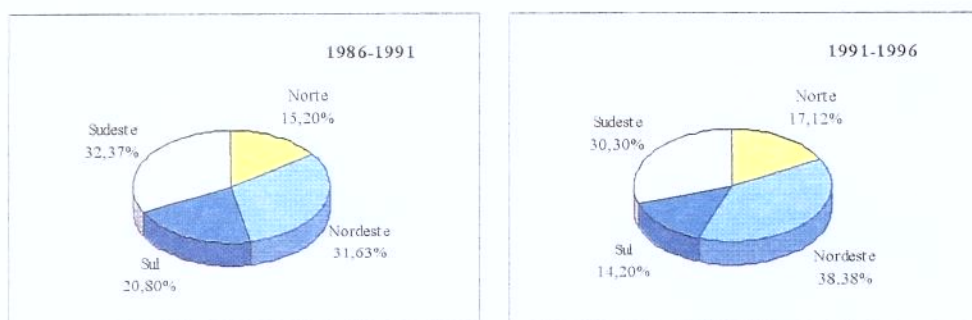
A imigração inter-regional para o Sul teve também parcela expressiva de retorno (vide Tabela 4). O fluxo Norte→Sul registrou, nos anos 80, mais da metade de migrantes de retorno (correspondendo a um volume anual de 2.970 pessoas, no período 1981-1991), assim como o fluxo Centro-Oeste→Sul (fluxo anual de 7.918 pessoas). A proporção de retorno para a Região Sul, no período 1990-1995, vinda dessas regiões situou-se em torno de 40,0% do total, recebendo um volume anual de retorno de 2.103 pessoas do Norte e 7.459 do Centro-Oeste, demonstrando a continuidade desse movimento na década de 90.

Finalmente, com relação à Região Centro-Oeste, esta concentrou em torno de 19,0% dos imigrantes inter-regionais nos dois períodos, tendo diminuído também suas entradas

populacionais: de 627.286 pessoas, no período 1986-1991, para 505.884, no de 1991-1996. Apesar da expressiva redução, para o Centro-Oeste, no fluxo oriundo do Sul (de 130.476 pessoas, no período 1986-1991, para 71.852, no seguinte) e do Sudeste (de 203.018 para 153.372, respectivamente), houve uma forte continuidade do fluxo vindo do Nordeste (Gráfico 8), que praticamente manteve o mesmo volume nos períodos 1986-1991 (198.428 migrantes) e 1991-1996 (194.097); com isto o Centro-Oeste vem se revelando como *área de forte absorção da migração nordestina*³⁷. A Região Centro-Oeste recebeu mais nordestinos, no período 1991-1996, que a Região Norte (182.450), situação que era inversa ainda no período 1986-1991 (95.364 migrantes e 216.995, respectivamente).

Gráfico 8

Distribuição da Imigração segundo Grandes Regiões
Região Centro-Oeste
1986-1991 e 1991-1996



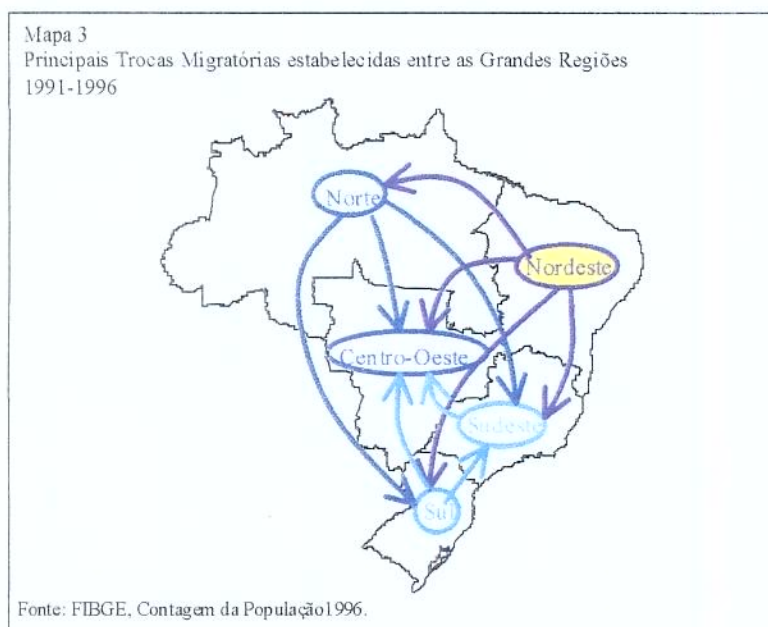
Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996.

No movimento de saída de população do Centro-Oeste para outras regiões do País predominou aquele em direção ao Sudeste (45,8% do total da emigração, no período 1991-1996) e à Região Norte (20,9% do total). Foi importante também o fluxo de retorno no total da emigração da Região; no período 1981-1991, envolveu um volume anual 30.677 pessoas, e, no de 1990-1995, 24.080 pessoas (vide Tabela 4), indicando principalmente o retorno com origem nas áreas de fronteira. Para o Centro-Oeste, esse movimento de retorno registrou, nos anos 80, mais da metade dos movimentos migratórios com destino às regiões Nordeste e Sul, situando-se em torno de 44,2% para o Sudeste; somente com o Norte a emigração de retorno do Centro-Oeste foi

³⁷ IEM de 0,63, no período 1991-1996.

pouco expressiva. No período 1990-1995, esse movimento migratório de retorno correspondeu a mais de 30,0% dos emigrantes para o Nordeste, Sudeste e Sul.

Considerando as trocas migratórias, no período 1986-1991 e 1991-1996, o Centro-Oeste diminuiu seu ganho líquido com o Sudeste (de 48.947 para 24.457, respectivamente) e com o Sul (de 66.366 para 21.398 pessoas); ampliou seus ganhos com o Norte (de 24.202 para 27.959); e, conservou com o Nordeste saldos positivos em torno de 150 mil pessoas, nos dois períodos. Assim, nos anos 90 os maiores ganhos populacionais da Região estiveram a cargo muito mais do Nordeste do que das demais regiões. De qualquer forma, o Centro-Oeste manteve com todas as regiões saldos positivos nos dois períodos, configurando-se como “região ganhadora”, com relação às trocas migratórias inter-regionais (Mapa 3).



Resumindo, com o auxílio do Quadro 1, abaixo indicado - que sumaria a complementaridade migratória em termos do potencial de absorção populacional entre as Grandes Regiões brasileiras no primeiro quinquênio desta década - pode-se concluir que como “regiões ganhadoras” figuraram o Centro-Oeste e o Sudeste, em contraposição às situações, especialmente da Região Nordeste, e das regiões Norte e Sul. Destaca-se ainda a contínua predominância do fluxo Nordeste→Sudeste.

Quadro 1

Situação Migratória Inter-Regional

Grandes Regiões – Brasil

1991-1996

Grandes Regiões	Absorção Migratória	Evasão Migratória
Norte	Nordeste	Sudeste Sul Centro-Oeste
Nordeste	-	Norte Sudeste Sul Centro-Oeste
Sudeste	Norte Nordeste Sul	Centro-Oeste
Sul	Norte Nordeste	Sudeste Centro-Oeste
Centro-Oeste	Norte Nordeste Sudeste Sul	-

Fonte: FIBGE, Contagem da População de 1996.

No âmbito inter-regional, portanto, já se pode identificar alterações nos movimentos migratórios, da passagem dos anos 80 para o início dos 90, embora prevaleçam as tendências de “ganhos” no Sudeste e de “perdas” no Nordeste. De fato, esse recorte geográfico tradicional não permite apreender as especificidades dos processos migratórios vigentes no Brasil e seus rebatimentos no processo de distribuição espacial da população; lentamente vem diminuindo o volume de migrantes nordestinos para os estados do Sudeste, ao mesmo tempo em que se assiste entre os estados de uma mesma Região movimentos migratórios que imprimem novas características ao processo de distribuição espacial da população brasileira, como se verá a seguir.

Capítulo 2

Migrações Interestaduais no Brasil: anos 80 e 90

Na passagem do olhar dos movimentos migratórios entre as Grandes Regiões, como descrito anteriormente, para os movimentos interestaduais¹ ganha sentido a reflexão conjunta desses movimentos com o processo de urbanização. No panorama da mobilidade espacial da população brasileira, nas últimas décadas, destaca-se justamente a complexidade e diversificação dos deslocamentos populacionais propiciados pelos efeitos advindos do processo de urbanização no País. A intensificação das migrações do tipo urbano-urbano gerou novas configurações do fenômeno migratório, cujas especificidades podem ser buscadas em espaços, períodos e dinâmicas socioeconômicas distintas.

O acelerado processo de urbanização experimentado pelas regiões brasileiras, em seu conjunto, nas últimas décadas², vem redefinindo aspectos importantes do processo de distribuição espacial da população brasileira. Como afirma Ebanks (1993:133)

“Os altos índices de urbanização são resultados de processos complexos. Estes níveis, por sua vez, têm se convertido, em muitos aspectos, em forças impulsionadoras de mudanças (...) podendo afetar as correntes e os volumes de migrantes internos”.

De fato, os efeitos desse processo nos movimentos migratórios têm propiciado a *expansão dos espaços da migração*, com a incorporação de novas áreas de absorção populacional. Portanto, para o entendimento da migração no Brasil é preciso que se considere principalmente as dinâmicas migratórias intra-regionais³, não tanto pela importância numérica que se impõe mas pelas transformações que se pode captar no fenômeno migratório nesses espaços.

Assim, num primeiro nível de desagregação espacial, os processos migratórios no Brasil passam pela diferenciação dos movimentos entre os próprios estados: aqueles ocorridos no

¹ Referem-se à população residente há menos de dez anos na UF atual; incluem os movimentos inter-regionais e intra-regionais.

² Em 1996, 78,4% da população brasileira vivia em áreas urbanas; apesar das disparidades regionais, a partir de 1980, todas as regiões passaram a registrar mais da metade de seus habitantes no meio urbano (vide Anexo 1).

³ Quer seja no âmbito interno das Grandes Regiões, dos estados, das regiões dos estados e das metrópoles.

âmbito intra-regional, que correspondem aos fluxos estabelecidos entre os estados de uma mesma Grande Região, e aqueles ocorridos entre os estados pertencentes às distintas Grandes Regiões, denominados de inter-regionais⁴.

2.1. Expansão dos Espaços da Migração

2.1.1. Breve retrocesso: a emergência de novas tendências nos anos 80

As mudanças recentes no processo migratório nacional tiveram, nos anos 70, o deslanchar de suas transformações. No contexto dos deslocamentos interestaduais⁵, apesar da centralidade migratória no Sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro foram os dois estados dessa Região que já haviam assistido a uma redução em seus volumes de imigrantes dos anos 70⁶ para os 80⁷ (Tabela 5). O Rio de Janeiro passou de um volume de 855.230 migrantes, no período 1970-1980, para 576.399, no de 1981-1991; São Paulo que havia registrado uma imigração de 3.250.889, nos 70, baixou esse volume para 2.679.169 migrantes, no 1981-1991. Portanto, dos anos 70 para os 80, São Paulo perdeu peso relativo na distribuição da imigração nacional: de 33,9% para 25,2%. O Sudeste, então, que chegava a ter um movimento migratório que envolvia quase 5 milhões de pessoas nos anos 70, diminuiu este volume para 4,3 milhões no período 1981-1991.

Na Região Centro-Oeste, os Estados do Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal também diminuíram seus volumes de imigrantes entre esses dois períodos. O Mato Grosso do Sul demonstrava sinais do “fechamento de sua fronteira” (Martine, 1994) e o Distrito Federal

⁴ Embora se esteja utilizando o mesmo termo que no capítulo anterior, naquele o movimento inter-regional referia-se aos movimentos migratórios entre as Grandes Regiões; já neste capítulo, a definição de inter-regional refere-se aos movimentos migratórios interestaduais estabelecidos entre os estados de fora de uma mesma Grande Região. A soma dos movimentos intra-regionais e dos inter-regionais corresponde, então, ao total das migrações interestaduais.

⁵ Neste item, os movimentos interestaduais incluem os intra-regionais e os inter-regionais

⁶ As informações referentes aos anos 70 são extraídas de Cunha (1999).

⁷ Tanto para os anos 70 como para os 80, nos volumes migratórios interestaduais incluem-se os migrantes não-naturais e os de retorno aos estados de nascimento.

iniciava, no período 1981-1991, seu processo de expansão metropolitana atingindo os municípios do Estado de Goiás, com significativos fluxos migratórios para seu entorno.

Tabela 5

Volumes Anuais da Imigração Interestadual^(*)

Brasil

1970-1980 e 1981-1991

Estados	Volume Médio Anual Interestadual					
	1970-1980 (**)			1981-1991		
	Imigração	Emigração	Trocas	Imigração	Emigração	Trocas
Rondônia	28.566	3.967	24.599	41.180	15.794	25.386
Acre	1.664	1.908	-244	2.924	3.055	-131
Amazonas	7.335	5.515	1.820	11.340	9.678	1.662
Roraima	1.830	412	1.418	6.258	1.353	4.905
Pará	39.538	16.577	22.961	50.841	34.029	16.812
Amapá	2.275	1.072	1.203	4.315	1.401	2.914
Tocantins	0	0	0	15.902	14.470	1.432
Maranhão	18.283	32.906	-14.623	23.689	49.808	-26.119
Piauí	9.268	22.722	-13.454	16.123	28.757	-12.634
Ceará	15.043	46.478	-31.435	29.291	51.971	-22.680
Rio Grande do Norte	9.980	16.732	-6.752	15.925	16.545	-620
Paraíba	12.452	36.365	-23.913	20.852	35.630	-14.778
Pernambuco	28.028	65.449	-37.421	37.059	65.783	-28.724
Alagoas	9.863	19.226	-9.363	13.385	21.237	-7.852
Sergipe	7.312	10.313	-3.001	12.205	9.404	2.801
Bahia	35.047	72.781	-37.734	45.517	87.690	-42.173
Minas Gerais	61.373	121.896	-60.523	79.788	101.612	-21.824
Espírito Santo	20.116	20.499	-383	26.906	19.713	7.193
Rio de Janeiro	85.523	53.136	32.387	57.640	62.374	-4.734
São Paulo	325.089	128.745	196.344	267.917	149.493	118.424
Paraná	52.386	132.947	-80.561	58.809	108.153	-49.344
Santa Catarina	24.563	24.288	275	32.992	27.144	5.848
Rio Grande do Sul	15.377	31.238	-15.861	23.395	29.613	-6.218
Mato Grosso do Sul	29.291	22.498	6.793	26.261	23.742	2.519
Mato Grosso	32.615	15.109	17.506	54.174	24.444	29.730
Goiás	38.348	40.856	-2.508	51.815	34.518	17.297
Distrito Federal	47.581	15.111	32.470	34.918	34.010	908
Brasil Anual	958.746	958.746	-	1.061.421	1.061.421	-
Período	9.587.459	9.587.459	-	10.614.218	10.614.218	-

Notas: (*) Inclui os migrantes não-naturais e os de retorno, bem como os intra-regionais e os inter-regionais

(**) Os volumes decenais são encontrados em Cunha (1999).

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Ao longo dos últimos vinte anos, as migrações internas reorganizaram a população no território nacional, onde as vertentes da industrialização e das fronteiras agrícolas constituíram os eixos da dinâmica da distribuição espacial da população no âmbito interestadual, muito embora a primeira vertente detivesse os fluxos mais volumosos. Nesse sentido, as análises a respeito do

processo de distribuição espacial da população nos anos 70⁸, e até mesmo durante a década de 80, estiveram baseadas e preocupadas em apontar o crescente e intenso movimento de concentração: da *migração*, com a predominância do fluxo para o Sudeste; do *processo de urbanização*, com a enorme transferência de população do campo para a cidade, quando cerca de 15,6 milhões deixaram as áreas rurais nesse período (Martine, 1994); e, da *população*, manifestada no processo de metropolização.

De fato, essas características representaram e compuseram a sociedade urbano-industrial brasileira (Faria, 1991), com a concentração tanto de atividades econômicas quanto populacional. É revelador nesse processo, no entanto, que os efeitos da desconcentração relativa das atividades econômicas⁹, iniciada no decorrer dos anos 70, não tivesse tido reflexos imediatos nos deslocamentos populacionais captados pelo censo demográfico de 1980; somente no período 1981-1991 é que esse processo tornou-se mais evidente, sugerindo uma defasagem entre os deslocamentos das atividades econômicas e os deslocamentos de população¹⁰.

No entanto, além das “trajetórias dominantes”¹¹, fenômenos de suma importância para a dinâmica da mobilidade espacial da população já emergiam naquele período. Um deles referia-se ao refluxo de mineiros para seu Estado já nos anos 70¹², apontando o incipiente processo de reversão emigratória da área; cerca de 35,6% dos imigrantes para o Estado de Minas Gerais eram de retorno naquele período, proporção ligeiramente superior à encontrada no período 1990-1995 (33,8%)¹³. O processo de desconcentração das atividades econômicas que marcava o período 1970-1980 beneficiou Minas Gerais, podendo já ter contribuído, nesse período, para a absorção de sua população natural, bem como para atração e, inclusive, refluxo de população.

Outro aspecto a considerar refere-se aos possíveis destinos migratórios nos anos 70. Martine e Carvalho (1989) sintetizam os deslocamentos populacionais, desse período, destacando

⁸ Veja-se a importante contribuição de Martine (1987), Taschner e Bógus (1986), entre outros.

⁹ Veja-se Negri (1996), Diniz (1995); Cano (1995); Pacheco (1998).

¹⁰ Negri (1996) aponta essa possível defasagem entre dinâmica econômica e dinâmica migratória em seu estudo a respeito do processo de desconcentração da indústria no País.

¹¹ Veja-se Brito (1997).

¹² Brito (1997) indica essa tendência para os anos 70.

¹³ O movimento de retorno para o Estado de Minas Gerais alcançou seu ponto máximo no período 1981-1991, quando 47,3% de seus imigrantes interestaduais compunham um movimento de retorno ao Estado.

a ocorrência do aumento no número de estados expulsos de população e a redução nos receptores. Na verdade, das vinte e seis UF's existentes em 1980¹⁴, onze delas haviam registrado trocas migratórias positivas com outros estados (vide Tabela 5), das quais cinco estavam no Norte, indicando que entre 1970-1980 essa fronteira foi capaz de aumentar o número de estados absorvedores de população no País; Rondônia chegou a ter um ganho populacional ao ano de 24.600 pessoas e o Pará de 22.961. Além dos estados nortistas, no Centro-Oeste, o papel de “nova capital” do Distrito Federal e as trocas positivas para o Mato Grosso já indicavam novos espaços da migração.

Das UF's restantes, e com trocas negativas no período 1970-1980, nove delas situam-se no Nordeste - área que tradicionalmente vinha perdendo população. O aumento no número de estados expulsos devia-se muito mais, então, à continuidade de perda populacional do Rio Grande do Sul e da fronteira agrícola do Paraná, já que no Norte, principalmente, esta foi uma etapa de significativa absorção de população.

De qualquer forma, no cômputo geral, havia, nos anos 70, mais estados “perdedores” que “ganhadores” de população¹⁵. Essa situação inverteu-se na década seguinte, com os anos 80 entrando na história migratória recente do País com o maior número de “espaços ganhadores” nas migrações interestaduais, mesmo tendo o Rio de Janeiro registrado perdas populacionais. Dentre as vinte e sete UF's existentes em 1991, quatorze delas registraram trocas migratórias positivas no período 1981-1991, destacando-se, além dos estados do Norte (à exceção do Acre), o saldo positivo do Estado de Sergipe (no Nordeste), do Espírito Santo (no Sudeste) e de Goiás (no Centro-Oeste).

De fato, de uma para outra década, ocorreram significativas mudanças econômicas que tiveram rebatimentos sobre os movimentos migratórios. Ao lado do processo de esgotamento das fronteiras agrícolas, o País conviveu com o importante processo de desconcentração relativa da indústria, que implicou na alteração da distribuição das atividades econômicas, em particular as industriais. De acordo com Pacheco (1998), em 1970, o Estado de São Paulo concentrava 58,1%

¹⁴ Tocantins ainda fazia parte de Goiás.

¹⁵ Eram 15 estados perdedores de população contra 11 ganhadores.

da indústria de transformação nacional, baixando para 51,9%, em 1985; nesse processo, a Região Metropolitana de São Paulo reduziu sua participação de 43,4% para 29,4%, nos respectivos períodos, em favor do crescimento do seu Interior (de 14,7% para 22,5%), bem como de outros estados, como Minas Gerais (que concentrava 6,4% da indústria de transformação brasileira, em 1970, elevando essa participação para 8,3%, em 1985); Paraná (3,1% e 4,9%, respectivamente); Bahia (de 1,5% para 3,8%); Santa Catarina (2,6% e 3,9%) e Rio Grande do Sul (6,3% e 7,9%). Essa desconcentração relativa da indústria propiciou também fluxos migratórios nessas direções, bem como reteve uma população que potencialmente migraria destas áreas.

Foi particularmente importante, no período 1981-1991, o movimento de retorno aos estados de nascimento, como já destacado, os quais também contribuíram para a elevação no número de estados ganhadores. Nos anos 70, o movimento de retorno aos estados de nascimento representava apenas 11,0% do total da migração nacional, proporção que chegou a dobrar no período 1981-1991, alcançando 24,5% do total; passou-se de um volume anual de retorno de 105.482 pessoas, no período 1970-1980, para 259.582, entre 1981-1991 (Tabela 6).

Tabela 6

Volumes Anuais de Migrantes de Retorno Interestaduais^(*)

Principais Estados de Imigração de Retorno

1970-1980^(**) e 1981-1991

Principais Estados	Volume Anual		Proporção do Retorno no Total	
	1970-1980	1981-1991	1970-1980	1981-1991
Maranhão	2.156	8.380	11,79	35,37
Piauí	1.914	7.251	20,65	44,97
Ceará	5.267	17.145	35,01	58,53
Rio Grande do Norte	2.803	6.670	28,09	41,89
Paraíba	4.165	10.936	33,44	52,44
Pernambuco	9.124	17.366	32,55	46,86
Alagoas	1.997	4.652	20,24	34,75
Sergipe	1.574	3.861	21,53	31,63
Bahia	6.536	17.788	18,65	39,08
Minas Gerais	21.701	37.702	35,36	47,25
São Paulo	19.681	37.324	6,05	13,93
Paraná	5.751	23.040	10,98	39,18
Santa Catarina	4.658	8.740	18,97	26,49
Rio Grande do Sul	4.194	11.306	27,27	48,33
Brasil	105.482	259.581	11,00	24,46

Nota: (*) Refere-se à população nascida na UF de residência atual que retornaram há menos de 10 anos a esta UF, para o período 1970-1980 e 1981-1991.

(**) Os volumes decenais encontram-se em Cunha (1999).

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Dentre os estados nordestinos, os volumes anuais de retorno mais que dobraram dos anos 70 para os 80, embora já se pudesse notar, no período 1970-1980, expressiva participação de retorno na imigração do Ceará, Paraíba e de Pernambuco (superior a 30,0% do total)¹⁶. No Sudeste, Minas Gerais que já registrava, nos anos 70, o maior fluxo de retorno do País, 21.701 migrantes ao ano, atingiu 37.702, entre 1981-1991.

O maior incremento na migração de retorno, ao longo desses períodos, foi registrado para os estados da Região Sul, em especial o Paraná, que apresentava um fluxo anual de imigrantes de retorno de apenas 5.751 pessoas nos 70, atingindo um volume de 23.040 ao ano, no período 1981-1991.

Assim, os anos 80 já indicavam a *expansão dos espaços da migração*, tendência que se viu confirmada nos anos 90, particularmente quando se consideram os movimentos intra-regionais e os inter-regionais separadamente.

2.1.2. A importância das migrações interestaduais do período 1981-1991¹⁷

A redução no ritmo de crescimento da população residente nos estados brasileiros, verificada nas últimas décadas¹⁸ refletiu, de um lado, a contínua diminuição nas taxas de fecundidade, e de outro lado, expressou as novas formas de distribuição espacial da população no País. Num primeiro momento¹⁹, as baixas taxas de crescimento da população estadual, e mesmo municipal, verificada no período 1980-1991, contribuíram para interpretações baseadas na crise econômica da década de 80. Segundo Martine (1992), os efeitos da crise teria gerado um imobilismo na população, a qual estaria deixando de migrar. Outra análise baseada na significativa redução nas taxas de crescimento da Região Metropolitana de São Paulo (de 3,7%

¹⁶ Alguns estudos mostram como o fluxo de migrantes nordestinos tem um constante “ir e vir”, que se expressa na migração de retorno; veja-se Amaral e Nogueira (1992), Baeninger (1996), por exemplo.

¹⁷ Parte das análises apresentadas baseia-se em Pacheco et al (1997) e Baeninger (1996).

¹⁸ Encontram-se no Anexo 2 a população total e as taxas de crescimento dos estados brasileiros nos períodos 1970-1980, 1980-1991 e 1991-1996.

¹⁹ Quando dessas interpretações ainda não estavam disponíveis as informações do Boletim da Amostra do Censo Demográfico de 1991, dentre as quais constam as informações sobre migração.

a.a., nos anos 70, para 1,0% , nos 80) fez-se levantar a hipótese da possível interrupção dos fluxos migratórios para o Estado de São Paulo naquela década (Pacheco et al, 1997), em função da conjuntura recessiva dos anos 80 ter afetado mais diretamente esta área (Cano, 1996). O retrato das correntes migratórias no País no período 1981-1991 indicou, no entanto, a intensa mobilidade espacial da população, bem como a continuidade, e não interrupção, da migração com destino a São Paulo; no movimento de distribuição espacial da população crescia a emigração deste Estado, que se refletiu nas baixas taxas de crescimento da população.

As migrações interestaduais dos anos 80 envolveram um contingente de 10.614.218 pessoas (Tabela 7). Do total da imigração nacional, o Estado de São Paulo respondeu por 25,2% (2.679.160 pessoas), sendo que, com volumes bem menores, seguiram-se os estados de Minas Gerais (com 797.882 imigrantes vindos de outros estados), do Paraná (588.088 imigrantes), do Rio de Janeiro (576.400), Mato Grosso (541.747), Goiás (518.145) e Pará (508.408). No Mapa 4 pode-se verificar os volume de imigração para cada Unidade da Federação.

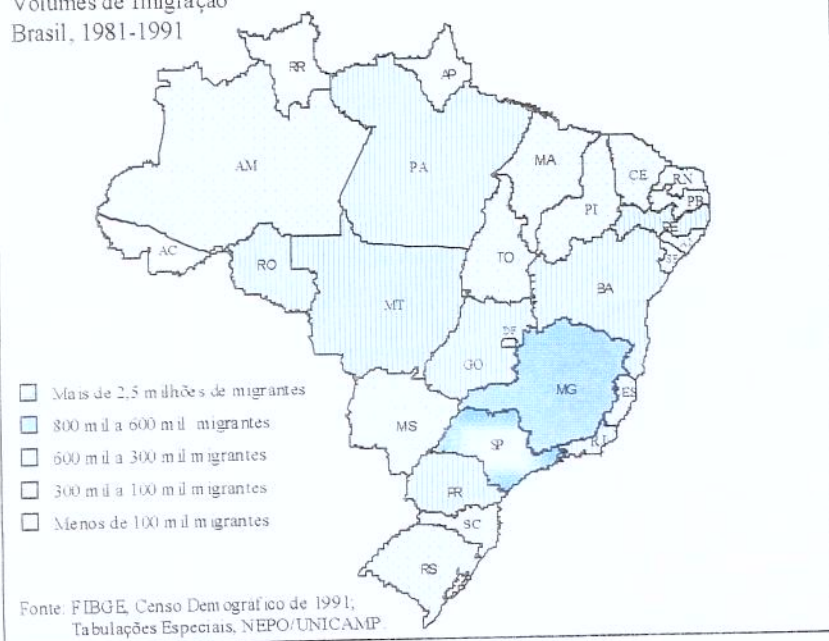
Tabela 7

Principais Volumes de Imigração e Emigração
Unidades da Federação – Brasil
1981-1991

UF's	Imigração	Imigrantes de Retorno	Proporção Retorno (%)	Emigração	Emigrantes de Retorno	Proporção Retorno (%)	Trocas Totais
São Paulo	2.679.160	373.239	13,93	1.494.935	669.781	44,80	1.184.225
Minas Gerais	797.882	377.019	47,25	1.016.118	162.070	15,95	-218.236
Paraná	588.088	230.396	39,18	1.081.534	173.408	16,03	-493.446
Mato Grosso	541.747	26.215	4,84	244.439	101.294	41,44	297.308
Goiás	518.145	103.793	20,03	345.174	85.270	24,70	172.971
Rio de Janeiro	576.400	120.167	20,85	623.738	239.010	38,32	-47.338
Pará	508.408	51.809	10,19	340.291	107.758	31,67	168.117
Rondônia	411.802	8.786	2,13	157.958	65.995	41,78	253.844
Bahia	455.167	177.885	39,08	876.902	138.147	15,75	-421.735
Distrito Federal	349.188	13.050	3,74	340.101	116.610	34,29	9.087
Pernambuco	370.584	173.658	46,86	657.833	96.927	14,73	-287.249
Ceará	292.912	171.454	58,53	519.713	59.442	11,44	-226.801
Outras UF's	2.524.735	768.343	30,43	2.915.482	580.102	19,90	-390.747
Brasil	10.614.218	2.595.814	24,46	10.614.218	2.595.814	24,46	-

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Mapa 4
Volumes de Imigração
Brasil, 1981-1991

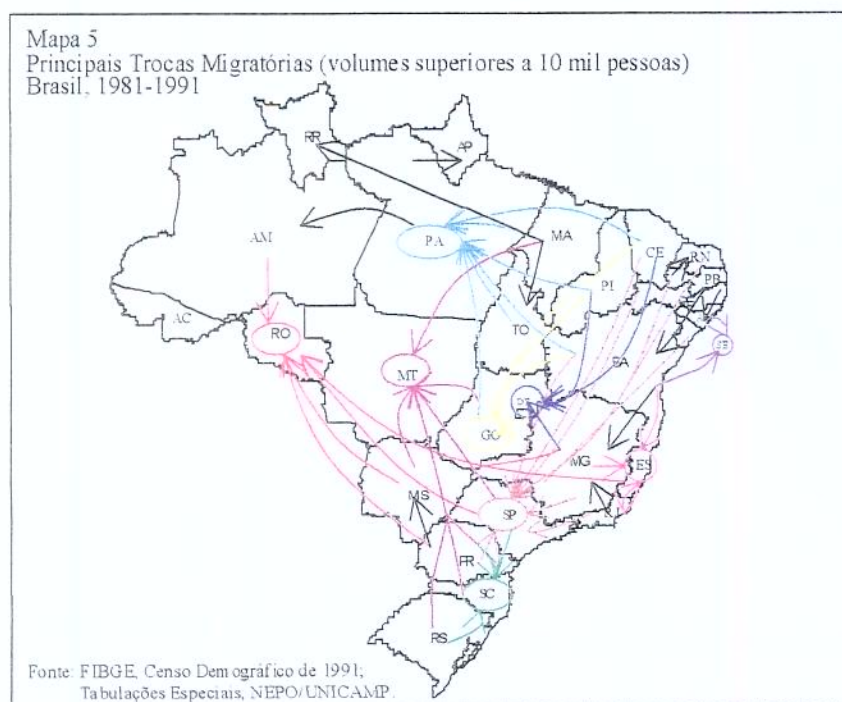


As trocas migratórias estabelecidas entre os estados brasileiros sintetizam o papel destes nas migrações internas do País nos anos 80. Destaca-se, nesse período, o aumento no número de estados “ganhadores” de população com a conjunção favorável das seguintes situações:

- estados da Região Norte ainda com capacidade de absorção da população migrante, em função da extensão das atividades relacionadas à fronteira agrícola;
- São Paulo como destino primaz dos fluxos do Nordeste;
- refluxos populacionais em direção aos estados nordestinos;
- maior capacidade de retenção populacional no Sul e,
- modernização da fronteira centroestina permitindo a atração e retenção de população.

Diante desse cenário, os anos 80 experimentaram a inserção de novos estados no processo migratório nacional. No caso dos estados da Região Norte, somente o Acre não obteve ganhos populacionais, destacando-se Rondônia (com um ganho populacional de mais de 250 mil pessoas) e Pará (168 mil), como centros receptores da migração nessa Região (Mapa 5). Dentre os fluxos migratórios para a área, aqueles oriundos da Região Nordeste respondiam por 48,0% da migração interestadual do Norte. Para Rondônia, ainda predominaram os fluxos oriundos do Sul e

Sudeste, como prosseguimento de tendência da década anterior, embora estes fluxos tenham se arrefecido no período 1981-1991.



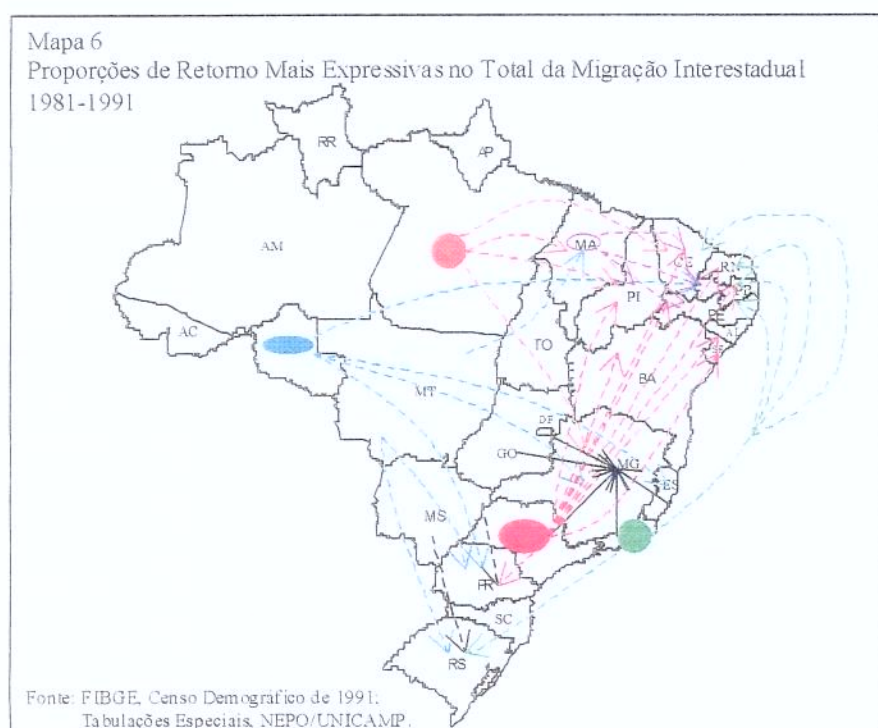
Os imigrantes chegados²⁰ aos estados da Região Norte, no período 1981-1991, apresentaram maiores participações de inserção no setor primário, em relação aos demais estados brasileiros. À PEA migrante nesse setor correspondia mais de 30,0% do total em Rondônia, Pará e Tocantins, refletindo, de fato, a dinâmica econômica da Região. Nos casos dos dois primeiros estados citados, a proporção de imigrantes inseridos no setor primário era semelhante à verificada para a população não-migrante²¹. Já para Tocantins a PEA migrante estava mais concentrada no setor terciário (47,7%) e mesmo secundário (14,8%) do que a PEA da população não-migrante, que chegava a concentrar no setor primário 44,6% do total essa proporção era de 32,6% para PEA imigrante em Tocantins²².

²⁰ Referem-se àqueles que chegaram, permaneceram e estavam vivos na Região em 1991.

²¹ População com mais de 10 anos de residência na UF ou que nunca migrou.

²² No Anexo 3 pode-se verificar a distribuição da PEA migrante e não-migrante por setor de atividade no período 1981-1991.

Embora, os estados do Pará e Rondônia tivessem se constituído em pólos de absorção migratória, no período 1981-1991, a emigração conjunta desses estados foi superior a 500 mil pessoas, das quais parcela considerável estava fazendo o caminho de volta aos estados de nascimento. Nos fluxos Rondônia→Paraná, Rondônia→Paraíba e Rondônia→Espírito Santo, mais de 60,0% eram migrantes de retorno, chegando a 71,2% entre os emigrantes de Rondônia para Minas Gerais²³. Na emigração do Pará em direção ao Ceará, Piauí, Minas Gerais e Maranhão mais da metade era composta por uma população de retorno (Mapa 6). Essas evidências já anunciavam a interrupção dessas áreas como absorvedoras de população, apesar de sua importância para o processo de distribuição espacial da população no Brasil.



Dentre os estados do Nordeste, pode-se constatar, no período 1981-1991, uma diminuição nos volumes de emigração, inclusive com a significativa recuperação demográfica do Estado do Sergipe, que chegou a registrar um ganho líquido populacional de 28.002 pessoas em suas trocas migratórias nesse período. Os demais estados ainda tiveram trocas negativas, embora em volumes

²³ Encontram-se no Anexo 4 os principais fluxos migratórios estabelecidos entre os estados brasileiros no período 1981-1991, bem como a proporção de retorno.

menores que em décadas anteriores. No Nordeste, os anos 80 foram marcados por expressivos fluxos de retorno aos estados de nascimento, principalmente para o Ceará (58,5% de seus imigrantes eram de retorno) e Paraíba (52,4%).

De modo geral, a imigração para o Nordeste com origem em São Paulo apresentou as maiores participações de retorno, particularmente nos fluxos São Paulo→Piauí, onde 70,7% eram migrantes de retorno, São Paulo→Ceará (72,0%) e São Paulo→Paraíba (67,7%). Esses imigrantes de retorno nos estados do Nordeste tenderam a se concentrar no setor terciário da economia nordestina (mais da metade da PEA migrante de retorno estava inserida nesse setor), enquanto dentre a população não-migrante era ainda elevada a participação da PEA no setor primário (em torno de 35,0% do total), mesmo com a tendência a maior inserção no terciário (em média 43,1%).

Para alguns estados nordestinos, essa situação diferencial de inserção dos imigrantes de retorno nos setores de atividade foi bastante acentuada; no Maranhão, 52,7% de sua PEA não-migrante encontrava-se no setor primário, proporção que diminui para 20,9% quando se tratava dos migrantes de retorno. No Piauí, 57,7% de sua PEA migrante de retorno estava no setor terciário e 26,1% no primário; já para a população não-migrante encontrava-se 38,5% e 46,5%, respectivamente; para a Bahia 53,7% de seus migrantes de retorno estavam no setor terciário, e entre os não-migrantes essa participação era de 41,1%. Assim, pode-se constatar que para a população que retornou a essa Região sua inserção nas atividades econômicas no local de destino ocorreu via o setor terciário e, portanto, não se reconhece uma “volta às origens” com a possibilidade de retorno às atividades primárias. A própria experiência migratória pregressa contribui para essa inserção diferencial da população migrante (em particular de retorno) nos setores de atividade.

Considerando a trajetória histórica dos estados do Sudeste, as migrações do período 1981-1991, apontaram para a contínua redução no ritmo de expulsão populacional do Estado de Minas Gerais. De fato, caracterizado há várias décadas como forte área de emigração, passou a ser, nos anos 80, o segundo destino migratório no País²⁴, apesar de ainda ter registrado trocas migratórias

²⁴ Nos anos 70, essa colocação era ocupada pelo Rio de Janeiro.

negativas. A procedência dos migrantes para Minas Gerais era majoritariamente de São Paulo (40,0% de seus imigrantes), sendo significativo o volume de retorno nesse movimento, que correspondeu a quase a metade (47,6%) do total dos migrantes que para lá se dirigiram.

Os fluxos São Paulo→Minas Gerais, Espírito Santo→Minas Gerais e Distrito Federal→Minas Gerais apresentaram mais da metade de seus imigrantes na condição de retorno, constituindo este estado no centro de recepção dos migrantes de retorno na Região Sudeste. Assim como no Nordeste, os migrantes de retorno para Minas Gerais estavam inseridos em sua maior parte no setor terciário da economia, 54,9% contra 48,7% para a população não-migrante; para os migrantes de retorno, apenas 16,6% estavam no setor primário e entre os não-migrantes essa proporção chegava a 25,3%.

O Espírito Santo, já nos anos 80, conseguiu inverter sua condição de estado expulsor de população no âmbito nacional. Os fluxos migratórios mais importantes para o Estado tiveram origem em Minas Gerais e Rio de Janeiro, demonstrando a importância dos estados vizinhos nos processos migratórios capixabas (Rigotti e Carvalho, 1997).

Já, o Rio de Janeiro vem assistindo a um processo de desaceleração migratória, inclusive registrando, no período 1981-1991, maior volume de saídas do que de entradas de população, colocando-se entre as áreas de perdas populacionais. Este estado apresentou, pela primeira vez ao longo das últimas décadas, saldo migratório negativo, sendo que 30,4% de seus emigrantes se dirigiram para a Região Nordeste. Também nesse caso foram significativos os volumes de migrantes de retorno, principalmente para o Ceará, onde 68,4% dos emigrantes do Rio de Janeiro estavam retornando ao estado de nascimento, e para a Paraíba (65,6%); para Pernambuco e Rio Grande do Norte, mais de 50,0% eram migrantes de retorno. Do Rio de Janeiro partiu o segundo maior volume de retorno do País (cerca de 239.010 pessoas), perdendo apenas para São Paulo. No total dessa emigração de retorno, 66,0% desse contingente se inseriram no setor terciário em seus estados de nascimento.

O Estado de São Paulo, por sua vez, no período 1981-1991, mesmo com o maior volume de emigrantes do País na década (cerca de 1,5 milhão), registrou um ganho líquido populacional de mais de um milhão de pessoas, indicando:

- a) a continuidade de seu papel de pólo nacional das migrações no Brasil e
- b) a menor absorção da população migrante, naquela década, expressa nos fluxos de retorno – que chegaram a representar 44,8% do seu movimento emigratório. De São Paulo retornaram 669.781 pessoas, no período, sendo os fluxos mais expressivos para Minas Gerais (167.755 pessoas), Paraná (93.316), Bahia (87.797), Pernambuco (77.305) e Ceará (53.927 migrantes).

Quanto à Região Sul, os anos 80 ainda testemunharam a continuidade do processo de evasão populacional, apesar de que em volumes menores. Pela segunda década consecutiva, esta região, em particular o Estado do Paraná, apresentou a menor taxa de incremento demográfico, reafirmando seu caráter expulsor de população. Apesar da capacidade demonstrada pelos centros urbanos da região em reter parcelas significativas do êxodo rural e das perdas sofridas pelas pequenas cidades (Magalhães, 1998), permaneceu a tendência a saldos migratórios negativos, sendo o caso do Estado do Paraná o mais expressivo, com uma perda populacional de quase 500 mil pessoas ainda nessa década. Já os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina vêm reduzindo suas perdas. Santa Catarina já havia registrado, nos anos 80, importante alteração em seu processo emigratório, garantindo um saldo migratório positivo de 58.470 pessoas nesse período; parcela importante dessa imigração teve origem nos próprios estados sulinos.

Os estados do Paraná e Rio Grande do Sul tiveram significativa participação de retorno em seus movimentos migratórios, correspondendo a 39,2% e 48,5%, respectivamente, do total de seus emigrantes. Essas áreas se configuraram como de evasão populacional nas décadas passadas, com fluxos destinando-se às fronteiras agrícolas; o esgotamento dessas fronteiras, no entanto, já trazia de volta os gaúchos e paranaenses que acompanharam no território nacional a abertura das frentes de expansão agrícola em outras décadas. O Paraná chegou a ter um volume de 230.396 migrantes de retorno, no período 1981-1991, e o Rio Grande do Sul, de 113.353 pessoas. Tais migrantes também tiveram maior inserção no setor terciário (59,0% da PEA migrante do Rio Grande do Sul e 54,3% da do Paraná), enquanto a PEA não-migrante desses estados chegava a ter

mais de 20,0% do total em atividade primária; para a população migrante de retorno esta proporção era de 11,5%, no Rio Grande do Sul, e 18,2%, no Paraná.

Os estados do Centro-Oeste, em seu conjunto, caracterizaram-se por absorver significativa parcela da migração nacional, no período 1981-1991, onde se pode verificar ganhos populacionais para todas as UF's da Região, especialmente para o Mato Grosso (297.308 pessoas) e Goiás (173.971). De fato, essas áreas figuraram, nos anos 80, como importantes *espaços de expansão da migração* no País, juntamente com os estados de Rondônia e Pará. Enquanto os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentaram significativa migração vindas das regiões Sudeste e Sul, o Distrito Federal registrou uma maior participação de migrantes nordestinos, sendo que para Goiás predominaram os fluxos provenientes do próprio Centro-Oeste, particularmente do Distrito Federal. Os fluxos de retorno para a Região foram pouco significativos em termos quantitativos, destacando-se aqueles com origem na Região Norte em direção ao Mato Grosso do Sul e à Goiás.

Já na emigração do Centro-Oeste deve-se destacar a acentuada participação dos migrantes de retorno, principalmente o fluxo Mato Grosso do Sul→Paraná (com 54,5% de retorno); Mato Grosso do Sul→Rio Grande do Sul (70,7%); Mato Grosso do Sul→Minas Gerais (52,5%) e ainda do Mato Grosso para o Paraná (63,4% de retorno) e para o Rio Grande do Sul (80,8%). O Estado de Goiás e o Distrito Federal tiveram seus retornos concentrados em direção aos estados do Nordeste; os fluxos de Goiás dirigiram-se para o Piauí e para o Ceará (com mais de 60,0% de migrante de retorno em média) e os do Distrito Federal, para Paraíba, Ceará e Piauí (também com essa proporção de retorno). Esses emigrantes tiveram ainda importante inserção no setor primário em suas área de destino (em torno de 20,0%), especialmente aqueles oriundos de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, apesar da tendência à concentração no setor terciário. Já os migrantes que partiram do Distrito Federal concentraram-se basicamente no setor terciário em suas áreas de destino (70,4%).

O mapa das migrações interestaduais no Brasil, nos anos 80, foi caracterizado, portanto, pelo aumento no número de “estados ganhadores” de população (vide Mapa 5), onde se pode destacar a configuração, naquela década, dos seguintes pólos migratórios²⁵:

- Pólo Nacional – São Paulo
- Pólos Subnacionais – Mato Grosso e Rondônia
- Pólos Inter-regionais – Pará, Goiás e Distrito Federal
- Pólos Regionais – Sergipe, Espírito Santo e Santa Catarina.

As migrações de longa distância estiveram mais concentradas nas duas primeiras categorias, sendo as outras duas restantes mais vinculadas à dinâmica migratória com estados vizinhos. Assim, os movimentos migratórios ocorridos entre os estados brasileiros, na década de 80, sinalizaram significativas alterações na posição dos estados no processo migratório nacional, com a multiplicação de pólos de recepção e absorção de população, mesmo com a manutenção de fluxos históricos, como os do Nordeste→Sudeste.

As particularidades do processo de distribuição espacial da população, no período 1981-1991, podem ser assim elencadas:

- a intensificação da urbanização, em todos os estados, contribuiu para a expansão dos espaços da migração, principalmente para os estados marcados pelo processo de “urbanização da fronteira”²⁶, como Rondônia, Pará, Mato Grosso e Goiás;
- os efeitos multiplicadores advindos do processo de urbanização, de maneira geral, e do processo de desconcentração das atividades econômicas reteve a população em seus âmbitos regionais, propiciando movimentos migratórios de curta distância;
- aumentaram o número de estados “ganhadores”;
- a crise econômica em São Paulo refletiu-se na importância de sua emigração de retorno.

²⁵ Definidos pela concentração de fluxos e trocas migratórias.

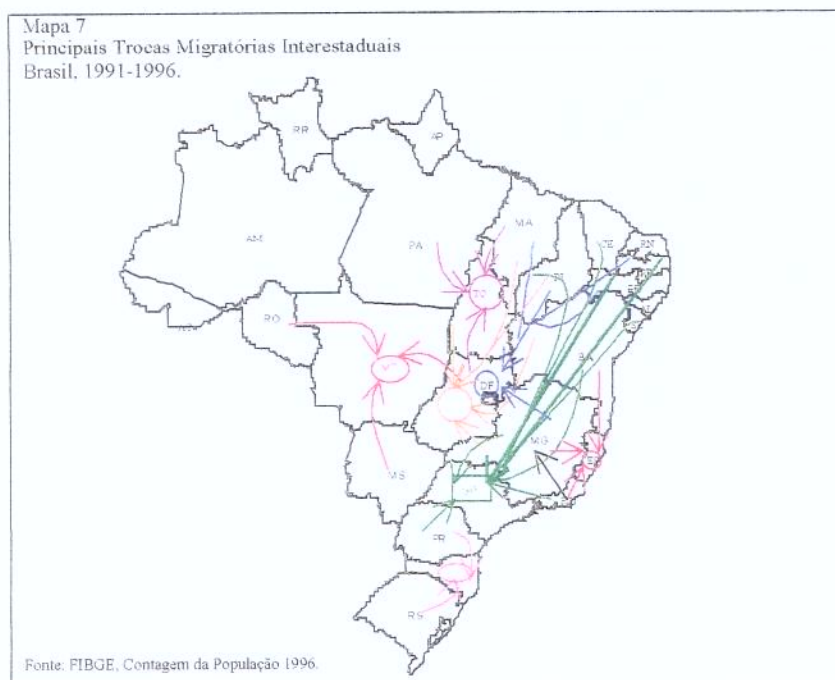
²⁶ Veja-se Martine (1987).

Nesse contexto, os anos 80 marcaram o início do processo de expansão dos espaços da migração interestadual, muito embora parte desses espaços ainda estivessem relacionados, no processo de distribuição espacial da população, à vertente das fronteiras agrícolas.

A análise dos movimentos migratórios, em anos recentes, como se procederá a seguir, indica o reforço da tendência de configuração de novos espaços da migração, agora, no entanto, muito mais relacionados ao âmbito de suas próprias regiões.

2.1.3. Os contextos intra-regionais e inter-regionais: 1986-1991 e 1991-1996

Quando se considera os movimentos migratórios interestaduais²⁷, de modo geral, e suas trocas migratórias pode-se verificar, do período 1986-1991 para 1991-1996, uma redução no número de estados ganhadores de população. No âmbito inter-regional²⁸ alterou-se, de fato, a tendência manifestada ao longo do período 1981-1991, analisada anteriormente, de multiplicação de pólos nacionais de atração de migrantes interestaduais fora do eixo centro-sul do País (Mapa 7).



²⁷ Incluem os intra-regionais e os inter-regionais

²⁸ Fluxos migratórios estabelecidos com estados de outras regiões

Nas principais trocas migratórias ocorridas entre os estados brasileiros, no período 1991-1996, nota-se como São Paulo continuou absorvendo a população migrante oriunda dos estados do Nordeste e do Paraná, bem como de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Os estados de Goiás e Distrito Federal também se constituíram no destino para os migrantes nordestinos vindos do Maranhão, do Piauí e da Bahia. Como centros regionais de atração migratória mantiveram-se apenas o Espírito Santo e Santa Catarina, desaparecendo os do Norte (Pará e Rondônia) e do Nordeste (Sergipe).

O movimento migratório interestadual do período 1986-1991 mobilizou 5.012.421 migrantes, sendo este volume de 4.092.029, em 1991-1996 (Tabela 8). Apesar dessa redução no volume de migrantes, alguns fluxos demonstraram aumentos absolutos, de um para outro período²⁹, principalmente para os estados do Amapá, Tocantins, Goiás, São Paulo e Paraná (Mapa 8). Os dois primeiros estados canalizaram a imigração com origem nos estados do Norte e do Maranhão e Piauí; já os demais tiveram nos fluxos oriundos dos estados do Nordeste, em seu conjunto, o aumento em seus volumes de entrada de pessoas.

Tabela 8
Movimentos Migratórios Inter-Regional e Intra-Regionais
Grandes Regiões
1986-1991 e 1991-1996

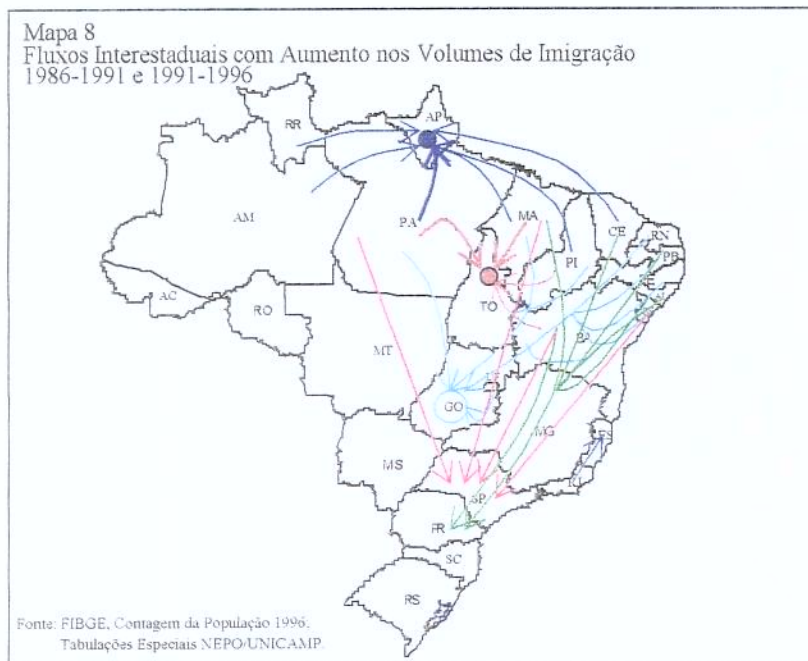
Grandes Regiões	1986-1991(*)				1991-1996(**)			
	Intra	Inter	Total	% Intra	Intra	Inter	Total	% Intra
Norte	144.627	408.516	553.143	26,15	133.865	310.370	444.235	30,13
Nordeste	459.777	477.915	937.692	49,03	319.643	384.291	703.934	45,41
Sudeste	726.557	1.426.934	2.153.491	33,74	552.341	1.219.899	1.772.240	31,17
Sul	268.410	285.264	553.674	48,48	223.610	254.718	478.328	46,75
Centro-Oeste	186.955	627.286	814.241	22,96	187.408	505.884	693.292	27,03
Total	1.786.326	3.225.915	5.012.241	35,64	1.416.867	2.675.162	4.092.029	34,63

Notas: (*) Pessoas que residiam na UF em 1/9/91, mas não residiam em 1/9/86; não inclui a população menor de 5 anos.

(**) Pessoas que residiam na UF em 1/9/96, mas não residiam em 1/9/91; não inclui a população menor de 5 anos.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População 1996; *apud* FIBGE/DPE/DPIS/DIEAD/DEMOG (1997).

²⁹ Os principais fluxos migratórios estabelecidos entre os estados brasileiros, nos períodos 1986-1991 e 1991-1996, podem ser consultados no Anexo 5.



No movimento emigratório interestadual, os estados que registraram aumento em seu volume, de um para outro período, pode ser visualizado no Mapa 9. Partiu dos estados da Região Norte o maior número desses fluxos migratórios: de Roraima e do Pará, refletindo o esgotamento da absorção migratória na fronteira agrícola e mineral, e de Tocantins, cuja emigração para Goiás relaciona-se ao processo de desmembramento territorial, além do aumento de sua emigração em direção à São Paulo e à Bahia. O Estado de Roraima elevou suas saídas de população para praticamente todos os estados brasileiros, mesmo que se tratem de volumes pequenos. No Nordeste, a Bahia e Sergipe viram aumentados seus volumes de emigrantes em direção, principalmente, à São Paulo.

O mapa dos principais fluxos migratórios ocorridos entre os estados brasileiros no período 1991-1996 (Mapa 10) indica a expressiva mobilidade espacial da população, já delineando regiões receptoras de migrantes no contexto intra-regional, principalmente na Região Centro-Oeste.

Mapa 9

Fluxos Interestaduais com Aumento no Volume de Emigrantes
1986-1991 e 1991-1996

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996

Mapa 10
Principais Movimentos Migratórios Interestaduais
1991-1996

Fonte: FIBGE, Contagem da População de 1996

importantes no processo de distribuição populacional no nível interno das Grandes Regiões.

A migração intra-regional³⁰, do período 1986-1991 e do de 1991-1996, correspondeu a 35,0% do movimento migratório total, embora seu volume tenha diminuído de 1.786.326 pessoas para 1.416.867, nos referidos períodos (vide Tabela 8). Nota-se que entre os estados do Norte, a participação relativa da migração intra-regional no total do movimento migratório subiu de 26,1%, no período 1986-1991, para 30,1%, no período 1991-1996, indicando a importância que vem assumindo esta migração na área.

Entre os estados do Nordeste e Sul encontraram-se, para os dois períodos, as maiores proporções de migração intra-regional em comparação com as das demais regiões (em torno de 45,0% do total), apesar de uma ligeira diminuição nessa participação de 1986-1996 para 1991-1996. No Nordeste, 49,0% da migração dos estados da Região havia sido intra-regional, entre 1986-1991, baixando para 45,4%, no período 1991-1996; para a Região Sul, era de 48,5% e diminuiu para 46,7%, mesmo assim permaneceu elevada a participação relativa desse movimento. Tanto o Nordeste quanto o Sul se mantiveram como *áreas de evasão populacional*, nos anos 80 e 90, ao nível inter-regional, aumentando, portanto, a importância relativa dos movimentos entre os estados da mesma região. A mesma explicação vale para as antigas áreas de fronteira, onde a diminuição da imigração de outros estados, fez aumentar a proporção da migração intra-regional. No Sudeste, esta proporção situava-se em torno de 30,0%, em ambos períodos, e no Centro-Oeste houve um aumento na proporção dos movimentos intra-regionais, no total da migração desta Região, de 22,9% para 27,0%, de um para outro período.

Entre os estados do Nordeste, ocorreu uma redução nesse movimento de 459.777 pessoas para 319.643, de 1986-1991 para 1991-1996. Essa diminuição não significou, em contrapartida, um aumento absoluto no fluxo para outros estados, já que este também decresceu; provavelmente, possa ter havido uma maior retenção populacional nos estados de origem.

Nos estados do Sudeste, a diminuição na migração intra-regional (de 726.557 pessoas para 552.341), deveu-se especialmente, à menor emigração de Minas Gerais para São Paulo. No Sul, a participação desse movimento chegou a representar 47,0% do total de seu movimento

³⁰ Refere-se aos movimentos migratórios ocorridos entre os estados de uma mesma Grande Região.

migratório do período 1991-1996, reduzindo pouco seu volume intra-regional: de 268.410 entradas internas para 223.610 pessoas, nos respectivos períodos.

Para algumas regiões é importante destacar que a migração de retorno teve também no movimento intra-regional expressiva participação. Acompanhando a tendência nacional, no entanto, houve uma diminuição no retorno intra-regional, de 1981-1991 para 1990-1995 (Tabela 9 e Mapa 11).

Tabela 9

Volumes Anuais e Proporção da Migração de Retorno^(*) segundo Movimentos Inter-Regionais e Intra-Regionais
Grandes Regiões
1981-1991 e 1990-1995

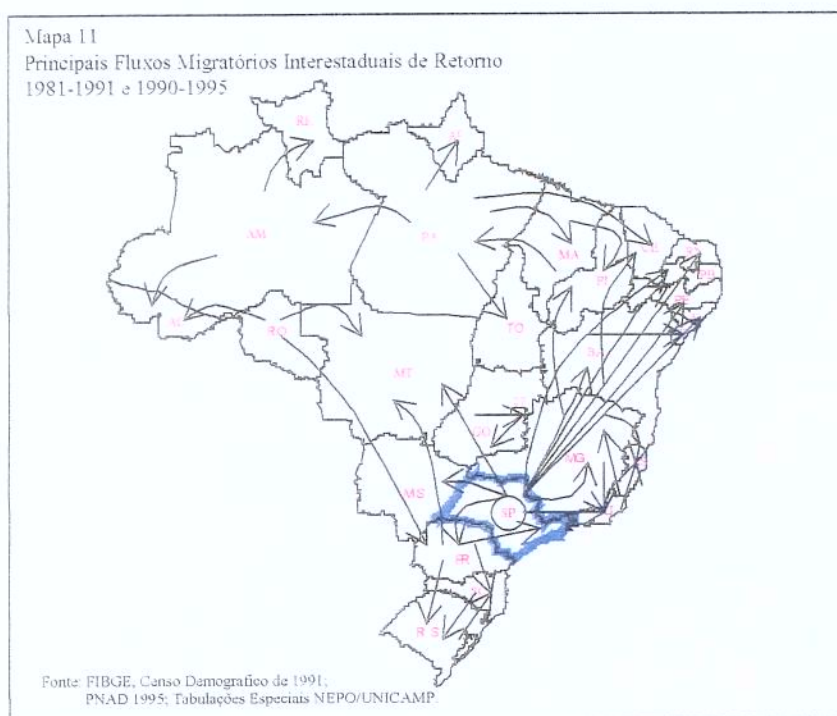
Regiões	Volumes Anuais de Retorno				Proporção do Retorno			
	1981-1991		1990-1995		1981-1991		1990-1995	
	Intra	Inter	Intra	Inter	Intra	Inter	Intra	Inter
Norte	4.501	6.879	3.405	3.873	15,16	6,67	11,21	6,20
Nordeste	30.876	63.174	18.098	47.995	28,62	56,64	20,53	43,06
Sudeste	44.909	47.930	32.683	27.183	29,19	17,22	23,34	11,23
Sul	16.025	27.062	14.652	29.240	29,05	45,08	22,03	37,05
Centro-Oeste	6.662	11.570	6.065	8.213	16,41	9,14	12,88	6,82
Total	102.973	156.615	74.903	116.504	27,11	23,05	20,13	18,93

Nota: (*) População que retornou há menos de 10 anos, no período 1981-1991, e há menos de 5 anos, no período 1990-1995, aos seus estados de nascimento.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e PNAD de 1995; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

No total do movimento migratório intra-regional, no período 1981-1991, cerca de 27,1% correspondia à população de retorno aos seus estados de nascimento; no conjunto, esta proporção foi superior à encontrada para o movimento inter-regional, onde o retorno respondia por 23,1% do total migratório. O fluxo de retorno entre os estados de uma mesma região chegou a 102.973 pessoas ao ano no período 1981-1991; já, no período 1990-1995, esse volume anual diminuiu para 74.903 pessoas. Mesmo assim permaneceu maior a proporção do retorno na migração intra-regional (20,1% do total) do que na inter-regional (18,9%); de fato, este movimento parece envolver maior contingente de pessoas em distâncias mais curtas, além disso, a nova dimensão espacial do fenômeno migratório propicia uma maior diversificação dos deslocamentos da população intensificando o retorno.

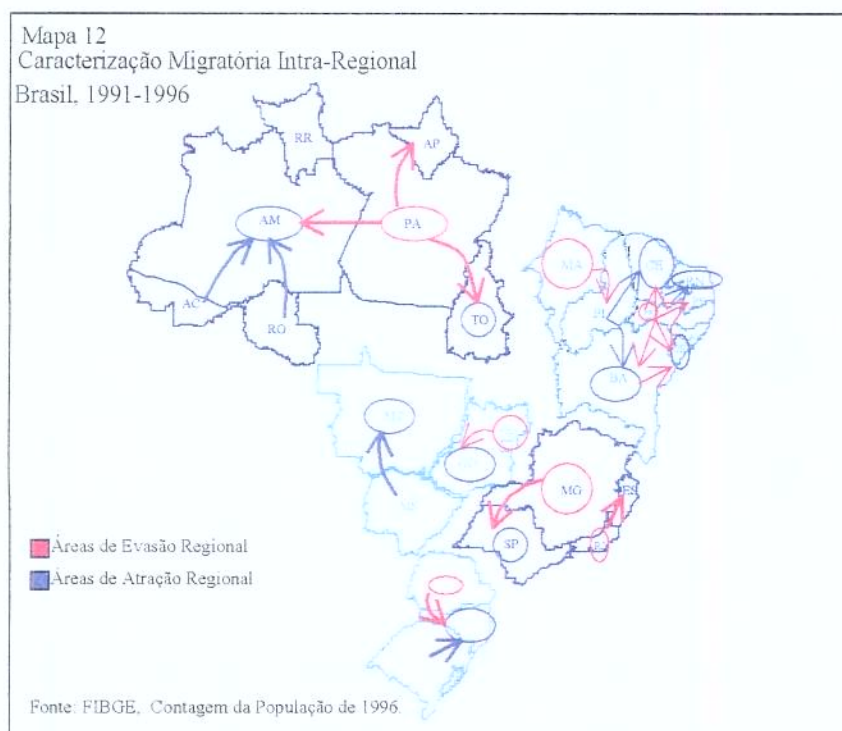
De fato, para as regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste a proporção de retorno, no total de sua imigração, foi muito mais expressiva nos movimentos intra-regionais que nos inter-regionais, indicando o intenso deslocamento de ida e volta entre estados da mesma região. Já nos casos do Nordeste e Sul, a maior participação do retorno encontrava-se no movimento vindo de UF's de outras regiões.



Esses refluxos populacionais, juntamente com os deslocamentos no âmbito da própria região, denotam processos internos de distribuição espacial da população que vêm contribuindo para expandir os espaços da migração. Para o conjunto da Grande Região torna-se difícil apreender esse processo; a análise desagregada de seus respectivos estados, no entanto, já possibilita identificar novas características da migração interna no Brasil, dentre elas: o papel dos movimentos intra-regionais na recuperação demográfica de determinadas áreas, marcadas pela evasão populacional ao nível nacional.

Desse modo, a migração entre os estados da própria região, particularmente nos primeiros anos da década de 90, garantiu a consolidação de alguns processos internos (Mapa 12). Dentre os estados da Região Norte, o Pará, já no período 1986-1991, despontava como uma área de perda

populacional no âmbito regional; situação que contrastou com sua posição de pólo de atração verificada para o período 1981-1991. Essa tendência se reafirmou entre 1991-1996, com este Estado aumentando suas perdas de população de 33.772 pessoas para 44.826 pessoas, do período 1986-1991 para o de 1991-1996, respectivamente (Tabela 10). Assim, consolidou-se, nos anos 90, como *área de evasão populacional* no contexto da Região Norte, passando a responder por mais da metade dos emigrantes regionais no período 1991-1996. Os principais fluxos destinaram-se ao Amazonas, Tocantins, Amapá e Roraima.



Essa nova configuração da migração interna no Norte deslocou a área de polarização da migração, fazendo emergir o Amapá com *área de forte absorção*³¹ da população regional, devido ao fluxo oriundo do Pará, assim como de Roraima. O Amazonas constituiu uma das grandes portas de entradas e de saídas de população da Região Norte, quase se tornando uma *área de rotatividade migratória*³². Destaca-se que Tocantins reverteu sua situação de expulsor de

³¹ IEM de 0,76 no período 1991-1996.

³² Para se ter uma idéia desse processo, no período 1991-1996, as entradas no Amazonas totalizaram cerca de 24 mil pessoas e suas saídas 20 mil.

população, ainda no período 1986-1991, passando a ter ganhos populacionais, especialmente, do Pará.

O fluxo com origem no Pará, em direção aos demais estados nortistas não registrou nenhuma corrente expressiva de retorno aos estados de nascimento³³, tratando-se, portanto, da busca de novas áreas capazes de absorver essa população não-natural no âmbito da própria Região.

Tabela 10

Movimento Migratório Intra-Regional
Grandes Regiões e Unidades da Federação – Brasil
1986-1991^(*) e 1991-1996^(*)

Regiões	1986-1991					1991-1996					Part. da Migração Intra-Regional no Total (%)			
	Imigração	Emigração	Trocas Migratórias	Índice		Imigração	Emigração	Trocas Migratórias	Índice		1986-1991		1991-1996	
				Eficácia	Reposição				Eficácia	Reposição	Imigração	Emigração	Imigração	Emigração
Norte	144.627	144.627	-	-	-	133.865	133.865	-	-	-	26,14	34,28	30,13	34,92
Roraima	19.607	11.383	8.224	0,27	1,72	11.826	11.350	476	0,02	1,04	15,43	12,05	18,21	16,83
Pará	37.567	71.339	-33.772	-0,31	0,53	28.305	73.131	-44.826	-0,44	0,39	17,68	38,94	16,83	38,57
Amapá	18.312	4.511	13.801	0,60	4,06	32.004	4.354	27.650	0,76	7,35	77,47	63,19	74,91	60,63
Tocantins	17.642	23.489	-5.847	-0,14	0,75	18.351	14.675	3.676	0,11	1,25	21,43	32,71	21,65	26,25
Nordeste	459.777	459.777	-	-	-	319.643	319.643	-	-	-	49,03	25,34	45,41	20,53
Maranhão	43.048	44.132	-1.084	-0,01	0,98	25.874	31.946	-6.072	-0,11	0,81	41,61	18,55	38,53	14,20
Piauí	47.766	44.327	3.439	0,04	1,08	32.426	31.660	766	0,01	1,02	65,48	31,79	58,27	24,77
Ceará	52.006	57.054	-5.048	-0,05	0,91	38.870	35.861	3.009	0,04	1,08	42,75	23,27	38,88	20,26
Rio Grande do Norte	40.548	27.114	13.434	0,20	1,50	24.789	19.382	5.407	0,12	1,28	53,65	35,47	47,18	31,00
Paraíba	44.111	59.184	-15.073	-0,15	0,75	34.854	36.017	-1.163	-0,02	0,97	49,61	34,00	49,12	28,95
Pernambuco	91.672	101.758	-10.086	-0,05	0,90	61.327	72.206	-10.879	-0,08	0,85	53,40	32,08	52,67	30,50
Alagoas	39.120	46.791	-7.671	-0,09	0,84	26.417	32.839	-6.422	-0,11	0,80	64,26	41,54	63,89	31,67
Sergipe	37.364	19.771	17.593	0,31	1,89	23.216	16.259	6.957	0,18	1,43	66,75	46,83	63,63	38,54
Bahia	64.142	59.646	4.496	0,04	1,08	51.870	43.473	8.397	0,09	1,19	34,37	12,72	31,74	9,51
Sudeste	726.557	726.557	-	-	-	552.341	552.341	-	-	-	33,74	48,01	31,17	47,03
Minas Gerais	231.634	333.042	-101.408	-0,18	0,70	194.630	230.983	-36.353	-0,09	0,84	62,29	69,47	61,69	68,08
Espírito Santo	91.490	53.573	37.917	0,26	1,71	69.628	39.985	29.643	0,27	1,74	67,58	58,93	59,77	64,14
Rio de Janeiro	95.193	150.636	-55.443	-0,23	0,63	70.767	118.865	-48.098	-0,25	0,60	37,57	51,05	35,28	51,46
São Paulo	308.240	189.306	118.934	0,24	1,63	217.316	162.508	54.808	0,14	1,34	22,13	29,21	19,07	30,00
Sul	268.410	268.410	-	-	-	223.610	223.610	-	-	-	48,48	36,32	46,75	43,95
Paraná	73.705	108.328	-34.623	-0,19	0,68	62.163	86.447	-24.284	-0,16	0,72	27,39	22,80	26,56	29,66
Santa Catarina	128.032	87.363	40.669	0,19	1,47	109.939	75.787	34.152	0,18	1,45	75,18	69,89	71,93	70,14
Rio Grande do Sul	66.673	72.719	-6.046	-0,04	0,92	51.508	61.376	-9.868	-0,09	0,84	58,33	52,37	56,31	56,12
Centro-Oeste	186.955	186.955	-	-	-	187.408	187.408	-	-	-	22,96	35,70	27,03	39,98
Mato Grosso do Sul	18.101	33.248	-15.147	-0,29	0,54	14.977	23.087	-8.110	-0,21	0,65	14,39	31,66	17,14	31,31
Mato Grosso	52.975	31.618	21.357	0,25	1,68	40.195	28.880	11.315	0,16	1,39	23,35	26,72	26,72	26,25
Goiás	86.128	52.103	34.025	0,25	1,65	105.712	46.507	59.205	0,39	2,27	32,13	33,26	36,62	33,87
Distrito Federal	29.751	69.986	-40.235	-0,40	0,43	26.524	88.934	-62.410	-0,54	0,30	15,24	48,71	15,90	60,21
Total	1.786.326	1.786.326	-	-	-	1.416.867	1.416.867	-	-	-	35,64	35,64	34,63	34,63

Nota: (*) Refere-se à informação sobre residência 5 anos antes do levantamento censitário de 1991 e da Contagem Populacional de 1996. Nesses volumes não se considera a migração ocorrida entre as UF's de outra região nos respectivos períodos. As informações correspondem apenas às pessoas com mais de 5 anos de idade.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População 1996; *apud* FIBGE/ DPE/ DPIS/ DIEAD/ DEMOG (1997).

No caso da Região Nordeste, o Maranhão - que ao longo do período 1981-1991 ainda registrava, no contexto regional, ganho líquido populacional de 13 mil pessoas - passou, já no

³³ Já com o Censo Demográfico de 1991 era possível identificar que o fluxo oriundo do Pará para seus estados vizinhos no Norte registravam em torno de 10,0% de população de retorno aos estados de nascimento, sendo que no caso de Tocantins chegava a 30,0%; com as informações da PNAD 1995 pode-se verificar que esta emigração de retorno em direção aos estados do Norte manteve-se na proporção de 10,0% em cada fluxo.

período 1986-1991, a se configurar como de *evasão populacional* ao nível interno³⁴; tendência que se confirmou no início dos anos 90, quando obteve um saldo negativo de 6.072 pessoas. Os principais fluxos emigratórios se destinaram ao Piauí e Ceará; nesses casos, o retorno também não foi expressivo, situando-se em torno de 10,0%, no período 1990-1995.

Pernambuco foi outro estado que, mesmo no nível interno, manteve-se como *área de evasão populacional*³⁵, embora bastante baixa. De fato, este Estado concentrou 22,0% dos emigrantes da Região nos dois períodos: 101.758 pessoas, no período 1986-1991, e 72.206, no período de 1991-1996; mas também, foi o Estado de maior volume de imigrantes intra-regionais: 91.672 e 72.206, respectivamente.

O Piauí manteve-se como *área de rotatividade populacional*³⁶ no âmbito regional, com volumes de entradas e saídas em torno de 30 mil pessoas. Já nesses fluxos, a presença do retorno era mais expressiva, onde, em média, 25,0% dos emigrantes intra-regionais do Piauí estavam retornando a seus estados de nascimento, nos primeiros anos da década de 90. Mais da metade da imigração para o Piauí, no período 1991-1996, deveu-se ao movimento intra-regional.

Tratando-se o Nordeste de uma área de emigração para estados de outras regiões, a migração intra-regional passou a adquirir maior importância relativa, já que foram esses movimentos que garantiram a maior entrada de pessoas. Para o Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, pelo menos, a metade de sua imigração tinha origem na própria Região, em anos recentes.

Pode-se verificar no Nordeste que os deslocamentos populacionais internos conferiram papel de absorção migratória regional para alguns estados. O Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia registraram ganhos populacionais intra-regionais no período 1986-1991, incluindo-se, no período 1991-1996, o Estado do Ceará - que de perdas intra-regionais (5.048 pessoas), no período 1986-1991, passou a saldo positivo (3.099) no de 1991-1996; estes estados, em conjunto, tiveram um ganho populacional de 24 mil pessoas, entre 1991-1996. No período 1986-1991, Sergipe despontava como o mais importante absorvedor de população intra-regional, com um ganho

³⁴ IEM de -0,01, com uma perda de população de 1.084 pessoas.

³⁵ IEM de -0,05, entre 1986-1991, e de -0,08, no período 1991-1996.

³⁶ IEM de 0,04, no período 1986-1991 e de 0,01, no período 1991-1996.

populacional de 17.593 pessoas neste período³⁷; esta situação não se sustentou no período seguinte, quando seu saldo migratório baixou para 6.957 pessoas e a Bahia passou a ocupar sua posição (passando de um ganho populacional de 4.496 pessoas para 8.397). O mesmo pode-se notar para o Rio Grande do Norte, que chegou a ter um saldo migratório intra-regional de 13.434 pessoas no período 1986-1991, baixando para 5.407, no de 1991-1996. De qualquer modo, os estados acima mencionados configuram-se como absorvedores da população migrante regional, inclusive com a reversão em seus processos de expulsão de população no âmbito da própria região, como foram os casos do Piauí e do Ceará.

No âmbito intra-regional, a migração de retorno também vem desempenhando importante papel na distribuição da população nordestina. Os movimentos de retorno intra-regionais mais significativos partiram de Pernambuco para Alagoas, com de 40,3% de emigrantes na condição de retorno, no período 1981-1991, elevando-se para 47,4%, no de 1990-1995; da Bahia para Sergipe, com proporção de retorno de 32,4%, nos anos 80, passando para 36,9%, no período 1990-1995.

No mapa da migração intra-regional nordestina, no período 1991-1996, sobressaíram cinco, dos nove estados existentes, como “ganhadores de população” (Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia e Ceará), despontando a Bahia como centro de atração regional (vide Mapa 12). À exceção do Maranhão e Pernambuco, que consolidaram no início dos anos 90 sua situação de evasão populacional intra-regional, os demais estados (Paraíba e Alagoas) vêm reduzindo suas perdas populacionais no âmbito do Nordeste.

No Sudeste, São Paulo também se configurou como canalizador da migração intra-regional, embora tenha passado de um ganho líquido populacional de 118.934 pessoas, no período 1986-1991, para 54.808, no período 1991-1996. Esse decréscimo deveu-se fundamentalmente à diminuição da emigração de mineiros para São Paulo; entraram 236.086 pessoas do Estado de Minas Gerais, no período 1986-1991, e 163.056, no período seguinte. Minas Gerais chegava a perder 90.264 pessoas, no primeiro período, para São Paulo, baixando

³⁷ Nos anos 80, Sergipe beneficiou-se do processo de instalação da “nova indústria” nordestina, configurando-se como “ilha de prosperidade” em meio à crise econômica (Pacheco, 1998).

para 36.313 no período de 1991-1996. Além disso, São Paulo também passou a registrar um movimento de retorno para Minas Gerais, que representou, nos anos 80, cerca de 51,4% do movimento oriundo de São Paulo para aquele estado. Embora tenha diminuído essa proporção no período 1990-1995, para 38,6%, ainda foi expressiva a participação do retorno (vide Anexo 4). Assim, no contexto intra-regional, mesmo que se mantendo como *área de evasão populacional*, Minas Gerais vem dando sinais de recuperação migratória³⁸.

Afora o Estado de São Paulo, que tem nos deslocamentos com estados de outras regiões sua dinâmica da migração, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro concentraram sua migração no contexto intra-regional; no caso do Rio de Janeiro, principalmente sua emigração. De fato, o Rio de Janeiro já se revelou, no período 1986-1991, como perdedor de população ao nível interno, registrando saldo negativo com os demais estados do Sudeste. O Espírito Santo, por sua vez, inverteu nos anos 80, seu papel de expulsor de população (Rigotti e Carvalho, 1987), chegando nos anos 90 a se configurar como *área de baixa absorção migratória*³⁹, com um ganho populacional de 29.643 pessoas, no período 1991-1996; já o Rio de Janeiro chegava a ter uma perda de 48.098 pessoas nesse mesmo período.

No caso dos estados do Sudeste, é de se destacar o papel dos deslocamentos intra-regionais especialmente para o Estado do Espírito Santo, que vem concentrando uma migração oriunda de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nesses fluxos, a participação de retorno elevou-se dos anos 80 para os 90: representava 13,4% do fluxo vindo de Minas Gerais e alcançou 22,1%; na entrada de pessoas vindas do Rio de Janeiro, o retorno correspondeu a 30,8%, no período 1981-1991, e 33,3%, no de 1990-1995. O fluxo que partiu do Espírito Santo para Minas Gerais chegava a ter mais da metade constituída de retorno.

No Sul, a dinâmica intra-regional respondeu pelos processos migratórios mais importantes de Santa Catarina (72,0%, no período 1991-1996) e Rio Grande do Sul (56,3%), já que o Paraná estabelecia principalmente com São Paulo seus movimentos migratórios. Nas trocas migratórias intra-regionais, no entanto, foi Santa Catarina o pólo de atração e absorção regional, chegando a

³⁸ Veja Brito (1997).

³⁹ IEM de 0,27, em 1991-1996.

um ganho intra-regional de 34.152 migrantes, no período 1991-1996; os demais estados constituíram *áreas de evasão populacional* ao nível intra-regional. O fluxo oriundo do Paraná para Santa Catarina imprimiu a nova face migratória da dinâmica do Estado no contexto regional; nesse fluxo cerca de 30,0% eram migrantes de retorno.

No Centro-Oeste houve um aumento da proporção da imigração intra-regional para todos os seus estados, refletindo a importância crescente dos deslocamentos populacionais internos e, sobretudo, a emergência de uma área de expansão metropolitana que extravasa os limites políticos-administrativos de uma UF; trata-se de Brasília e seu entorno, cujos municípios são pertencentes ao Estado de Goiás. O Distrito Federal já registrava, no período 1986-1991, uma perda populacional de 40.135 pessoas para Goiás, volume que se elevou para 63.118 migrantes, no período 1991-1996.

Essa realidade migratória consolidou Goiás como uma *área de média absorção regional*, e contribuiu para sua reversão emigratória; cerca de 56,4% dos imigrantes internos no Centro-Oeste, no período 1991-1996, destinaram-se a Goiás. Nos anos 90, no entanto, já se podia assistir a um refluxo da população de Goiás para o Distrito Federal: no período 1981-1991, esse movimento representava apenas 8,6% do total desse fluxo, elevando-se para 36,4%, no período 1990-1995.

O Mato Grosso foi a segunda *área de absorção migratória* da Região (com fluxos oriundos do Mato Grosso do Sul e Goiás), embora venha perdendo fôlego ao nível intra-regional, diminuindo consideravelmente seus ganhos populacionais de 21.357 pessoas, no período 1986-1991, para 11.315, no período 1991-1996. O Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal registraram, nos dois períodos, perda populacional intra-regional; para o primeiro, é de se notar a diminuição dessas perdas (de 15.147 para 8.110, respectivamente), principalmente com o Mato Grosso.

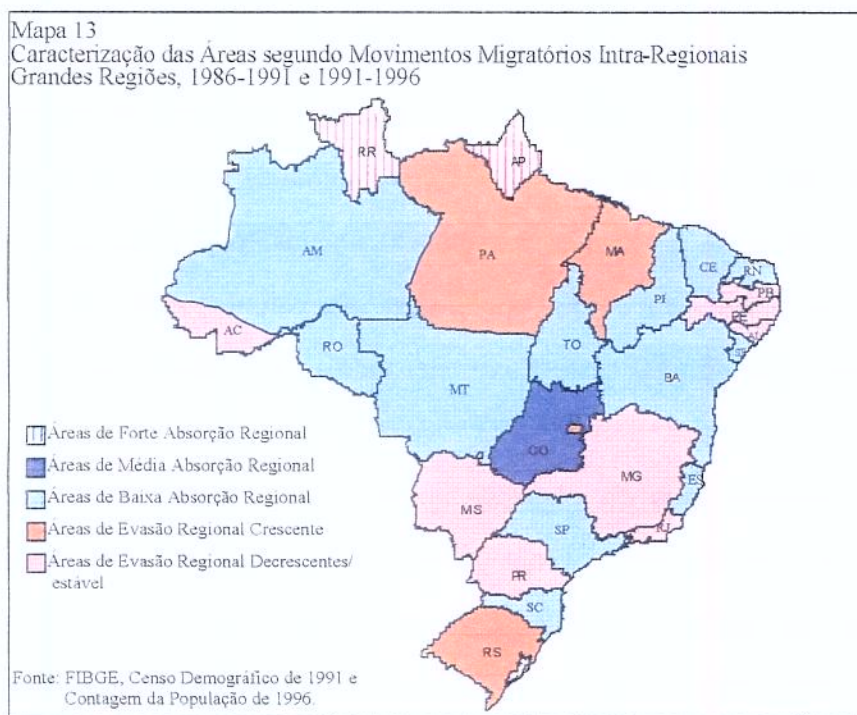
As análises anteriores permitem sintetizar, no Mapa 13, a caracterização dos estados de acordo com seu papel na dinâmica migratória intra-regional. Assim, dentre as áreas de absorção regional despontaram:

- 1) o Amapá e Roraima, como *áreas de forte absorção regional*;
- 2) Goiás, como *área de média absorção*; e,

- 3) os estados de São Paulo, Santa Catarina, Espírito Santo, Bahia, Tocantins, Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Mato Grosso, Rondônia e Amazonas como *áreas de baixa absorção migratória* nos seus respectivos contextos regionais.

Os estados que se caracterizaram como áreas de evasão populacional podem ser subdivididos entre aqueles:

- 1) de *evasão regional crescente* (Pará, Maranhão, Distrito Federal e Rio Grande do Sul)
- 2) os de *evasão regional decrescente ou estável* (Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul, Acre, Pernambuco e Alagoas).



Nota-se, portanto, que quando se considera o contexto intra-regional aumentou o número de estados “ganhadores” de população: 15 áreas de absorção contra 12 de evasão. Este fato reflete uma nova realidade para regiões anteriormente marcadas por longas trajetórias de perdas populacionais; essa maior retenção da população ao nível regional pode estar contribuindo para a diminuição nos volumes dos movimentos migratórios para outros estados. No caso do Nordeste,

observa-se uma significativa recuperação demográfica no âmbito da própria região, com o maior número de estados absorvedores de população.

Movimentos migratórios entre estados de diferentes Grandes Regiões⁴⁰

A estrutura da distribuição dos fluxos migratórios inter-regionais⁴¹ no território nacional, segundo as Unidades da Federação, indicou mudanças nos destinos migratórios no País, mesmo São Paulo prevalecendo como a maior área de recepção da migração interna (Tabela 11).

No período 1986-1991, o Paraná ainda ocupava a segunda posição nos volumes de entradas de migrantes inter-regionais (195.368), em função principalmente de sua migração de retorno (mais de 40,0% dessas entradas), sendo que o Estado de Goiás encontrava-se na terceira posição (181.941). No período 1991-1996, inverteram-se essas posições, tendo o volume de entradas de migrantes inter-regionais em Goiás⁴² (182.936) superado o do Paraná (171.841 pessoas).

Tabela 11

Principais volumes de Imigrantes e Emigrantes Inter-regionais em Ordem Decrescente de Importância Numérica
Unidades da Federação – Brasil
1986-1991 e 1991-1996

Classificação	Principais Volumes Inter-regionais (*)							
	Imigração				Emigração			
	UFs	1986-1991	UFs	1991-1996	UFs	1986-1991	UFs	1991-1996
Primeiro Lugar	São Paulo	1.084.549	São Paulo	922.347	São Paulo	458.679	Bahia	413.808
Segundo	Paraná	195.368	Goiás	182.936	Bahia	409.444	São Paulo	379.252
Terceiro	Goiás	181.941	Paraná	171.841	Paraná	366.872	Paraná	204.980
Quarto	Pará	174.882	Distrito Federal	140.325	Pernambuco	215.471	Maranhão	193.017
Quinto	Mato Grosso	173.933	Pará	139.870	Maranhão	193.814	Pernambuco	164.552
Sexto	Distrito Federal	165.468	Mato Grosso	120.855	Ceará	188.109	Ceará	141.182

Nota: (*) Não inclui os movimentos entre os estados de uma mesma região.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996; *apud* FIBGE (1997).

⁴⁰ Exclui os movimentos entre os estados da mesma Grande Região.

⁴¹ Entendido aqui como os movimentos migratórios entre estados de diferentes Grandes Regiões.

⁴² De fato, o Estado de Goiás vem passando por enormes transformações em sua estrutura produtiva, consolidando sua frente moderna de expansão agrícola, com a dinamização do complexo grãos/carne, bem como tem aumentado, nos anos 90, os investimentos no setor têxtil e de veículos automotores, gerando empregos (Guimarães e Leme, 1997) e atraindo população

Os estados do Pará e Mato Grosso perderam posição na distribuição da migração nacional, dos anos 80 para os 90; o Distrito Federal consolidou-se, assumindo a quarta posição, no período 1991-1996; e Minas Gerais começou a se despontar como destino para os migrantes vindos de estados de outras regiões, registrando ganhos populacionais. É interessante notar que já no período 1986-1991, o Rio de Janeiro não figurava entre as áreas de maior importância na imigração do País.

No movimento emigratório inter-regional, foi São Paulo que no período 1986-1991 registrou o maior volume de saída de pessoas (458.679), seguido pela Bahia (409.444). Já no período seguinte, São Paulo apresentou uma inflexão no seu movimento de saída de população em direção a outros estados (passando a um volume de 379.252 pessoas), a ponto da emigração inter-regional da Bahia (413.808) superar a de São Paulo. Aliás, a Bahia registrou um aumento em suas saídas de pessoas no âmbito inter-regional, do período 1986-1991 para 1991-1996, não consolidando a tendência que havia apresentado, no decorrer do período 1981-1991, de uma diminuição em sua emigração, especialmente para São Paulo.

Torna-se importante ressaltar que quando se considera o movimento emigratório total (intra-regional e inter-regional somados) desses dois estados (São Paulo e Bahia) permanecem as tendências do maior volume de emigração nacional partir de São Paulo e continua redução no volume de emigrantes da Bahia. Somente quando se desagregam os movimentos intra-regionais e os inter-regionais é que se pode verificar que: a) São Paulo deixou de ser, no período 1991-1996, o Estado de maior volume de emigração inter-regional (ocupando a Bahia este lugar) e, b) houve um aumento no volume da emigração da Bahia para São Paulo.

Ressalte-se que São Paulo havia ensaiado um movimento de menor absorção migratória nos anos 80, mas voltou nos 90, como *área de média absorção de migrantes inter-regionais*, em função muito mais da redução na sua emigração, do que um aumento na entrada de população; a situação deste Estado refletiu-se no movimento migratório do Sudeste em seu conjunto, como apontado anteriormente.

A desagregação da análise dos movimentos migratórios em intra-regionais e inter-regionais permitiu ainda constatar outras quatro importantes situações para o entendimento dos

processos migratórios e de distribuição espacial da população no Brasil: foram os casos de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Esses estados figuraram, no total de seus movimentos migratórios (intra mais inter-regionais), como “perdedores de população”, tanto no período 1986-1991 quanto no de 1991-1996. Foram nos movimentos inter-regionais, no entanto, que se pôde identificar o novo papel desses estados no processo de distribuição populacional, com ganhos populacionais para essas áreas.

O Estado de Minas Gerais conseguiu reverter sua histórica situação de “reservatório de força de trabalho” (Brito, 1997), passando a se configurar, no período 1991-1996, como *área de absorção migratória* no contexto das migrações inter-regionais, contrariando a tendência que ainda prevalecia no período 1986-1991. No caso do Rio de Janeiro, suas perdas populacionais também estiveram concentradas nas trocas com estados do Sudeste, sendo que desde o período 1986-1991 vinha registrando ganhos populacionais na migração com estados de outras Regiões. O Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal também registraram capacidade de absorção populacional nas trocas com os estados de outras regiões, embora se diferenciem na procedência dos fluxos; o primeiro, com ganhos populacionais originados dos estados do Sudeste e Sul e, o segundo, dos estados nordestinos.

Comparando-se as transformações recentes no processo de distribuição espacial da população no Brasil e a classificação elaborada por Martine e Camargo (1984), referente aos anos 70, pôde-se constatar importantes alterações:

- as áreas classificadas pelos autores como “áreas de fronteira em expansão” (Região Norte e Mato Grosso) foram as que tomaram maior impulso, passando a *áreas consolidadas*, no período 1986-1991, e já demonstrando sinais efetivos de perda de dinamismo no período 1991-1996;
- na categoria “áreas de fronteira consolidada” - caracterizada como de forte evasão populacional nos 70, em função do esgotamento das fronteiras agrícolas, incluindo o Paraná, a faixa central de Goiás, o Mato Grosso do Sul e o Maranhão – verificou ainda no período 1981-1991 importantes volumes emigratórios do Paraná (especialmente para São Paulo e Mato Grosso) e do Maranhão (em direção ao Pará),

porém bastante arrefecidos entre 1991-1996. Já para Goiás e Mato Grosso do Sul, os anos 80, registraram ganhos populacionais;

- na categoria “áreas tradicionais de emigração” encontravam-se a Região Nordeste (excluindo o Maranhão, que naquele momento estava na categoria de “áreas de fronteira consolidada”) e os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nos anos 80 e 90, os estados pertencentes à esta categoria revelaram uma nova dinâmica migratória, chegando os estados do Espírito Santo e de Santa Catarina a apresentarem uma reversão em sua condição de “perdedores de população”; Minas Gerais passou a obter ganhos populacionais nas trocas migratórias com estados de outras regiões, nos anos 90; e, no caso dos estados do Nordeste, a maior parte destes continuou mesmo a se caracterizar, no contexto nacional, como *áreas de evasão populacional* - ainda que em níveis mais baixos; manifestou, como anteriormente analisado, importantes estados absorvedores de população no contexto da migração intra-regional;
- a categoria referente ao “núcleo industrial” era constituída pelos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro já havia demonstrado, nos anos 70, uma desaceleração em sua força de atração migratória, embora ainda se configure como *área de absorção migratória* nos fluxos migratórios com estados de outras Regiões; no contexto do Sudeste, no entanto, vêm manifestando perdas populacionais. Quanto ao Estado de São Paulo, apesar da redução em seus volumes de imigrantes, este ainda continuou sendo o principal pólo de atração populacional no Brasil.

Com base em tais evidências e análises, o novo perfil da distribuição espacial da população no País está relacionado à seguinte caracterização, sintetizada no Mapa 14:

I – Áreas de Absorção Populacional

1) Nível nacional e regional

- Pólo Nacional – São Paulo

- Pólos Regionais – Goiás, Santa Catarina, Mato Grosso, Tocantins, Espírito Santo, Roraima e Amapá

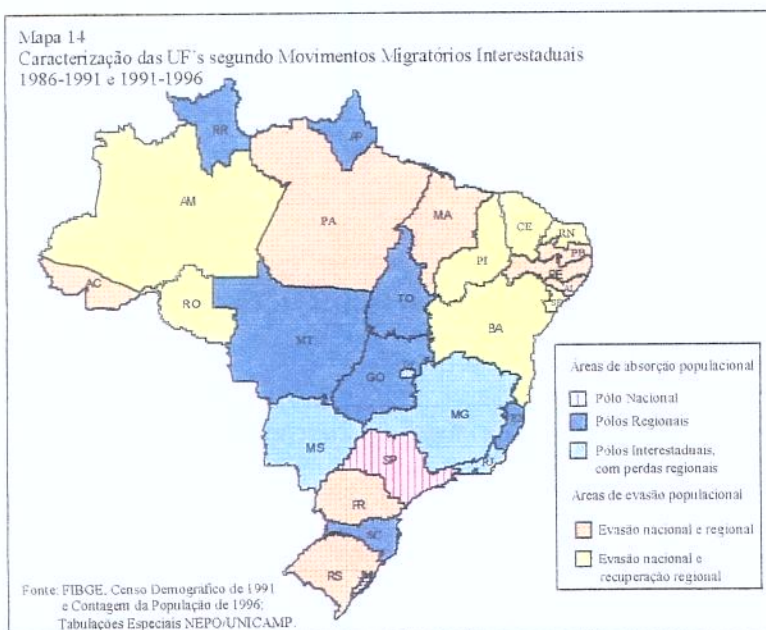
2) Absorção ao nível nacional e Evasão regional

- Pólos Interestaduais – Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Distrito Federal

II – Áreas de Evasão Populacional

1) Evasão nacional e regional – Pará, Acre, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Paraná e Rio Grande do Sul

2) Evasão nacional e Recuperação regional – Amazonas, Rondônia, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia e Sergipe



Assim, os movimentos migratórios do final dos anos 80 para o início dos 90 apontaram mudanças significativas no processo de distribuição espacial da população brasileira:

- 1) os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se, consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas; com isso mantiveram-se, como *área de absorção* de fluxos de longa distância, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste;

- 2) houve a recuperação migratória no âmbito intra-regional de “espaços perdedores” no âmbito nacional, especialmente os estados nordestinos;
- 3) houve o surgimento e consolidação de pólos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intra-regional, com a maior parte dos estados tornando-se “ganhadores” de população - mesmo que estes ganhos estejam circunscritos a contextos regionais específicos: foram 21 os estados que se configuraram como áreas de absorção migratória, no período 1991-1996, em um desses contextos (ou em ambos).

Nessa nova configuração migratória, particularmente marcada pela expansão dos espaços da migração e com o aumento dos estados ganhadores, torna-se importante identificar a qual espaço se deve essa maior capacidade de absorção migratória: às metrópoles, às capitais ou às áreas interioranas do estados.

2.2. Rumo à Metrópole, à Capital ou ao Interior

2.2.1. Principais fluxos nos anos 80

Apesar da enorme concentração migratória nas regiões metropolitanas, a mobilidade espacial da população entre e para as áreas interioranas tem se mostrado muito mais acentuada. De fato, a migração interestadual⁴³, ocorrida no período 1981-1991, contou com 68,1% de seu movimento em direção às áreas interioranas; ao fluxo interestadual interior-interior (i→i) correspondeu um contingente de 4.560.977 pessoas - representando 42,9% do total da migração nacional do período (que foi de 10.614.218 pessoas) - e ao fluxo com origem nas regiões metropolitanas ou capitais (RM's/C)⁴⁴ em direção ao interior, um volume de 1.887.795 migrantes, respondendo por 17,8% do total (Gráfico 9). Essas evidências indicam a importância de se considerar tais movimentos para o entendimento das formações de novas espacialidades,

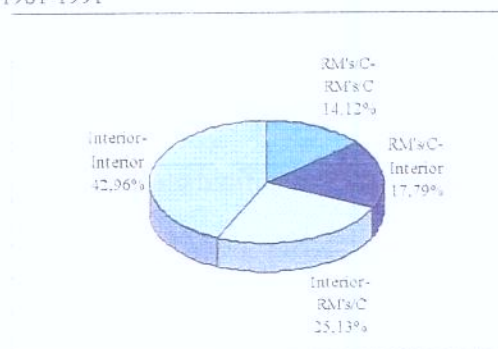
⁴³ O movimento interestadual compreende as migrações inter-regionais e intra-regionais.

⁴⁴ Considerou-se as Capitais para os estados que não possuem áreas metropolitanas.

bem como do menor ritmo de crescimento populacional das áreas metropolitanas; embora ainda seja um fenômeno pouco destacado no processo de urbanização e de distribuição da população.

Gráfico 9

Movimentos Migratórios segundo Subáreas: Regiões Metropolitanas ou Capitais e Interior (RM's/C e Interior)
Brasil
1981-1991



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991: Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

A migração saída do interior dos estados em direção às regiões metropolitanas⁴⁵ ou capitais de outros estados (fluxo $i \rightarrow \text{RM's/C}$) teve um volume de migrantes bem menor que o fluxo interior-interior ($i \rightarrow i$): 2.667.281 pessoas. Nos anos 70, o esvaziamento do campo resultava no também “esvaziamento do interior” de vários estados (Martine, 1987); consequentemente, o fluxo de maior expressão ainda era o rural-urbano e provavelmente aquele do interior para regiões metropolitanas ou capitais ($i \rightarrow \text{RM's/C}$). No período 1981-1991, os reflexos da desconcentração econômica em direção aos estados e o avanço dos complexos agroindustriais, iniciado na década anterior, consolidaram importantes áreas no interior do País (Pacheco, 1998), “amortecendo” os fluxos migratórios que partiam dessas áreas com destino às regiões metropolitanas ou capitais.

Apesar do recente dinamismo de algumas áreas interioranas, para o Nordeste foi ainda de seu interior que partiu mais da metade (57,1%) da migração interestadual com destino às regiões metropolitanas ou capitais (1.523.652 pessoas), constituindo o interior nordestino a principal “fonte” da migração para essas áreas.

⁴⁵

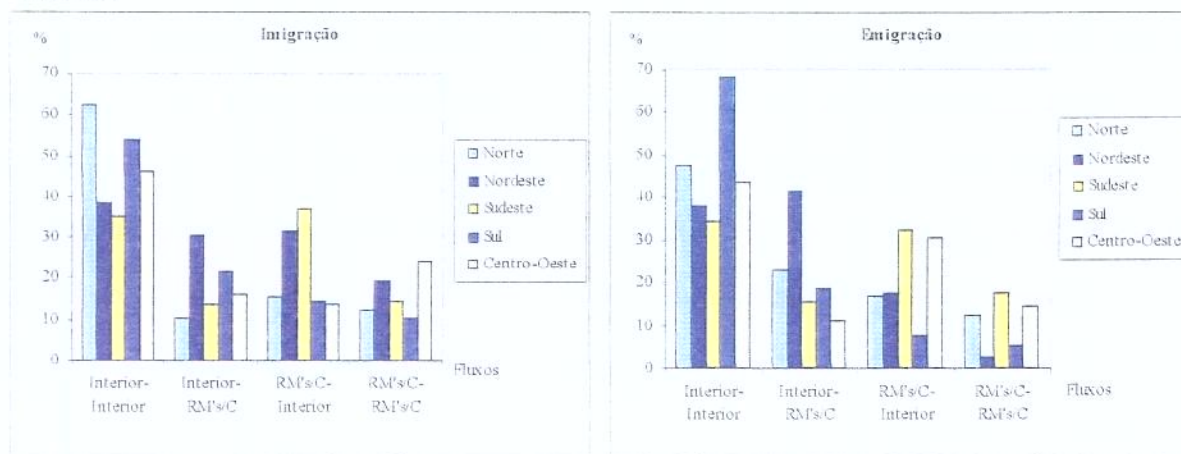
Para o período 1981-1991 considerou-se as nove regiões metropolitanas vigentes em 1991.

Os movimentos migratórios interestaduais com procedência em regiões metropolitanas ou capitais em direção ao interior (RM's/C→i) respondeu por 17,8% do total nacional, sendo que 647.333 migrantes (34,3%) saíram das metrópoles e capitais do Nordeste em direção ao interior e outros 585.762 migrantes (31,0%) das do Sudeste. Já o fluxo de regiões metropolitanas ou capitais para regiões metropolitanas ou capitais (RM's/C→RM's/C) foi o de menor volume (1.498.324 pessoas), mesmo assim correspondeu a 14,1% da migração interestadual.

Os fluxos imigratórios interestaduais segundo regiões metropolitanas ou capitais (RM's/C) e interior (i) para as Grandes Regiões permitem apreender especificidades regionais do fenômeno migratório (Gráfico 10). O movimento migratório do interior de um estado para o interior de outro (i→i) foi mais expressivo na migração para o Norte (62,3% do total de sua imigração), Sul (53,9%) e Centro-Oeste (42,1%), áreas caracterizadas pelas frentes de expansão agrícola em distintos períodos.

Gráfico 10

Distribuição Regional da Imigração e Emigração Interestadual segundo Fluxos entre Subáreas (RM's/C e Interior)
Grandes Regiões
1981-1991



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Já no fluxo do interior para regiões metropolitanas ou capitais (i→RM's/C) e de regiões metropolitanas ou Capitais para o interior (RM's/C→i) é evidente a complementaridade entre o Nordeste e o Sudeste. O movimento para o interior do Nordeste vindo de regiões metropolitanas ou capitais do Sudeste representou 30,2% do total dos imigrantes da Região, e o fluxo

emigratório do interior do Nordeste para as regiões metropolitanas ou capitais correspondeu a 37,1% da imigração do Sudeste.

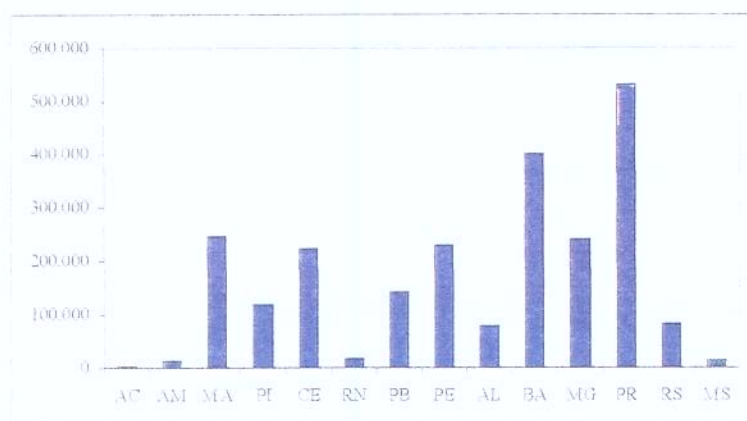
Dentre os fluxos para regiões metropolitanas ou capitais com origem em outras regiões metropolitanas ou capitais (RM's/C→RM's/C), o mais significativo foi registrado para a Região Sul, onde esse movimento respondeu por 24,2% da imigração para a Região, em função do papel de absorvedor de população que vem desempenhando a Região Metropolitana de Curitiba.

No movimento de emigração, no entanto, foi do interior que saíram os volumes mais expressivos; à exceção do Nordeste, a emigração interior-interior (i→i) foi a de maior relevância para as Grandes Regiões. Para o Nordeste, a emigração do interior para regiões metropolitanas ou capitais (i→RM's/C) respondeu por 41,5% de sua emigração.

De modo geral, predominaram, nos anos 80, os movimentos migratórios interestaduais para o interior dos estados, porém a **emigração** dessas áreas foi muito mais acentuada que a das regiões metropolitanas ou capitais. As perdas populacionais das áreas interioranas do País chegaram a 779.486 mil pessoas. As principais perdas do interior foram registradas pelos estados do Nordeste, seguido de Minas Gerais e Paraná, como mostra o Gráfico 11.

Gráfico 11

Volume de Perdas Líquidas Populacionais do Interior dos Estados
Unidades da Federação(*), Brasil
1981-1991



Nota: (*) Refêrem-se às UF's que registraram perdas populacionais em seu interior.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Para o conjunto do País, cerca de 68% da emigração interestadual, no período 1981-1991, saiu do interior dos estados, a qual teve menor participação de retorno⁴⁶ (19,1% do total) que aquela que partiu de regiões metropolitanas ou capitais (36,0%), indicando, assim, no movimento de saída de população das áreas mais concentradoras a importância desse movimento. Na imigração interestadual para o interior do Nordeste, 60,2% foi composta de migrantes de retorno e mesmo para suas regiões metropolitanas ou capitais essa proporção foi elevada: 48,5% do total.

Deve-se destacar que tanto no contexto dos movimentos migratórios inter-regionais⁴⁷ como intra-regionais⁴⁸ predominou a **imigração** com destino ao interior (Tabela 12); do total da imigração inter-regional (6.795.927 pessoas), 3.891.590 se dirigiram às áreas interioranas do Brasil (57,3%). Quando se consideram os movimentos intra-regionais (3.818.294 migrantes) essa tendência se vê ainda mais acentuada: com 2.557.023 migrantes (67,0% dessa imigração) dirigindo-se para o interior dos estados. Apesar disso, no movimento **emigratório** intra-regional e inter-regional foram das áreas interioranas que partiram os maiores fluxos, nos anos 80, caracterizando o conjunto do interior dos estados brasileiros como “espaços perdedores” de população, nesse período.

Nos anos 80, os principais fluxos migratórios estabelecidos entre subáreas foram:

- do interior do Nordeste para a Região Metropolitana de São Paulo (889.233 pessoas)
- da Região Metropolitana de São Paulo para o interior do Nordeste (336.563 pessoas)
- do interior do Paraná para o interior de São Paulo (308.966 pessoas)
- do interior de Minas Gerais para o interior de São Paulo (244.944 pessoas)
- do interior de Minas Gerais para a Região Metropolitana de São Paulo (187.733 pessoas)
- do interior do Paraná para a Região Metropolitana de São Paulo (97.549 pessoas)

⁴⁶ Retorno ao estado de nascimento.

⁴⁷ Aqueles estabelecidos entre estados de diferentes Grandes Regiões.

⁴⁸ Aqueles entre estados de uma mesma Grande Região

Tabela 12

Movimento Migratório Inter-Regional e Intra-Regional segundo subáreas (RM's/Capital e Interior)
Grandes Regiões
1981-1991

Regiões	Imigração						Distribuição da Imigração	
	Total	% Retorno	Para RM's/ Capitais	% Retorno	Para Interior	% Retorno	Para RM's/ Capitais	Para Interior
Norte	1.327.604	8,57	365.788	12,28	961.816	7,16	27,55	72,45
Inter-regional	1.030.628	6,67	223.780	11,65	806.848	5,29	21,71	78,29
Intra-regional	296.976	15,15	142.008	13,29	154.968	16,86	47,82	52,18
Nordeste	2.140.456	43,94	667.861	38,43	1.472.595	46,43	31,20	68,80
Inter-regional	1.115.397	56,64	338.519	48,46	776.878	60,20	30,35	69,65
Intra-regional	1.025.059	30,12	329.342	28,06	695.717	32,13	32,13	67,87
Sudeste	4.322.506	21,48	2.218.814	14,42	2.103.692	28,92	51,33	48,67
Inter-regional	2.783.820	17,22	1.678.709	12,15	1.105.111	24,92	60,30	39,70
Intra-regional	1.538.686	29,19	540.105	21,50	998.581	33,34	35,10	64,90
Sul	1.151.961	37,40	281.830	34,11	870.131	38,47	24,47	75,53
Inter-regional	600.248	45,08	151.775	36,24	448.473	48,07	25,29	74,71
Intra-regional	551.713	29,04	130.055	31,61	421.658	28,25	23,57	76,43
Centro-Oeste	1.671.691	10,91	631.312	10,91	1.040.379	11,73	37,76	62,24
Inter-regional	1.265.831	9,14	511.551	9,54	754.280	9,98	40,41	59,59
Intra-regional	405.860	16,42	119.761	16,41	286.099	16,35	29,51	70,49
Total	10.614.218	24,46	4.165.605	18,68	6.448.613	28,19	39,25	60,75
Inter-regional	6.795.924	23,04	2.904.334	18,73	3.891.590	27,66	42,74	57,26
Intra-regional	3.818.294	26,97	1.261.271	23,97	2.557.023	28,99	33,03	66,97

(Continua)

(Continuação)

Regiões	Emigração						Distribuição da Emigração	
	Total	% Retorno	De RM's/ Capitais	% Retorno	Do Interior	% Retorno	De RM's/ Capital	Do Interior
Norte	797.824	31,34	233.945	34,30	563.879	30,11	29,32	70,68
Inter-regional	500.846	40,94	148.931	40,47	351.915	41,14	29,74	70,26
Intra-regional	296.978	15,15	85.014	23,48	211.964	11,81	28,63	71,37
Nordeste	3.668.228	14,78	750.569	22,01	2.917.659	12,93	20,46	79,54
Inter-regional	2.643.170	8,84	486.480	13,38	2.156.690	7,81	18,41	81,59
Intra-regional	1.025.058	30,12	264.089	37,90	760.969	27,42	25,76	74,24
Sudeste	3.331.930	33,83	1.661.171	43,86	1.670.759	23,85	49,86	50,14
Inter-regional	1.793.244	37,81	1.067.165	47,21	726.079	24,00	59,51	40,49
Intra-regional	1.538.686	29,19	594.006	37,85	944.680	23,74	38,60	61,40
Sul	1.649.094	18,37	215.475	28,66	1.433.619	16,82	13,07	86,93
Inter-regional	1.097.383	13,00	119.647	21,68	977.736	11,94	10,90	89,10
Intra-regional	551.711	29,04	95.828	37,37	455.883	27,29	17,37	82,63
Centro-Oeste	1.167.142	31,99	524.712	33,76	642.430	30,54	44,96	55,04
Inter-regional	761.282	40,29	310.107	44,67	451.175	37,29	40,73	59,27
Intra-regional	405.860	16,41	214.605	18,01	191.255	20,21	52,88	47,12
Total	10.614.218	24,46	3.385.872	35,82	7.228.346	19,13	31,90	68,10
Inter-regional	6.795.925	23,04	2.132.330	37,22	4.663.595	16,56	31,38	68,62
Intra-regional	3.818.293	26,97	1.253.542	33,45	2.564.751	23,79	32,83	67,17

Nota: Pessoas com menos de 10 anos de residência na UF atual.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

O Quadro 2 resume os principais fluxos entre as subáreas para as Grandes Regiões brasileiras, onde se pode notar a importância dos movimentos entre áreas interioranas, bem como

a complementaridade migratória entre o interior do Nordeste e a Região Metropolitana de São Paulo no contexto inter-regional.

Quadro 2

Movimentos Migratórios segundo Subáreas (RM's/C e Interior)

Grandes Regiões

1981-1991

Grandes Regiões	Imigratório		Emigratório	
	Inter	Intra	Inter	Intra
Norte	i->i	i->i	i->i	i->i
Nordeste	RM's/C->i	i->i	i->RM's/C	i->i
Sudeste	i->RM's/C	i->i	RM's/C->i	i->i
Sul	i->i	i->i	i->i	i->i
Centro-Oeste	i->i	i-RM's/C	i->i	RM's/C->i

Nota: i (interior) e RM's/C (Regiões Metropolitanas ou Capitais).

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

2.2.2. Tendências recentes: quem ganha e quem perde

No período 1991-1996, os principais fluxos interestaduais foram estabelecidos entre o Nordeste e a Região Metropolitana de São Paulo (492.159 pessoas); o Paraná e o Interior de São Paulo (100.515 pessoas); Minas Gerais e o Interior de São Paulo (98.487), bem como aqueles que partiram de São Paulo em direção ao interior do Nordeste (129.235 pessoas) e interior de Minas Gerais (112.865); permaneceu, portanto, a mesma estrutura de fluxos verificada para o período 1981-1991⁴⁹.

A caracterização migratória dos estados, elaborada no Capítulo 1 - segundo a imigração (1986-1991 e 1991-1996) e emigração (1986-1991) e os movimentos inter-regionais e intra-regionais -, permitiu identificar as subáreas de absorção migratória no período recente (Tabela 13). Nas trocas migratórias inter-regionais⁵⁰, do período 1986-1991, as regiões metropolitanas ou capitais configuraram-se como as “regiões ganhadoras”, especialmente nas categorias Pólo Nacional, Pólos Regionais e Pólos Interestaduais.

⁴⁹ No Anexo 6 encontram-se os principais fluxos migratórios entre subáreas para os períodos 1986-1991 e 1991-1996.

⁵⁰ Exclui a migração ocorrida entre os estados de uma mesma Grande Região.

Nota-se que a condição de pólo interestadual conferida ao Estado de Minas Gerais refletiu a absorção migratória de sua região metropolitana, que teve ganhos populacionais nos movimentos inter-regionais (11.724 pessoas) e intra-regionais (54.167), uma vez que sua área interiorana registrou perdas de população nos dois movimentos. Já o Rio de Janeiro, que também se enquadrou nessa categoria, teve no movimento inter-regional para sua Região Metropolitana e seu interior saldos positivos: 10.608 e 3.166, respectivamente.

Tabela 13

Volumes de Imigração e Emigração Inter e Intra-Regionais segundo Subáreas (RM's/C e Interior) de acordo com a Caracterização Migratória
Unidades da Federação
1986-1991 e 1991-1996

Áreas	Imigração Inter-Regional				Emigração Inter-Regional		Trocas Inter-Regionais		IEM	
	RM/Capitais		Interior		1986-1991		1986-1991		1986-1991	
	1986-1991	1991-1996	1986-1991	1991-1996	RM/Capitais	Interior	RM/Capitais	Interior	RM/Capitais	Interior
Áreas de Absorção Nacional										
I - Pólo Nacional										
São Paulo (2)	793.486	671.669	291.068	250.656	342.795	115.887	450.691	175.181	0,40	0,43
II - Pólos Regionais										
Goiás (3)	65.966	41.735	75.131	85.369	30.722	68.794	35.244	6.337	0,36	0,04
Espírito Santo	23.111	28.131	20.824	18.740	8.770	28.571	14.341	-7.747	0,45	-0,16
Tocantins	7.710	21.065	56.970	45.331	421	47.899	7.289	9.071	0,90	0,09
Mato Grosso	24.921	16.094	149.010	94.132	16.195	70.521	8.726	78.489	0,21	0,36
Santa Catarina	7.405	7.019	26.600	35.887	4.195	29.029	3.210	-2.429	0,28	-0,04
Amapá	3.295	6.772	2.036	3.946	2.330	301	965	1.735	0,17	0,74
Roraima	16.612	12.099	5.639	4.711	3.189	862	13.423	4.777	0,68	0,73
III - Pólos Interestaduais										
Minas Gerais	32.647	27.811	107.608	93.042	20.923	125.431	11.724	-17.823	0,22	-0,08
Rio de Janeiro	142.385	113.943	15.822	15.883	131.777	12.656	10.608	3.166	0,04	0,11
Mato Grosso do Sul	33.940	25.385	72.013	47.012	16.078	55.692	17.862	16.321	0,36	0,13
Distrito Federal (4)	165.475	140.320	40.840	37.668	73.684	3.801	91.791	37.039	0,38	0,83
Áreas de Evasão										
I - Nacional e Regional										
Pará	29.374	24.424	145.489	115.446	31.060	80.797	-1.686	64.692	-0,03	0,29
Acre	3.779	2.918	1.695	1.356	3.727	1.436	52	259	0,01	0,08
Paraíba	8.550	8.307	36.246	23.790	15.683	99.186	-7.133	-62.940	-0,29	-0,46
Alagoas	10.711	6.796	11.049	8.132	15.940	49.900	-5.229	-38.851	-0,20	-0,64
Maranhão	11.147	8.072	49.259	33.202	23.279	170.525	-12.132	-121.266	-0,33	-0,55
Pernambuco	33.906	23.348	46.106	31.760	62.109	153.362	-28.203	-107.256	-0,29	-0,54
Paraná	45.646	54.213	124.789	117.627	32.470	334.397	13.176	-209.608	0,17	-0,46
Rio Grande do Sul	21.564	16.818	26.053	22.737	19.197	46.945	2.367	-20.892	0,06	-0,29
II - Nacional e Recuperação Regional										
Rondônia	24.403	9.670	83.048	43.304	17.153	65.927	7.250	17.121	0,17	0,11
Amazonas	26.107	13.773	3.499	5.427	17.626	4.578	8.481	-1.079	0,19	-0,13
Piauí	7.823	6.359	17.357	16.865	2.877	92.245	4.946	-74.888	0,46	-0,68
Ceará	31.058	26.482	38.591	34.613	43.280	144.831	-12.222	-106.240	-0,16	-0,58
Rio Grande do Norte	22.113	17.803	12.913	9.949	16.339	32.992	5.774	-20.079	0,15	-0,44
Sergipe	8.786	5.600	9.827	1.391	6.986	15.405	1.800	-5.578	0,11	-0,22
Bahia	23.410	19.657	99.063	84.709	42.189	367.260	-18.779	-268.197	-0,29	-0,58
Total	1.625.330	1.356.283	1.568.545	1.282.685	1.000.994	2.219.230	624.336	-650.685	0,24	-0,17

(Continua)

(Continuação)

Áreas	Imigração Intra-Regional				Emigração Intra-Regional		Trocas Intra-Regionais		IEM	
	RM/Capitais		Interior		1986-1991		1986-1991		1986-1991	
	1986-1991	1991-1996	1986-1991	1991-1996	RM/Capitais	Interior	RM/Capitais	Interior	RM/Capitais	Interior
Áreas de Absorção Nacional										
I - Pólo Nacional										
São Paulo (2)	179.850	120.468	128.392	96.845	133.232	56.077	46.618	72.315	0,15	0,39
II - Pólos Regionais										
Goiás (3)	13.995	9.059	21.466	26.553	10.469	32.056	3.526	-10.590	0,14	-0,20
Espírito Santo	51.233	38.773	40.259	30.855	20.536	33.036	30.697	7.223	0,43	0,10
Tocantins	3.547	5.297	14.103	13.054	13	23.474	3.534	-9.371	0,99	-0,25
Mato Grosso	9.438	5.384	43.544	34.811	7.130	24.486	2.308	19.058	0,14	0,28
Santa Catarina	8.270	9.355	128.028	100.584	4.413	87.363	3.857	40.665	0,30	0,19
Amapá	9.223	19.508	9.088	12.496	3.503	1.012	5.720	8.076	0,45	0,80
Roraima	9.938	9.652	3.154	3.354	1.409	1.236	8.529	1.918	0,75	0,44
III - Pólos Interestaduais										
Minas Gerais	38.540	27.247	193.092	167.367	33.073	299.972	5.467	-106.880	0,08	-0,22
Rio de Janeiro	58.654	42.755	36.543	28.012	111.077	39.560	-52.423	-3.017	-0,31	-0,04
Mato Grosso do Sul	7.345	6.203	10.756	8.774	6.844	26.410	501	-15.654	0,04	-0,42
Distrito Federal (4)	29.757	26.523	50.667	88.235	69.989	25.630	-40.232	25.037	-0,40	0,33
Áreas de Evasão										
I - Nacional e Regional										
Pará	6.821	5.681	30.749	22.624	13.943	57.396	-7.122	-26.647	-0,34	-0,30
Acre	4.919	3.586	2.592	2.504	4.482	4.695	437	-2.103	0,05	-0,29
Paraíba	9.842	8.477	34.266	30.377	7.558	51.624	2.284	-17.358	0,13	-0,20
Alagoas	14.612	9.711	24.514	16.706	12.747	34.049	1.865	-9.535	0,07	-0,16
Maranhão	7.421	4.497	35.621	21.376	6.417	37.706	1.004	-2.085	0,07	-0,03
Pernambuco	29.916	18.812	61.750	42.516	27.819	73.939	2.097	-12.189	0,04	-0,09
Paraná	24.934	25.157	73.703	37.006	20.363	87.962	4.571	-14.259	0,10	-0,09
Rio Grande do Sul	27.706	17.411	38.969	33.161	21.002	51.716	6.704	-12.747	0,14	-0,14
II - Nacional e Recuperação Regional										
Rondônia	15.652	7.386	3.955	4.427	5.220	6.165	10.432	-2.210	0,50	-0,22
Amazonas	23.150	15.337	6.610	8.943	12.022	10.060	11.128	-3.450	0,32	-0,21
Piauí	19.548	14.518	28.214	17.908	14.025	30.306	5.523	-2.092	0,16	-0,04
Ceará	23.294	18.540	28.713	20.326	16.443	40.615	6.851	-11.902	0,17	-0,17
Rio Grande do Norte	16.183	11.432	24.364	13.357	9.073	18.040	7.110	6.324	0,28	0,15
Sergipe	14.806	9.713	22.559	13.500	8.219	11.603	6.587	10.956	0,29	0,32
Bahia	16.856	11.744	47.292	40.126	16.336	43.312	520	3.980	0,02	0,04
Total	675.450	502.226	1.142.963	935.797	597.357	1.209.500	78.093	-66.537	0,06	-0,03

Nota: (1) Considera-se as nove regiões metropolitanas incluindo as de Campinas, Santos, Vitória, Natal e Brasília.

(2) Inclui Região Metropolitana de São Paulo, Região Metropolitana de Campinas e Região Metropolitana da Baixada Santista.

(3) Exclui os municípios do Entorno de Brasília.

(4) Referem-se aos municípios de Goiás que compõem o Entorno de Brasília.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Embora tendo seus respectivos estados pertencendo à categoria “Evasão Nacional e Recuperação Regional”, as capitais de Porto Velho, Manaus, São Luís, Natal e Aracaju também obtiveram, nas trocas migratórias inter-regionais, saldos positivos, demonstrando que as perdas das áreas interioranas foram as responsáveis pela situação de “perdedores” desses estados. O mesmo se pode observar para a Região Metropolitana de Curitiba, para a Região Metropolitana de Porto Alegre e para a capital Rio Branco, cujos estados foram classificados na categoria “Evasão Populacional em Nível Nacional e Regional” em função das perdas migratórias do interior de seus respectivos estados.

Nos contextos migratórios intra-regionais foram, na maior parte dos casos, as regiões metropolitanas ou capitais aquelas que garantiram a recuperação demográfica dos estados, transformando-se nas “regiões ganhadoras” da migração intra-estadual. Com exceção da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, de Brasília e de Belém - que perderam população no âmbito intra-regional -, todas as demais demonstraram capacidade de absorção migratória.

Quanto às áreas interioranas, foram poucos os casos em que estas se configuraram como absorvedoras de migrantes. Em primeiro lugar, destaca-se o Interior de São Paulo, com saldos positivos tanto na migração inter-regional (175.181 pessoas) quanto intra-regional (72.315), além disso, demonstrou maior potencialidade migratória que a Região Metropolitana de São Paulo⁵¹. Seguem o interior de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Amapá e Roraima (inseridos na categoria “Pólos Regionais”) como absorvedores da migração inter-regional.

No contexto da migração intra-regional, foi bastante significativo o número de estados cujo interior caracterizou-se como “espaço ganhador”: as áreas interioranas do Espírito Santo, Mato Grosso, Santa Catarina, Amapá, Roraima, Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia. Apesar disso, a enorme perda de população do interior nas trocas migratórias inter-regionais e intra-regionais foi responsável pela alocação da maior parte dos estados brasileiros na categoria “evasão nacional e regional”.

De modo geral, a absorção migratória inter-regional foi marcada pela acentuada presença das capitais e regiões metropolitanas (Quadro 3). Palmas e Boa Vista foram as capitais que figuraram como as únicas *áreas de forte absorção migratórias*⁵² inter-regionais superando até mesmo as regiões metropolitanas. Estas últimas, por sua vez, estiveram concentradas nas categorias de: *média absorção* (Região Metropolitana de São Paulo, Região Metropolitana de Vitória e Região Metropolitana de Brasília); de *baixa absorção populacional* (Região Metropolitana de Belo Horizonte, Região Metropolitana de Curitiba e Região Metropolitana de Natal); de *rotatividade migratória* (Região Metropolitana do Rio de Janeiro e Região Metropolitana de Porto Alegre). Já as regiões metropolitanas do Norte (Belém) e as três do

⁵¹ IEM do movimento inter-regional era de 0,40 para a Região Metropolitana de São Paulo e de 0,43 para o Interior, sendo o IEM do movimento intra-regional de 0,15 para a metrópole e de 0,39 para o Interior de São Paulo.

⁵² IEM de 0,99 e 0,68, respectivamente.

Nordeste (Recife, Fortaleza e Salvador) situaram-se como de *evasão populacional* no contexto das migrações inter-regionais.

Quadro 3

Áreas de Absorção e Evasão Migratória Inter e Intra-Regionais

RM's/Capital e Interior dos Estados

1986-1991

Áreas	Inter-regional			Intra-regional		
	Capitais	RM's	Interior	Capitais	RM's	Interior
Absorção						
Forte	Palmas	-	Amapá	Palmas	-	Amapá
Absorção	Boa Vista		Roraima	Boa Vista		
Migratória			Distrito Federal			
Média	Goiânia	São Paulo	São Paulo	Porto Velho	São Paulo	São Paulo
Absorção	Campo Grande	Vitória	Mato Grosso	Manaus	Vitória	Mato Grosso
Migratória	Teresina	Brasília		Florianópolis		Roraima
				Macapá		Sergipe
Baixa	Porto Velho	Belo Horizonte	Pará	João Pessoa	Curitiba	Espírito Santo
Absorção	Cuiabá	Curitiba	Mato Grosso do Sul	Teresina	Porto Alegre	Santa Catarina
Migratória	Aracaju	Natal	Goiás	Aracaju	Fortaleza	Distrito Federal
	Florianópolis		Rio de Janeiro		Natal	Rio Grande do Norte
	Macapá		Rondônia			
	Manaus					
Rotatividade	Rio Branco	Rio de Janeiro	Tocantins	Campo Grande	Belo Horizonte	Bahia
Migratória		Porto Alegre	Acre	Rio Branco	Recife	
				Maceió	Salvador	
				São Luís		
Evasão						
Forte	-	-	Alagoas	-	-	-
Evasão			Piauí			
Migratória						
Média	São Luís	Recife	Paraíba	-	Rio de Janeiro	Mato Grosso do Sul
Evasão	João Pessoa	Salvador	Rio Grande do Norte		Brasília	Pará
Migratória			Bahia		Belém	
			Ceará			
			Pernambuco			
			Maranhão			
			Paraná			
Baixa	-	Belém	Minas Gerais	-	-	Goiás
Evasão		Fortaleza	Espírito Santo			Tocantins
Migratória			Santa Catarina			Minas Gerais
			Amazonas			Rio de Janeiro
			Sergipe			Acre
			Rio Grande do Sul			Paraíba
						Alagoas
						Maranhão
						Pernambuco
						Paraná
						Rio Grande do Sul
						Rondônia
						Amazonas
						Piauí
						Ceará

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Os movimentos migratórios inter-regionais envolvendo o interior dos estados do Nordeste e as áreas interioranas de Minas Gerais, do Paraná, de Santa Catarina, de Espírito Santo e do Amazonas caracterizaram-se por perdas populacionais significativas, no período 1986-1991, com destaque para a forte evasão do interior de Alagoas e do Piauí.

No âmbito intra-regional pode-se notar tendência inversa para o interior de alguns estados em relação ao movimento inter-regional; foram os casos do interior de Sergipe, que chegou a se caracterizar como *área de média absorção população* intra-regional, bem como do interior do Espírito Santo, de Santa Catarina, do Rio Grande do Norte (*áreas de baixa absorção*) e o interior da Bahia (*área de rotatividade*). Essas evidências demonstram a importância das áreas interioranas no processo interno de distribuição espacial da população, bem como na expansão dos espaços da migração.

Apesar dessa recuperação do interior de alguns estados, nos movimentos intra-regionais as regiões metropolitanas e as capitais se fortaleceram como “espaços ganhadores” de população; com as exceções das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Brasília e Belém, como já foi destacado, todas as demais se comportaram como áreas de absorção populacional. Nesse contexto, merece destaque as regiões metropolitanas do Nordeste, que se configuraram como absorvedoras de população no âmbito intra-regional, com importantes rebatimentos no processo de distribuição da população regional e mesmo nacional, uma vez que essas áreas podem estar retendo um contingente migratório que se dirigiria para o Sudeste.

No atual processo de distribuição espacial da população deve-se destacar o novo papel das áreas metropolitanas:

- no contexto das migrações inter-regionais e intra-regionais nenhuma região metropolitana caracterizou-se como de *forte absorção populacional*, sendo que a maior parte se configurou como de baixa absorção migratória;
- as metrópoles de Recife, Salvador, Fortaleza e Belém perderam população na migração com estados de outras regiões, sendo que as do Rio de Janeiro, Brasília e Belém perderam no contexto intra-regional, demonstrando diferenciadas capacidades de absorção de população migrantes;

- as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e Porto Alegre tornaram-se *áreas de rotatividade migratória* no contexto inter-regional e as de Belo Horizonte, Recife e Salvador, no intra-regional, indicando a tendência à maior circularidade de população nessas áreas;
- a Região Metropolitana de São Paulo, maior economia do País, comportou-se como *área de média absorção migratória*, nos dois contextos.

Se, de um lado, essas evidências indicam que foram as metrópoles os espaços que conseguiram reverter a situação de evasão populacional de alguns estados e, portanto, constituíram-se nas “regiões ganhadoras”, por outro lado, essas áreas vêm diminuindo seu poder de retenção populacional, com impactos significativos no processo de distribuição espacial da população em nível nacional, regional e, sobretudo, estadual. Nesse último contexto, os processos internos de distribuição populacional acabam por fortalecerem o próprio interior dos estados, mesmo que possam permanecer para as metrópoles os “ganhos populacionais” mais expressivos. O caso de São Paulo, apresentado nos próximos capítulos, é particularmente exemplar. A metrópole paulistana já vem dando sinais de “espaço perdedor” com algumas áreas no contexto interestadual, sendo que reforçou, no período recente, essa característica na migração do próprio Estado de São Paulo, contribuindo para a expansão dos espaços da migração no âmbito interno.

Capítulo 3

São Paulo no Contexto dos Movimentos Migratórios Interestaduais

O fenômeno do crescimento e da concentração populacional no Estado de São Paulo constitui objeto de inúmeros trabalhos, que se beneficiam, dentre outros fatores, da melhor e mais ampla cobertura de dados. Assim, o tema tem sido bastante tratado, com um grande acúmulo de conhecimento interdisciplinar a respeito das características, tendências e perspectivas da dinâmica populacional paulista; esses esforços de reconstrução estiveram primordialmente ancorados nos estudos de economia regional, de urbanização e da geografia urbana¹. Portanto, não deixa de ser um desafio a retomada de evidências já analisadas, como se procederá a seguir. É necessário, no entanto, trazer de volta alguns elementos desse acervo, com três objetivos:

- 1) Acrescentar, na trajetória desses estudos, os dados mais recentes, principalmente aqueles referidos aos anos 90;
- 2) Contribuir à análise ressaltando as dimensões espaciais do fenômeno, que nem sempre são consideradas como dimensões explicativas;
- 3) Contribuir à reflexão e ao debate do momento, no que se refere às alterações de tendências que os anos recentes, sem dúvida, fizeram emergir.

3.1. As Migrações segundo Grandes Regiões

A liderança econômica paulista no cenário brasileiro, ao longo deste século, significou, como contrapartida, uma elevada concentração populacional; em 1900, esse Estado já representava 12,2% da população nacional, alcançando, em 1970, 19,1% da mesma e chegando a responder por 21,7%, em 1996. No contexto regional, a população de São Paulo, que

¹ As contribuições do NEPO/UNICAMP, NESUR-IE/UNICAMP, Fundação SEADE, PUC-SP e FAU/USP têm sido fundamentais nesse esforço de conhecimento da dinâmica populacional, principalmente, de São Paulo.

correspondia a 44,6% da do Sudeste, em 1970, chegou a concentrar mais da metade da população da Região (51,0%) em 1996 (Tabela 14).

Com uma trajetória de crescimento econômico e populacional marcada por intensos movimentos migratórios, o Estado de São Paulo tem registrado taxas de crescimento de sua população superiores à média nacional e regional. Nos anos 70, a população do Brasil crescia a 2,5% a.a. e a de São Paulo, a 3,5% a.a.; mesmo com o acentuado decréscimo no ritmo de crescimento da população brasileira em seu conjunto nos 80 (1,9% a.a.), a população paulista seguiu com taxa mais elevada (2,1% a.a.), permanecendo esta tendência para o período 1991-1996, quando a taxa de crescimento da população nacional havia sido de 1,4% a.a. e a do Estado de 1,5% a.a.

Tabela 14

População Total e Taxas de Crescimento (% a.a.)

Brasil, Região Sudeste e Estado de São Paulo

1970 a 1996

Áreas	População Total			
	1970	1980	1991	1996
Brasil	93.139.037	119.002.706	146.825.475	157.079.573
Região Sudeste	39.853.498	51.734.125	62.740.401	67.003.069
Estado de São Paulo	17.771.948	25.040.712	31.588.925	34.120.886

(Continua)

Áreas	Taxas de Crescimento			Dist. Relativa do Estado			
	1970/1980	1980/1991	1991/1996	1970	1980	1991	1996
Brasil	2,48	1,93	1,36	19,08	21,04	21,51	21,72
Região Sudeste	2,64	1,77	1,32	44,59	48,40	50,35	50,92
Estado de São Paulo	3,49	2,13	1,55	-	-	-	-

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970 a 1991, Contagem da População de 1996.

Esse processo concentrador da dinâmica demográfica de São Paulo tem suas raízes históricas já na virada do século passado (Cano, 1977), porém, as alterações recentes na dinâmica populacional - decorrentes da transição demográfica e o menor impacto das migrações - manifestam-se muito lentamente na extensa base populacional paulista.

Apesar disto, as reduções nas taxas de crescimento do Estado de São Paulo, nas últimas décadas, espelham, particularmente, as mudanças ocorridas em seus movimentos migratórios², em especial, a diminuição dos deslocamentos interestaduais e o aumento de sua emigração, nos anos 80. O principal destino das migrações nacionais, nos últimos cinquenta anos, vem se tornando incapaz de absorver elevado contingente populacional na mesma intensidade que em décadas passadas; apesar disso, São Paulo, e especialmente sua área metropolitana, ainda exerce forte atração no direcionamento dos fluxos migratórios vindos de outros estados.

O impacto da crise econômica sobre o emprego, particularmente metropolitano, nos anos 80, refletiu-se na dinâmica migratória nacional. O Estado de São Paulo, no contexto interestadual, figurava como *área de média absorção migratória*³, nos anos 70, com um ganho líquido populacional de quase 2 milhões de pessoas, passando para *área de baixa absorção migratória*⁴, no período 1981-1991, e baixando seu saldo migratório para 1,2 milhão de pessoas.

“O fato de São Paulo ser uma economia essencialmente urbano-industrial, com forte predominância de segmentos produtivos mais expostos aos efeitos negativos da trajetória de estagnação e aos períodos de recessão dos anos oitenta, fez com que os desafios da economia brasileira se apresentassem com maior clareza exatamente aqui. Estas consequências são especialmente visíveis na Grande São Paulo, onde, apesar da intensa transformação terciária, só foi possível manter taxas de desemprego relativamente modestas (ao menos até 1989), em consequência da acentuada queda do crescimento da população em idade ativa (PIA) provocada pela menor imigração e pelo aumento da emigração” (Pacheco et al, 1998:32).

Dentre as recentes características da migração interestadual para São Paulo destaca-se, de fato, a importante redução em seu volume absoluto (Tabela 15); nos anos 70, a média anual era de 325.089 migrantes, baixando para 267.916, no período 1981-1991, e chegando a 227.983 imigrantes, no período 1996-1991.

A imigração interestadual para São Paulo teve, de 1970-1980 para 1980-1991, uma redução de mais de 570 mil imigrantes de uma para outra década. Do período 1981-1991 para o

² As alterações nos padrões de fecundidade também contribuíram para essa redução das taxas de crescimento, no entanto, dado que a migração respondia por grande parte do crescimento populacional, superando o crescimento vegetativo, sua redução teve impacto mais significativo na taxa total. Deve-se considerar também os efeitos indiretos dos movimentos migratórios nas taxas de fecundidade (Goldani, 1983).

³ IEM de 0,43.

⁴ IEM de 0,28.

de 1991-1996, o Estado de São Paulo experimentou uma redução anual de quase 40 mil pessoas em suas entradas de migrantes. Ressalte-se que, mesmo assim, o maior volume de imigrantes interestaduais ao nível nacional foi registrado pelo Estado de São Paulo. Apesar da crise econômica, São Paulo continuou sendo o “coração da economia nacional”⁵ e, portanto, no imaginário migratório, principalmente para os migrantes de áreas menos dinâmicas, esta área continuará a exercer sua força de atração.

Tabela 15

Volumes de Imigração e Emigração Interestaduais^(*)

Estado de São Paulo

1970-1980^(**), 1981-1991^(**), 1986-1991 e 1991-1996

Períodos	Estado de São Paulo				
	Imigração	Emigração	Trocas Migratórias	Índice	
				Eficácia	Reposição
1970-1980 (1)	3.250.889	1.287.748	1.963.141	0,43	2,52
1981-1991	2.679.157	1.497.935	1.181.222	0,28	1,79
1986-1991	1.392.796	647.991	744.805	0,36	2,15
1991-1996	1.139.638	541.760	597.878	0,36	2,10

Notas: (*) Inclui inter-regional e intra-regional

(**) Inclui não-natural e retorno.

(1) As informações referentes aos anos 70 são extraídas de Cunha (1999).

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991, Contagem da População de 1996; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Do período 1970-1980 para o de 1981-1991, enquanto se assistiu ao decréscimo absoluto da entrada de migrantes em São Paulo (de 3.250.889 para 2.679.157), como já mencionado, o movimento de emigração do Estado registrou um aumento absoluto de uma para outra década: 1.287.748 pessoas e 1.497.935, respectivamente. O índice de reposição populacional que era de 25 entradas para cada 10 pessoas que saíam, baixou para 18; dos anos 70 para os 80, São Paulo diminuiu seus ganhos populacionais em mais de 780 mil pessoas. Essa tendência, no entanto, não prosseguiu nos anos 90; entre 1981-1991, a média anual de emigrantes de São Paulo para outros estados era de 136.176 pessoas, baixando para 108.352, no período 1991-1996.

Assim, pode-se dizer que, no contexto migratório interestadual⁶, com maior relevância para os deslocamentos inter-regionais⁷, o melhor ou pior desempenho da economia paulista, bem

⁵ Veja-se Pacheco (1998), Azzoni (1998), dentre outros.

⁶ Inclui os movimentos com estados do Sudeste e com os de outras Regiões.

⁷ Aqueles estabelecidos com estados de outras Regiões.

como os processos emergentes de reestruturação produtiva no espaço metropolitano, manifestam-se no comportamento migratório de e para o Estado de São Paulo. Talvez não seja tão nítida e direta a relação migração/industrialização, como nos anos 60 e 70, mas permanece para os movimentos interestaduais a forte e complexa relação migração/emprego. Essa relação, aliás, é um ponto importante no debate atual; neste e no próximo capítulo, a análise empreendida envolve essa relação como um dos eixos explicativos dos movimentos migratórios, principalmente dentro do próprio Estado.

No período 1986-1991 haviam entrado no Estado de São Paulo 1.392.196 migrantes vindos de outros estados, volume que decresceu para 1.139.638, entre 1991-1996. A emigração de São Paulo também sofreu um decréscimo: de 647.991 pessoas para 541.760, respectivamente.

Na estrutura migratória dos fluxos de chegada e saída de migrantes inter-regionais de e para o Estado de São Paulo, o Nordeste continuou liderando, nos anos 90, o maior volume de migrantes no Estado, respondendo por 57,5% dos que entraram; a diminuição na entrada de migrantes vindos do Sul, de 1986-1991 para 1991-1996, contribuiu para o aumento do peso relativo do Nordeste no total da imigração paulista, que era de 51,7% no período 1986-1991, tendência que já foi apontada para o caso do Sudeste em seu conjunto (Tabela 16 e Gráfico 12). No movimento de saída de migrantes, São Paulo dividiu sua emigração com o Nordeste (31,3% do total) e com os estados da própria Região Sudeste (30,0%). Destaca-se que houve também o aumento da participação da Região Norte (de 2,5% do total para 4,1%, respectivamente).

Tabela 16
Volumes de Imigração e Emigração Interestaduais segundo Grandes Regiões
Estado de São Paulo
1981-1991, 1986-1991 e 1991-1996

Regiões	Imigração			Emigração			Trocas Migratórias		
	1981-1991	1986-1991	1991-1996	1981-1991	1986-1991	1991-1996	1981-1991	1986-1991	1991-1996
Norte	58.715	34.797	46.619	58.742	21.426	16.937	-27	13.371	29.682
Nordeste	1.343.496	720.565	656.147	509.433	211.412	169.741	834.063	509.153	486.406
Sudeste	619.793	308.242	217.313	424.912	189.309	162.508	194.881	118.933	54.805
Sul	493.407	245.270	149.402	287.240	130.779	119.322	206.167	114.491	30.080
Centro-Oeste	163.751	83.922	70.157	214.606	95.065	73.252	-50.855	-11.143	-3.095
Total	2.679.160	1.392.796	1.139.638	1.494.933	647.991	541.760	1.184.227	744.805	597.878

(Continua)

(Continuação)

Regiões	Índice Eficácia			Índice Reposição		
	1981-1991	1986-1991	1991-1996	1981-1991	1986-1991	1991-1996
Norte	0,00	0,24	0,47	1,00	1,62	2,75
Nordeste	0,45	0,55	0,59	2,64	3,41	3,87
Sudeste	0,19	0,24	0,14	1,46	1,63	1,34
Sul	0,26	0,30	0,11	1,72	1,88	1,25
Centro-Oeste	-0,13	-0,06	-0,02	0,76	0,88	0,96
Total	0,28	0,36	0,36	1,79	2,15	2,10

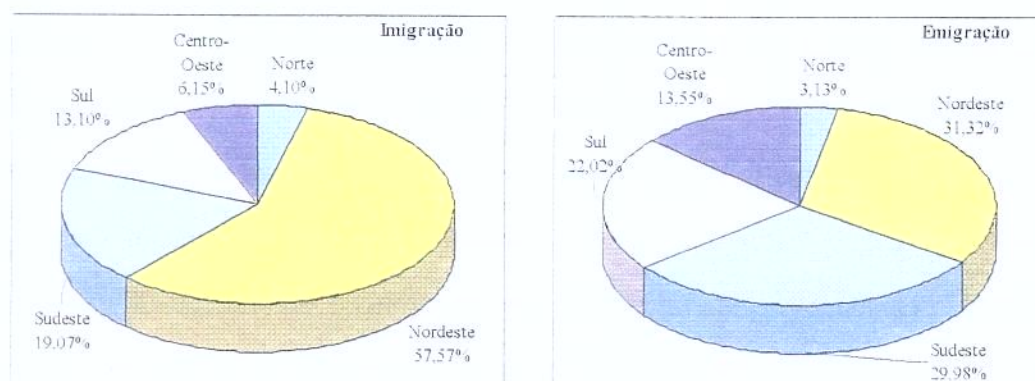
Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Gráfico 12

Distribuição da Imigração e Emigração segundo Grandes Regiões

Estado de São Paulo

1991-1996



Fonte: FIBGE, Contagem da População de 1996.

A diminuição na saída de população do Estado de São Paulo foi mais significativa para as regiões de fronteira agrícola: para o Norte passou de 21.426 emigrantes, no período 1986-1991, para 16.937, no de 1991-1996, e para o Centro-Oeste, de 95.065 para 73.252, respectivamente. Para a Região Nordeste, esse volume decresceu de 211.412 emigrantes para 169.741, nos períodos mencionados; aliás, de um para outro período diminuiu em cerca de 40 mil pessoas a emigração de São Paulo para o Nordeste (Gráfico 13).

Os movimentos migratórios de e para São Paulo, segundo as Grandes Regiões, nos períodos 1986-1991 e 1991-1996 indicaram:

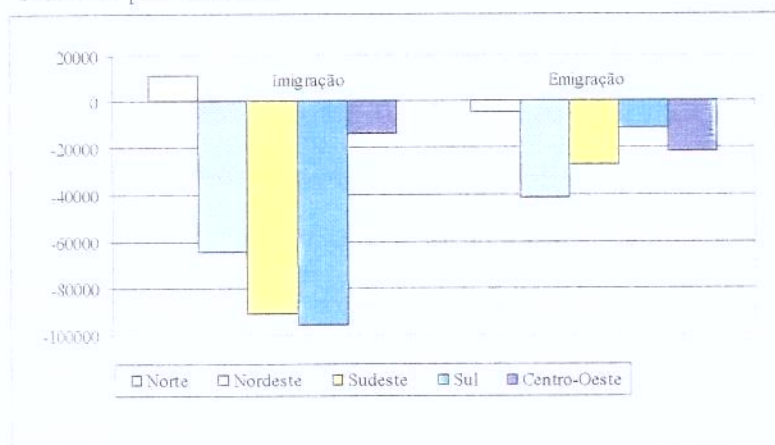
- o aumento da atração migratória do Estado com relação à Região Norte, inclusive com aumento no volume de imigrantes vindos dessa Região para São Paulo (de 34.797 para 46.619 pessoas). De fato, do total da emigração do Norte, no período 1986-1991, 12,6% havia se dirigido para São Paulo, elevando para 18,7% no período 1991-1996;

o índice de reposição, que era de 16 entradas de pessoas vindas do Norte para cada 10 saídas de São Paulo nessa direção, no período 1986-1991, chegou a 27 para 10, no período seguinte;

- apesar da diminuição no volume de imigrantes nordestinos (de 720.565 migrantes, entre 1986-1991, para 656.147, no período 1991-1996), a redução na emigração de São Paulo para o Nordeste contribuiu para que o Estado retomasse sua característica de *área de forte absorção migratória* com relação ao Nordeste⁸; no período 1981-1991 para cada 10 saídas de São Paulo em direção ao Nordeste entravam 26 pessoas, esta relação já era de 34 para 10, no período 1986-1991, chegando a 39, nos primeiros anos dos 90;
- as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste tiveram significativas alterações nas migrações para e de São Paulo, apontadas a seguir.

Gráfico 13

Varição Absoluta da Imigração e Emigração por Grandes Regiões
Estado de São Paulo
1986-1991 para 1991-1996



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996; Tabulações Especiais, NEPO UNICAMP.

Os estados da Região Sudeste reduziram sua imigração para São Paulo, do período 1986-1991 para 1991-1996, passando de 308.242 migrantes para 217.313, respectivamente; apesar da diminuição nas saídas de migrantes de São Paulo para os outros estados da Região, no período

⁸ IEM de 0,55, no período 1986-1991, elevando-se para 0,59, no período 1991-1996; no período 1981-1991 este índice havia sido de 0,45, portanto, era uma *área de média absorção*.

1991-1996, saíram nessa direção 162.508 pessoas, volume próximo ao de emigrantes de São Paulo para o Nordeste (169.741 pessoas). A dinâmica dos movimentos de entradas e saídas de pessoas de São Paulo com sua Grande Região resultou em uma redução considerável nos ganhos líquidos populacionais para esse Estado: de 118.933 pessoas, no período 1986-1991, para 54.805 no de 1991-1996. Nesse contexto, o Estado reforçou, nos anos 90, seu papel de área de *baixa absorção migratória* para os estados da própria região⁹.

A Região Sul alterou significativamente seus movimentos migratórios para o Estado do final dos anos 80 para o início dos 90. Em primeiro lugar, foi dessa Região a maior redução no volume de entradas em São Paulo: de 245.270 pessoas para 149.402, de 1986-1991 para 1991-1996; em segundo lugar, o volume de emigrantes de São Paulo para o Sul continuou expressivo, apesar de seu decréscimo (de 130.779 para 119.322 emigrantes, respectivamente), resultando, portanto, na diminuição dos ganhos líquidos populacionais de São Paulo (de 114.491 para 30.080 pessoas) com essa Região. Finalmente, São Paulo deixou de ser uma *área de média absorção migratória* com relação ao Sul, configurando-se, no início desta década, como *área de baixíssima absorção populacional*¹⁰.

Com a Região Centro-Oeste, São Paulo já perdia população nos anos 80, tendência que se manteve no período 1991-1996, embora com indícios de redução nessas perdas populacionais: 11.143, no período 1986-1991, e 3.905, no de 1991-1996, caracterizando-se como *área de baixa evasão populacional*¹¹.

No cenário da migração brasileira, o Estado de São Paulo, no período 1991-1996, permaneceu recebendo mais da metade da emigração que saiu do Nordeste (em torno de 53,0%, nos dois períodos) e mesmo, do Sul (52,0%); continuou também, por outro lado, respondendo pelos maiores volumes de pessoas que chegaram à essas mesmas regiões (Gráfico 14). Diminuiu, no entanto, a potencialidade migratória do Estado com relação a Região Sul e Sudeste, aumentando com o Nordeste e Norte, e mantendo com o Centro-Oeste sua evasão populacional.

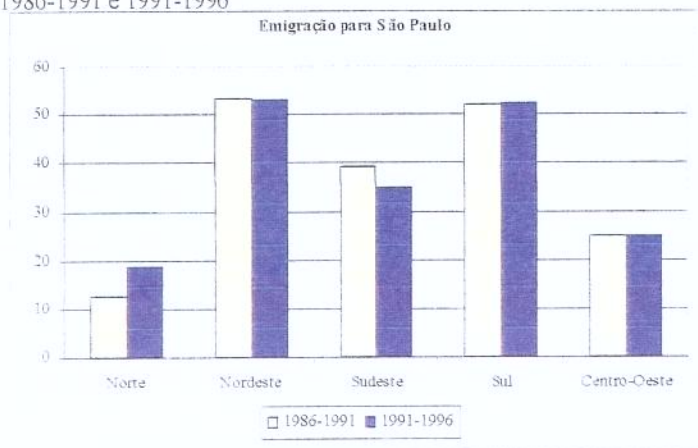
⁹ IEM de 0,24 e de 0,14, nos respectivos períodos. O índice de reposição que era de 16 entradas para cada 10 saídas baixou para 13 entradas.

¹⁰ IEM de 0,30, no período 1986-1991, e de 0,11, no de 1991-1996.

¹¹ IEM de -0,06, no período 1986-1991, e de -0,02, no de 1991-1996.

Gráfico 14

Proporção da Emigração e Imigração para São Paulo no Total Regional
Grandes Regiões
1986-1991 e 1991-1996



Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

No movimento emigratório do Estado, o período 1981-1991, caracterizou-se como a “década do retorno”, quando 45,0% dos migrantes que deixaram São Paulo estavam voltando aos seus estados de nascimento (Tabela 17). Esse refluxo populacional envolveu 669.781 pessoas, no período 1981-1991, das quais quase a metade (319.340 migrantes) retornaram aos estados nordestinos. Aliás, do total do fluxo emigratório de São Paulo para a Região Nordeste, a proporção de migrantes na condição de retorno chegou a alcançar uma média regional de 62,7%, apontando a importância desse tipo de deslocamento populacional para a área nos anos 80¹².

Tabela 17

Emigração Anual de Retorno^(*) para as Grandes Regiões
Estado de São Paulo
1981-1991 e 1990-1995

Região	Emigração Anual de Retorno		Proporção de Retorno no Total Emigratório	
	1981-1991	1990-1995	1981-1991	1990-1995
Norte	607	277	9,83	8,08
Nordeste	31.934	23.757	62,69	48,22
Sudeste	19.886	11.622	46,80	33,88
Sul	11.879	14.312	41,35	38,27
Centro-Oeste	2.672	1.844	12,45	9,29
Total	66.978	51.812	44,71	36,04

Nota: (*) Retorno às UF's de nascimento.

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1991 e PNAD de 1995. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

¹² Deve-se ressaltar que foi essa década que despertou a necessidade de se considerar os migrantes não-naturais e os de retorno como a população migrante total; com o Censo Demográfico de 1980, a maior parte da produção sobre migração referia-se aos migrantes não-naturais.

Para as regiões Sudeste e Sul, o Estado de São Paulo também registrou, no período 1981-1991, expressiva participação de retorno em seu volume de emigrantes (46,8% e 41,4%, respectivamente). De fato, como já mencionado anteriormente, a emigração de São Paulo para Minas Gerais teve forte componente de retorno, bem como para o Paraná. Nesses dois casos, a redinamização recente de determinados espaços urbano-regionais serviu não só para diminuir a emigração dessas áreas para São Paulo, como também passaram a atrair um fluxo de retorno, com origem principalmente na Região Metropolitana de São Paulo, como se verá mais adiante.

Para o início dos anos 90, o contingente de retorno que saiu de São Paulo em direção a seus estados de nascimento registrou uma diminuição em relação ao período 1981-1991: o volume anual da migração de retorno, para o período 1990-1995, foi de 51.812 migrantes¹³, sendo que, no período 1981-1991, a média anual era de 66.978 pessoas. Essa redução na emigração de retorno foi mais significativa para os estados do Sudeste, passando de 19.886 para 11.622 o volume anual desses migrantes.

O refluxo de nordestinos com origem em São Paulo correspondia a um volume anual de 31.934 pessoas, no período 1981-1991, baixando para 23.757, no período 1990-1995; mesmo assim, continuou significativa a participação do retorno no total da emigração paulista para essa região: quase a metade desse movimento foi composto por retornados (48,2% do total).

No caso da Região Sul, São Paulo registrou um aumento em seu volume anual de emigrantes de retorno: de 11.879 pessoas, entre 1981-1991, para 14.312 no período 1990-1995. Essa evidência corrobora as tendências iniciadas nos anos 80, demonstrando que o “destino” sulino em São Paulo já aponta indícios de estar se esgotando; a crise econômica paulista aliada à retomada de ‘fôlego’ do Sul vem trazendo de volta seus emigrantes de décadas passadas.

Para as regiões Norte e Centro-Oeste foram registradas as menores proporções e volumes de retornos nos 80 e 90; para o Centro-Oeste esse refluxo foi mais significativo em função principalmente da proximidade geográfica (2.672 emigrantes de retorno ao ano, nos 80, e 1.844 ao ano, entre 1990-1995)

¹³ Assim como nos capítulos anteriores, as informações a respeito da migração de retorno para esta década referem-se ao período 1990-1995 e são provenientes da PNAD de 1995.

No âmbito nacional, São Paulo continuou reafirmando, no início desta década, sua centralidade nas migrações inter-regionais no Brasil, apesar da expressiva diminuição em seus ganhos populacionais: de 744.805 pessoas, no período 1986-1991, para 597.878, no período 1991-1996; ou seja, uma redução absoluta de quase 150 mil pessoas de um para outro período.

3.2. Fluxos Migratórios com os Estados Brasileiros: 1986-1991 e 1991-1996

Resumindo as novas tendências apontadas, pode-se dizer que a atual geografia das migrações, no País, vem delineando especificidades regionais que desembocaram na tendência à redução da imigração para São Paulo, ao mesmo tempo em que, mudando o curso da história, este Estado tem experimentado expressivos refluxos e até perdas populacionais. Conquanto esta seja uma das novas faces do fenômeno migratório para o Estado, é interessante ressaltar que, em relação ao Nordeste e, em seguida, ao Norte, São Paulo manteve seu papel de pólo nacional de absorção migratória.

No período 1981-1991, o maior fluxo migratório¹⁴ para o Estado tinha origem em Minas Gerais que respondia por 17,7% (475.269 pessoas) dos 2.679.160 migrantes interestaduais de São Paulo na década (Tabela 18); seguido pelo fluxo do Paraná (que correspondia a 16,4% do total, com 440.281 migrantes) e da Bahia (16,3%; 437.131). No segundo quinquênio do período, já se pode observar que a Bahia passou a ocupar a primeira posição dentre os volumes de imigrantes mais expressivos (correspondendo a 248.600 pessoas e a 17,8% do total dos imigrantes do período), vindo Minas Gerais (236.086 migrantes) e Paraná (217.406 migrante).

Os anos 90 iniciaram-se com a continuidade na redução dos volumes de migrantes para São Paulo procedentes de Minas Gerais (163.054 pessoas; 14,3% do total) e do Paraná (126.894 pessoas; 11,1%), em contraposição ao aumento verificado na migração da Bahia para São Paulo, quando então a migração de baianos chegou a responder por 23,2% das entrada de migrantes em São Paulo (264.470 pessoas). Além da Bahia, os estados do Maranhão e de Sergipe, na Região

¹⁴ Pessoas com menos de 10 anos de residência na UF.

Nordeste; do Acre, Roraima, Pará e Tocantins, no Norte; e do Mato Grosso, no Centro-Oeste, também elevaram seus volumes de migração para o Estado de São Paulo, do período 1986-1991 para 1991-1996, como ilustra o Mapa 15.

Tabela 18

Volumes de Imigração e Emigração Interestaduais(*) segundo UF's

Estado de São Paulo

1981-1991, 1986-1991 e 1991-1996

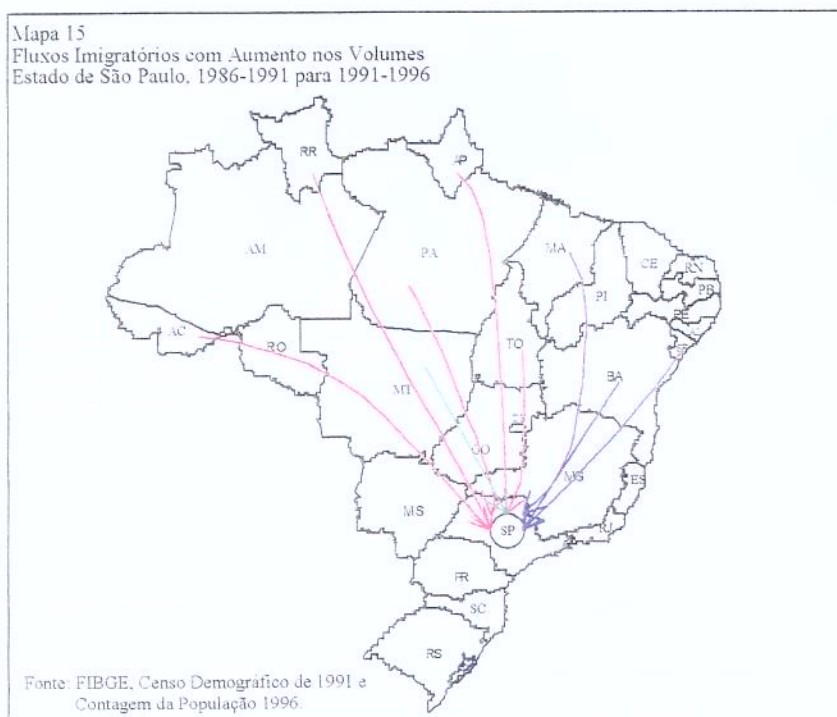
UF's	Imigração			Emigração			Trocas Migratórias		
	1981-1991	1986-1991	1991-1996	1981-1991	1986-1991	1991-1996	1981-1991	1986-1991	1991-1996
Norte	58.715	34.797	46.619	58.742	21.426	16.937	-27	13.371	29.682
Rondônia	18.955	12.735	8.292	30.059	8.179	5.725	-11.104	4.556	2.567
Acre	1.856	810	916	1.574	780	515	282	30	401
Amazonas	6.458	3.742	3.118	5.620	2.622	1.687	838	1.120	1.431
Roraima	691	418	1.844	1.150	578	411	-459	-160	1.433
Pará	26.275	14.656	29.373	13.192	5.655	4.688	13.083	9.001	24.685
Amapá	435	225	457	408	322	291	27	-97	166
Tocantins	4.045	2.211	2.619	6.739	3.290	3.620	-2.694	-1.079	-1.001
Nordeste	1.343.496	720.565	656.147	509.433	211.412	169.741	834.063	509.153	486.406
Maranhão	32.136	18.029	21.269	13.244	5.760	4.068	18.892	12.269	17.201
Piauí	79.823	43.523	42.993	26.004	10.819	10.845	53.819	32.704	32.148
Ceará	188.677	94.929	69.935	74.877	28.585	26.599	113.800	66.344	43.336
Rio Grande do Norte	46.312	23.657	19.181	27.814	13.182	9.809	18.498	10.475	9.372
Paraíba	111.249	58.743	44.540	45.013	18.650	15.819	66.236	40.093	28.721
Pernambuco	322.686	164.909	123.790	121.071	52.321	33.847	201.615	112.588	89.943
Alagoas	92.946	52.326	52.064	30.359	13.361	8.958	62.587	38.965	43.106
Sergipe	32.536	15.849	17.905	23.464	10.190	5.921	9.072	5.659	11.984
Bahia	437.131	248.600	264.470	147.587	58.544	53.875	289.544	190.056	210.595
Sudeste	619.793	308.242	217.313	424.912	189.309	162.508	194.881	118.933	54.805
Minas Gerais	475.269	236.086	163.054	326.580	145.823	126.733	148.689	90.263	36.321
Espírito Santo	15.545	8.865	8.092	21.247	10.827	8.696	-5.702	-1.962	-604
Rio de Janeiro	128.979	63.291	46.167	77.085	32.659	27.079	51.894	30.632	19.088
Sul	493.407	245.270	149.402	287.240	130.779	119.322	206.167	114.491	30.080
Paraná	440.281	217.406	126.894	222.365	97.962	90.025	217.916	119.444	36.869
Santa Catarina	23.713	11.642	10.819	37.689	19.420	18.509	-13.976	-7.778	-7.690
Rio Grande do Sul	29.413	16.222	11.689	27.186	13.397	10.788	2.227	2.825	901
Centro-Oeste	163.751	83.922	70.157	214.606	95.065	73.252	-50.855	-11.143	-3.095
Mato Grosso do Sul	70.250	35.854	22.650	93.829	41.889	30.794	-23.579	-6.035	-8.144
Mato Grosso	37.689	21.192	23.564	64.125	25.006	16.132	-26.436	-3.814	7.432
Goiás	35.020	17.330	15.882	41.811	20.497	18.615	-6.791	-3.167	-2.733
Distrito Federal	20.792	9.546	8.061	14.841	7.673	7.711	5.951	1.873	350
Brasil	2.679.162	1.392.796	1.139.638	1.494.933	647.991	541.760	1.184.229	744.805	597.878

Nota: (*) inclui não-natural e retorno.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Na saída de população de São Paulo para os demais estados, Minas Gerais foi o de maior concentração da emigração paulista: respondeu por 21,8% desses migrantes no período 1981-1991 e por 23,4%, no período 1991-1996. O Paraná e a Bahia foram os estados que, em ordem decrescente, atraíram os migrantes de São Paulo. Às exceções de Tocantins e Distrito Federal, que tiveram um suave acréscimo no volume de migrantes vindos de São Paulo, com as demais

UF's, o Estado registrou uma retração em seu processo emigratório do período 1986-1991 para 1991-1996; indicando, portanto, uma maior retenção de população no território paulista.

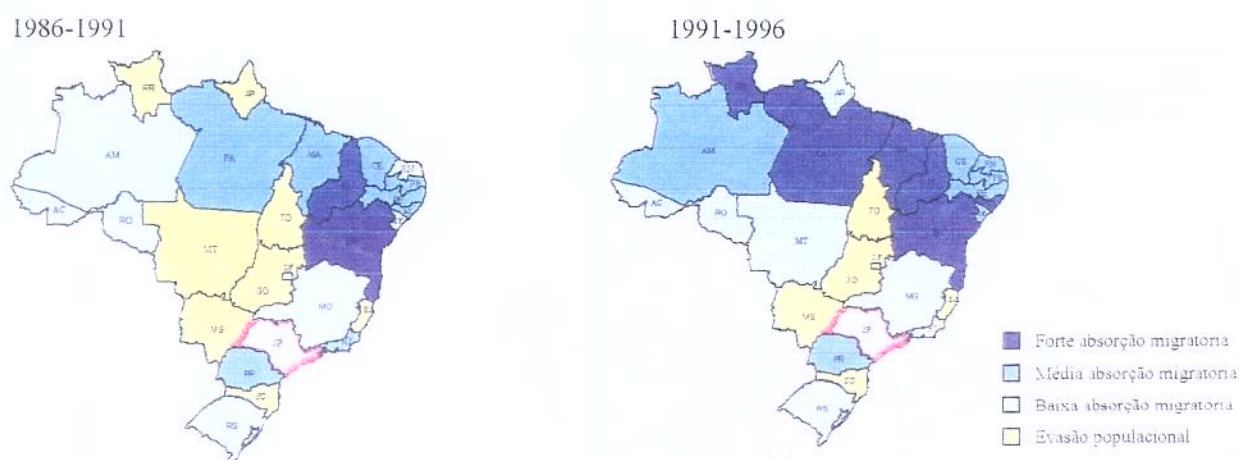


De fato, no Mapa 16 é possível observar alterações na tendência dos anos 80, quando São Paulo em seu conjunto apresentava-se, no contexto nacional, como uma *área de baixa absorção populacional*¹⁵. Do período 1986-1991 para o de 1991-1996, São Paulo caracterizou-se como *área de forte absorção migratória* com um número maior de estados brasileiros, principalmente com os das regiões Norte e Nordeste.

No primeiro período, era *área de forte absorção migratória* apenas com os estados do Piauí e da Bahia, expandindo, no período 1991-1996, sua potencialidade de atração e absorção populacional para os estados de Roraima (área que nos anos 80 ainda obtinha ganhos líquidos populacionais de São Paulo) e Pará; retomou também, nos 90, sua força migratória com os estados do Maranhão, Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte - estados que nos anos 80 haviam diminuído a complementaridade migratória com São Paulo.

¹⁵ IEM de 0,28 no período 1981-1991, passando para 0,36 no de 1991-1991.

Mapa 16
Caracterização de São Paulo segundo os Movimentos Migratórios com outros Estados



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População 1996.

O Estado de São Paulo reafirmou, no entanto, no período 1991-1996, sua posição de *área de evasão populacional* com o Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Tocantins; já com o Paraná e Rio de Janeiro, passou de *área de média absorção migratória*, no período 1986-1991, para *baixa absorção*, no período 1991-1996.

A realidade migratória de São Paulo, no contexto nacional dos anos 80 e 90, refletiu os seguintes processos:

- a perda de população para a Região Norte manifestava, ainda nos anos 80, a possibilidade de atração da fronteira agrícola, que se estendeu até o período 1986-1991. Nos anos 90, a Região Norte teve esgotado seu ciclo da fronteira, incluindo-se o Estado de Mato Grosso, que passou a ter São Paulo como importante destino emigratório;
- o aumento da emigração para o Nordeste, dos 70 para os 80, e particularmente o movimento de retorno, esteve muito mais vinculado à crise econômica e ao conseqüente decréscimo nos níveis de emprego metropolitano do que aos possíveis efeitos do processo de desconcentração das atividades econômicas no País sobre os movimentos migratórios. Nesse sentido, talvez pudesse ser incluído apenas os Estado

de Sergipe (que perdeu fôlego nos 90) e do Ceará, áreas que dinamizaram a indústria local (Pacheco, 1998);

- a nova situação de São Paulo com relação aos estados de Minas Gerais - quase se configurando como *área de rotatividade migratória*¹⁶ nos anos 90 - e com Santa Catarina - já caracterizado como *área de evasão populacional* - espelha o processo de desconcentração econômica, especialmente industrial, ocorrido no País, além da crise econômica metropolitana; nesse sentido, também se incluem o Espírito Santo e o Rio Grande do Sul;
- com os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul (para os quais São Paulo registrou perdas populacionais) e com o Paraná (que enfraqueceu consideravelmente sua emigração para São Paulo), o efeito do processo de desconcentração econômica também foi importante, em especial a desconcentração das atividades agroindustriais com a expansão da soja e do complexo grãos/carnes¹⁷;
- apesar da redução em seus volumes, continuou expressiva a emigração de São Paulo, do período 1986-1991 para 1991-1996, para os estados da Bahia, Ceará, Piauí, Paraná e Pernambuco, indicando para esses estados a continuidade das tendências iniciadas nos anos 80.

As direções e sentidos da imigração, e particularmente da emigração do Estado de São Paulo, comportam explicações distintas para o fenômeno, configurando-se, pelo menos, quatro situações do processo migratório interestadual paulista:

- a) absorção de população vinda do esgotamento da fronteira agrícola do Norte;
- b) emigração do Estado em função da crise econômica ter afetado mais severamente São Paulo (fluxos para o Nordeste);
- c) continuidade da imigração Nordeste→São Paulo, principalmente pelas redes migratórias pré-estabelecidas;

¹⁶ IEM de 0,24 entre 1986-1991 e de 0,12 entre 1991-1996.

¹⁷ Veja-se Guimarães e Leme (1997).

- d) fortalecimento da desconcentração migratória a partir de São Paulo em direção às áreas que registraram desdobramentos no processo de desconcentração industrial e agroindustrial do País (Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Goiás).

São Paulo, portanto, de um lado, expandiu seus espaços da migração, sobretudo com a porção centro-leste e sul do País - áreas onde os efeitos multiplicadores advindos da desconcentração foram mais acentuados¹⁸ - e, de outro lado, reforçou com as regiões Nordeste e Norte seu caráter de pólo nacional.

3.3. Região Metropolitana e Interior

3.3.1. Crescimento populacional: 1970-1996

Na década de 80, pela primeira vez desde o final do século passado¹⁹, o ritmo de crescimento populacional da área metropolitana de São Paulo (1,9% a.a.) foi inferior ao conjunto do Estado (2,1% a.a.) e próxima à média nacional (1,9% a.a.); esta tendência permaneceu nos primeiros dos anos 90, com a Região Metropolitana de São Paulo apresentando uma taxa semelhante à do País (1,4% a.a.) e abaixo da do Estado (1,6% a.a.). Essa nova característica metropolitana resulta, principalmente, das alterações nas tendências das migrações internas que, até os anos 70, tinham na Região Metropolitana de São Paulo seu principal destino. De fato, no período 1970-1980, mais da metade (51,6%) do crescimento absoluto da Região Metropolitana de São Paulo deveu-se à migração (Tabela 19).

¹⁸ Veja-se Campolina (1993) a respeito dessa área de desconcentração ter abrangido um polígono nacional.

¹⁹ Em Patarra e Baeninger (1988) encontra-se a evolução da população metropolitana ao longo deste século.

Tabela 19

População, Taxas de Crescimento e Saldo Migratório
Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo e Interior
1970 a 1996

Áreas	População Total				Taxas de Crescimento (% a.a.)		
	1970	1980	1991	1996	1970-1980	1980-1991	1991-1996
ESP	17.771.948	25.040.712	31.588.925	34.120.886	3,49	2,13	1,55
RMSP	8.139.730	12.588.725	15.444.941	16.583.234	4,46	1,88	1,43
Capital	5.924.615	8.493.226	9.646.185	9.839.436	3,67	1,16	0,40
Outros	2.215.115	4.095.499	5.798.756	6.743.798	6,34	3,21	3,07
Interior	9.632.218	12.451.987	16.143.984	17.537.652	2,60	2,39	1,67

(Continuação)

(Continua)

Áreas	Dist. Relativa População no Estado				Saldos Migratórios (*)			Part. da Mig no Cresc. Absoluto		
	1970	1980	1991	1996	1970-1980	1980-1991	1991-1996	1970-1980	1980-1991	1991-1996
ESP	100,00	100,00	100,00	100,00	3.083.173	586.664	298.709	42,42	8,96	11,80
RMSP	45,80	50,27	48,89	48,60	2.295.757	-274.692	-36.106	51,60	-9,62	-3,17
Capital	33,34	33,92	30,54	28,84	1.143.946	-755.965	-478.385	44,54	-65,57	-247,55
Outros	12,46	16,36	18,36	19,76	1.151.811	481.273	442.279	61,25	28,26	48,80
Interior	54,20	49,73	51,11	51,40	787.416	861.356	334.815	27,92	23,33	24,02

Nota: (*) Método das Estatísticas Vitais. Fundação SEADE (1993 e 1998).

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991 e Contagem da População de 1996.

O processo de desconcentração espacial da atividade econômica, nos anos 70, e os efeitos da crise dos anos 80 e 90 marcaram a trajetória econômico-demográfica do Estado. No período 1970-1980, o processo de interiorização da indústria paulista²⁰ já havia contribuído para o direcionamento de importantes fluxos migratórios que partiram da Região Metropolitana de São Paulo para o Interior²¹; no entanto, a força da migração interestadual era tão intensa que este movimento de saída da metrópole parecia ser um processo incipiente e circunscrito ao âmbito da dinâmica interna do Estado.

Na década de 80, contudo, a metrópole presenciou uma saída líquida de migrantes, correspondendo a um saldo migratório negativo de 275 mil pessoas, como resultado, sobretudo, do menor crescimento da cidade de São Paulo, que registrou um saldo migratório negativo de 750 mil pessoas e uma taxa de crescimento de 1,2% a.a., entre 1980-1991. A impossibilidade de reter elevados fluxos migratórios incentivaram uma migração de retorno elevada, bem como a distribuição dos fluxos migratórios em direção ao Interior paulista e à outras áreas do País. No período 1991-1996, a Região Metropolitana de São Paulo continuou exibindo perdas populacionais decorrentes do aumento do saldo negativo verificado para o Município de São

²⁰ Veja-se a respeito Cano (1988); Negri (1996); Pacheco (1998).

²¹ Análise detalhada desse processo pode ser consultada em Cunha (1987) e Patarra (1989), dentre outros.

Paulo; nos anos 80, o saldo migratório negativo anual da cidade de São Paulo era de 68.724 pessoas, elevando-se para 95.677, entre 1991-1996, o que se refletiu na baixíssima taxa de crescimento populacional registrada para a maior cidade da América Latina: 0,4% a.a., no período 1991-1996.

A absorção migratória da metrópole paulista foi garantida, no entanto, pelo expressivo crescimento populacional de sua área periférica. As taxas de crescimento dos municípios situados no entorno da cidade de São Paulo vêm, desde os anos 70, superando a média nacional, estadual e metropolitana, além de muito mais alta que a do núcleo. Em 1970, a taxa de crescimento do Brasil era de 2,5% a.a., a do Estado de São Paulo de 3,5% a.a. e da cidade de São Paulo de 3,7% a.a., sendo a dos municípios periféricos da Região Metropolitana de São Paulo de 6,3% a.a. Mesmo com a acentuada inflexão no crescimento metropolitano ocorrido nos anos 80, a periferia apresentou uma taxa de 3,2% a.a., permanecendo nesse ritmo de crescimento no período 1991-1996, quando ainda registrou a elevada taxa de crescimento populacional de 3,1% a.a.

O dinamismo populacional desse entorno periférico se contrapõe ao ritmo de crescimento da população que o centro metropolitano (Capital) vem experimentando. Enquanto este último perde peso relativo no total da população estadual (33,3%, em 1970, baixando para 28,8%, em 1996), os municípios periféricos que representavam 12,5% da população do Estado, em 1970, passaram a responder por 19,8%, em 1996. Apesar da diminuição na importância relativa da migração no crescimento absoluto dessa área - em 1970-1980, a migração respondia por 61,3% do crescimento absoluto periférico, passando para 28,3%, entre 1980-1991 -, dos anos 80 para o período 1991-1996, pode-se verificar um aumento no saldo migratório médio anual desse entorno: de 43.752 pessoas, no período 1980-1991, para 88.456 pessoas, no seguinte, elevando novamente a participação da migração no crescimento absoluto da periferia: 46,8% entre 1991-1996. No contexto metropolitano, esse conjunto de municípios representava 27,2% da população total da Região Metropolitana de São Paulo, em 1970, chegando a 40,7%, em 1996.

Está-se diante de um processo de reestruturação espacial urbana, cuja especificidade é dada pelo processo de desconcentração do centro metropolitano (e não de sua periferia) que primeiro transferiu população para o entorno imediato, anunciando o maciço crescimento

regional; posteriormente atingiu as regiões interioranas; e, recentemente, outros estados. A concomitância desse processo de desconcentração populacional na direção desses três eixos espaciais tem contribuído para “expandir as fronteiras da dispersão populacional” (Gottdiener, 1993:14). Nesse contexto, vai se redefinindo a organização social do espaço, com mudanças na diferenciação interna da metrópole – a começar pelas transformações nas funções da sede metropolitana, voltada para os interesses e funcionamento de uma “cidade global”²², - e na sua posição no contexto econômico-demográfico estadual. A atual forma de crescimento socioespacial assiste à rápida expansão de outras áreas que não o município-sede da metrópole, embora neste continue a se alojar a maior parte da população estadual.

Se os anos 70 marcaram o processo de metropolização da urbanização brasileira²³ (com o crescimento expressivo do núcleo e da periferia), o qual foi seguido pela periferização da população (transferência de população do núcleo para a periferia), as tendências recentes do processo de urbanização e de distribuição espacial da população, iniciadas nos anos 80, reforçam o processo de desconcentração populacional da **sede** metropolitana, caracterizando um processo de expansão regional mais amplo, que extravasa sua periferia imediata. Esse fenômeno, a partir de diferentes olhares disciplinares, tem suscitado interpretações que ressaltam uma conceituação nova no interior dos distintos discursos; Santos (1996), por exemplo, enfatiza o processo de “dissolução da metrópole”, onde

“o dado organizacional é o espaço de fluxos estruturadores do território e não mais, como na fase anterior, um espaço onde fluxos de matéria desenhavam o esqueleto do sistema urbano” (p.156).

Nesse contexto, o Interior de São Paulo, canalizando expressivos volumes migratórios da área metropolitana, passou a registrar, já no período 1980-1991, taxas de crescimento superiores à taxa média metropolitana e principalmente mais elevadas que as do município-sede. Enquanto o Município de São Paulo crescia a 1,9% a.a., no período 1981-1991, o Interior chegava a registrar 2,4% a.a.; no período 1991-1996, a área interiorana do Estado cresceu a 1,7% a.a. e o município-sede metropolitano a 0,4% a.a., como já mencionado. Com saldos migratórios positivos desde os

²² A respeito desse tema para a cidade de São Paulo, veja-se Sassen (1998), Cordeiro (1993), Veras (1996)

²³ Veja-se, por exemplo, Martine (1987); Taschner e Bógus (1986).

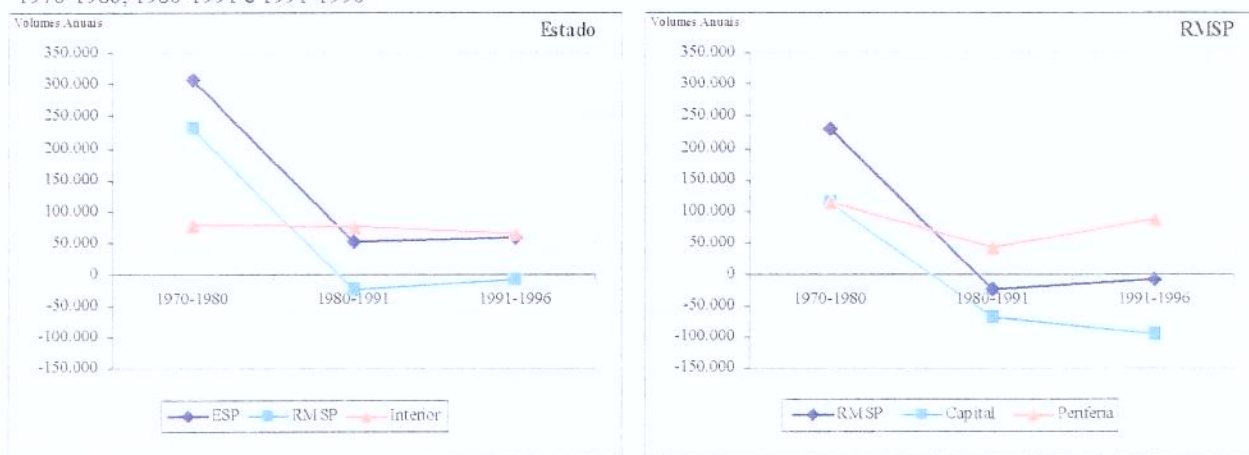
anos 70, manteve no período 1970-1980 e 1980-1991 um saldo migratório anual em torno de 78 mil pessoas, baixando para 67 mil ao ano, no período 1991-1996 (Gráfico 15); mesmo assim houve um ligeiro aumento da participação relativa da migração no crescimento absoluto do Interior (24,0%) que havia registrado diminuição dos anos 70 (quando respondeu por 27,9% do crescimento absoluto total) para os 80 (23,3%).

Gráfico 15

Saldos Migratórios Anuais

Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo e Interior

1970-1980, 1980-1991 e 1991-1996



Fonte: Fundação SEADE (1993 e 1998).

No contexto estadual, portanto, é o entorno metropolitano a região de maior crescimento populacional²⁴ e absorção migratória. Embora a cidade de São Paulo continue sendo a porta-de-entrada dos migrantes vindos de outros estados, o movimento rumo à periferia acaba tornando os outros municípios da região metropolitana os “ganhadores” do processo.

3.3.2. Espaços da migração em São Paulo

No período 1981-1991, a Região Metropolitana de São Paulo recebeu 1.575.585 migrantes interestaduais²⁵, correspondendo a 58,8% do total da imigração para o Estado de São

²⁴ Andrade e Serra (1998) apontam esse fenômeno para todas as periferias metropolitanas.

²⁵ Incluem aqueles com origem em estados de outras Regiões, bem como aqueles vindos dos estados do Sudeste.

Paulo; entre 1991-1996, canalizou 58,5% (666.467 migrantes) do total dos 1.139.638 que se dirigiram para o Estado (Tabela 20). Assim, com relação aos movimentos oriundos de outros estados, a Região Metropolitana de São Paulo continuou como o principal destino estadual, embora essa distribuição da imigração no Estado seja, em parte, compartilhada com o Interior que canalizou importante volume de imigrantes interestaduais: 589.285, no período 1986-1991, e 473.171, no de 1991-1996.

Tabela 20

Volumes de Imigração e Emigração Interestaduais segundo Grandes Regiões

Região Metropolitana de São Paulo e Interior

1981-1996

	Regiões					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Imigração						
RMSP						
1981-1991	27.918	1.069.893	295.616	138.742	43.416	1.575.585
1986-1991	14.923	561.466	140.866	64.775	21.481	803.511
1991-1996	23.925	492.148	93.327	37.670	19.397	666.467
Interior						
1981-1991	30.795	273.603	324.177	354.665	120.335	1.103.575
1986-1991	19.874	159.099	167.376	180.495	62.441	589.285
1991-1996	22.694	163.999	123.986	111.732	50.760	473.171
Emigração						
RMSP						
1981-1991	34.297	442.070	258.546	158.864	79.695	973.472
1986-1991	13.364	182.835	116.050	75.948	38.221	426.418
Interior						
1981-1991	24.445	67.365	166.366	128.374	134.913	521.463
1986-1991	8.062	28.577	73.259	54.831	56.844	221.573
Trocas Migratórias						
RMSP						
1981-1991	-6.379	627.823	37.070	-20.122	-36.279	602.113
1986-1991	1.559	378.631	24.816	-11.173	-16.740	377.093
Interior						
1981-1991	6.350	206.238	157.811	226.291	-14.578	582.112
1986-1991	11.812	130.522	94.117	125.664	5.597	367.712
Índice de Eficácia Migratória						
RMSP						
1981-1991	-0,10	0,42	0,07	-0,07	-0,29	0,24
1986-1991	0,06	0,51	0,10	-0,08	-0,28	0,31
Interior						
1981-1991	0,11	0,60	0,32	0,47	-0,06	0,36
1986-1991	0,42	0,70	0,39	0,53	0,05	0,45

Nota: A informação sobre migração presente na Contagem de População de 1996 não possibilita captar a emigração ao nível municipal, apenas para o conjunto do Estado.

Fonte: FTBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

A diferença principal entre os fluxos migratórios interestaduais para a Região Metropolitana de São Paulo e para o Interior reside na procedência dessa população migrante

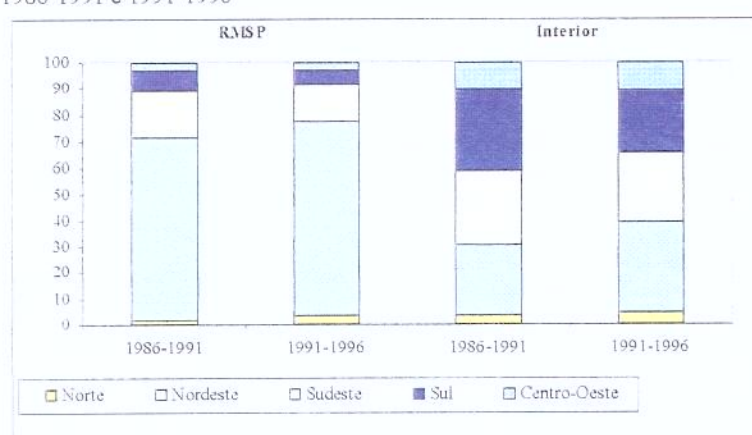
(Gráfico 16). Os nordestinos compuseram o principal fluxo de imigrantes para a Região Metropolitana de São Paulo, com tendência a aumento em seu peso relativo (de 69,9% do total, no período 1986-1991, para 73,8%, no de 1991-1996), em função da diminuição das participações do Sudeste e do Sul. Apesar disso, seu volume vem se reduzindo: de um fluxo anual de 110.358 imigrantes nordestinos, no período 1981-1991, baixou para 94.634, no de 1991-1996.

Gráfico 16

Imigração segundo Grandes Regiões

Região Metropolitana de São Paulo e Interior

1986-1991 e 1991-1996



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Essa retração na imigração para a Região Metropolitana de São Paulo foi mais contundente com relação à Região Sul; no período 1986-1991, o volume de imigrantes havia sido de 64.775, reduzindo-se para 37.670, no período 1991-1996. Já a Região Norte elevou seu volume de migrantes para a Região Metropolitana de São Paulo, dos anos 80 para os 90, inclusive registrando com volume ligeiramente superior para a metrópole (23.925 pessoas) do que para o Interior (22.694), no período 1991-1996; o fechamento da fronteira agrícola nessa região contribuiu para que São Paulo também passasse a ser o destino dessa população com procedência no Norte do País.

Convém lembrar que, de modo geral, houve uma diminuição na imigração interestadual para a Região Metropolitana de São Paulo, quando esta recebia em média 157.559 migrantes ao ano, no período 1981-1991, passando para 133.293 ao ano, entre 1991-1996.

No contexto metropolitano, embora seu núcleo tenha respondido pela maior parcela de imigrantes interestaduais que chegaram à Região Metropolitana de São Paulo (em torno de 55,0% do total), no período 1986-1991 e 1991-1996, a periferia metropolitana vêm obtendo ganhos populacionais superiores ao Município de São Paulo (Tabela 21).

Tabela 21

Movimento Migratório Interestadual

Região Metropolitana de São Paulo (núcleo e periferia)

1986-1991 e 1991-1996

Regiões	Imigração						Emigração		
	RMSP		Núcleo		Periferia		RMSP	Núcleo	Periferia
	1986-1991	1991-1996	1986-1991	1991-1996	1986-1991	1991-1996	1986-1991	1986-1991	1986-1991
Norte	14.923	23.925	8.712	13.281	6.211	10.644	13.364	11.128	2.236
Nordeste	561.466	492.148	336.489	271.792	224.977	220.356	182.835	156.229	26.606
Sudeste	140.866	93.327	83.177	52.026	57.689	41.301	116.050	94.307	21.743
Sul	64.775	37.670	32.033	20.043	32.742	17.627	75.948	59.904	16.044
Centro-Oeste	21.481	19.397	12.545	11.479	8.936	7.918	38.221	30.383	7.838
Brasil	803.511	666.467	472.956	368.621	330.555	297.846	426.418	351.951	74.467

(Continua)

(Continuação)

Regiões	Trocas Migratórias			Índice de Eficácia			Dist. da Imigração	
	1986-1991			1986-1991			no Núcleo	
	RMSP	Núcleo	Periferia	RMSP	Núcleo	Periferia	1986-1991	1991-1996
Norte	1.559	-2.416	3.975	0.06	-0.12	0.47	58.38	55.51
Nordeste	378.631	180.260	198.371	0.51	0.37	0.79	59.93	55.22
Sudeste	24.816	-11.130	35.946	0.10	-0.06	0.45	59.05	55.75
Sul	-11.173	-27.871	16.698	-0.08	-0.30	0.34	49.45	53.21
Centro-Oeste	-16.740	-17.838	1.098	-0.28	-0.42	0.07	57.98	59.18
Brasil	377.093	121.005	256.088	0.31	0.15	0.63	58.86	55.31

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Nas trocas migratórias estabelecidas entre os fluxos de chegada e de saída do núcleo da metrópole com as demais regiões brasileiras, no período 1986-1991, somente com o Nordeste conseguiu saldo positivo (180.260 pessoas), mesmo assim inferior ao verificado pela periferia (198.371 pessoas). Enquanto, o conjunto dos municípios periféricos da Região Metropolitana de São Paulo configuram-se como de *forte absorção migratória*²⁶ em relação à Região Nordeste, o

²⁶

ÍEM de 0,79 no período 1986-1991.

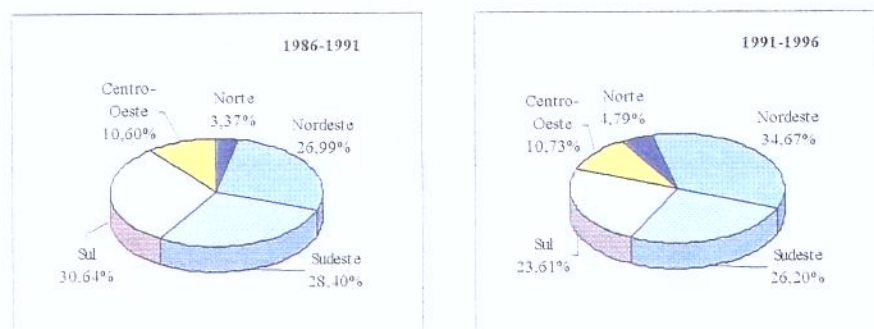
município de São Paulo caracterizou-se como de *média absorção*²⁷; com as demais regiões, o núcleo metropolitano teve perdas populacionais, ao passo que a periferia registrou ganhos populacionais de todas as regiões. Assim, foi justamente da cidade de São Paulo que também partiram os principais fluxos interestaduais, constituindo-se, já no período 1986-1991, como *área de evasão populacional* em relação às regiões Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

O interior do Estado, por sua vez, concentrou sua imigração interestadual com as regiões Sudeste e Sul. À exceção da Região Nordeste, nos anos 80, o volume de imigrantes com procedência nas demais regiões em direção ao Interior foi superior àquele que se dirigiu para a Região Metropolitana de São Paulo.

Dos anos 80 para os 90 sucederam-se algumas alterações importantes na imigração interestadual para o Interior de São Paulo (Gráfico 17). Ainda no período 1986-1991, a imigração oriunda da Região Sul respondia por 30,6% do total de imigrantes no Interior, seguida pelos imigrantes vindos dos próprios estados do Sudeste (28,4% do total) e, aí sim, na terceira posição, dos estados nordestinos (27,0%).

Gráfico 17

Distribuição da Imigração segundo Grandes Regiões
Interior de São Paulo
1986-1991 e 1991-1996



Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

No início dos anos 90 assistiu-se ao aumento absoluto no volume de imigrantes nordestinos para o Interior de São Paulo (de 159.099, no período 1986-1991, para 163.999, no de 1991-1996), ao mesmo tempo em que reduziu a imigração dos estados do Sudeste (de 167.376

²⁷ IEM de 0,37 no período 1986-1991.

para 123.986, respectivamente) e do Sul (de 180.495 para 111.732). Desse modo cresceu, não só em importância relativa mas também numérica, o fluxo de nordestinos para o Interior de São Paulo (de 27.360 pessoas ao ano, no período 1981-1991 para 32.800 ao ano, entre 1991-1996), passando este a ocupar, também para o Interior, a primeira posição dentre os movimentos migratórios interestaduais. Inverteu-se, na ordem de importância, o volume de imigração do Sul – que de primeiro lugar, nos 80, decaiu para a terceira posição no período 1991-1996 –, permanecendo o Sudeste com o segundo lugar dentre os fluxos de imigrantes mais expressivos para o Interior.

O Interior de São Paulo parece refletir, de maneira mais acentuada, duas tendências recentes:

- 1) os efeitos dos movimentos migratórios no processo de desconcentração das atividades econômicas ao nível nacional;
- 2) a expansão dos espaços da migração, principalmente para os nordestinos e para os migrantes vindos da Região Norte, com o aumento absoluto em seus volumes migratórios nesses fluxos.

Considerando o movimento emigratório interestadual do Estado de São Paulo, no período 1981-1991, este envolveu 1.494.935 pessoas, das quais 65,1% (973.472 pessoas) partiram da Região Metropolitana de São Paulo (vide Tabela 20), refletindo basicamente os efeitos da crise econômica dos anos 80 e o início do processo de reestruturação produtiva na metrópole paulista. Essa saída de população da Região Metropolitana de São Paulo esteve direcionada às regiões de maior imigração para área, compondo fundamentalmente um movimento de retorno.

De fato, quase a metade da emigração da Região Metropolitana de São Paulo (479.060 pessoas) configurou-se, no período 1981-1991, como de retorno aos estados de nascimento (Tabela 22), principalmente o fluxo Região Metropolitana de São Paulo→interior do Nordeste que contou com um contingente de 222.843 migrantes de retorno, respondendo por 46,5% da emigração da Região Metropolitana de São Paulo (Mapa 17). No período 1990-1995, a proporção

de retorno na imigração para o interior dos estados do Nordeste com origem no Estado de São Paulo também correspondeu a mais da metade dos movimentos migratórios²⁸.

Tabela 22

Volumes e Proporções da Emigração de Retorno segundo Grandes Regiões

Região Metropolitana de São Paulo e Interior

1981-1991

Regiões Destino	Emigração de Retorno			Proporção do Retorno no Total da Emigração			Distribuição da Emigração de Retorno		
	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total
Norte	4.143	1.927	6.070	12,08	7,02	9,83	100,00	100,00	100,00
RMs/C	2.550	1.025	3.575	19,44	16,93	18,65	61,55	53,19	58,90
Interior	1.593	902	2.495	7,52	4,22	5,86	38,45	46,81	41,10
Nordeste	279.280	40.063	319.343	63,18	59,48	62,69	100,00	100,00	100,00
RMs/C	56.437	8.650	65.087	53,49	45,77	52,32	20,21	21,59	20,38
Interior	222.843	31.413	254.256	66,21	64,82	66,04	79,79	78,41	79,62
Sudeste	121.018	77.841	198.859	46,81	46,79	46,80	100,00	100,00	100,00
RMs/C	28.222	11.753	39.975	39,00	40,97	39,56	23,32	15,10	20,10
Interior	92.796	66.088	158.884	49,84	48,00	49,06	76,68	84,90	79,90
Sul	63.593	55.194	118.787	40,03	43,00	41,35	100,00	100,00	100,00
RMs/C	15.466	9.642	25.108	35,93	36,00	35,96	24,32	17,47	21,14
Interior	48.127	45.552	93.679	41,55	44,84	43,09	75,68	82,53	78,86
Centro-Oeste	11.026	15.692	26.718	13,84	11,63	12,45	100,00	100,00	100,00
RMs/C	5.045	4.918	9.963	13,90	12,23	13,02	45,76	31,34	37,29
Interior	5.981	10.774	16.755	13,78	11,38	12,13	54,24	68,66	62,71
Total	479.060	190.717	669.777	49,21	36,36	44,71	100,00	100,00	100,00
RMs/C	107.720	35.988	143.708	39,85	29,83	36,76	22,49	18,87	21,46
Interior	371.340	154.729	526.069	52,81	38,32	47,52	77,51	81,13	78,54

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Mapa 17

Principais Fluxos de Retorno Interestaduais segundo Subáreas

Estado de São Paulo

1981-1991



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

²⁸ Esta informação, a partir da PNAD de 1995 só é possível para o interior dos estados com presença de áreas metropolitanas (Bahia, Fortaleza, Pernambuco), sendo a procedência anterior referente ao estado em seu conjunto.

Na verdade, à exceção da Região Norte, onde 61,6% do retorno da Região Metropolitana de São Paulo se deu em direção às regiões metropolitanas ou capitais dessa Região, a emigração de retorno da Região Metropolitana de São Paulo, no período 1981-1991, foi canalizada para as áreas interioranas das regiões brasileiras (77,5% dessa emigração), com destaque também, além do Nordeste (onde o interior respondeu por 80,0% da emigração de retorno da Região Metropolitana de São Paulo), para o Sudeste (76,7%) e Sul (75,7%) do País.

O Interior de São Paulo também participou desse movimento de retorno, muito embora com fluxos menos volumosos e noutra direção. O retorno do Interior (totalizando 190.717 pessoas, no período 1981-1991) se deu para o interior dos estados do Sudeste, que respondeu por 34,7% do total da emigração de retorno dessa área; para o interior da Região Sul (23,9% do total); e para o interior do Nordeste (16,5%). Foi preponderante o movimento de retorno do Interior de São Paulo em direção ao interior de outras UF's (81,1% do total).

Considerando as trocas migratórias, no período 1981-1991, a Região Metropolitana de São Paulo obteve um ganho líquido de 602.113 pessoas, refletindo os saldos positivos do Nordeste (627.823 migrantes) e do Sudeste (37.070 pessoas), uma vez que com as regiões Norte, Sul e Centro-Oeste registrava perdas populacionais (vide tabela 20). No período 1986-1991, a Região Metropolitana de São Paulo já passava a ter saldo positivo com a Região Norte, permanecendo suas perdas de população para o Sul e Centro-Oeste.

Apesar da maior entrada de migrantes na Região Metropolitana de São Paulo, o Interior vem registrando maior capacidade de absorção dessas populações, tendo-se que o saldo migratório interestadual para o Interior (582.112 pessoas, no período 1981-1991) não foi tão distante do verificado para a Região Metropolitana de São Paulo. Esta tendência já se pôde ver acentuada no período 1986-1991, quando a Região Metropolitana de São Paulo registrou um ganho de 377.093 pessoas e o Interior de 367.712; ou seja uma diferença de menos de 10 mil pessoas. Além disso, o Interior de São Paulo reforçou seu papel de absorvedor de migrantes, passando a ter ganhos populacionais de todas as regiões (no período 1981-1991 ainda registrava perdas para o Centro-Oeste).

Desse modo, a Região Metropolitana de São Paulo parece se consolidar apenas como uma *área de forte absorção de migrantes nordestinos*²⁹ - pois com o Sul e Centro-Oeste constitui-se em *área de evasão*³⁰ e com o Norte e Sudeste de *rotatividade de população*³¹. Já o Interior de São Paulo também caracterizou-se como *área de forte absorção de migrantes nordestinos*³², bem como com a Região Sul³³. Foi *área de média absorção*³⁴ com a Região Norte e, revertendo a tendência do período 1981-1991, passou de *área de evasão* com a Região Centro-Oeste para *área de rotatividade de população*³⁵, no período 1991-1996.

No quadro abaixo, pode-se resumir o papel dessas duas regiões do Estado de São Paulo no cenário nacional das migrações interestaduais, destacando-se a forte tendência do Interior paulista em reter os fluxos migratórios vindos de outros estados. Essa maior absorção da migração interestadual no Interior pode estar refletindo o fato de que, embora a crise dos 80 tenha afetado o Estado como um todo, o Interior ainda registrou melhor desempenho econômico (Cano e Pacheco, 1989).

Quadro 4

Classificação Migratória Interestadual segundo Grandes Regiões

Região Metropolitana de São Paulo e Interior

1981-1991 e 1991-1996

Áreas	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
RMSP						
1981-1991	Baixa Evasão	Média Absorção	Rotatividade	Baixa Evasão	Baixa Evasão	Baixa Absorção
1986-1991	Rotatividade	Média Absorção	Rotatividade	Baixa Evasão	Baixa Evasão	Média Absorção
Interior						
1981-1991	Baixa Absorção	Forte Absorção	Média Absorção	Média Absorção	Baixa Evasão	Média Absorção
1986-1991	Média Absorção	Forte Absorção	Média Absorção	Média Absorção	Rotatividade	Média Absorção

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

²⁹ O IEM era de 0,41, no período 1981-1991, subindo para 0,51, no de 1986-1991, em função da diminuição do ímpeto emigratório da Região Metropolitana de São Paulo.

³⁰ IEM de -0,08 com a Região Sul e de -0,28 com o Centro-Oeste.

³¹ IEM de 0,06 e 0,10, respectivamente.

³² IEM era de 0,60, no período 1981-1991, e de 0,71, no 1991-1996.

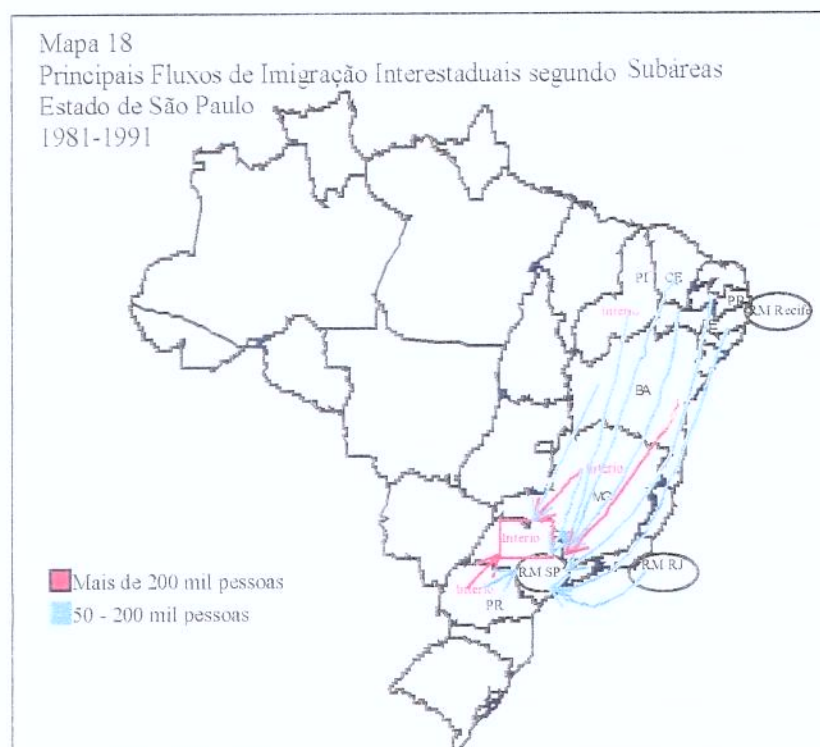
³³ IEM de 0,47 e 0,53, respectivamente.

³⁴ IEM com Região Norte de 0,11, nos 80, passando para 0,42, no período 1991-1996.

³⁵ IEM de -0,06 e 0,05, respectivamente.

Origem e destino dos fluxos migratórios: regiões metropolitanas, capitais e interior

Os fluxos migratórios estabelecidos, no período 1981-1991, entre a Região Metropolitana de São Paulo e Interior de São Paulo e os demais estados, segundo também subáreas (regiões metropolitanas e interior), permitiram identificar as principais áreas de procedência interestadual nos movimentos migratórios para o Estado, como pode ser visualizado no Mapa 18.



O interior da Bahia, de Pernambuco, de Minas Gerais e do Paraná contribuíram com mais da metade dos imigrantes (51,0%) para a Região Metropolitana de São Paulo, correspondendo a 802.910 pessoas; somando-se a estes, os demais fluxos do interior do Nordeste (interior do Piauí, da Paraíba e de Alagoas), alcançava-se somente do interior desses estados um volume de quase 1 milhão de pessoas (991.537). A Região Metropolitana de São Paulo teve, portanto, na migração com procedência no interior dos estados um fluxo total de 1.253.069 migrantes, no período 1981-1991 (Tabela 23).

Tabela 23

Principais Volumes de Imigração e Emigração Interestadual por Subáreas (RM's/C e Interior) segundo Grandes Regiões
Estado de São Paulo
1981-1991 e 1986-1991

UF's	1981-1991											
	Imigração			Emigração			Prop. Emig. de Retorno			Trocas Migratórias		
	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total
Norte	27.919	30.797	58.716	34.298	27.447	61.745	12,08	7,02	9,83	-6,379	3,350	-3,029
RM's/C	12.053	9.725	21.778	13.114	6.055	19.169	19,44	16,93	18,65	-1,061	3,670	2,609
Interior	15.866	21.072	36.938	21.184	21.392	42.576	7,52	4,22	5,86	-5,318	-320	-5,638
Nordeste	1.069.887	273.608	1.343.495	442.070	67.360	509.430	63,18	59,48	62,69	627,817	206.248	834.065
RM's/C	180.654	46.179	226.833	105.507	18.900	124.407	53,49	45,77	52,32	75.147	27.279	102.426
Interior	889.233	227.429	1.116.662	336.563	48.460	385.023	66,21	64,82	66,04	552.670	178.969	731.639
Sudeste	295.613	324.180	619.793	258.546	166.367	424.913	46,81	46,79	46,80	37.067	157.813	194.880
RM's/C	86.332	56.582	142.914	72.372	28.689	101.061	39,00	40,97	39,56	13.960	27.893	41.853
Interior	209.281	267.598	476.879	186.174	137.678	323.852	49,84	48,06	49,06	23.107	129.920	153.027
Sul	138.741	354.663	493.404	158.866	128.373	287.239	40,03	43,00	41,35	-20.125	225.290	205.165
RM's/C	21.708	27.191	48.899	43.039	26.787	69.826	33,93	36,00	35,96	-21.331	404	-20.927
Interior	117.033	327.472	444.505	115.827	101.586	217.413	41,55	44,84	43,09	1.206	225.886	227.092
Centro-Oeste	43.415	120.334	163.749	79.694	134.914	214.608	13,84	11,63	12,45	-36.279	-14.580	-50.859
RM's/C	21.759	31.825	53.584	36.297	40.221	76.518	13,90	12,23	13,02	-14.538	-8.396	-22.934
Interior	21.656	88.509	110.165	43.397	94.693	138.090	13,78	11,38	12,13	-21.741	-6.184	-27.925
Brasil	1.575.573	1.103.582	2.679.155	973.474	524.461	1.497.935	49,21	36,36	44,71	592.101	579.121	1.181.222
RM's/C	322.506	171.502	494.008	270.329	120.652	390.981	39,85	29,83	36,76	52.177	30.850	83.027
Interior	1.253.069	932.080	2.185.149	703.145	403.809	1.106.954	52,31	38,32	47,52	549.924	548.271	1.098.195

(Continua)

(Continuação)

UF's	1986-1991											
	Imigração			Emigração			Trocas Migratórias			IEM		
	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total
Norte	14.923	19.874	34.797	13.361	8.062	21.426	1.559	11.812	13.371	0,06	0,42	0,24
RM's/C	6.327	6.294	12.621	5.459	2.179	7.638	868	4.113	4.983	0,07	0,49	0,25
Interior	8.596	13.580	22.176	7.905	5.883	13.788	691	7.697	8.388	0,04	0,40	0,23
Nordeste	561.236	168.185	729.421	182.835	28.577	211.412	378.401	139.608	518.009	0,51	0,71	0,55
RM's/C	93.189	29.354	122.543	48.194	8.800	56.994	44.995	20.554	65.549	0,32	0,54	0,37
Interior	468.047	138.831	606.878	134.641	19.777	154.418	333.406	119.054	452.460	0,55	0,75	0,59
Sudeste	140.866	167.376	308.242	116.049	73.259	189.308	24.817	94.117	118.934	0,10	0,39	0,24
RM's/C	41.040	30.714	71.754	31.040	13.026	44.066	10.090	17.688	27.688	0,14	0,40	0,24
Interior	99.826	136.662	236.488	85.009	60.233	145.242	14.817	76.429	91.246	0,08	0,39	0,24
Sul	64.773	180.495	245.270	75.948	54.831	130.779	11.173	125.664	116.491	-0,08	0,53	0,30
RM's/C	9.757	15.021	24.778	21.127	12.008	33.135	11.370	3.013	-8.357	-0,37	0,11	-0,14
Interior	55.018	165.474	220.492	54.821	42.823	97.644	197	122.651	122.848	0,09	0,59	0,39
Centro-Oeste	21.481	62.441	83.922	38.221	56.844	95.065	-16.740	5.597	-11.143	-0,28	0,05	-0,06
RM's/C	10.414	16.420	26.834	17.282	16.314	33.596	-6.868	106	-6.762	-0,25	0,00	-0,11
Interior	11.067	46.021	57.088	20.939	40.530	61.469	-9.872	5.491	-4.381	-0,31	0,06	-0,04
Brasil	803.281	598.371	1.401.652	426.417	221.573	647.990	376.864	376.798	753.662	0,31	0,46	0,37
RM's/C	160.727	97.803	258.530	123.102	52.327	175.429	37.625	45.476	83.101	0,13	0,30	0,19
Interior	642.554	500.568	1.143.122	303.315	169.246	472.561	339.239	331.322	670.561	0,36	0,49	0,42

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

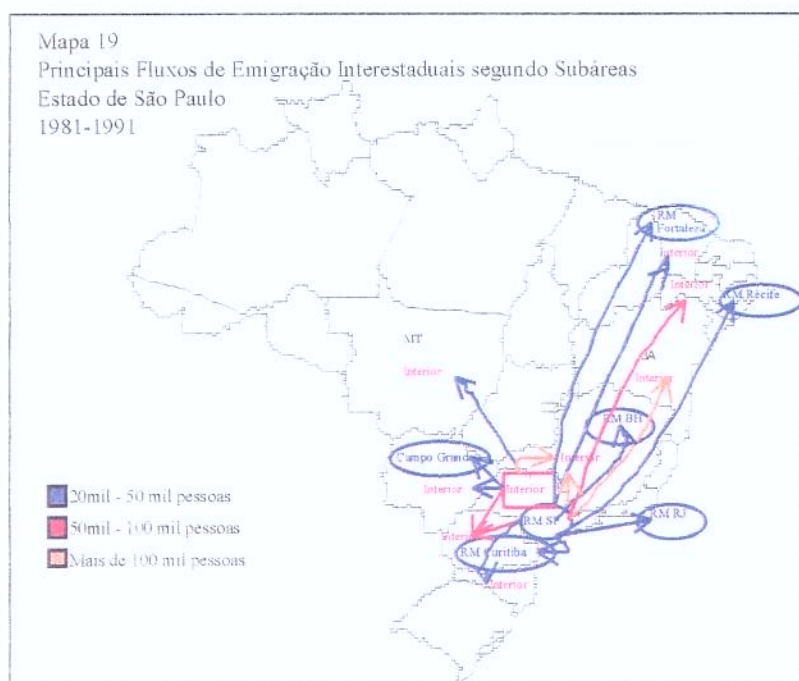
A imigração para a Região Metropolitana de São Paulo com origem em outras áreas metropolitanas foi mais expressiva nos fluxos vindos da Região Metropolitana de Recife (65.851 migrantes) e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (57.050)³⁶; os imigrantes vindos de Regiões Metropolitanas ou Capitais representaram apenas 20,4% (322.506 pessoas) do total da imigração interestadual para a Região Metropolitana de São Paulo.

Para o interior de São Paulo, no período 1981-1991, os fluxos de imigrantes interestaduais foram predominantemente de outras áreas interioranas: 84,5% das 1.103.582 pessoas que

³⁶ No Anexo 7 encontram-se os fluxos migratórios da Região Metropolitana de São Paulo e do Interior com todas as regiões metropolitanas ou capitais e interior dos demais estados.

migraram para o Interior, cujos movimentos mais significativos foram do interior do Paraná (308.966 pessoas), do de Minas Gerais (244.944 pessoas), e do interior da Bahia (79.703 pessoas). As correntes migratórias metropolitanas de maior expressão para o Interior de São Paulo tiveram origem na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (37.170 migrantes) e na Região Metropolitana de Curitiba (21.145 pessoas).

Os fluxos emigratórios da Região Metropolitana de São Paulo estiveram concentrados em direção ao interior das UF's (Mapa 19), no período 1981-1991: 703.145 migrantes, dos quais mais da metade (52,8%) estavam na condição de migrante de retorno às UF's de nascimento. Na emigração do Interior de São Paulo (524.461 pessoas) também prevaleceu o destino interiorano (403.809 emigrantes), sendo, no entanto, bem menos pronunciada a participação de retorno (38,3% do total).



Da Região Metropolitana de São Paulo partiram elevados fluxos migratórios para o interior da Bahia (114.038), para o interior de Minas Gerais (163.640 pessoas) para o interior do Paraná (87.202 pessoas) e para o interior de Santa Catarina (21.787 pessoas), além de fluxos menos volumosos para o interior dos demais estados nordestinos. Foi também expressivo o fluxo de emigrantes da Região Metropolitana de São Paulo para a Região Metropolitana do Rio de

Janeiro (38.502 pessoas), para Região Metropolitana de Belo Horizonte (31.270), para a Região Metropolitana de Recife (30.238 pessoas), para a Região Metropolitana de Curitiba (26.514) e para a Região Metropolitana de Fortaleza (20.697 pessoas).

A direção da emigração do Interior paulista esteve mais circunscrita aos estados limítrofes, à exceção de Mato Grosso. O interior do Paraná (87.453) e o interior de Minas Gerais (122.225 pessoas) canalizaram a metade dessa emigração. Com o interior do Mato Grosso (33.320 migrantes), do Mato Grosso do Sul (44.031 pessoas) e com Campo Grande (20.819 migrantes), partiram do Interior de São Paulo 98.170 pessoas, com baixíssima participação de retorno (em torno de 11,0%) e, portanto, configurando-se a saída de população do Interior paulista em direção às áreas dinâmicas do Centro-Oeste. Somente com os estados desta Região, e principalmente com seu interior, é que o Interior paulista registrou um volume de emigrantes superior ao da Região Metropolitana de São Paulo: 134.914 pessoas e 79.694, respectivamente.

A emigração total da Região Metropolitana de São Paulo e do Interior, no período 1986-1991 foi direcionada quase que predominantemente para as áreas interioranas. Para o período 1991-1996, a emigração total do Estado seguiu também esta tendência (Gráfico 18)

Deve-se ressaltar que o maior volume de emigrantes do Estado de São Paulo partiu da Região Metropolitana de São Paulo (71,5%), no período 1981-1991, cuja característica principal foi o retorno ao interior das UF's de nascimento, especialmente para o interior dos estados do Nordeste; seguem os fluxos para a Região Metropolitana de Recife e para o interior do Paraná.

Embora a imigração de retorno para o Estado de São Paulo não tenha significativa proporção no total, esse movimento totalizou 368.439 pessoas³⁷ (volume superior aos migrantes de retorno de São Paulo para o Nordeste, que foi de 319.343); os fluxos mais importantes foram do interior do Paraná para o Interior de São Paulo (53.655 pessoas), do interior da Bahia para a Região Metropolitana de São Paulo (24.757 retornados) e do interior do Mato Grosso do Sul para o Interior de São Paulo (22.200).

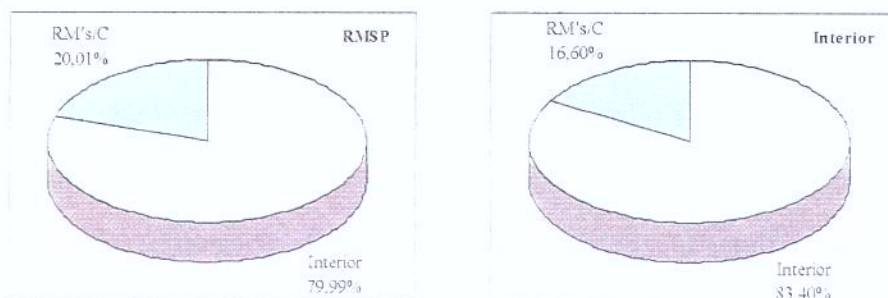
³⁷ Vide Anexo 7

Gráfico 18

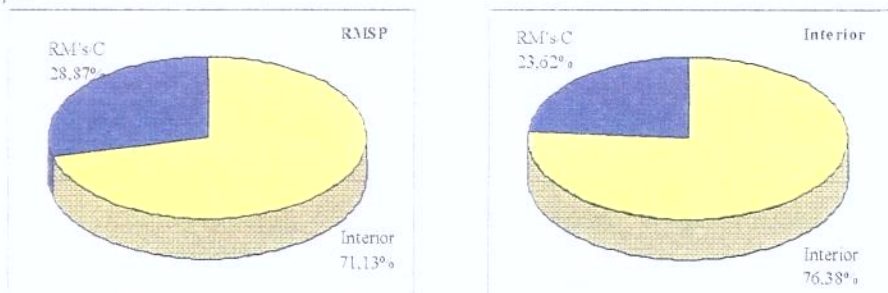
Imigração e Emigração segundo Subáreas (RM's/C e Interior)
Região Metropolitana de São Paulo e Interior
1986-1991 e 1991-1996

1986-1991

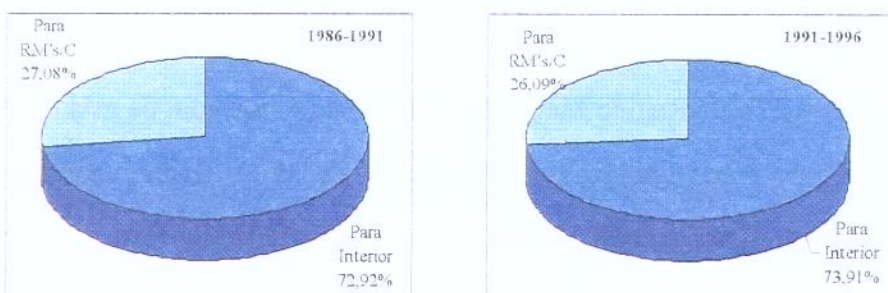
Imigração



Emigração



Emigração Total do Estado de São Paulo



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Contagem da População: Tabulações Especiais. NEPO/UNICAMP.

Nas trocas migratórias com a Região Norte, a Região Metropolitana de São Paulo, embora recuperando suas perdas já no período 1986-1991, entre 1981-1991 ainda registrou saldos negativos, tanto para as regiões metropolitanas ou capitais (1.061 pessoas) quanto para o interior do Norte (5.318)³⁸. O Interior de São Paulo obteve ganhos populacionais das regiões metropolitanas ou capitais nortistas, porém ainda apresentava pequeno saldo negativo com o interior da Região (320 pessoas).

³⁸

Vide Anexo 7.

A Região Metropolitana de São Paulo continuou ainda, no período 1986-1991, a ter perdas populacionais com todas as capitais do Norte e mesmo com o interior (à exceção do interior do Acre). Sua posição de ganhos populacionais reflete, portanto, muito mais a situação do Pará, estado com o qual teve saldos positivos tanto da Região Metropolitana de Belém (2.165 pessoas) como do interior (1.904). Já o Interior de São Paulo, recuperou seu saldo negativo com o interior de Rondônia do período 1981-1991, se comparado ao de 1986-1991, mantendo suaves perdas populacionais para Palmas (77 pessoas) para o interior de Tocantins (67 pessoas) e para Macapá (76 pessoas).

Com a Região Nordeste, o Interior de São Paulo reforçou no período 1986-1991 seu papel de absorvedor da migração vinda do interior nordestino³⁹, muito mais que a Região Metropolitana de São Paulo⁴⁰, embora os maiores ganhos do interior do Nordeste tenham ocorrido para a Região Metropolitana de São Paulo (333.406 pessoas contra 119.054 para o Interior de São Paulo). Destaca-se que a Região Metropolitana de São Paulo manteve no período 1986-1991, suas perdas populacionais para Aracaju (251 pessoas), acrescentando, nesse período, saldo negativo para Natal (658 pessoas).

Já a dinâmica migratória da Região Metropolitana de São Paulo com os estados da Região Sudeste é caracterizada pela perda líquida de população desta para a Região Metropolitana de Belo Horizonte (5.461 pessoas, no período 1981-1991) e para o interior do Espírito Santo (5.399, no mesmo período); para essa última área o Interior de São Paulo também perdia população (1.616 pessoas, nos anos 80). Com a Região Sudeste, os maiores ganhos populacionais foram para o interior de São Paulo, que no período 1986-1991 chegou a ter um saldo positivo do interior de Minas Gerais (de 72.901 pessoas), seguido da Região Metropolitana de Rio de Janeiro (12.554 pessoas).

Com relação ao Centro-Oeste, enquanto a Região Metropolitana de São Paulo perdia população tanto para seu interior quanto para suas capitais (à exceção do Distrito Federal), no período 1981-1991, o Interior de São Paulo, já no período 1986-1991, revertia suas perdas

³⁹ IEM de 0,75.

⁴⁰ IEM de 0,55.

populacionais com Cuiabá e com o interior do Mato Grosso, mantendo saldo negativo apenas com Campo Grande (2.695 pessoas). O esgotamento das possibilidades de absorção na fronteira agrícola dessa Região impulsionou até movimentos de retorno para o Interior de São Paulo, principalmente do interior do Mato Grosso do Sul (6.134 pessoas) e interior de Goiás (3.423 migrantes); retornaram ao Interior de São Paulo 10.774 pessoas, entre 1981-1991.

No caso da Região Sul, as trocas populacionais da Região Metropolitana de São Paulo e do Interior com esta área refletem a nova fase da Região em termos migratórios: a Região Metropolitana de São Paulo perde população para a Região Metropolitana de Curitiba, para Florianópolis, para o interior de Santa Catarina e para Porto Alegre, obtendo ganhos populacionais apenas do interior do Paraná e do interior do Rio Grande do Sul. Assim, a Região Metropolitana de São Paulo tornou-se uma *área de evasão populacional*¹¹ para as regiões metropolitanas e capitais do Sul e de *rotatividade migratória*¹² para o interior do Paraná, manifestando sua saturação em relação à migração sulina.

O Interior de São Paulo, no período 1981-1991, ainda registrou pequeno saldo negativo com a Região Metropolitana de Curitiba (51 pessoas) já se recuperando no período 1986-1991 (com ganho populacional de 2.699 pessoas), passando a registrar com Florianópolis saldo negativo muito baixo (27 pessoas). Com as demais áreas do Sul obteve elevados saldos migratórios, principalmente do interior do Paraná (119.027 pessoas), para com o qual se constituiu em *área de forte absorção populacional*¹³ ainda no período 1986-1991.

Desse modo, considerando os ganhos populacionais da Região Metropolitana de São Paulo e do Interior no período 1986-1991, pode-se destacar as seguintes especificidades migratórias:

- à exceção da Região Nordeste, o Interior de São Paulo obteve saldos migratórios mais elevados que a Região Metropolitana de São Paulo (Gráfico 19);
- excluindo-se da Região Metropolitana de São Paulo os ganhos populacionais oriundos dos movimentos migratórios com a Região Nordeste (44.995 pessoas das Regiões

¹¹ IEM de -0,37, em 1986-1991.

¹² IEM de 0,001, em 1986-1991.

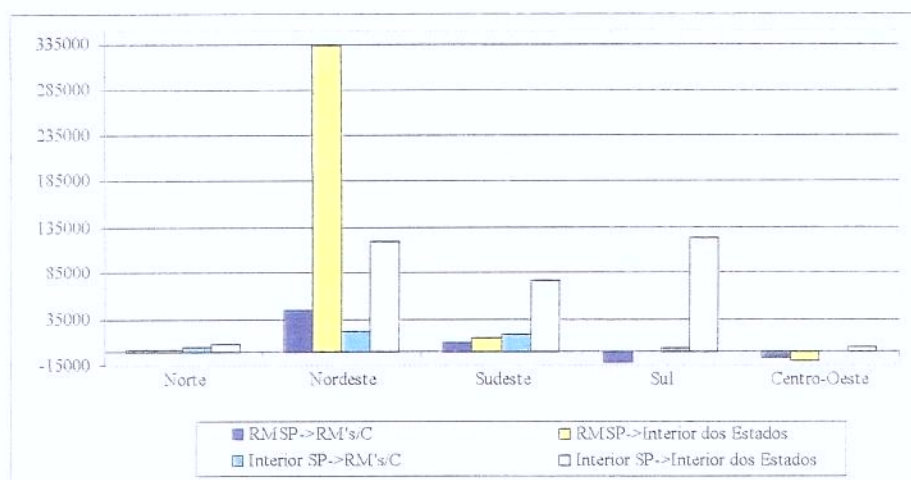
¹³ IEM de 0,59.

Metropolitanas ou Capitais e 333.406 do interior), a metrópole paulista chegou a ter uma perda populacional de 1.537 pessoas nos deslocamentos interestaduais. Assim, o que garantiu o saldo migratório positivo e elevado da Região Metropolitana de São Paulo foi o tradicional fluxo nordestino, com as demais regiões esta área já não constitui o pólo das migrações internas no Brasil;

- o Interior de São Paulo obteve ganhos populacionais tanto das regiões metropolitanas ou capitais quanto dos interiores regionais, destacando-se os maiores volumes do interior da Região Sul (122.651 pessoas), seguido pelo interior do Nordeste (119.054) e, bem mais distante, do interior dos Estados do Sudeste (76.429). Do saldo total da Região Nordeste (regiões metropolitanas ou capitais mais interior), o Interior paulista totalizou um ganho de 139.608 pessoas, significando maiores ganhos populacionais da migração interestadual para o Interior, seguido pelos do Sul (125.664 pessoas). Fica evidente, portanto, que o Interior de São Paulo passou a ser a partir dos anos 80 mais um destino da migração nordestina;
- assim, em que pese os maiores fluxos migratórios em direção à Região Metropolitana de São Paulo, esta área evidencia seu menor poder de absorção de população migrante, com exceção dos nordestinos.

Gráfico 19

Trocas Migratórias por Grandes Regiões segundo Subáreas (RM's/C e Interior)
Região Metropolitana de São Paulo e Interior
1986-1991



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

3.4. Quem Chega e Quem Sai

Situação Domiciliar

Apesar da predominância de movimentos migratórios do tipo urbano-urbano para o conjunto das migrações nacionais, considerando os principais fluxos migratórios para a Região Metropolitana de São Paulo e para o Interior paulista, no período 1981-1991, torna-se importante destacar a expressiva contribuição do movimento rural-urbano, mesmo que aqueles do tipo urbano-urbano permanecessem os predominantes⁴⁴.

No fluxo com origem no interior do Nordeste em direção à Região Metropolitana de São Paulo, o deslocamento vindo do rural para o urbano chegou a responder por 41,1% do total da migração que saiu desse interior; do interior de Minas Gerais, esse tipo de movimento correspondeu a 36,8% e do interior do Paraná para o Interior de São Paulo, a 33,5% do total (Gráfico 20).

Dos ganhos populacionais que a Região Metropolitana de São Paulo obteve, em função da migração nordestina (552.916 pessoas), 65,1% deveram-se ao fluxo rural-urbano (359.704 migrantes). O mesmo ocorreu com o fluxo rural-urbano do interior de Minas Gerais para a metrópole (saldo de 65.936 pessoas), já que nos fluxos do tipo urbano-urbano e urbano-rural estabelecido entre a Região Metropolitana de São Paulo e o interior mineiro, a metrópole registrou perdas populacionais (27.735 e 15.404 pessoas, respectivamente). No movimento Região Metropolitana de São Paulo para o interior do Paraná, a primeira apresentou saldo negativo (7.994), em função das perdas populacionais nos fluxos de tipo urbano-urbano (25.850 pessoas) e urbano-rural (7.667); já no movimento rural-urbano, a Região Metropolitana de São Paulo também absorveu população do Paraná (25.237 pessoas). Nesse sentido, ainda nos anos 80, foram os movimentos com procedência no meio rural que asseguraram, em grande parte, os ganhos populacionais na Região Metropolitana de São Paulo.

⁴⁴ Vide Anexo 8.

Gráfico 20

Principais Fluxos Migratórios segundo Situação Domiciliar
Estado de São Paulo (Região Metropolitana e Interior)
1981-1991



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Outra característica dos movimentos migratórios, no que diz respeito à situação domiciliar, refere-se à importância que o fluxo urbano-rural teve na emigração de retorno tanto da Região Metropolitana de São Paulo quanto do Interior de São Paulo para o Nordeste, para o interior de Minas Gerais e interior do Paraná (Tabela 24).

Tabela 24

Principais Fluxos Emigratórios de Retorno Interestaduais segundo Situação Domiciliar
Estado de São Paulo
1981-1991

Fluxos	Movimentos de Retorno				Total
	Urbano-Urbano	Urbano-Rural	Rural-Urbano	Rural-Rural	
RMSP - Interior NE	69,29	27,50	1,70	1,51	224,020
Interior SP - Interior MG	67,11	13,85	11,04	7,90	60,883
Interior SP - Interior PR	63,41	13,07	15,21	8,31	40,413

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

No movimento da Região Metropolitana de São Paulo para o interior do Nordeste predominaram aqueles do urbano para o urbano (69,3%), porém, os fluxos de retorno do urbano

metropolitano para o rural nordestino chegaram a envolver 61.605 pessoas, equivalendo a 27,5% do total dos que saíram da Região Metropolitana de São Paulo para lá. Nos fluxos que partiram do Interior de São Paulo esse tipo de movimento foi menos significativo, situando-se em torno de 10,0% do total.

Estrutura Etária

De modo geral, na emigração de São Paulo, do período 1981-1991, foi mais expressiva a participação de crianças de 0-9 anos, particularmente não-naturais das UF's de destino, que nos movimentos de imigração para este Estado⁴⁵, apontando uma emigração de retorno do tipo familiar, em contraposição a uma imigração com menor presença de crianças. As pirâmides etárias da população migrante referente fluxo da Região Metropolitana de São Paulo para o interior do Nordeste indicam, de maneira mais contundente, o retorno familiar, com a expressiva participação do grupo 0-9 anos de idade entre os não-naturais (Gráfico 21).

Nos movimentos de retorno de São Paulo para Minas Gerais e para o Nordeste, pode-se notar também a importância do grupo de 40-59 anos, possivelmente indicando a emigração de uma população que poderia estar residindo em São Paulo há mais tempo⁴⁶. Já a situação da emigração do Interior São Paulo para o interior do Paraná é diferente da acima mencionada, onde predominou o retorno de uma população jovem, refletindo, provavelmente, o regresso dos paranaenses chegados nos anos 70.

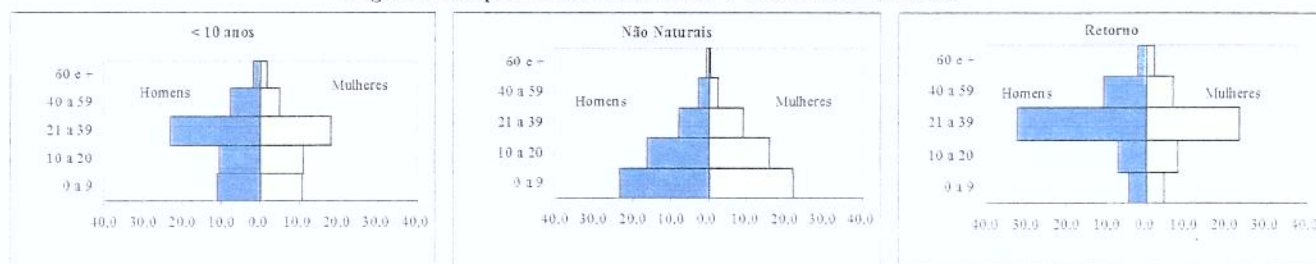
⁴⁵ Vide Anexo 9

⁴⁶ Em Cunha (1998) encontra-se uma análise específica do fluxo da Região Metropolitana de São Paulo para a Bahia, onde aponta a inclusão de migrantes mais antigos na condição de retorno.

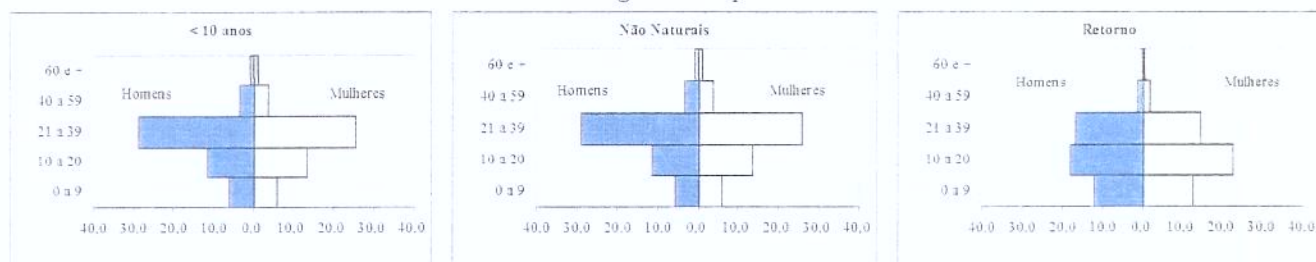
Gráfico 21

Estruturas Etárias da População Migrantes Interestadual – Principais Fluxos^(*)
1981-1991

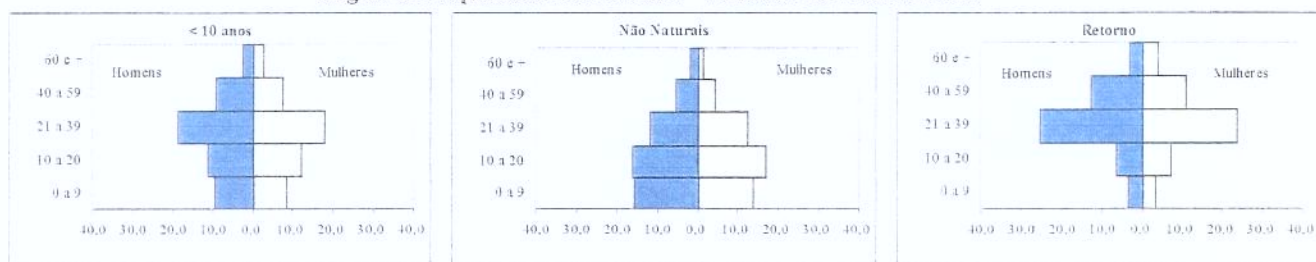
Região Metropolitana de São Paulo → Interior do Nordeste



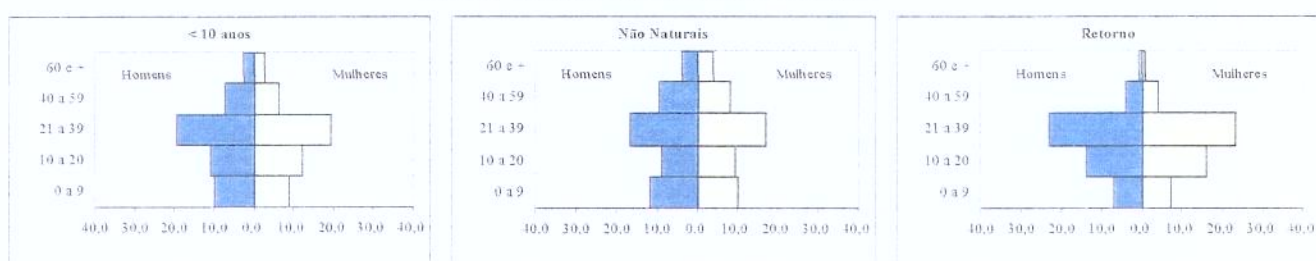
Interior do Nordeste → Região Metropolitana de São Paulo



Região Metropolitana de São Paulo → Interior de Minas Gerais



Interior de São Paulo → Interior do Paraná



Nota: (*) Condição Migratória: . < 10 anos: população com menos de 10 anos de residência na UF atual.

. Não-Naturais: população não nascida na UF de residência atual e residente há menos de 10 anos.

. Retorno: população nascida na UF de residência atual que retornou há menos de 10 anos.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais. NEPO/UNICAMP.

A migração que partiu da Região Metropolitana, no período 1981-1991, com destino ao interior do Nordeste registrou 28,1% de população migrante analfabeta⁴⁷, chegando a 31,5% no fluxo Interior de São Paulo→interior do Nordeste. Na imigração nordestina para São Paulo, de suas áreas interioranas para a Região Metropolitana de São Paulo, a proporção de analfabetos foi de 21,8% do total, e para o Interior de São Paulo de 28,9%. É de se ressaltar, no entanto, que apesar de ser bastante elevada essa proporção de analfabetos dentre os migrantes de e para o Nordeste, esta situou-se bem abaixo da verificada na estrutura de escolarização da população não-migrante nordestina, na qual quase a metade era composta por analfabetos (43,7%)⁴⁸.

No caso da emigração de retorno da Região Metropolitana de São Paulo para o interior do Nordeste predominaram os migrantes com 1º grau completo (30,2% do total), seguido pelos analfabetos e por aqueles que tinham primário ou elementar completo (24,6%).

Já no fluxo inverso, do interior do Nordeste para a Região Metropolitana de São Paulo, era bastante concentrada a presença de imigrantes com 1º grau completo (41,8% do total), indicando até uma seletividade desses migrantes nordestinos em direção à Região Metropolitana de São Paulo. Assim, os maiores ganhos populacionais da Região Metropolitana de São Paulo foram de nordestinos com primeiro grau completo, para com os quais a Região Metropolitana de São Paulo constituiu-se em *área de forte absorção populacional*⁴⁹, o mesmo ocorrendo com aqueles com 2º grau completo e curso superior (apesar da menor importância relativa desses migrantes no total). Assim, a metade dos ganhos populacionais da Região Metropolitana de São Paulo - em relação ao fluxo com origem no interior do Nordeste - deveu-se aos migrantes com 1º grau, e, em segundo lugar, aos analfabetos.

No fluxo da Região Metropolitana de São Paulo→interior de Minas Gerais, as categorias “estudando” (25,7% do total), “primário ou elementar” (21,5%) e “1º grau” (22,4%) foram as

⁴⁷ Vide Anexo 10.

⁴⁸ No Anexo 11 pode-se encontrar a população migrante com mais de 5 anos de idade segundo escolarização para os principais fluxos de e para São Paulo.

⁴⁹ IEM de 0,64.

principais, chamando-se atenção para a participação de migrantes com curso superior (4,4% do total). Já no fluxo inverso (Interior de Minas Gerais→Região Metropolitana de São Paulo), houve uma maior concentração de migrantes com 1º grau completo (40,0% do total); no movimento de retorno desse fluxo predominaram os migrantes que estavam estudando (37,9%). Nas trocas migratórias estabelecidas entre a Região Metropolitana de São Paulo→Interior de Minas Gerais, os ganhos populacionais da Região Metropolitana de São Paulo, mais uma vez, se deveram aos migrantes com 1º grau (37.691), sendo que perdeu população nas demais categorias.

Nos fluxos Interior de São Paulo→interior de Minas Gerais e no inverso, do interior de Minas Gerais→Interior de São Paulo, a estrutura da escolaridade da população migrante era semelhante, obtendo o interior de São Paulo saldo migratório positivo com migrantes com 1º grau.

No fluxo da Região Metropolitana de São Paulo→interior do Paraná e no inverso, a Região Metropolitana de São Paulo chegou até a perder população analfabeta, somente registrando saldos positivos com os migrantes com 1º grau e 2º grau. No fluxo entre o Interior de São Paulo e o interior do Paraná, destaca-se a perda de migrantes com curso superior para o Interior de São Paulo.

Ocupação e Rendimento

A distribuição da população migrante ocupada aponta diferenças significativas de acordo com os diferentes fluxos migratórios⁵⁰. Os migrantes que saíram do Estado de São Paulo para o Nordeste encontravam-se, em 1991, lá trabalhando concentrados na Indústria de Transformação e Construção Civil (22,5% do total) e no setor primário (21,4%), seguido por aqueles que ocupados no Comércio e Atividade Auxiliares (16,1%). Já no fluxo Nordeste→São Paulo, as maiores concentrações de migrantes ocupados estavam na Indústria de Transformação e Construção Civil (32,4%), na Prestação de Serviços (25,9%) e em Outras Ocupações (15,0%);

⁵⁰

Veja-se os Anexos 12 e 13.

destaca-se que são nesses grupos ocupacionais que o Estado de São Paulo mais absorve migrantes, especialmente os da última categoria⁵¹.

Dos migrantes que saíram de São Paulo para Minas Gerais, e no fluxo contrário (Minas Gerais→São Paulo) foram mais expressivas as participações daqueles no grupo de ocupação Indústria e Construção Civil, na Prestação de Serviços e Outras Ocupações.

De São Paulo para o Paraná, a participação de migrantes que lá desempenhavam funções Administrativas chegou a representar 16,6% do total e 10,0% em Técnicas, Científicas e Artísticas indicando até uma emigração mais qualificada, além de importantes participações na Indústria de Transformação e Construção Civil (20,6%) e nas ocupações ligadas ao setor primário (15,6%); aliás dentre os migrantes de retorno essa proporção chegava a 19,3% . Daqueles que saíram do Paraná para São Paulo, 28,5% estavam na Indústria e Construção Civil no local de destino; 17,9%, nas Atividades de Prestação de Serviços; 16,3%, em ocupações ligadas ao setor primário, além de mais de 10% se encontrarem em Outras Ocupações.

Esse grupo de ocupações, aliás, teve importante participação nos fluxos migratórios que chegaram na Região Metropolitana de São Paulo do interior do Nordeste: cerca de 16,6% desses imigrantes estavam inseridos nesse grupo de ocupação (Gráfico 22); dos que vieram do interior de Minas Gerais, eram 13,6% e dos do Paraná, 12,1%, refletindo a própria estrutura de ocupações da Região Metropolitana de São Paulo e a precarização de seu mercado de trabalho (Dedecca, 1998). Foram nessas ocupações que a Região Metropolitana de São Paulo registrou maior potencial de absorção de população⁵², já que na emigração esse grupo de ocupação foi pouco significativo, seguido pela forte retenção migratória no setor de Prestação de Serviços, especialmente com relação aos nordestinos.

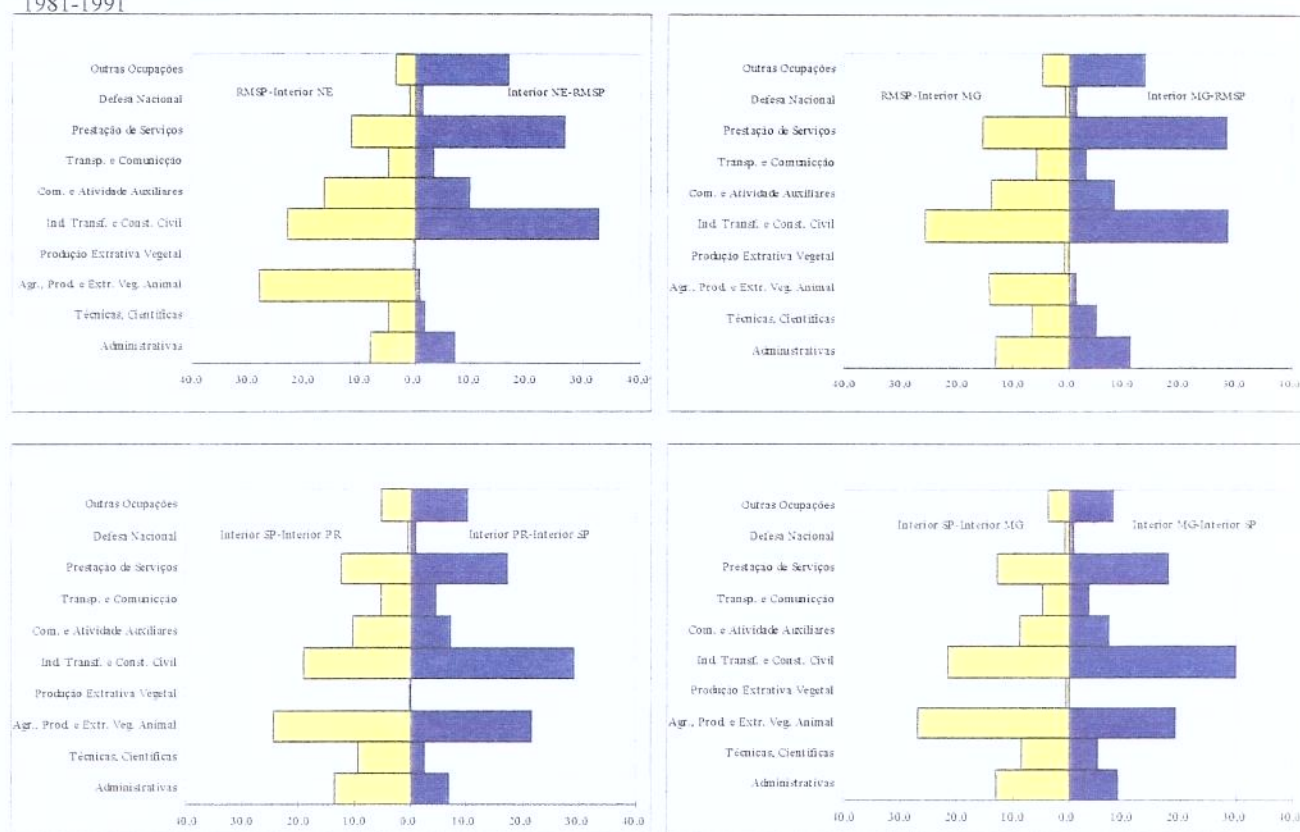
No grupo de ocupação Indústria de Transformação e Construção Civil, apesar da crise nos dois setores, foram nessas atividades que se concentraram os ganhos populacionais tanto da Região Metropolitana de São Paulo quanto do Interior, demonstrando que os anos 80 ainda teve fôlego para empregar os migrantes em seu parque industrial.

⁵¹ IEM de 0,87.

⁵² IEM superiores a 0.60.

Gráfico 22

Estrutura Ocupacional segundo Principais Fluxos Migratórios Interestaduais
Região Metropolitana de São Paulo e Interior
1981-1991



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

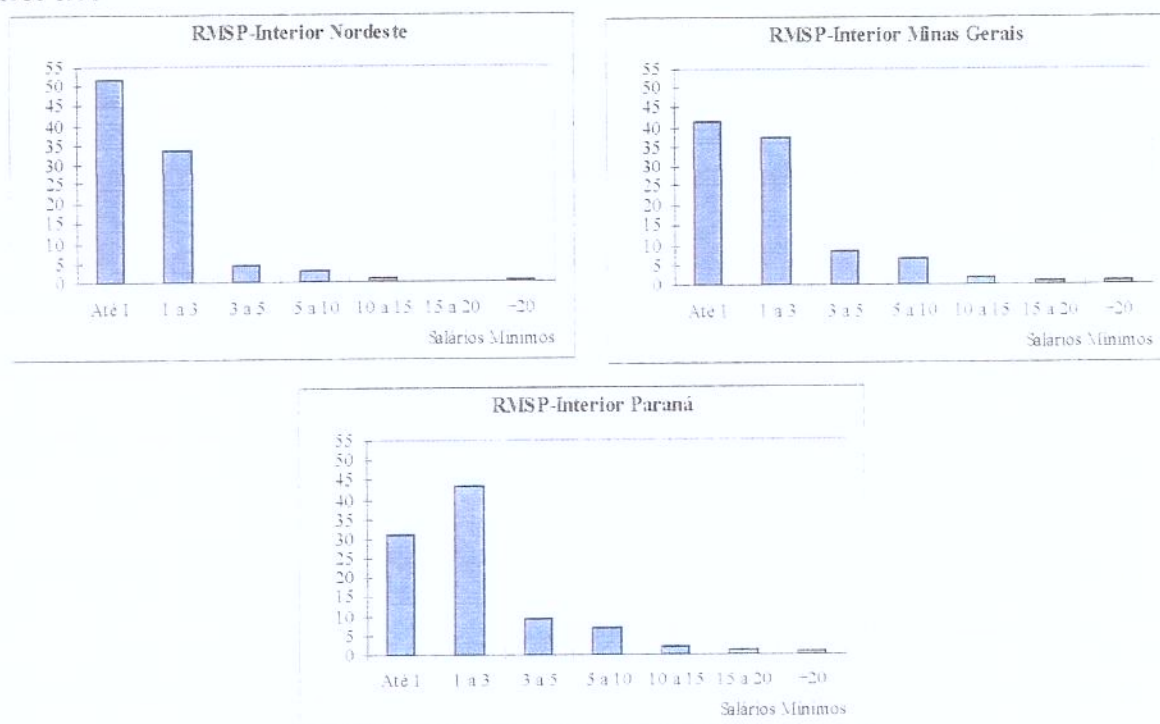
Quanto ao rendimento da população migrante⁵³ destaca-se que, dentre aqueles que saíram da Região Metropolitana de São Paulo para o Interior do Nordeste na condição de retornados, metade percebiam menos que um salário mínimo nas áreas interioranas nordestinas e outros 34,0%, de 1 a 3 salários mínimos, em 1991 (Gráfico 23). Já os migrantes do interior do Nordeste para a Região Metropolitana de São Paulo parecem ter experimentado situação um pouco melhor: 66,2% estavam concentrados na faixa de rendimento de 1 a 3 salários mínimos; a diferença fundamental é que na Região Metropolitana de São Paulo, 16,1% dos migrantes vindos do interior do Nordeste encontravam-se na faixa entre 3 a 5 salários mínimos mensais e outros 5,6%, entre 5 a 10 salários mínimos.

⁵³

Vide Anexo 14.

Gráfico 23

Emigrantes de Retorno Interestaduais segundo Rendimento Nominal Total na Área de Residência Atual
Região Metropolitana de São Paulo e Interior
1981-1991



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Já os fluxos tanto da Região Metropolitana de São Paulo quanto do Interior para Minas Gerais e Paraná apresentaram menor concentração da pobreza, embora no retorno fossem mais elevadas as participações da população com até 1 salário mínimo nas áreas de destino. Destaca-se que dos migrantes do interior de Minas Gerais com origem no Interior de São Paulo, 6,3% recebiam mais que 10 salários mínimos, dos quais 2,1% acima de 20 salários mínimos, refletindo o direcionamento de migrantes mais qualificados para lá.

Pode-se resumir deste capítulo alguns tópicos reveladores da nova situação do Estado de São Paulo no contexto das migrações internas no Brasil:

- persistiu a centralidade de São Paulo na atração migratória com os estados do Nordeste, mesmo registrando importantes fluxos de retorno;
- incluiu-se a Região Norte dentre as áreas de ganhos populacionais para o Estado;
- a metrópole paulista vem disputando com o Interior os “ganhos populacionais” das migrações para São Paulo;

- a Região Metropolitana de São Paulo começou a “perder” população para os demais estados, em especial para as metrópoles de Belo Horizonte e Curitiba, dentre outros espaços;
- a sede metropolitana tornou-se o “espaço perdedor” das migrações para São Paulo, à exceção daquela oriunda do rural nordestino, concentrando em sua periferia os ganhos populacionais;
- a cidade de São Paulo se “encolhe” diante das migrações nacionais, como expressão de seu processo de reestruturação urbana, manifestando os impactos do atual processo de reestruturação produtiva⁵⁴, com a menor capacidade de absorção de contingentes migratórios;
- esse novo perfil da metrópole paulista redesenha os fluxos migratórios, com intensas e volumosas entradas e saídas de população;
- a metrópole que busca se inserir na nova hierarquia urbana internacional⁵⁵ fragmenta cada vez mais seus espaços (Souza, 1999), tendendo a absorver seus migrantes na categoria “Outras Ocupações, Mal Definidas ou Não Declaradas”; situação que vem se impondo à população, especialmente migrante, frente ao processo de globalização da economia;
- entram mais pobres na metrópole, e é esse segmento que São Paulo não consegue absorver⁵⁶, gerando um contingente populacional crescente de despossuídos e miseráveis.

⁵⁴ A respeito das novas características das áreas metropolitanas em função do processo de reestruturação produtiva em âmbito internacional, veja-se Sassen (1998), Harvey (1992), dentre outros.

⁵⁵ Nesse novo cenário internacional Sassen (1991) aponta duas hierarquias urbanas: a primeira, liderada pelas cidades globais no âmbito internacional, e, a segunda, no contexto nacional, que pode incluir a presença ou não da cidade global daquele País.

⁵⁶ No Anexo 14 pode-se notar que a Região Metropolitana de São Paulo perde população, com menos de um salário mínimo no local de destino, tanto para o interior do Nordeste quanto para o Interior de Minas Gerais.

Capítulo 4

Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores na Dinâmica Migratória Paulista

4.1. Urbanização e Distribuição da População no Estado: retrospectiva

A trajetória da urbanização paulista baseia-se na herança econômica e urbana deixada pelo complexo cafeeiro, que contribuiu decisivamente para a montagem da estrutura básica da rede urbana neste Estado¹. Em sua expansão para o oeste, a economia cafeeira estruturou centros urbanos articulados pela ferrovia, sendo esta articulação, posteriormente, reforçada pela malha rodoviária. O desenvolvimento das vias de transporte foi o eixo condutor da espacialização do Interior; entre 1920 e 1950 implantou-se a rede rodoviária e pavimentaram-se as vias Anchieta, Dutra e Anhanguera (Negri, 1996). Os anos 50, já retratavam a formação de grandes centros urbanos regionais e a configuração da Região Metropolitana de São Paulo; nesse período, mais da metade da população do estado (53,0%) encontrava-se residindo nas áreas urbanas de seus municípios.

As mudanças ocorridas na estrutura produtiva do Estado, a partir de 1960, implicaram, de um lado, na subordinação da agricultura à indústria, introduzindo no mundo agrícola novas tecnologias e modernização no padrão de produção (Müller, 1985) e, de outro, no desenvolvimento mais acentuado do setor secundário, com a industrialização pesada constituindo um parque produtor diversificado, em que os ramos tradicionais foram perdendo peso relativo (Cano, 1977). Esse processo gerou a expansão do setor terciário da economia, tanto pela modernização agrícola como pela expansão industrial.

Entre 1960 e 1980, a economia passou por fases de expansão e desaceleração, fazendo oscilar o padrão de urbanização nesse Estado. Numa primeira etapa, a estruturação da Região Metropolitana de São Paulo canalizou e reforçou a instalação de indústrias nessa área, “desprestigiando” a significativa rede de cidades do Interior paulista (Furtado, 1986). No entanto,

¹ Veja-se os estudos de Cano (1977 e 1988, dentre outros); Oliveira (1988); Gonçalves (1998).

as cidades médias tradicionalmente industrializadas desse Interior já apresentavam, nos anos 60, importantes indústrias de caráter local e regional, processando um desenvolvimento que seria reforçado na etapa posterior. As transformações na estrutura econômica paulista criaram condições para uma desconcentração relativa das atividades industriais a partir de 1970 (Cano, 1988; Negri, 1996; Furtado, 1986).

O antigo oeste paulista, abrigando os centros econômicos mais avançados do estado, beneficiou-se desse processo de desconcentração-concentrada das atividades econômicas (Furtado, 1986; Azzoni, 1986; Martine e Diniz, 1989; Fundação SEADE, 1990b), já que apresentava fatores positivos para a instalação de indústrias e para a integração do mercado de trabalho rural e urbano (Cano, 1988). Esse processo reforçou e consolidou a integração territorial e do mercado regional graças à significativa rede de cidades do Interior. O implante industrial “interiorizado”² propiciou ao conjunto das cidades médias do Estado lugar de destaque no cenário nacional do processo de industrialização.

Esse movimento de desconcentração industrial e a conseqüente interiorização do desenvolvimento ocorreram nas áreas mais dinâmicas e, de acordo com Cano (1988), em função dos seguintes fatores: implantação de refinarias de petróleo nas regiões de Campinas e de São José dos Campos e consolidação do principal pólo petroquímico do País na região do Litoral; implementação do PROÁLCOOL, com maiores reflexos nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto; implantação de institutos de pesquisa e de grandes plantas dos setores eletrônico, de informática e de telecomunicações na região de Campinas; implantação do complexo aeronáutico e militar no Vale do Paraíba.

No bojo dessas transformações, a ampliação e pavimentação da Via Anhangüera, a reciclagem do sistema viário, articulando melhor o Interior e a Região Metropolitana de São Paulo – através de novas auto-estradas como a Castelo Branco e Bandeirantes, dentre outras –, além do adensamento da rede de estradas vicinais, contribuíram para a configuração de verdadeiros corredores de circulação, tanto de atividades econômicas como populacionais.

² Veja-se, sobre este conceito, Negri (1988).

A desconcentração industrial da metrópole paulista em direção à área interiorana, de modo geral, resultou da combinação de vários fatores: de forças endógenas, que possibilitaram a redinamização dessa área a partir da aplicação de capitais nacionais e internacionais; do processo de modernização da agricultura, criando estímulo à industrialização e terceirização da economia; forças atuantes a partir da Região Metropolitana de São Paulo, gerando deseconomias de aglomeração em direção às áreas interioranas com potencial de recepção dessas atividades industriais; e dos grandes incentivos governamentais injetados nesses espaços regionais.

As forças endógenas resultaram da existência da rede urbana e de infra-estrutura, montada à época do café (Cano, 1977 e 1988), que possibilitaram redinamizar centros urbanos e canalizar vultosos investimentos de capital em pólos regionais, tanto através de políticas de desenvolvimento agroindustrial (PROÁLCOOL, cítricos para exportação) como da implantação de importantes indústrias (petroquímicas, bélicas, telecomunicações etc.).

O próprio processo de modernização da agricultura permitiu e ampliou as atividades industriais (Müller, 1985), expandindo as possibilidades de emprego no Interior. A produção de açúcar e álcool, por exemplo, apesar de possuir significativa parcela mecanizada, empregava grande contingente de mão-de-obra em atividades ligadas às infra-estruturas de apoio industrial (mecânicas especializadas, retíficas, tornearias, caldeirarias etc.) e no setor terciário (transporte e armazenagem); parte do capital gerado acabava sendo investido na própria região, ampliando a criação de outros segmentos econômicos, inclusive os industriais (Montagner, 1989).

Assim, os anos 70 marcaram o reflorescimento do Interior paulista, que passou a se caracterizar como a segunda área de concentração industrial do Brasil; esse dinamismo se expressou tanto nos setores de atividades da economia como na geração de novos empregos urbanos e rurais (Cano e Pacheco, 1989). O Interior passou a registrar taxa de crescimento de 2,6% a.a., a qual havia sido de 1,6% a.a., no período 1960-1970.

Ao longo desse processo, a Região Metropolitana de São Paulo perdeu, gradualmente, seu papel de único pólo econômico e de atração populacional no Estado de São Paulo, passando a dividi-lo com outras áreas cujo potencial de atração e retenção de força de trabalho e de capital vinha sendo cada vez mais expressivo. O acentuado desenvolvimento do Interior, como já

mencionado, ocorreu de forma heterogênea, coexistindo, num mesmo espaço, regiões muito dinâmicas e outras que chegaram a apresentar perdas populacionais e até estagnação econômica nos anos 70³.

O interesse pelo reflorescimento de algumas regiões do Interior conduziu, já no final dos anos 60, à elaboração pelos governos estaduais, de várias políticas de desconcentração industrial⁴, com a preocupação em desenvolver regiões exteriores à Região Metropolitana de São Paulo. Destacam-se:

- a) na gestão Abreu Sodré (1967 a 1971), a divisão do Estado em 11 regiões administrativas, com o objetivo da descentralização administrativa e conhecimento de exigências específicas do desenvolvimento de cada região (Negri, 1988);
- b) no Governo de Laudo Natel (1971 a 1975), o Plano Rodoviário de Interiorização do Desenvolvimento (PROINDE) propôs a ampliação de 5,5 mil quilômetros de rodovias para facilitar as principais vias de penetração (Anhangüera, Washington Luís, Castelo Branco e Dutra) e de saídas da Região Metropolitana de São Paulo; foram também criados os Escritórios Regionais de Planejamento (ligados à Secretaria do Planejamento do Estado) para elaboração de diagnósticos regionais visando a promover a industrialização nessas áreas (Claro, 1989);
- c) no Governo de Paulo Egydio Martins, entre 1975 a 1978, a forte ação do Estado promoveu a implantação de oito programas destinados a atenuar os desequilíbrios regionais em São Paulo, dentre eles o Programa de Cidades Médias (Kugelmas, 1985);
- d) entre 1979/1982, no Governo Paulo Maluf, o processo de interiorização do desenvolvimento “restringiu-se à idéia de se descongestionar a Região Metropolitana, através da tentativa inoportuna e desnecessária de transferir a capital paulista para o interior de São Paulo (...) vale mencionar a importância da construção da rodovia dos Imigrantes” (Negri, 1996:173);

³ A respeito da dinâmica econômico-populacional das Regiões de Governo do Estado de São Paulo, veja-se Fundação SEADE (1989).

⁴ Para uma síntese completa das políticas de descentralização industrial no Estado, veja-se o importante estudo de Negri (1996).

- e) no Governo Franco Montoro (1983-1986), a questão da integração dos municípios via intervenção dos órgãos e secretarias de administração pública foi retomada e instituiu-se as 43 Regiões de Governo vigentes no Estado de São Paulo até hoje; em 1984 criaram-se essas regiões de governo (Decreto, nº 22.970 de novembro de 1984) que foram compatibilizadas com 11 regiões administrativas (Decreto nº 26.581, de 5/1/1987), e posteriormente (a partir de 1990; Decreto nº 32.141 de 14/8/90) com 14 regiões administrativas até então vigentes;
- f) no Governo Quéricia (1987/1991), a política de interiorização da indústria resultou num diagnóstico do processo de concentração e desconcentração industrial em São Paulo, apontando as áreas referenciais e prioritárias para o recebimento de novos empreendimentos industriais.

Embora as políticas adotadas não estivessem voltadas explicitamente para uma política migratória, a atuação governamental contribuiu para o direcionamento dos fluxos migratórios; as áreas que mais se beneficiaram do processo de desconcentração das atividades econômicas e populacionais no Estado transformaram-se, nos anos 80, nas primeiras regiões metropolitanas do Interior paulista: Santos e Campinas.

Os estudos realizados, particularmente a partir da segunda metade dos anos 80, referentes tanto aos processos econômicos quanto urbanos e demográficos em curso no Estado de São Paulo na década de 70⁵ apontaram para algumas características que podem ser assim resumidas:

- o processo de desconcentração das atividades industriais a partir da Região Metropolitana de São Paulo, iniciado no final dos anos 60, fez despontar um novo interior paulista depois dos anos 70;
- a herança histórica do Interior e os incentivos direcionados a algumas de suas regiões, nos anos 70, contribuíram para seu rápido crescimento industrial;

⁵ Veja-se: Cano (1988), Fundação SEADE (1990), Fundação SEADE/SEPLAN (1992), Patarra (1994), Cano (1994) dentre outros.

- os investimentos em vias de transportes e comunicações, com o melhoramento, extensão e duplicação das principais rodovias, permitiram o incremento da circulação de mercadorias e de população nos eixos de desenvolvimento do Estado;
- nesse novo cenário de dinamismo econômico, a Região Metropolitana de São Paulo, embora canalizando a maior parte dos fluxos migratórios interestaduais em direção ao Sudeste do País, nos anos 70, já indicava movimentos migratórios em direção às regiões mais urbanizadas e concentradoras de atividades econômicas do Interior;
- as principais regiões interioranas receptoras dos fluxos migratórios com origem na Região Metropolitana de São Paulo também se destacaram pela absorção de fluxos migratórios oriundos de regiões próximas ou circunvizinhas, configurando a formação de pólos regionais caracterizados em função de seu papel concentrador de fluxos populacionais e de suas atividades econômicas. Configuraram-se como pólos regionais, nos anos 70, as regiões de governo de São José dos Campos, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto⁶;
- o processo de urbanização dos últimos trinta anos, marcado por um crescimento rápido, amplo e concentrado da população, contribuiu para a concentração metropolitana e, ao mesmo tempo, para a expansão da rede urbana com o crescimento dos centros e subcentros regionais, além do crescimento da população urbana em grande número de cidades de diferentes tamanhos⁷;
- nesse sentido, as novas formas de estruturação do espaço urbano, caracterizadas pelo crescente processo de conurbação territorial, propiciaram a emergência de importantes regiões metropolitanas no Interior - como Campinas e Santos, ambas marcadas por uma trajetória histórica de forte urbanização e concentração econômica e populacional – bem como formação de aglomerações urbanas não-metropolitanas;
- a concentração populacional em cidades cada vez maiores no Brasil, até os anos 70, levou os especialistas a construir um cenário urbano concentrador; no caso do Estado

⁶ Estes pólos foram detectados a partir das trocas migratórias entre as regiões vizinhas. Veja-se Patarra e Baeninger (1989).

⁷ Veja-se Faria (1983).

de São Paulo, no entanto, o papel dos pequenos aglomerados urbanos (cidades com menos de 20 mil habitantes), das cidades de porte intermediário e de porte médio, como áreas para a localização industrial, para insumos industriais e agrícolas, ou ainda como áreas para localização populacional, já indicava uma nova dinâmica urbano-regional;

- nesse contexto, as taxas de crescimento populacional das regiões mais prósperas do Interior passaram a registrar valores superiores àqueles verificados para a Região Metropolitana de São Paulo, já nos anos 70.

Nesse cenário de dinamismo crescente, a migração assumiu grande importância, refletindo a própria espacialização desigual das atividades econômicas, de emprego e de renda. As mudanças no setor agrícola, com a intensificação dos complexos agroindustriais no Interior⁸ e o processo de interiorização da indústria gerou um Interior forte, que foi capaz de passar de um saldo migratório negativo nos anos 60, de 454.433 pessoas, para um ganho populacional de 787.416 pessoas, no período 1970-1980.

Desse modo, a partir da década de 70, a questão da regionalização tornou-se mais evidente em função das distintas economias regionais. Do ponto de vista populacional, a regionalização refletia, em grande medida, o dinamismo industrial ou agroindustrial das regiões e sua capacidade de absorção de expressivos contingentes migratórios interestaduais⁹ e intra-estaduais¹⁰. Ou seja, a dinâmica econômica das áreas propiciava a concentração de fluxos migratórios nas regiões¹¹ que se beneficiaram com o processo de interiorização da indústria.

As duas décadas subsequentes à de 70 já não registraram o mesmo ímpeto da industrialização desconcentrada como o fora naquele período; mesmo assim, “o primeiro quinquênio dos anos 80 marca um grande avanço do processo de interiorização da indústria no Estado de São Paulo” (Negri, 1996:216). A partir de 1985 e início dos 90, esse processo de desconcentração industrial perdeu dinamismo, em função do “esgotamento dos ciclos de

⁸ Veja-se a respeito Müller (1985); Tartaglia e Oliveira (1988); dentre outros.

⁹ Neste capítulo referem-se aos fluxos oriundos de outros estados, incluindo os da Região Sudeste.

¹⁰ Refere-se aos movimentos migratórios ocorridos no âmbito do próprio Estado de São Paulo.

¹¹ As regiões do Interior aqui analisadas referem-se às 42 regiões de governo.

investimentos dos anos setenta, que fez a economia do Interior paulista tender a apresentar um comportamento similar ao da metrópole” (Cano et al, 1994:5). Apesar da continuidade da interiorização industrial, esta se processou em um ritmo menos intenso, dada a perda de dinamismo da indústria em seu conjunto (Pacheco, 1998).

As novas dimensões espaciais da indústria paulista (Negri e Pacheco, 1993), que sinalizam características do atual processo de reestruturação econômica em nível internacional¹², continuarão a encontrar no Interior de São Paulo espaços apropriados para o desenvolvimento dessa etapa do capitalismo. De acordo com os autores acima citados,

“a metrópole não deixará de ser a principal área industrial do País, mas continuará a perder peso e a se transformar num centro de serviços de âmbito nacional (...) é no Interior de São Paulo que se encontram as maiores possibilidades de crescimento da indústria. Mas este processo não irá se refletir por igual em todo o território paulista. Os maiores ganhos ficarão por conta da rede de cidades médias localizada ao longo dos grandes eixos de circulação da malha viária do interior, em especial na região de Campinas e nas suas ligações com Sorocaba e Ribeirão Preto (p. 73)”.

Esse contexto recente do Interior paulista, juntamente com os efeitos da crise e do processo de reestruturação das atividades econômicas na Região Metropolitana de São Paulo marcaram a dinâmica interna do Estado, trazendo novas características ao processo de urbanização e de distribuição espacial da população.

O panorama da mobilidade espacial da população vem apresentando um leque variado de modalidades com implicações mais determinadas na configuração dos espaços e na estruturação das cidades e suas redes, onde a conformação de espaços urbano-regionais oferece um novo aporte para o entendimento do processo de distribuição espacial da população.

É nesse sentido que se coloca em questão a capacidade das análises ancoradas apenas nos fatores econômicos comportarem todas as explicações do fenômeno migratório. Os clássicos fatores de expulsão e de atração populacional dentro de um mesmo contexto urbano-regional, bem como a definição de origem e destino de determinado fluxo não têm o mesmo significado que esses termos representavam quando se tratava de analisar os grandes movimentos rurais-

¹² Essa tendência é marcada pela dispersão geográfica da produção industrial; veja-se Piore e Sabel (1984); Harvey (1992); Sassen (1988); Benko (1996), dentre outros

urbanos, que marcaram o crescimento e a concentração da população em áreas metropolitanas. Outras dimensões passaram a compor as explicações do fenômeno, as quais podem ser melhor compreendidas e apreendidas considerando as novas formas de configuração do espaço.

A dimensão política tem constituído elemento importante na formação de espaços urbanos selecionados, particularmente aquelas de desconcentração das atividades econômicas (Cano, 1988), contribuindo para o direcionamento de fluxos migratórios nessa direção.

O fortalecimento de economias regionais vem impulsionando deslocamentos de população intra-regionais¹³, os quais parecem não estar ligados propriamente a interpretações do tipo atração-expulsão, mas sim a várias determinações da vida social – dentre elas a econômica, porém não a única – que estão embutidas na decisão de migrar. O processo de escolha, ao nível individual, passou também a ter papel relevante, uma vez que as múltiplas formas de interação dos espaços regionais vêm apontando novas modalidades de deslocamentos populacionais, onde, por exemplo, a mudança de emprego não implica necessariamente mudança de residência, e vice-versa; assim, a relação migração-emprego, por vezes simplista, tem apresentado complexidade crescente.

Nesse contexto, a dimensão espacial passou a representar outro significado aos deslocamentos populacionais, emergindo novas configurações do fenômeno migratório, excedendo até mesmo a definição tradicional de migração (Villa e Rodríguez, 1994).

A expansão dos espaços da migração no Estado de São Paulo, a partir dos anos 80, baseou-se fundamentalmente em três vertentes complementares do processo de distribuição da população: a primeira delas, de maior importância para o processo de desconcentração populacional no Estado, caracterizou-se pela saída de população da Região Metropolitana de São Paulo em direção à todas as regiões do Interior¹⁴; a segunda, refere-se aos fluxos inter-regionais¹⁵, apontando a integração territorial do próprio processo de urbanização; e, finalmente,

¹³ Referem-se aos deslocamentos no âmbito das próprias regiões de governo.

¹⁴ As regiões do Interior referem-se às 42 regiões de governo.

¹⁵ Referem-se à migração de uma para outra região de governo.

a terceira vertente está assentada nos deslocamentos intra-regionais¹⁶, com a expansão dos espaços da migração no âmbito interno das regiões.

4.2. A Metrópole Paulistana como Espaço Perdedor

A formação da Região Metropolitana de São Paulo esteve ligada ao desenvolvimento da industrial nacional¹⁷. Pós-1956, a nova etapa da economia no País (industrialização pesada) e a conseqüente intensificação do processo de urbanização, marcaram a formação do espaço que poderia ser denominado a "metrópole nacional da indústria". A história econômica pregressa de São Paulo, com a importante herança deixada pelo complexo cafeeiro, contribuiu para o avanço do processo de industrialização nessa região.

Nessa perspectiva desenvolvimentista, a concentração espacial da produção e da força de trabalho eram os elementos centrais do processo de acumulação e desenvolvimento capitalista. Assim, com a implantação de novas empresas, houve a criação de novos espaços econômicos, atraindo a população migrante para a Capital do Estado. O grande pólo de atração populacional consolidava, então, sua vocação nacional, passando a receber, nos anos 60, com maior intensidade, os migrantes internos oriundos do Nordeste, além daqueles provenientes do Interior de São Paulo, particularmente das áreas rurais¹⁸.

Com a interiorização da indústria, a partir dos anos 70, a Região Metropolitana de São Paulo repartiu seu dinamismo econômico e populacional com determinadas regiões do Interior, muito embora continuasse a se destacar como o principal centro financeiro e de serviços especializados do País. Nesse contexto, o processo de distribuição espacial da população no Estado já passava a assumir feições distintas.

¹⁶ Referem-se aos movimentos dentro de cada região de governo.

¹⁷ Veja-se Langenbuch (1971); Cano (1977); Singer (1968).

¹⁸ Em Patarra e Baeninger (1988) encontram-se os processos migratórios vigentes na Capital de São Paulo do final do século passado até 1980.

De fato, a década de 70 foi marcada por intensos deslocamentos populacionais em todo o Estado¹⁹, sendo que os principais volumes migratórios intra-estaduais foram desencadeados a partir da Região Metropolitana de São Paulo em direção às áreas interioranas mais dinâmicas, mobilizando quase 500 mil pessoas. Apesar da importância desses fluxos em direção ao Interior, no processo de redistribuição da população paulista, considerava-se que essa tendência de "saída" de população da metrópole era bastante incipiente²⁰, particularmente em função dos enormes volumes migratórios que chegavam de outros estados, especialmente do Nordeste e, ainda nos anos 70, das áreas decadentes da fronteira agrícola do Paraná.

Nos anos 70, havia se detectado no processo de urbanização paulista importantes pólos de atração regional no Interior²¹, os quais, já naquele momento, desempenharam papel fundamental no processo de desconcentração relativa da população. Esses pólos, aliás, já demonstravam uma reorganização na configuração da rede de cidades, segundo seu tamanho, no Interior paulista. O dinamismo gerado a partir do município-pólo dessas regiões, extravasando os limites administrativos, passava a atingir municípios vizinhos - seja como áreas de expansão industrial, de insumos industriais ou áreas para localização habitacional -, resultando no crescimento e fortalecimento dos pólos regionais. Desse modo, a dinâmica das cidades, já naquele momento, dependia muito mais de sua proximidade ou ligação com um pólo do que de seu tamanho populacional.

Além disso, embora a Região Metropolitana de São Paulo viesse se apresentando como receptora de grandes contingentes populacionais, particularmente interestaduais, há várias décadas, em 1970-1980 já se podia evidenciar um arrefecimento no ritmo de crescimento dessa

¹⁹ Veja-se Cunha (1987), Fundação SEADE (1990), Patarra et al (1990), entre outros.

²⁰ Mesmo as projeções populacionais elaboradas no final da década de 80 (Fundação SEADE, 1988), portanto que já haviam incorporado a acentuada queda da fecundidade no Estado, ainda previam para a Região Metropolitana de São Paulo um saldo migratório de 1,9 milhão de pessoas no período 1980/1990 e de 1,7 milhão para a última década deste século; não se podia supor que a maior metrópole do País terminasse as duas últimas décadas deste século com perdas populacionais tão expressivas, como se verá adiante.

²¹ Esses pólos foram definidos a partir de trocas migratórias estabelecidas, na década de 70, entre regiões circunvizinhas, com as tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980. Paralelamente, com o auxílio da literatura econômica especializada, pôde-se observar que se tratavam de regiões dinamizadoras de atividades econômicas e urbanas. No interior de São Paulo destacaram-se como municípios-pólos: Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto. Nesses municípios, a realização de grandes investimentos, seja na indústria seja na agricultura, propiciou a expansão econômica em diferentes direções; tais investimentos tiveram efeitos multiplicadores favorecendo a formação de um setor terciário moderno absorvedor de grandes contingentes de força-de-trabalho. Veja-se Patarra e Baeninger (1989).

área, em função da acentuada queda da fecundidade e do menor volume migratório oriundo do Interior de São Paulo.

Os fortes indícios de novas tendências no processo de distribuição da população em São Paulo, apontados nos anos 70, podem ser assim resumidos:

- a) fluxos migratórios significativos que partiam da Região Metropolitana em direção ao Interior;
- b) emergência de pólos econômico-populacionais no Estado;
- c) crescimento de cidades de porte intermediário e pequeno; e
- d) menor taxa de crescimento da Região Metropolitana de São Paulo, nos anos 70, em comparação com a década anterior (4,5% a.a. e 5,4% a.a., respectivamente).

Apesar dessas evidências, somente com os resultados do Censo de 1991 é que se pôde verificar que a tendência predominante nacionalmente dos anos 80 (menor ritmo de crescimento das áreas metropolitanas, crescimento das cidades de porte intermediário, recuperação demográfica das áreas pequenas etc.) já estavam nitidamente presentes em São Paulo. O importante a resgatar da década de 70, é que esta se caracterizou como o ponto de partida do processo de desconcentração populacional no Estado, processo este que viria se aprofundar na década de 80.

A eliminação, no período 1980-1985, de cerca de 185 mil postos de trabalho no Município de São Paulo; a redução na indústria metropolitana de mais de mil estabelecimentos; a diminuição do pessoal ocupado de 1,73 milhão para 1,56 milhão; e, o decréscimo de 15,9% no valor de sua transformação industrial (Negri, 1996), sem dúvida, contribuíram para a continuidade da saída de população em direção ao Interior. Apesar disso, a metrópole paulistana permaneceu como o coração da indústria e da economia nacional²². Na verdade, a “condição pós-moderna” (Harvey, 1992) que busca a metrópole paulista tenderá a gerar, cada vez mais, um enorme excedente populacional sem sua perda de dinamismo; a redefinição de seu papel no

²² Veja-se, dentre outros, Pacheco (1998).

cenário nacional e a competitividade entre metrópoles do mundo globalizado fará com que esta área reafirme seu caráter de centro decisório do País, especialmente em termos financeiros²³.

As mudanças no paradigma da indústria²⁴, que se manifestam na crescente diminuição da absorção de mão-de-obra, já revelam o deslocamento do eixo explicativo da migração via industrialização. Nos anos 70, particularmente, os destinos migratórios apresentavam estreita relação com o dinamismo industrial (incluindo-se o agroindustrial) das regiões do Interior²⁵; as evidências empíricas apontam, agora, a necessidade de mudanças nas abordagens sobre as migrações, em particular no caso paulista.

Essa reestruturação produtiva implica também na competitividade entre os espaços urbanos para sua inserção nessa dinâmica global; nesse esforço, Harvey (1992:267) enfatiza que

“a produção ativa de lugares dotados de qualidades especiais se torna um trunfo na competição espacial entre as localidades, cidades, regiões e nações (...) criando uma atmosfera de lugar e tradição que aja como atrativo para o capital e para pessoas ‘do tipo certo’ (isto é abastadas e influentes)”.

Nessa nova etapa de desenvolvimento econômico, as regiões mais dinâmicas estão “abertas” e absorvem os migrantes qualificados; que são minoria. As variadas e distintas modalidades de movimentos migratórios, envolvendo principalmente áreas urbanas, rompe com o paradigma explicativo da emigração como um dos efeitos sociais negativos resultante do menor crescimento econômico e, sobretudo, da ausência de atividades indústrias fortes. Na relação migração/dinâmica econômica, as cidades mais prósperas (em termos de inserção no mercado regional, nacional e internacional) tendem a registrar os maiores volumes de emigrantes, tanto na Região Metropolitana de São Paulo quanto no Interior do Estado. Assim, os fatores de expulsão, para os migrantes de baixa renda, estariam nas áreas mais dinâmicas e os de atração nas de menor dinamismo. Essa interpretação só faz sentido, contudo, considerando a dimensão espacial como

²³ A bibliografia recente sobre o processo de reestruturação econômica ressalta a importância de algumas localidades (as cidades globais) no cenário financeiro internacional. Veja-se, Sassen (1998), Harvey (1992), Castells (1999), dentre outros. Na bibliografia nacional destaca-se Santos (1996), Ianni (1999), Souza (1999), dentre outros.

²⁴ Veja-se, por exemplo, Benko e Lipietz (1994).

²⁵ Alguns estudos, analisando principalmente a desconcentração industrial para o Interior, afirmaram se tratar do primeiro caso de reversão da polarização no Brasil (Redwood III, 1984), processo que também embute a relação migração/industrialização.

elemento constitutivo do próprio processo migratório; as migrações intrametropolitanas, intra-regionais e da metrópole para o Interior exemplificam essa formulação.

Nos anos 80, a Região Metropolitana de São Paulo registrou 2.636.762 migrantes²⁶, dos quais 48,5% tinha origem em outros estados; à migração intra-estadual correspondia mais da metade do movimento migratório, onde a intrametropolitana respondia por 35,0% a Interior, 16,4% (Tabela 25).

Tabela 25

Volume de Imigração Interestadual⁽¹⁾ e Intra-estadual⁽²⁾

Região Metropolitana de São Paulo, Município de São Paulo e Periferia

1981-1991

Condição Migratória	Total Geral (3)			Total Interestadual			Total Intra-estadual		
	RMSP	Mun. SP	Periferia	RMSP	Mun. SP	Periferia	RMSP	Mun. SP	Periferia
Não-Naturais	2.534.364	1.003.798	1.530.566	1.241.487	788.749	452.738	1.292.877	215.049	1.077.828
Retorno	102.398	63.164	39.234	37.796	26.481	11.315	64.602	36.683	27.919
Total	2.636.762	1.066.962	1.569.800	1.279.283	815.230	464.053	1.357.479	251.732	1.105.747
Proporção de Retorno	3,88	5,91	2,50	2,95	3,25	2,44	4,76	14,57	2,52
Distribuição Imigração (%) Total	100,00	100,00	100,00	48,52	76,41	29,56	51,48	23,59	70,44

(Continua)

(Continuação)

Condição Migratória	Total Intra-regional (4)			Total Inter-regional (5)		
	RMSP	Mun. SP	Periferia	RMSP	Mun. SP	Periferia
Não-Naturais	894.263	39.043	855.220	398.614	176.006	222.608
Retorno	29.578	16.779	12.799	35.024	30.361	4.663
Total	923.841	55.822	868.019	433.638	206.367	227.271
Proporção de Retorno	3,20	3,01	1,47	8,08	17,25	2,09
Distribuição Imigração (%) Total	35,04	3,66	56,60	16,45	19,93	14,07

Notas: (1) Refere-se à migração com outros estados.

(2) Refere-se à migração no âmbito do próprio estado. População com menos de 10 anos no Município de Residência Atual.

(3) Exclui sem especificação, ignorado e país estrangeiro.

(4) Refere-se à migração no âmbito da própria Região, portanto, a intrametropolitana.

(5) Refere-se à migração com origem nas demais regiões do Estado.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Essa distribuição da imigração segundo última procedência, para a Região Metropolitana de São Paulo, mostrou algumas especificidades que merecem destaque:

- o Município de São Paulo deveu à migração vinda de outros estados a maior parte de seu movimento imigratório (76,4% desse total), reforçando seu papel de porta-de-entrada da migração interestadual na área metropolitana;

²⁶ Refere-se à população residente há menos de 10 anos no município de residência atual, incluindo os não-naturais e os de retorno. As análises referem-se aos anos 80, uma vez que, com a Contagem de 1996, não é possível obter informação do município de residência anterior.

- os municípios no entorno de São Paulo registraram um total de 1.569.800 migrantes contra 1.066.962 no município sede; esse maior volume para o entorno ocorreu em função da migração intrametropolitana, que representou 56,4% da imigração da periferia metropolitana;
- a migração com procedência no interior do Estado para a Região Metropolitana de São Paulo registrou volume ligeiramente superior para seu entorno (220.949) que para a sede (212.689), indicando uma periferia mais aberta à chegada de migrantes do próprio estado que para os de outros estados;
- o fluxo de retorno aos municípios da Região Metropolitana de São Paulo foi bastante pequeno (72.820 pessoas), mas teve maior expressão na volta à capital do Estado de pessoas que haviam migrado para o interior e retornaram nos anos 80, compreendendo 36.683 paulistanos;
- na migração intrametropolitana, a cidade de São Paulo canalizou apenas 4,2% dos deslocamentos populacionais na área (923.841 pessoas).

Já no decorrer dos anos 70, o processo migratório no Estado havia assumido características bastante peculiares, que se refletiram no menor volume de migrantes do interior para a Região Metropolitana de São Paulo, na década de 80. De um fluxo de 576 mil^{*} pessoas vindos do Interior para a metrópole, no período 1970-1980, reduziu-se para 398.616^{*}, no período 1981-1991, diminuindo a entrada de migrantes em 177 mil pessoas, de uma para outra década.

Além dessa redução na imigração interiorana, nos anos 80, o fenômeno mais contundente do processo de urbanização e de redistribuição espacial da população foi manifestado pela *reversão metropolitana* no contexto do próprio estado: as perdas populacionais²⁷ da Região Metropolitana de São Paulo para as regiões do Interior atingiram 289.366 pessoas.

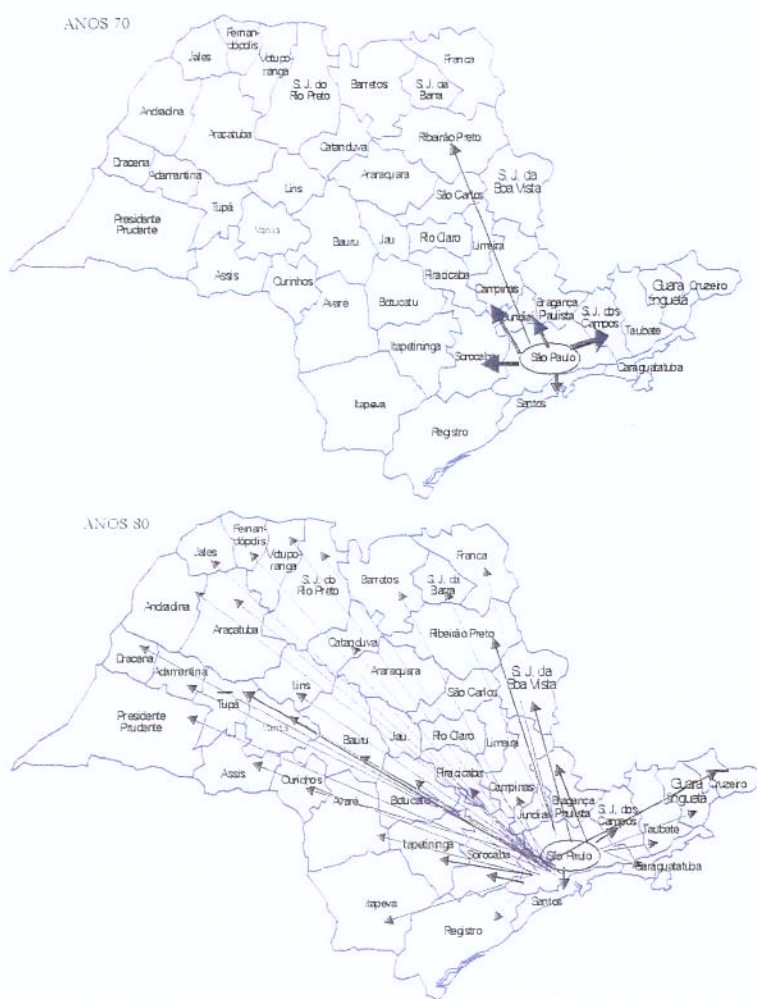
Nos anos 70, nas trocas migratórias estabelecidas com as demais regiões do Estado, a Região Metropolitana de São Paulo registrava saldos negativos, principalmente com regiões de

^{*} Nestes volumes somente se consideram os migrantes não-naturais.

²⁷ Diferença entre os volume dos fluxos de sentidos contrários estabelecidos entre duas regiões específicas.

sua fronteira metropolitana²⁸, principalmente para Campinas, Santos, Sorocaba e São José dos Campos que canalizaram quase a metade desses emigrantes metropolitanos²⁹; destaca-se que, já nesse período, esse processo de desconcentração populacional dava indícios de alcançar regiões mais longínquas à Região Metropolitana de São Paulo, com a Região de Governo de Ribeirão Preto manifestando ganhos populacionais metropolitanos (Mapa 20).

Mapa 20
Trocas Migratórias com a Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1980 e 1991, Tabulações Especiais, NEPO-UNICAMP

²⁸ São dessa década as discussões a respeito da formação da "Macrometrópole Paulista" ancorada no argumento do transbordamento da população e de atividades econômicas para essa franja metropolitana que compreendia as regiões de São José dos Campos, Sorocaba, Campinas e Santos (CAR/SEPLAN, 1984).

²⁹ Análise completa dos movimentos migratórios no Estado de São Paulo, particularmente no Interior, encontram-se em Fundação SEADE (1990); Cunha (1987); Cunha e Rodrigues (1989); Patarra et al (1990) e Baeninger (1996).

Essa tendência do fluxo metrópole-interior foi consolidada na década seguinte com a Região Metropolitana de São Paulo perdendo população para todas as regiões do estado³⁰ (Tabela 26). A Região de Campinas obteve os maiores ganhos de população da metrópole, correspondendo a 85.018 pessoas; seguem as regiões de Santos (51.042 pessoas) e Sorocaba (41.613). As perdas populacionais da Região Metropolitana de São Paulo entre 10 mil a 25 mil pessoas foram registradas com São José dos Campos, Ribeirão Preto, Jundiaí, Bragança Paulista, São José do Rio Preto, Taubaté, São João da Boa Vista, Piracicaba, Limeira, Itapetininga, Caraguatatuba e Araraquara; portanto, ampliando o horizonte de expansão das migrações interestaduais no espaço paulista.

Tabela 26

Volumes de Imigração e Emigração Intra-Estadual^(*) e Principais Fluxos
Região Metropolitana de São Paulo
1981-1991

Regiões	Total Intraestadual		Migração Intrametropolitana	Total Inter-Regional (**)		Trocas Migratórias Inter-regionais	Índice de Eficácia
	Imigração	Emigração		Imigração	Emigração		
RNSP	1.357.478	1.646.844	923.841	433.637	723.003	-289.366	-0.25
Principais Fluxos Inter-regionais	Imigração		Emigração	Trocas Migratórias		Índice de Eficácia	
Total	568.156		1.193.906	-625.750		-0.36	
RG de Campinas	18.860		103.878	-85.018		-0.69	
RG de Santos	26.772		77.814	-51.042		-0.49	
RG de Sorocaba	13.850		55.463	-41.613		-0.60	
RG de São José dos Campos	10.224		34.893	-24.669		-0.55	
RG de Ribeirão Preto	9.142		29.890	-20.748		-0.53	
RG de Jundiaí	7.060		27.789	-20.729		-0.59	
RG de Bragança Paulista	6.036		28.552	-22.516		-0.65	
RG de São José do Rio Preto	5.751		24.517	-18.766		-0.62	
RG de Bauru	6.832		19.444	-12.612		-0.48	
RG de Taubaté	6.378		18.376	-11.998		-0.48	
RG de Presidente Prudente	10.329		18.010	-7.481		-0.26	
RG de Araçatuba	8.789		16.337	-7.548		-0.30	
RG de Araraquara	4.296		15.940	-11.644		-0.58	
Outras RG's	433.637		723.003	-289.366		-0.25	

Notas: (*) População residente há menos de 10 anos no município de residência atual (inclui não-naturais e retorno).

(**) Exclui a migração intrametropolitana.

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais. NEPO.UNICAMP.

Os anos 80 presenciaram, assim, a expansão regional *fora* das fronteiras metropolitanas ou de seu “campo aglomerativo”³¹, emprestando o conceito de Azzoni (1986) usado para espacializar a desconcentração industrial. A expansão dos espaços da migração não traduz uma

³⁰ As exceções couberam a Cruzeiro e Tupã, quando se consideram os migrantes não-naturais, que ainda nos anos 80 enviaram mais migrantes para a Região Metropolitana de São Paulo do que desta receberam.

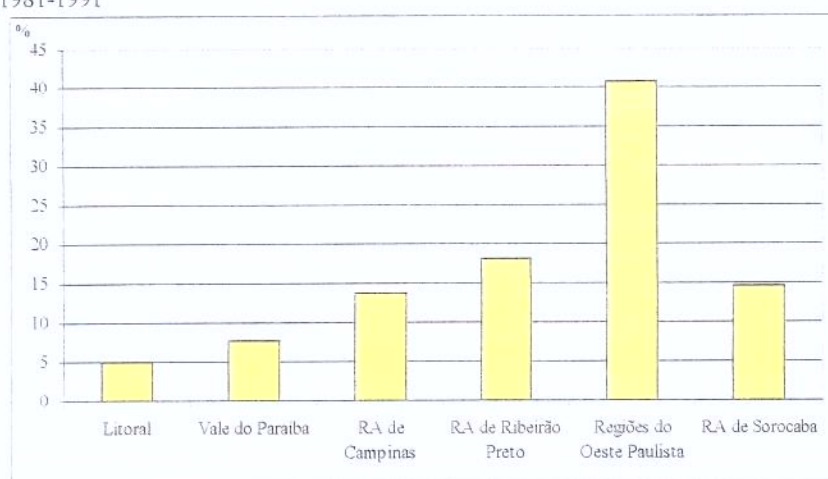
³¹ O conceito de “campo aglomerativo” do autor inclui as cidades num raio, a partir da Região Metropolitana de São Paulo, de aproximadamente 150 quilômetros, constituindo um espaço mais abrangente da Região Metropolitana de São Paulo. Para uma crítica desse conceito, veja-se Negri (1996).

versão mais ampla da Região Metropolitana de São Paulo; os longínquos destinos migratórios revelam novos padrões socioespaciais que se refletem no processo de distribuição da população. A *metrópole desconcentrada* manifesta os efeitos da generalização do próprio processo de urbanização por todo o Estado de São Paulo, propiciando acesso à bens e serviços próximos aos dos grandes centros urbanos, mesmo que em graus diferenciados. Nessa busca pelo Interior, para além das considerações econômicas, já parece estar bastante presente a preferência por um estilo de vida; 72% dos chefes de domicílios no Estado de São Paulo, amostrados na Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar (PRAD/FAPESP) e 85% dos da Região Metropolitana de São Paulo manifestaram sua preferência por viver em cidades médias.

Nesse fluxo da Região Metropolitana de São Paulo para o Interior, 67.022 pessoas estavam retornando aos seus municípios de nascimento; embora representando apenas 9,3% da emigração para o Interior, esse refluxo da população também é indicativo das novas modalidades de deslocamentos populacionais que vêm se avolumando no processo migratório estadual. Essa volta ao município de origem esteve direcionada principalmente para as regiões do oeste paulista; áreas que até os anos 70 perdiam fortemente população para a Região Metropolitana de São Paulo (Gráfico 24).

Gráfico 24

Distribuição da Emigração de Retorno da Região Metropolitana de São Paulo
Grandes Regiões do Estado de São Paulo
1981-1991



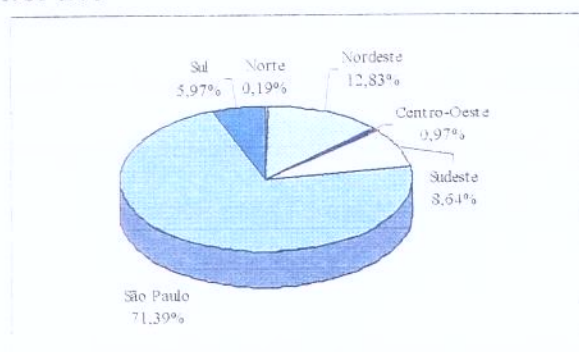
Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

A saída de população da Região Metropolitana de São Paulo para o Interior não se configurou, portanto, na concentração de um movimento de retorno; tratou-se de um movimento migratório predominantemente de pessoas não-naturais dos municípios em que fixaram suas residências, caracterizando-se ainda mais como um fenômeno de expansão dos espaços da migração em São Paulo.

Outra característica presente do fluxo metrópole→interior refere-se ao fato deste ser composto em sua maioria por uma população com UF de nascimento no próprio Estado de São Paulo³², sugerindo, assim, a saída de população paulistana em busca de áreas interioranas (Gráfico 25).

Gráfico 25

Estados de Nascimento da Emigração da Região Metropolitana de São Paulo para o Interior
1981-1991



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais. NEPO/UNICAMP.

Dos migrantes que declararam como local de residência anterior a Região Metropolitana de São Paulo, 73,7% haviam nascido nesse Estado. Desse modo, a metrópole não se configurou como uma etapa migratória para o Interior paulista; foram os paulistas mesmos (e provavelmente os paulistanos) que compuseram o maior volume da migração para as regiões do Interior, descartando-se a hipótese de um “repasse” de população migrante interestadual da Região Metropolitana para o Interior.

De fato, os nordestinos representaram apenas 13,3% dessa migração da metrópole em direção ao Interior. Para algumas regiões, no entanto, essa participação de migrantes nascidos em

³² Com as informações do Censo Demográfico é possível apenas identificar a UF de nascimento e não o município. Considera-se apenas os não-naturais já que se sabe que os migrantes de retorno aos municípios do interior nasceram neste Estado.

outros estados foi um pouco acima da média (em torno de 16,0% do total), como foram os casos das regiões de Registro, Santos e Caraguatatuba (onde as atividades ligadas ao turismo têm forte presença de nordestinos); Jundiaí e Limeira (regiões de agroindústria); e, em Andradina e Dracena (provavelmente pelos limites geográficos com os estados do Centro-Oeste).

Chama atenção, ainda, a presença de mineiros vindos da Região Metropolitana de São Paulo para a Região de Governo de Franca; este fluxo correspondeu a 32,5% do total vindo da metrópole. A integração dessa região com o sul de Minas é muito forte, tanto que a migração interestadual de Minas Gerais para Franca corresponde ao principal movimento migratório da área.

Evidencia-se tratar, portanto, de um fenômeno marcado pela desconcentração de população e não por um transbordamento dos migrantes interestaduais da Região Metropolitana de São Paulo. Essa desconcentração da população metropolitana tem, na verdade, em seu município-sede a principal origem do desencadeamento da migração em direção ao Interior (Tabela 27). O fluxo de paulistanos, que saíram da Capital e foram para o Interior, correspondeu a 78,3% do total, ultrapassando 80% para as regiões de Ribeirão Preto e Oeste Paulista.

Tabela 27

Emigração da Região e Município de São Paulo para o Interior com UF de nascimento = São Paulo e País Estrangeiro 1981-1991

Grandes Regiões do Estado	Emigrantes da RMSP com Local de Nascimento = ESP			Emigrantes da RMSP com Local de Nascimento = Estrangeiro			
	Total	Município SP	Proporção	Total	Município SP	Proporção	% Total
Litoral	71.863	56.586	78,74	3.316	2.766	83,41	30,46
RA de Campinas	141.656	108.582	76,65	2.594	2.213	85,31	23,83
Vale do Paraíba	40.575	28.165	69,41	1.062	900	84,75	9,75
RA de Ribeirão Preto	54.160	45.968	84,87	721	684	94,87	6,62
RA de Sorocaba	64.756	47.125	72,77	1.099	879	79,98	10,11
Regiões do Oeste Paulista	110.776	92.361	83,38	2.093	1.774	84,76	19,23
Total	483.786	378.787	78,30	10.885	9.216	84,67	100,00

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1991: Tabulações Especiais. NEPO/UNICAMP.

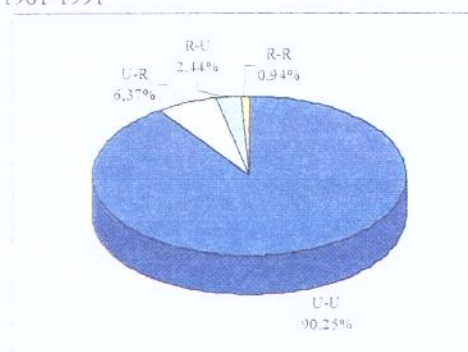
É o centro metropolitano que se desconcentra tanto nos fluxos migratórios com outros estados, como já foi analisado, como no âmbito de seu próprio estado e de sua região. É interessante observar que esse processo se assemelha às análises de Gottdiener (1993) para o caso dos Estados Unidos:

“A mudança dentro da cidade é parte da transformação do espaço de assentamento introduzida pelos processos intermetropolitanos e intra-metropolitanos de desconcentração (...) a cidade central atual difere grandemente do que foi no passado (...) a formas contemporânea de desconcentração metropolitana pode ser abordada principalmente como um modo histórico e socialmente específico de “design” que pode ser entendido se captarmos a relação entre tais espaço e os elementos de organização social, como economia, política e valores ideológicos” (p.25).

Essa migração da Região Metropolitana de São Paulo para o Interior apresenta características bastante peculiares, compondo um fluxo migratório mais qualificado, em comparação com os interestaduais³³. Foi surpreendente, por exemplo, a constatação de que, nesse processo de deslocamento populacional da metrópole para o Interior, pudesse se verificar mais de 40 mil migrantes metropolitanos que saíram do urbano e se dirigiram para áreas rurais do Interior de São Paulo (Gráfico 26); ressalte-se ainda que nesse fluxo 6,0% da população possuía curso superior, indicando uma composição socioeconômica diferenciada nesse movimento.

Gráfico 26

Emigração da Região Metropolitana de São Paulo segundo Situação Domiciliar
Interior do Estado de São Paulo
1981-1991



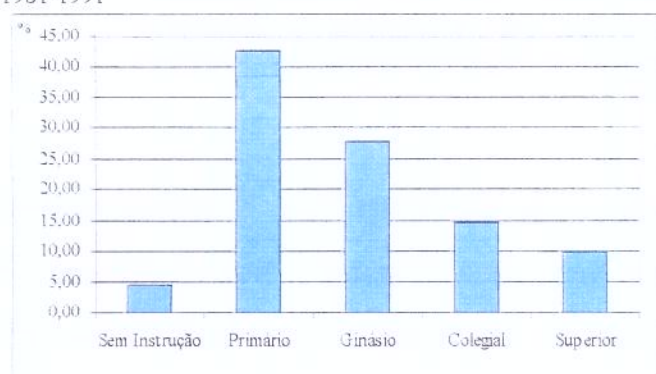
Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

³³ Em estudo anterior para a Região de Campinas foi possível detectar essa distinção na composição da migração intra-estadual e interestadual (Baeninger, 1996).

Aliás, a estrutura de escolarização dos migrantes da Região Metropolitana de São Paulo para o Interior é marcada por essa especificidade (Gráfico 27), especialmente os migrantes de retorno com movimento do tipo urbano-urbano, onde se pôde encontrar 15,6% dessa população com curso superior.

Gráfico 27

Emigrantes da Região Metropolitana de São Paulo segundo Escolarização
Interior do Estado de São Paulo
1981-1991



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais. NEPO/UNICAMP.

Entre os emigrantes metropolitanos não-naturais dos municípios de residência atual, a participação daqueles com primário (completo e incompleto) chegava a 43,2% do total, enquanto que, nos de retorno, essa participação baixava para 38,8%; nos fluxos com origem ou destino rurais, os migrantes com curso primário (completo e incompleto) representavam mais da metade, tanto entre os não-naturais quanto entre os de retorno. Apesar disso, traço marcante deste fluxo da Região Metropolitana de São Paulo para o Interior, constitui a expressiva participação de migrantes com curso superior (completo e incompleto) e mesmo o colegial (completo e incompleto), principalmente nos movimentos que envolvem o meio urbano.

No fluxo urbano metropolitano para o Interior urbano, dentre os não-naturais, 9,9% encontravam-se com curso superior (completo e incompleto); dentre os migrantes de retorno, somando-se colegial e superior (ambos completo e incompleto), alcançavam-se a proporção de 34,5% desses migrantes com estes níveis de escolaridade. No fluxo do urbano para o rural, embora a maior parte possuisse nível primário, 9,0% dos retornados e 10,1% dos não-naturais

possuíam ou cursavam o nível superior. Este fluxo espelha bastante as próprias transformações do e no rural paulista, o qual se integra, completa e compõe a mesma dinâmica socioeconômica-espacial do urbano paulista. Nota-se que ainda houve um pequeno fluxo das chamadas áreas rurais da metrópole para o urbano do interior; neste caso, e nos fluxos rurais-rurais, foram baixíssimas as proporções de migrantes com curso superior.

Assim, aos movimentos migratórios de menor grau de instrução, mesmo que predominantes, somaram-se aqueles com a presença de migrantes com elevado nível de escolaridade, mesclando-se distintos grupos sociais na migração para o Interior.

4.3. Novas Territorialidades: consolidação e emergência de pólos regionais no Interior

4.3.1. Crescimento da população no Interior e a nova realidade regional

A concentração populacional nas áreas de médio e grande porte, que marcou o crescimento do Estado de São Paulo, particularmente ao longo dos últimos cinquenta anos, refletiu-se e resultou em processos sociais múltiplos que envolveram, além das possibilidades oferecidas por essas áreas – de acesso ao mercado de trabalho, à educação, à saúde, aos serviços, dentre outras –, a liberação de expressivos contingentes populacionais provenientes de áreas rurais. A migração entre áreas urbanas no Interior paulista, já nos anos 70, surgiu como fenômeno importante, superando o volume dos fluxos de origem rural³⁴, que ainda predominantes entre outras áreas brasileiras, onde o processo de urbanização era menos acentuado e o estoque da população rural apresentava volumes mais elevados.

Nesse movimento entre as áreas urbanas do Estado, a década de 70 constitui referência temporal importante, com o desencadeamento de fluxos migratórios da metrópole para o Interior, como apontado anteriormente. Entre as regiões do Interior, os desdobramentos do processo de

³⁴ Análise a respeito dos fluxos migratórios no interior segundo situação domiciliar nos anos 70 pode ser consultada nos Relatórios da Pesquisa “Migração no Interior de São Paulo” (DAEP/SEADE – NEPO/UNICAMP), 1987-1991

interiorização da indústria foram decisivos na (re)estruturação das cidades e nas formas de expansão urbana, incorporando novas regiões ao processo de urbanização no Interior. De fato, no que se refere à dinâmica urbana, as alterações regionais apontavam para o surgimento de importantes pólos, com a revitalização de centros urbanos de médio porte e a emergência de novas áreas metropolitanas.

Assim, se no período 1940-1970 o Interior paulista sempre apresentou taxas de crescimento da população urbana inferiores às da região metropolitana (Fundação SEADE, 1990), a partir dos anos 70 apontou a reversão desse comportamento, devido ao surgimento de áreas com importante concentração de atividades industriais e desenvolvimento agrícola, elevado grau de urbanização e capacidade de polarizar o crescimento regional.

A partir dos anos 80, internamente ao Estado de São Paulo, o crescimento demográfico mais significativo, mesmo considerando a redução em seu ritmo, foi representado pelas regiões próximas à metrópole e também por determinadas regiões na porção centro-leste do Estado; mesmo com crescimentos regionais diferenciados no Interior, estes superaram o exibido pela Região Metropolitana de São Paulo, especialmente no período 1991-1996.

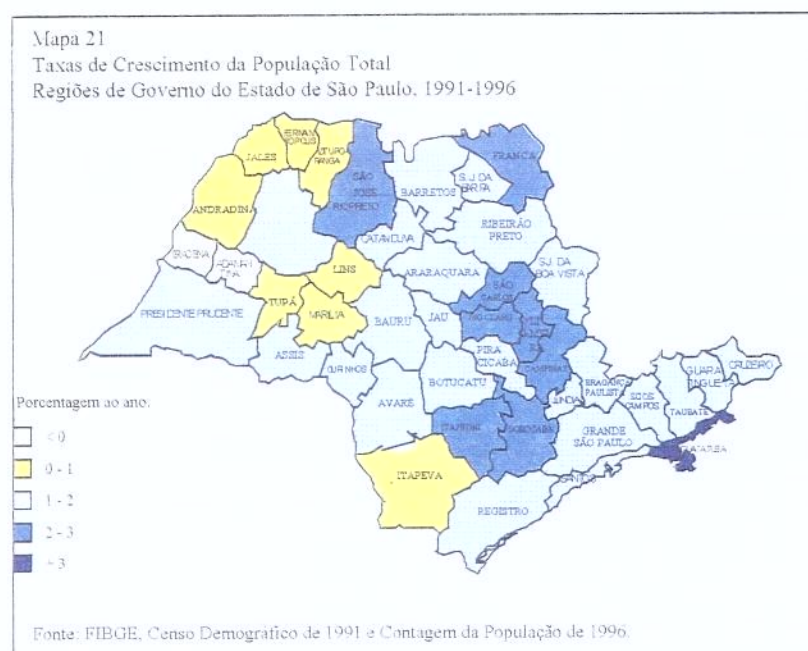
O conjunto das regiões do Interior, que haviam registrado taxa de crescimento populacional de 2,4% a.a. no período 1980-1991, baixou para 1,7% a.a., entre 1991-1996, enquanto a Região Metropolitana de São Paulo passou de 1,9% a.a. para 1,5% a.a., respectivamente.

A Região de Caraguatatuba manteve, no período 1980-1991 e 1991-1996 a mais alta taxa de crescimento dentre as regiões do Estado: 4,8% a.a. e 4,0% a.a., respectivamente. Trata-se de uma região litorânea onde as atividades ligadas ao turismo e ao Porto de São Sebastião têm, desde os anos 70, atraído população migrante³⁵.

Na maioria das regiões, no período 1991-1996, as taxas de crescimento concentraram-se na faixa de 1% a 2% a.a. (23 regiões das 43 existentes). No eixo Sorocaba (incluindo-se Itapetininga) a São Carlos foram encontradas as taxas entre 2% a.a. e 3% a.a., além de Franca e

³⁵ A taxa de crescimento da Região de Governo de Caraguatatuba nos anos 70 alcançou 6,2% a.a. e a do Município de Caraguatatuba, 8,4% a.a..

São José do Rio Preto (Mapa 21). Chama atenção a importante recuperação demográfica do oeste paulista, onde somente Adamantina e Dracena ainda permaneceram com taxas de crescimento negativas, embora baixas (0,33% a.a. e 0,53% a.a., respectivamente); aliás as únicas no Estado inteiro. Essa realidade é completamente distinta da experimentada por essa área nos anos 70, quando apenas as regiões de Bauru e São José do Rio Preto manifestavam indícios de reversão em suas perdas populacionais (Patarra et al, 1989).



O panorama populacional do Estado revela, portanto, uma significativa retenção de sua população nas áreas interioranas e litorâneas, destacando o papel mais significativo dos aglomerados urbanos mais distantes da área metropolitana, como absorvedores de migrantes, inclusive da zona rural.

Esse processo de reorganização da população paulista apresenta especificidades regionais, mas vem manifestar novas tendências do processo de urbanização. A primeira delas, e talvez a mais marcante, é apresentada pela recuperação populacional e inversão na tendência dos pequenos municípios (Tabela 28). A taxa de crescimento populacional, para a classe de tamanho menor que 5 mil habitantes, registrou um expressivo crescimento, atingindo 3,5% a.a., no período

1991-1996, quando ainda era negativa (1,5% a.a.) nos anos 80³⁶. Essa categoria de municípios foi a que maior ritmo de crescimento apresentou, superando as taxas de crescimento das localidades com mais de 100 mil habitantes (2,8% a.a., entre 1991-1996) e mesmo as metropolitanas (Região Metropolitana de São Paulo, 1,5% a.a.; Região Metropolitana de Campinas, 2,4% a.a. e Região Metropolitana da Baixada Santista, 1,4% a.a.).

Tabela 28

População segundo Classes e Tamanhos de Municípios

Estado de São Paulo

1980-1996

Classes de Tamanhos (habitantes)	1980 (*)		1991		1996		Taxas de Crescimento (% a.a.)	
	Número Municípios	População	Número Municípios	População	Número Municípios	População	1980-1991	1991-1996
< 5 mil	152	527.434	132	447.470	164	530.847	-1.48	3.48
5 mil a 10 mil	119	836.603	111	766.697	117	826.384	-0.79	1.51
10 mil a 20 mil	113	1.567.897	118	1.664.811	112	1.553.562	0.55	-1.37
20 mil a 50 mil	81	2.505.173	88	2.812.850	99	2.986.671	1.06	1.21
50 mil a 100 mil	25	1.590.345	35	2.532.673	38	2.696.639	4.32	1.26
Mais 100 mil	17	3.054.650	22	4.662.681	25	5.359.340	3.92	2.82
RM de São Paulo	39	12.591.436	39	15.470.500	39	16.576.426	1.89	1.39
RM da Baixada Santista	8	961.243	9	1.220.249	9	1.309.263	2.19	1.42
RM de Campinas	18	1.407.297	18	2.010.994	22	2.281.754	3.30	2.56
Total	572	25.042.078	572	31.588.925	625	34.120.886	2.13	1.55

Nota: (*) A base territorial foi compatibilizada com a de 1991.

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem da População de 1996. *Apud* NESUR/IE-UNICAMP, 1998.

Na categoria subsequente (5 mil a 10 mil habitantes) também houve importante crescimento populacional, passando de -0,8% a.a., no período 1980-1991, para 1,5% a.a., entre 1991-1996³⁷. Já a categoria 10 mil a 20 mil apresentou uma oscilação, registrando taxa negativa no último período (1,4% a.a.)³⁸.

Destaca-se ainda a expressiva redução no ritmo de crescimento dos municípios entre 50 mil a 100 mil habitantes (de 4,3% a.a., nos 80, para 1,3% a.a., no período 1991-1996) e na classe

³⁶ Deve-se considerar que o aumento de municípios nessa categoria (32 localidades de 1991 para 1996) contribuiu para elevar o volume de população nessa faixa de tamanho.

³⁷ Utilizando-se as categorias de tamanhos de municípios para o Estado de São Paulo advindas do Projeto "Caracterização e Tendências da Rede Urbana Brasileira" (NESUR/IE-UNICAMP) cujos recortes respeitaram uma sofisticada análise de *cluster*, os municípios pequenos do Estado (menos de 9.854 habitantes) já teriam apresentado taxa de crescimento positiva no período 1980-1991 (0,07% a.a.), elevando-se para 2,0% a.a., no de 1991-1996. Veja-se o Relatório 6, Volume 1, dos Estudos Regionais – São Paulo, NESUR/IE-UNICAMP, 1998.

³⁸ No agrupamento dos municípios segundo o *cluster*, acima mencionado, a classe de 9.867 a 26.440 habitantes registraram taxas positivas nos dois períodos: 1,9% a.a. e 1,2% a.a., respectivamente.

de mais de 100 mil habitantes (de 4,0% a.a. para 2,8% a.a., respectivamente), além das reduções nas taxas de crescimento das três áreas metropolitanas do Estado.

Outra especificidade do atual processo de distribuição espacial da população refere-se ao menor crescimento populacional das sedes regionais e o crescimento mais elevado de suas áreas no entorno, onde justamente predominam os municípios pequenos.

Enquanto o conjunto das sedes regionais do Interior cresceu a 1,6% a.a., no período 1991-1996, nas áreas de entorno essa taxa foi ligeiramente superior: 1,7% a.a.; situação distinta das décadas anteriores (Tabela 29).

Tabela 29

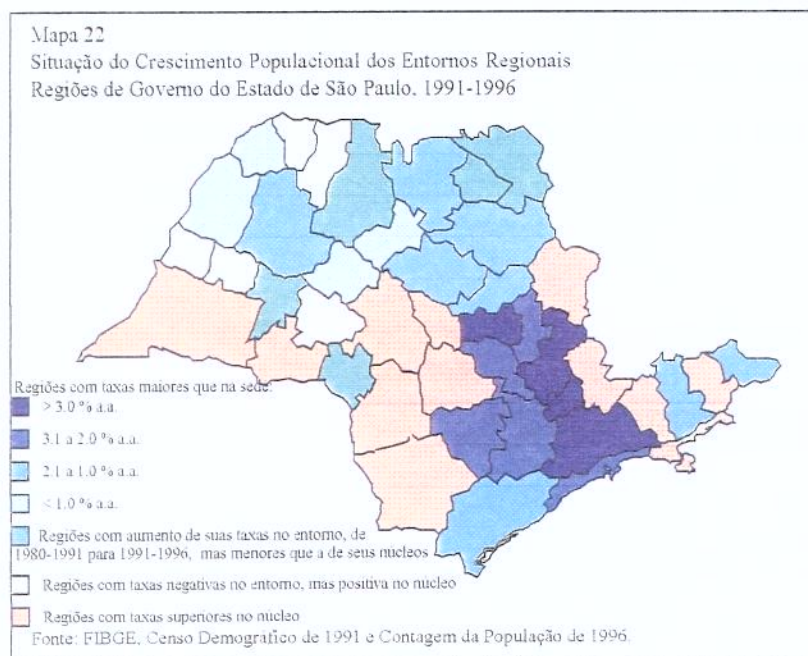
Taxas de Crescimento da População segundo Sede e Entorno
Interior do Estado de São Paulo
1970-1996

Áreas	1970-1980	1980-1991	1991-1996
Total Regiões de Governo	2,37	2,37	1,69
Municípios-Sedes	3,04	2,46	1,64
Entornos	2,12	2,31	1,74

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e Contagem da População de 1996.

A desagregação regional evidencia, contudo, crescimentos extremamente diferenciados para determinadas áreas. São os casos das regiões de Santos, Registro, Jundiaí, nas quais as cidades-sedes cresceram a taxas muito baixas (inferiores a 0,5% a.a.) e seus entornos, mais de 3,0% a.a., como foram os casos das regiões de Santos e Jundiaí; para Registro foi de 1,3% a.a. O maior crescimento dos municípios nos entornos das regiões que em suas sedes esteve concentrado na área mais urbanizada do estado, já se podendo observar a expansão dessa tendência também para regiões do oeste paulista (Mapa 22). Às exceções de Fernandópolis, Marília, Votuporanga, Adamantina e Dracena, que registraram pequenas taxas negativas de crescimento de sua população no entorno (taxas inferiores a 0,5% a.a., o que representou, mesmo assim, um processo de recuperação demográfica regional, pois suas sedes cresceram a taxas positivas), todas as demais regiões do Estado apresentaram taxas positivas nesse espaço, no período 1991-1996.

O fenômeno de maior crescimento da população residente nas áreas que constituem os entornos regionais começou a emergir no Interior, nos anos 70, nas regiões de Campinas e Santos, tendo sido experimentado na década seguinte nas regiões de Sorocaba, Jundiaí, Taubaté, Caraguatatuba, Piracicaba, Bragança Paulista, Rio Claro e Araraquara.



O crescimento desses entornos regionais implica um adensamento da rede urbana por todo o Estado, cujos efeitos se pode verificar na reversão da tendência dos pequenos municípios, antes incapazes de reter sua população. Nessa nova realidade regional, a caracterização da rede urbana estadual não mais comporta agregar os municípios em faixas de tamanho, distantes de seu contexto regional.

De fato, o complexo conjunto de mudanças econômico-espaciais experimentado pelo Interior paulista contribuiu para o fortalecimento das distintas economias regionais, favorecendo, por um lado, a dispersão populacional no Estado e, por outro, um rearranjo das formas de distribuição espacial da população no âmbito de cada região. Nesse contexto, são incorporados ao sistema urbano, que se expande, municípios pequenos e de porte intermediário; ao mesmo tempo, as cidades de médio e grande portes vêm apresentando uma desaceleração em seus ritmos de

crescimento populacional. A histórica rede urbana do Interior redesenha-se em múltiplas formas. Gottdiener (1993) também identifica esse processo em seu estudo:

“Em lugar da forma compacta de cidade que outrora representava um processo histórico em formação há anos, existe agora uma população metropolitana distribuída e organizada em áreas regionais em permanente expansão, que são amorfas na forma, maciças no escopo e hierárquicas em sua escala de organização social” (p. 14).

Esse novo perfil da urbanização e da distribuição espacial da população traz novos contornos às dinâmicas das cidades, cuja integração depende mais das demandas advindas das especificidades urbano-regionais do que de seu tamanho populacional. Assim, a cidade-sede tem que ser entendida levando-se em conta os nexos que estabelece com as cidades no entorno. A formação de novas territorialidades, no atual processo de urbanização, se fortalece e se expande com os deslocamentos populacionais internos à essas áreas.

4.3.2. O Comportamento migratório nas diversas regiões do Estado

Os anos 80 foram marcados pela expansão dos espaços da migração no Interior paulista, que esteve associado aos recentes processos de urbanização de distribuição espacial da população e de atividades econômicas no Estado. Enquanto os movimentos migratórios dos anos 70 estiveram muito mais concentrados e relacionados à dinâmica da desconcentração – dinâmica assentada no desenvolvimento, expansão e interiorização da indústria – a nova configuração espacial da migração e da urbanização aponta para novas inter-relações entre os sistemas urbanos, a hierarquia urbana, a rede de cidades, as cidades e seus entornos e os fenômenos sociais.

Os deslocamentos populacionais constituem, assim, elemento fundamental na configuração de uma nova realidade socioeconômica e demográfica no Interior, onde o surgimento de novas espacialidades tornou-se mais evidente. O delineamento, nos anos 70, do novo padrão de urbanização no Estado, que viria se consolidar nas décadas seguintes, assegurou

às distintas dinâmicas socioespaciais papel relevante no processo de distribuição espacial da população.

As regiões interioranas, que haviam exibido os maiores saldos migratórios³⁹ nos anos 70, mantiveram essa tendência nos 80 e 90, porém expressando menores volumes, principalmente as regiões de Campinas e Sorocaba. A reversão na tendência emigratória de determinadas regiões do Estado (oeste paulista, particularmente) consolidou-se até a primeira metade dos anos 90, e mesmo aquelas que mantiveram saldos negativos (Registro, Itapeva, Votuporanga, Andradina) apresentaram redução em suas perdas populacionais.

De modo geral, ocorreu uma diminuição nos saldos migratórios regionais, dos anos 80 para os 90. As reduções mais acentuadas foram observadas nos municípios-sedes (Tabela 30), principalmente nas áreas onde a formação de espacialidades regionais já vem se manifestando há mais tempo, como Santos, Campinas, Sorocaba, Taubaté, Ribeirão Preto, Jundiaí, Limeira e Araraquara; nessas regiões, o entorno apresentou saldos migratórios que superaram os de seus núcleos. Nas regiões de Santos e Jundiaí, os municípios-sedes chegaram a registrar saldos migratórios negativos (15.648 e 12.222, respectivamente), indicando a absorção populacional nas áreas do entorno regional.

No período 1991-1996, destacaram-se ainda as regiões de Itapetininga, com expressivo saldo migratório em seu entorno (13.320) em relação ao seu núcleo (2.450), Barretos (5.372 e 773, respectivamente) e Bragança Paulista (2.994 e 7.397). Noutras regiões, o entorno apresentou recuperação migratória, passando de saldos negativos para positivos (como os de São José do Rio Preto, Araçatuba, Franca e São Joaquim da Barra). Nas áreas de recente crescimento populacional, principalmente as do oeste do Estado, a etapa de formação dessa nova estruturação espacial refere-se ainda à consolidação de suas sedes, que também foram marcadas por expressivas perdas populacionais em décadas passadas, concentrando o dinamismo migratório regional (Avaré, Bauru, Catanduva, Votuporanga, Araçatuba, Presidente Prudente, Assis, Marília, Ourinhos).

³⁹ Referem-se aos saldos migratórios elaborados pela Fundação SEADE, estimados pelo Método das Estatísticas Vitais.

Tabela 30

Saldos Migratórios segundo Núcleo e Entorno
Regiões de Governo do Estado de São Paulo
1980-1991 e 1991-1996

Regiões	Núcleo		Entorno	
	1980-1991	1991-1996	1980-1991	1991-1996
Estado S. Paulo	-51.497	-42.915	611.637	337.725
RMSP	-755.965	-478.385	481.273	442.279
Interior	352.234	217.735	482.598	113.181
Registro	-2.247	-3.745	-10.766	-2.569
Santos	-45.701	-15.648	97.933	34.437
Caraguatatuba	8.455	9.801	21.933	7.703
Cruzeiro	-2.065	-1.113	-4.582	-571
Guaratinguetá	-1.694	-453	-4.867	-3.543
São José dos Campos	59.480	8.175	17.412	-4.985
Taubaté	-3.587	-809	15.438	1.546
Avaré	3.630	4.652	-15.152	-6.648
Botucatu	11.933	4.454	4.703	2.083
Itapetininga	331	2.450	25.576	13.320
Itapeva	-1.941	-1.467	23.547	-14.624
Sorocaba	40.921	25.288	78.228	29.244
Bragança Paulista	7.071	2.994	25.333	7.397
Campinas	30.825	9.890	256.554	98.789
Jundiaí	-25.381	-12.222	64.261	17.201
Limeira	19.767	8.437	23.889	14.307
Piracicaba	22.290	75.334	11.369	4.783
Rio Claro	7.250	8.258	4.794	5.873
São João da Boa Vista	2.476	1.078	4.487	1.128
Ribeirão Preto	44.855	292	34.276	7.309
Bauru	35.427	15.810	-13.807	-2.260
Jaú	5.688	4.684	7.915	4.257
Lins	-1.080	-967	-8.391	-1.344
Catanduva	6.397	5.119	-9.157	450
Fernandópolis	-797	-53	-12.385	-3.378
Jales	-713	206	-19.045	-3.990
São José do Rio Preto	55.162	27.530	-3.864	7.946
Votuporanga	3.100	1.945	-12.918	-5.332
Andradina	-3.395	-1.792	-12.382	-4.274
Araçatuba	4.508	1.905	-6.117	342
Adamantina	-5.414	-788	24.805	-7.655
Dracena	-2.852	-1.555	-15.720	-7.490
Presidente Prudente	-3.368	614	10.926	-7.667
Assis	3.485	3.134	6.217	1.022
Marília	12.761	6.502	-22.265	-9.534
Ourinhos	4.396	4.918	-7.936	-7.755
Tupã	-5.702	-1.468	-15.393	-3.989
Araraquara	11.048	1.581	32.720	6.760
São Carlos	16.380	8.391	9.041	5.372
Barretos	8.495	773	21.031	3.126
Franca	40.091	14.534	-6.588	2.952
São Joaquim da Barra	444	1.839	-2.096	954

Fonte: Fundação SEADE (1993 e 1998).

Apesar da intensa mobilidade espacial da população e da tendência recente de maior absorção populacional no Interior, o Estado ainda presenciou, nos anos 90, regiões incapazes de reter sua população, registrando saldos migratórios negativos, tanto no núcleo como no entorno:

Registro, Cruzeiro, Guaratinguetá, Itapeva, Lins, Fernandópolis, Andradina, Adamantina, Dracena e Tupã (10 regiões, dentre as 43 do conjunto do Estado)⁴⁰; trata-se de áreas fortemente marcadas por processos de evasão populacional e que recentemente começam a se recuperar.

Considerando a imigração para as regiões de governo, no período 1981-1991, segundo os movimentos interestaduais e intra-estaduais⁴¹ (Tabela 31), o Estado de São Paulo totalizou 6.199.282 migrantes, sendo apenas 6,6% de retorno aos seus municípios de nascimento, correspondendo a um volume de 409.404 pessoas. Nesse movimento de retorno, os realizados no contexto estadual responderam por 78,3% desse total; ou seja, durante os anos 80, 320.663 pessoas voltaram aos seus municípios paulistas de nascimento. A proporção de retorno foi mais expressiva justamente para regiões anteriormente marcadas pela forte evasão populacional (Assis, Lins, Catanduva, Fernandópolis, Avaré, Cruzeiro, Registro), nas quais a possibilidade de redinamização atual tem contribuído para este tipo de movimento.

Do total do movimento migratório de São Paulo, nos anos 80, 35,1% eram provenientes de outros estados (2.175.262), sendo que mais de 4 milhões de pessoas mudaram de município, pelo menos uma vez, dentro do próprio Estado, no período, incluindo aqueles dentro de suas regiões. Para o conjunto do Interior, o volume total de migrantes (3.562.500) superou o da Região Metropolitana de São Paulo (2.636.762), resultante da maior participação da migração intra-estadual no Interior (2.666.531) do que na metrópole (1.357.479); já no movimento externo ao Estado, a Região Metropolitana de São Paulo canalizou volume maior: 1.279.283 contra 895.969 da migração interestadual para o Interior.

⁴⁰ Mesmo para essas regiões de saldos negativos, ainda nos anos 90, houve um forte processo de recuperação migratória no Interior: nos anos 60, 33 regiões registravam saldos negativos, baixando para 19, nos 70, e mantendo em torno de 10 no período 1980-1991 e 1991-1996.

⁴¹ População com menos de 10 anos de residência no município de residência atual; inclui não-naturais e retorno. Os movimentos interestaduais referem-se àqueles com origem em outros estados e os intra-estaduais àqueles circunscritos ao Estado de São Paulo.

Tabela 31

Movimento Migratório Total e Intra-estadual^(*)

Regiões de Governo do Estado de São Paulo

1981-1996

Regiões de Governo	1981-1991				1986-1991				
	Total	Proporção Retorno	Distribuição Imigração		Total	Interestadual	Intraestadual	Distribuição Imigração	
			Interestadual	Intraestadual*				Interestadual	Intraestadual
Registro	46.211	10,14	17,78	82,22	25.365	6.179	19.186	24,36	75,64
Santos	297.693	4,62	29,37	70,63	152.225	55.110	97.115	36,20	63,80
Caraguatatuba	46.572	3,36	30,04	69,96	25.678	9.880	15.798	38,48	61,52
Cruzeiro	13.731	15,98	31,94	68,06	6.865	2.386	4.479	34,76	65,24
Guaratinguetá	38.897	18,27	21,74	78,26	19.362	5.114	14.248	26,41	73,59
São José dos Campos	146.196	4,94	38,94	61,06	73.159	34.546	38.613	47,22	52,78
Taubaté	74.276	8,97	20,52	79,48	40.258	10.482	29.776	26,04	73,96
Avaré	44.503	15,40	10,34	89,66	22.614	3.242	19.372	14,34	85,66
Botucatu	43.641	13,10	16,61	83,39	22.838	4.445	18.393	19,46	80,54
Itapetininga	63.615	12,20	12,48	87,52	34.276	6.441	27.835	18,79	81,21
Itapeva	50.350	17,46	19,53	80,47	26.702	6.280	20.422	23,52	76,48
Sorocaba	224.156	4,94	25,34	74,66	120.886	40.793	80.093	33,75	66,25
Bragança Paulista	77.418	8,02	22,68	77,32	41.895	13.275	28.620	31,69	68,31
Campinas	538.689	3,37	30,28	69,72	297.289	115.208	182.081	38,75	61,25
Jundiaí	136.330	2,76	26,68	73,32	77.886	26.971	50.915	34,63	65,37
Limeira	86.769	7,97	34,53	65,47	44.883	18.823	26.060	41,94	58,06
Piracicaba	71.589	8,57	29,89	70,11	38.170	13.894	24.276	36,40	63,60
Rio Claro	38.818	8,60	21,51	78,49	21.088	6.011	15.077	28,50	71,50
São João da Boa Vista	72.197	13,95	21,72	78,28	39.576	10.799	28.777	27,29	72,71
Ribeirão Preto	169.919	8,11	30,92	69,08	82.137	30.087	52.050	36,63	63,37
Bauru	100.922	9,56	16,75	83,25	53.346	11.670	41.676	21,88	78,12
Jaú	40.015	13,93	21,13	78,87	20.306	5.022	15.284	24,73	75,27
Lins	34.145	15,75	10,73	89,27	19.774	2.692	17.082	13,61	86,39
Catanduva	44.429	13,18	12,95	87,05	23.417	4.188	19.229	17,88	82,12
Fernandópolis	26.107	13,06	14,76	85,24	12.422	2.485	9.937	20,00	80,00
Jales	35.276	12,22	14,82	85,18	18.142	3.023	15.119	16,66	83,34
São José do Rio Preto	139.188	9,76	14,94	85,06	78.304	14.506	63.798	18,53	81,47
Votuporanga	35.481	12,60	8,71	91,29	17.841	2.418	15.423	13,55	86,45
Andradina	40.159	14,75	22,93	77,07	20.157	6.372	13.785	31,61	68,39
Araçatuba	93.822	14,06	17,41	82,59	48.379	10.860	37.519	22,45	77,55
Adamantina	29.518	13,62	11,24	88,76	15.067	1.933	13.134	12,83	87,17
Dracena	31.531	10,95	14,20	85,80	17.474	2.682	14.792	15,35	84,65
Presidente Prudente	119.045	13,88	30,91	69,09	58.266	18.991	39.275	32,59	67,41
Assis	44.640	17,22	22,10	77,90	22.074	5.600	16.474	25,37	74,63
Merilândia	60.950	12,36	13,82	86,18	31.249	5.177	26.072	16,57	83,43
Ourinhos	39.012	13,81	26,66	73,34	20.459	6.450	14.009	31,53	68,47
Tupã	32.280	10,77	14,70	85,30	16.012	2.801	13.211	17,49	82,51
Araraquara	100.694	8,45	27,43	72,57	51.709	17.066	34.643	33,00	67,00
São Carlos	57.801	8,69	25,28	74,72	29.722	9.754	19.968	32,82	67,18
Barretos	73.283	14,67	23,62	76,38	40.574	12.398	28.176	30,56	69,44
Franca	84.250	10,80	40,52	59,48	43.572	20.380	23.192	46,77	53,23
São Joaquim da Barra	18.382	13,45	26,83	73,17	9.144	2.851	6.293	31,18	68,82
Estado	6.199.262	409404	2175252	4024010	3.257.693	1.392.796	1.864.897	42,75	57,25
	100,00	6,60	35,09	64,91					
RMSP	2.636.762	102.398	1.279.283	1.357.479	1.377.131	803.511	573.620	58,35	41,65
	100,00	8,62	48,52	51,48					
Interior	3.562.500	307.006	895.969	2.666.531	1.880.562	589.285	1.291.277	31,34	68,66
	100,00	3,88	25,15	74,85					

(Continua)

(Continuação)

Regiões de Governo	1991-1996				
	Total	Interestadual	Intraestadual	Distribuição Imigração	
				Interestadual	Intraestadual
Registro	13.374	3.332	10.042	24,91	75,09
Santos	124.371	43.728	80.643	35,16	64,84
Caraguatatuba	26.460	12.153	14.307	45,93	54,07
Cruzeiro	5.173	1.829	3.344	35,35	64,65
Guaratinguetá	16.855	4.442	12.413	26,36	73,64
São José dos Campos	53.849	24.779	29.070	46,02	53,98
Taubaté	34.314	9.180	25.134	26,75	73,25
Avaré	18.086	1.981	16.105	10,96	89,04
Botucatu	19.559	4.449	15.110	22,74	77,26
Itapetininga	28.278	6.358	21.920	22,48	77,52
Itapeva	15.441	3.304	12.137	21,40	78,60
Sorocaba	85.381	28.572	56.809	33,46	66,54
Bragança Paulista	34.855	12.302	22.553	35,29	64,71
Campinas	215.521	87.803	127.718	40,74	59,26
Jundiaí	57.709	20.391	37.318	35,33	64,67
Limeira	40.408	18.497	21.911	45,77	54,23
Piracicaba	31.911	12.381	19.530	38,80	61,20
Rio Claro	19.250	7.522	11.728	39,07	60,93
São João da Boa Vista	27.397	7.796	19.601	28,46	71,54
Ribeirão Preto	64.666	29.504	35.162	45,63	54,37
Bauru	45.488	9.038	36.450	19,87	80,13
Jau	17.898	4.594	13.304	25,67	74,33
Lins	12.581	1.537	11.044	12,21	87,79
Catanduva	16.496	3.927	12.569	23,81	76,19
Fernandópolis	9.105	1.777	7.328	19,52	80,48
Jales	13.146	2.552	10.594	19,41	80,59
São José do Rio Preto	61.940	14.208	47.732	22,94	77,06
Votuporanga	13.138	2.348	10.790	17,87	82,13
Andradina	12.317	3.108	9.209	25,23	74,77
Araçatuba	36.148	8.188	27.960	22,65	77,35
Adamantina	9.486	1.279	8.207	13,48	86,52
Dracena	10.122	1.675	8.447	16,55	83,45
Presidente Prudente	42.889	11.287	31.602	26,32	73,68
Assis	16.606	3.646	12.960	21,95	78,05
Marília	24.474	4.113	20.361	16,80	83,20
Ourinhos	18.610	5.460	13.150	29,34	70,66
Tupã	10.960	1.689	9.271	15,41	84,59
Araraquara	33.518	12.497	21.021	37,28	62,72
São Carlos	28.350	9.941	18.409	35,06	64,94
Barretos	29.415	8.832	20.583	30,03	69,97
Franca	36.747	17.512	19.235	47,65	52,35
São Joaquim da Barra	8.462	3.664	4.798	43,30	56,70
Estado	2.672.055	1.139.638	1.532.417	42,65	57,35
RMSP	1.231.305	666.467	564.838	54,13	45,87
Interior	1.440.749	473.171	967.579	32,84	67,16

Nota: (*) Inclui a intra-regional.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

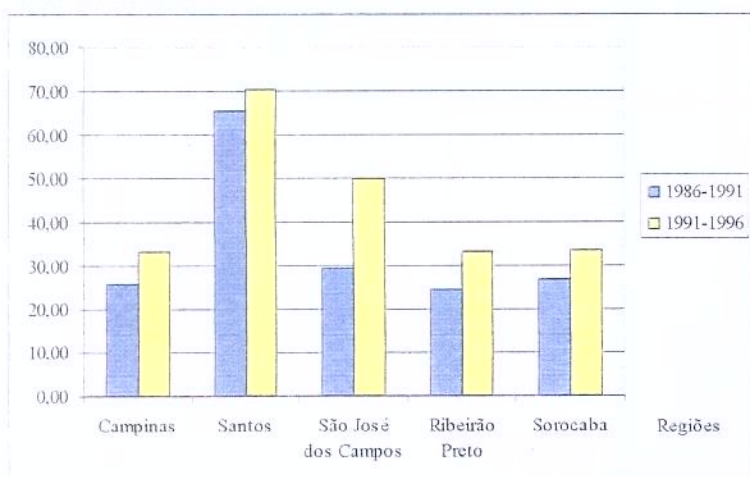
Dentre as regiões do Interior, aquelas limítrofes com outros estados registraram as maiores proporções de migrantes interestaduais, como Franca (40,5% do total), Presidente Prudente (30,9%) e todo o Vale do Paraíba (em torno de 35% de migrantes interestaduais), além daquelas regiões que se tornaram centros de atração desses migrantes, como foram os casos de Campinas (30,1% de migrantes interestaduais), Limeira (34,5%) e Ribeirão Preto (31,1%).

Entre os períodos 1986-1991 e 1991-1996 pôde-se observar uma redução no volume de migrantes totais no Estado de São Paulo (de 3.257.693 e 2.672.055, respectivamente), refletindo a

interessaduais de Campinas, Jundiaí, Bragança Paulista, Limeira, Piracicaba (Gráfico 28) , áreas que até o final dos anos 80 tinham na imigração de paranaenses sua fonte de migrantes interestaduais⁴³. De um Interior marcado pela presença tradicional de mineiros, que a esses vieram se somar os paranaenses, o início dos anos 90 já revelaram a diminuição desses fluxos, em função da maior capacidade de absorção populacional desses estados, resultando no crescimento, principalmente relativo, da participação de nordestinos. Além desses, a entrada de migrantes vindos dos estados do Centro-Oeste, no período 1991-1996, revelaram a inclusão dessas áreas na rota da emigração da fronteira.

Gráfico 28

Proporção da Migração Nordestina no total do Movimento Migratório Interestadual
Principais Regiões de Migrantes Interestaduais
Estado de São Paulo
1986-1991 e 1991-1996



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem de População de 1996; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

A imigração com procedência no Centro Oeste teve como principais regiões de destino: Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Araçatuba – essas três últimas muito próximas geograficamente do Centro Oeste, mas também registrou aumento em seu volume, de 1986-1991 para 1991-1996, nas regiões de Limeira, Ribeirão Preto, Jales, Votuporanga, Ourinhos e Franca. Nesse fluxo , vindo dos estados centroestinos para o Interior

⁴³ A respeito da composição da migração interestadual nas regiões de governo do Estado de São Paulo nos anos 80 veja-se Baeninger (1994).

paulista, deve-se destacar a importância do movimento de retorno para a Região de Ribeirão Preto: cerca de 71,7% estavam de volta aos municípios de nascimento, no período 1981-1991.

Uma especificidade da migração interestadual no Interior paulista é sua concentração nos entornos regionais, diferentemente, portanto, da Região Metropolitana de São Paulo (Tabela 32). A diferença fundamental reside na própria forma de construção dessas espacialidades no Interior em comparação com a estruturação metropolitana de São Paulo⁴⁴. A dinâmica socioespacial do Interior menos concentrada e com a presença de importante rede urbana adensada representa menores distorções socioeconômicas que a área metropolitana⁴⁵. Além disso, o referencial do espaço regional é bastante amplo em função da própria divisão regional do trabalho e das boas condições do sistema viário, integrando e articulando os municípios, com maior permeabilidade entre os espaços (Santos, 1996). O fenômeno da conurbação – que marcou os anos 70 e, principalmente os 80 – viu-se ampliado nos 90, com os nexos entre as cidades extrapolando os limites políticos-administrativos e alcançado áreas, até mesmo, sem contiguidade territorial; a área de influência das sedes regionais compartilham dos mesmos processos socioeconômicos da cidade central. Os processos de formação e estruturação das áreas interioranas, que vêm resultando em novas territorialidades, ocorreram em espaços, tempos e contextos históricos distintos dos da Região Metropolitana de São Paulo, embora estejam, em muitos sentidos, relacionados (Cunha e Baeninger, 1994).

Desse modo, a expressão espacial da migração interestadual no Interior (particularmente em sua área mais dinâmica, o eixo Sorocaba-Ribeirão Preto), apresenta-se distinta da Região Metropolitana de São Paulo, até pela composição regional dos fluxos. O afluxo de migração interestadual para o Interior esparramou-se pelos entornos regionais, que já estavam em permanente expansão, nos anos 70, principalmente em função das políticas de desconcentração das atividades econômicas da Região Metropolitana de São Paulo, especialmente para as regiões do Litoral, Campinas, Ribeirão Preto e Sorocaba.

⁴⁴ Para uma análise da migração na expansão e ocupação do urbano da Região Metropolitana de São Paulo consulte-se Cunha (1992).

⁴⁵ Em Cunha e Baeninger (1994) pode-se encontrar uma análise comparativa dos movimentos migratórios nas regiões de São Paulo e Campinas.

Tabela 32

Distribuição da Imigração Interestadual segundo Sede e Entorno (%)

Grandes Regiões do Estado de São Paulo

1991-1996

Regiões	Imigração Total	Sede	Entorno
Litoral	59.213	24,77	75,23
RA Campinas	158.896	28,90	71,11
Vale do Paraíba	40.230	62,98	37,02
RA Sorocaba	44.664	31,51	68,49
RA Ribeirão Preto	56.578	45,76	54,24
Oeste Paulista	113.590	50,54	49,46
RMSP	666.467	55,41	44,59

Fonte: Fundação IBGE, Contagem da População de 1996; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

O fenômeno do crescimento, ocupação e expansão dos entorno regionais não parece, no entanto, se constituir num processo de periferação da população; no Interior, a herança histórica da rede urbana paulista, ancorada no complexo cafeeiro, possibilitou a redinamização e expansão dos espaços de convivência e integração regional.⁴⁶

Já para as Regiões do Vale do Paraíba e do Oeste paulista foram as sedes regionais os maiores receptores de população migrante interestadual. Tratam-se de duas situações distintas; a primeira região distanciou-se do eixo de desenvolvimento do Estado no começo do século, somente conseguindo se reinserir por volta dos anos 60 e 70; com isto houve a marcante concentração de atividades econômicas e de população em São José dos Campos, apresentando, portanto, essa região uma rede urbana bastante fraca e esparsa, somente se destacando as sedes das regiões do Vale do Paraíba⁴⁷. Para as regiões do Oeste, essa concentração da migração interestadual na sede expressa a própria recuperação demográfica da área, a qual se iniciou pelos municípios de maior expressão regional, ou seja as sedes regionais. A diferenciação de determinadas áreas, no entanto, já apontam para a Região de Araçatuba que 65,4% de sua imigração interestadual, do período 1991-1996, dirigiu-se para seu entorno, bem como na Região de Presidente Prudente (64,1%), dando sinais da formação dessa nova dinâmica.

⁴⁶ Com essa compreensão da dinâmica espacial é que se adotou o conceito de *sede e entorno* para entender e recortar uma região, ou seja, buscando utilizar definições que expressem muito mais novas territorialidades do que uma polarização intra-regional, como no caso de quando se utiliza os termos núcleo e periferia. Esse recorte espacial não implica contudo a perda da diferenciação regional, ao contrário, os espaços se complexificaram ainda mais acentuando esta tendência.

⁴⁷ Em Fundação Seade pode-se consultar sobre o desenvolvimento socioeconômico e demográfico dessa região, bem como em Antico (1997).

Apesar da importância da migração interestadual foram, sem dúvida, os movimentos intra-estaduais que imprimiram a dinâmica do processo migratório do Interior, a partir dos anos 80. No total dos movimentos internos ao Estado, no período 1981-1991⁴⁸ (3.703.347 pessoas), 65,1% ocorreram no Interior (2.410.470) e o restante (1.292.877) envolvendo a Região Metropolitana de São Paulo e suas migrações intrametropolitanas. A composição final das migrações no Estado de São Paulo se completa com os movimentos migratórios intra-regionais, que mobilizaram 1.799.582 pessoas, das quais 923.841 dentro da própria Região Metropolitana de São Paulo (51,3%).

Diferente do comportamento da migração na Região Metropolitana de São Paulo, onde apenas 32,0% de sua imigração intra-estadual provinha das demais regiões do Estado (433.638 pessoas), entre as regiões do Interior quase a totalidade de seus migrantes tiveram origem em regiões diferentes da de residência⁴⁹; para o conjunto do Interior a migração inter-regional envolveu 1.790.790 pessoas, no período 1981-1991.

As transformações observados, no decorrer das últimas décadas, para o Estado de São Paulo e, particularmente, para o Interior, no que diz respeito às atividades econômicas e aos processos de urbanização e distribuição populacional foram fundamentais para os condicionantes que possibilitaram o (re)surgimento de pólos regionais e a emergência e consolidação de outros.

A migração inter-regional⁵⁰ nas regiões do Estado, nos anos 80, reforçou a Região de Campinas como o principal pólo de atração populacional do Interior, que concentrou 38,7% dos migrantes que deixaram a Região Metropolitana de São Paulo (103.878 pessoas) e 15,0% da migração entre as regiões do Interior (159.334). Seguem as regiões de Sorocaba (com 129.264 migrantes), Santos (123.032), Ribeirão Preto (84.698), São José do Rio Preto (78.021) e São José dos Campos (72.732).

Nessa mobilidade espacial inter-regional estiveram envolvidos 211.424 migrantes de retorno aos municípios de nascimento, dos quais 16,6% (35.024 pessoas) saíram da Região

⁴⁸ Utiliza-se apenas o período 1981-1991 para a desagregação da migração intra-estadual em inter-regional (entre as regiões) e intra-regional (dentro das regiões), pois esta informação não é possível de se obter na Contagem da População de 1996, que pergunta a UF de residência em data fixa.

⁴⁹ Vide Anexo 17

⁵⁰ Incluindo aquela vinda da Região Metropolitana de São Paulo.

Metropolitana de São Paulo e foram para as regiões do Interior, e outros 176.400 compuseram um refluxo populacional entre as regiões do Estado. Dentre as regiões, destaca-se a de Guaratinguetá, onde a proporção de retorno no total de sua imigração inter-regional foi a mais elevada do Estado, correspondendo a 23,3% do total; seguem as regiões do oeste paulista e do Vale do Paraíba, áreas onde esse retorno vem expressar suas lentas recuperações populacionais.

No intenso e dinâmico processo migratório estadual, a emigração teve na Região Metropolitana de São Paulo, como já mencionado, sua principal origem (723.003 pessoas), correspondente ao Interior um volume emigratório de 1.226.556 pessoas. Nas trocas migratórias estabelecidas entre as regiões, aquelas que ainda demonstraram perda de população foram: Adamantina (12.760 pessoas), Andradina (260), Avaré (2567), Cruzeiro (1625), Dracena (4512), Fernandópolis (720), Guaratinguetá (1327), Itapeva (7886), Jales (8320), Ourinhos (1793), Presidente Prudente (316) e Tupã (3710); perdas eminentemente derivadas das trocas com o Interior, já que com a Região Metropolitana de São Paulo todas as áreas tiveram ganhos populacionais⁵¹.

De fato, considerando apenas as migrações entre as regiões do Interior⁵² (incluindo o litoral), nota-se um número ainda maior de regiões que registraram saldos negativos, o que demonstra o poder de atração exercido pelos **pólos regionais**. As regiões de Campinas – com ganhos de 80.830 pessoas vindas do Interior –, Sorocaba (com 35.108), São José do Rio Preto (21.204), São José dos Campos (14.412), Santos (12.240), Bauru (11.496) e Ribeirão Preto (11.447) consolidaram suas lideranças no Interior, despontando ainda as regiões de Itapetininga (com saldo migratório de 11.474 pessoas), Limeira (9.484), Araraquara (9.645), São Carlos (7.704), Jundiá (8.795), Rio Claro (6.947) e Piracicaba (6.868) como *subcentros* da migração interiorana. Nesses subcentros, por sua vez, também vêm se delineando novas territorialidades, com a formação recente de **aglomerações urbanas não-metropolitanas** – como são os casos das aglomerações de Limeira/Rio Claro, Araraquara/São Carlos e Jundiá (que envolve os municípios de Várzea Paulista, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Cabreúva e Louveira) –, e a consolidação

⁵¹ Vide Anexo 18.

⁵² Excluindo os movimentos com a Região Metropolitana de São Paulo.

dos **centros urbanos isolados** de Itapetininga e Piracicaba, na hierarquia e morfologia da rede urbana paulista (NESUR-IE/UNICAMP, 1998). O fenômeno da expansão dos espaços da migração, tem se manifestado cada vez mais intenso, contribuindo para novas formações socioespaciais.

Nas áreas do oeste paulista, parecia surgir, a partir dos anos 70, Presidente Prudente – como um pólo potencial - e Araçatuba – como pólo emergente (Baeninger, 1996); na verdade, no primeiro caso, análises mais detalhadas puderam mostrar que apesar de ganhos populacionais com algumas regiões de seu entorno imediato, Presidente Prudente ainda se constitui uma *área de baixa evasão população*, mesmo que tendendo à saldos positivos⁵³, com as regiões do Interior. Já a Região de Araçatuba vem demonstrando capacidade de absorção migratória, tanto que é a segunda maior receptora da migração interiorana do Oeste do Estado (35.118 migrantes), perdendo apenas para São José do Rio Preto (53.504); sua reversão migratória teve continuidade ao longos dos anos 80, situando-se como *área de rotatividade de população*⁵⁴ com tendências à maior absorção migratória nas próximas décadas, em função dos impactos da Hidrovia Tietê-Paraná.

No Mapa 24 pode-se observar as áreas de absorção populacional entre as regiões do Interior do Estado⁵⁵, destacando-se que a maior parte delas apresentaram perdas populacionais. Portanto, a reversão migratória das regiões do Interior e os ganhos populacionais que obtiveram foram provenientes da Região Metropolitana de São Paulo; o novo comportamento da migração inter-regional reforça o *caráter metropolitano da migração no Interior*.

⁵³ O Índice de Eficácia da Região de Presidente Prudente com as regiões do Interior foi de -0,03, no período 1981-1991.

⁵⁴ IEM de 0,04, no contexto das migrações interioranas, no período 1981-1991

⁵⁵ Dos anos 70 para os 80, como já mencionado, houve uma dispersão da migração no Interior, a qual contribuiu para a dissolução da tendência predominante em décadas passadas: da concentração migratória em poucas regiões em contraste com o número de regiões de evasão populacional. Diluindo-se essa característica, já não se observa mais regiões de fortíssima absorção populacional no Estado (IEM superior a 0,60), diferentemente do que se pode notar para alguns fluxos no contexto nacional. Assim, para o caso do Estado de São Paulo redefiniram-se os cortes para classificação dos Índices de Eficácia Migratória:

.superior a 0,30 – áreas de forte absorção migratória

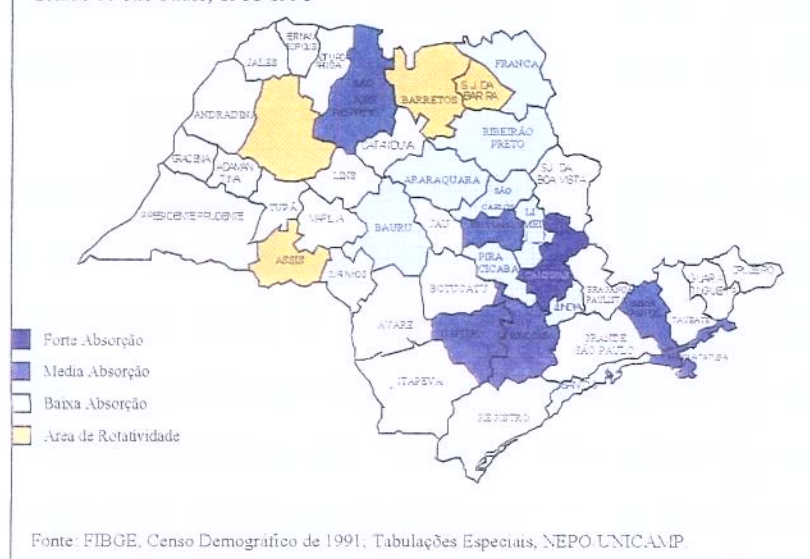
0,30 a 0,20 – áreas de média absorção migratória

0,19 a 0,10 – áreas de baixa absorção migratória

<0,10 – áreas de rotatividade migratória

Mapa 24

Áreas de Absorção Populacional entre as Regiões do Interior
Estado de São Paulo, 1981-1991

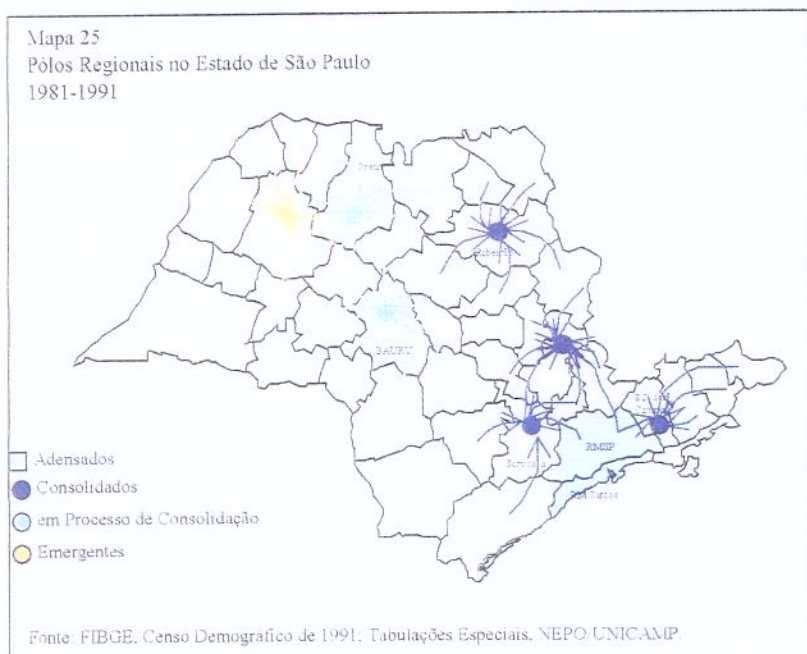


As principais regiões interioranas receptoras dos fluxos migratórios com origem na Região Metropolitana de São Paulo e com maiores ganhos populacionais inter-regionais no Interior reforçaram, nos anos 80, seus papéis de pólos regionais, que podem ser traduzidos como a expressão espacial da migração⁵⁶ no Estado de São Paulo (Mapa 25). A expansão das espacialidades propiciou movimentos migratórios mais circunscritos ao dinamismo das regiões, predominando os movimentos de curta distância, induzindo a diversificação dos deslocamentos populacionais.

Nos anos 80, o novo patamar alcançado pelo processo de urbanização no Estado e no próprio Interior - com 93,1% e 89,6% da população residindo em áreas urbanas, em 1996 -, com a diversificação das atividades urbanas e rurais que garantiram a consolidação desses espaços no Interior de São Paulo. Desse modo, os pólos regionais desempenham papel fundamental na distribuição espacial da população, emprestando novas características ao processo de urbanização, com a recuperação populacional e inversão na tendência dos pequenos municípios e

⁵⁶ Esses pólos regionais não se referem apenas a um município de maior importância que polariza uma determinada área de influência; tratam-se de novas configurações espaciais, onde a interação e os nexos existentes entre as cidades e seus entornos conformam uma nova territorialidade. O pólo traduz um conjunto de municípios que se interagem do ponto de vista econômico, social e demográfico, com o crescente surgimento de subcentros regionais.

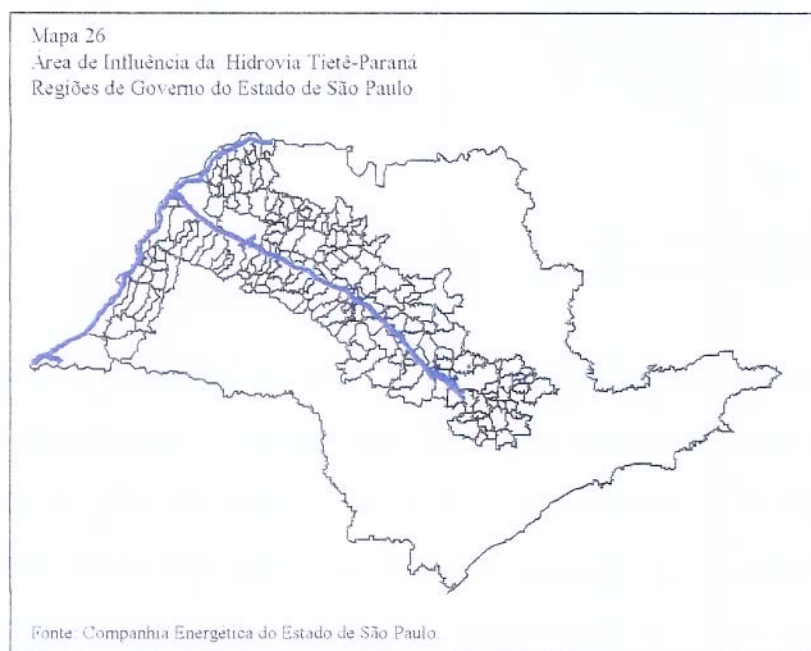
pelo decréscimo no ritmo de crescimento das cidades de médio e grande porte. Pode-se dizer que a recente configuração migratória resultante no espaço já é, por sua vez, muito mais o efeito de uma distribuição interna de população do que a alocação de novos contingentes migratórios interestaduais, como ocorreu na década de 70.



Torna-se importante ressaltar ainda que a localização geográfica das aglomerações acima citadas vêm delineando eixos de expansão urbana no Interior, evidenciando a consolidação de espaços regionais, cuja contiguidade foi extremamente favorecida pela melhoria das redes viárias e de telecomunicações³⁷. Os pólos regionais de Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, juntamente com suas respectivas áreas de aglomeração, constituem o **eixo consolidado**, concentrando 38,0% da população do Interior do Estado. Nessas regiões é expressiva a produção agrícola vinculada a uma agroindústria moderna, produtora de açúcar e álcool, carnes, suco de laranja e subprodutos da soja. Além disso, sobretudo em Campinas, localizam-se indústrias de alta tecnologia ligadas aos setores de ponta da indústria nacional, tais como a petroquímica, telecomunicações, papel e celulose etc.

³⁷ Veja-se Bógus e Baeninger (1995).

Ao longo dos anos 80 veio somar-se a esse eixo consolidado um **eixo emergente**, que engloba basicamente os pólos de Sorocaba, Bauru e Araçatuba. Este eixo, na realidade, é constituído pelo conjunto de municípios localizados na área de influência da Hidrovia Tietê-Paraná, tendo como ponto de partida a região de Campinas e estendendo-se em direção à oeste do Estado (Mapa 26); 35,0% dos municípios do interior compõem esse vetor, concentrando quase seis milhões de habitantes. Assim sendo, a extensão dessa Hidrovia, cujo grande papel é o de promover a ligação com os países-membros do MERCOSUL, representa um impulso dinamizador importante, especialmente para os municípios pequenos (com menos de 20 mil habitantes), que correspondem a 72% do total das localidades situadas na área de influência da Hidrovia no Estado de São Paulo (Tabela 33).



Considerando as principais tendências de mudanças tecnológicas, Coutinho (1995) aponta alguns impactos da expansão do complexo eletrônico sobre os sistemas urbanos - dentre eles: o funcionamento coordenado *on line* no processo de produção; o estreitamento da distância física entre os sistemas supridores das indústrias montadoras; o reforço do papel de certas economias de aglomeração em pólos regionais, com a concentração de centros de pesquisa e atração de mão-de-

obra qualificada, e; a criação de empregos de elevada remuneração, com a sofisticação dos padrões de consumo -, apontando que

“combinada com condições favoráveis de infra-estrutura (transporte, comunicações, universidades e centros de pesquisa), as tendências enumeradas constituem ‘novas externalidades’ benígnas que podem viabilizar o desenvolvimento de pólos inovadores de indústria e serviços em cidades pequenas e médias. Esses novos pólos (ou o rejuvenescimento de pólos antigos de alta qualificação) podem contribuir para descentralizar a atividade industrial e de serviços, atraindo empreendimentos que normalmente se localizam em cidades grandes ou em áreas metropolitanas” (p.43).

Nesse sentido, investimentos e esforços estão sendo realizados em Campinas e em São Carlos para que definam seus perfis enquanto pólos de alta tecnologia (Tapia, 1993).

Tabela 33
População, Taxas de Crescimento e Saldos Migratórios
Área de Influência da Hidrovia Tietê-Paraná
1991-1996

Regiões	Número Municípios	População		Taxa de Crescimento (% a.a.)	Saldos Migratórios		
		1.991	1.996		1970-1980	1980-1991	1991-1996
RG de Campinas	7	1.479.121	1.527.522	1,84	363.174	200.137	40.208
RG de de Limeira	2	219.365	244.372	2,18	37.926	21.605	9.989
RG de Rio Claro	2	21.900	25.242	2,88	-3.183	1.230	2.084
RG de Piracicaba	11	396.480	434.913	1,87	33.381	33.659	12.316
RG de Sorocaba	6	631.405	727.702	2,88	84.970	80.924	48.522
RG de Botucatu	7	174.986	192.585	1,94	-4.655	13.576	6.397
RG de Itapetininga	5	141.784	165.762	3,17	14.837	22.728	13.849
RG de Araraquara	8	341.789	364.400	1,29	24.547	31.831	6.313
RG de São Carlos	2	18.063	19.098	1,12	-45	-46	-130
RG de São José do Rio Preto	20	442.777	498.988	2,42	28.788	49.443	32.452
RG de Jales	20	135.891	134.252	-0,53	-53.413	-19.757	-3.784
RG de Catanduba	8	159.674	171.911	1,00	3.019	-3.567	3.895
RG de Fernandópolis	7	86.350	88.550	0,50	-13.501	-10.677	-2.048
RG de Votuporanga	6	29.585	28.728	-0,59	-8.095	-3.676	-1.991
RG de Bauru	14	442.050	485.910	1,85	30.986	26.153	14.906
RG de Jaú	10	220.695	242.252	1,88	6.936	13.603	8.941
RG de Lins	10	139.193	143.845	0,66	-17.209	-9.473	-2.311
RG de Araçatuba	29	442.622	467.935	0,66	-38.881	1.610	2.244
RG de Andradina	12	171.807	176.642	0,55	-60.589	-15.777	-6.066
RG de Prudente	10	167.523	173.648	0,72	-34.650	2.114	-5.433
RG de Dracena	10	107.558	104.738	-0,53	-23.247	-18.573	-7.644
Área de Influência	206	5.588.424	6.032.212	1,54	356.564	395.700	166.681

Fonte: Companhia Energética de São Paulo (1994).

Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996.

Na realidade, em razão das especificidades que os processos de redistribuição espacial da população e de urbanização adquirem no que se refere a Região Metropolitana de São Paulo e

Interior, é preciso que se considere as novas formas de configuração dos espaços urbanos⁵⁸, bem como os elementos da própria dinâmica migratória, particularmente o papel das recentes modalidades de deslocamentos populacionais na caracterização dessas áreas.

“A expansão da metrópole para o interior, consolidando pólos de atração nas regiões mais dinâmicas, bem como a perda de capacidade de retenção da população na metrópole, junto aos deslocamentos de distintos grupos sociais em busca de alternativas menos violentas ou mais baratas de viver, configuram um leque amplo de situações que dificilmente podem ser enquadradas na formulação de um padrão migratório único” (Pacheco e Patarra, 1998:446).

A dispersão da população, da migração, das atividades econômicas traduzem-se, hoje, em um **novo contexto polarizado**. Assim, para entender como se processou a consolidação e a emergência das aglomerações regionais, nos anos 80, possivelmente não seja tão nítida a força dinâmica do processo de interiorização da indústria, como nos anos 70. A própria recorrência desse processo cria mecanismos de comunicação e homogeneização de certos estilos de vida, que tornam mais complexa a relação, às vezes direta, entre desconcentração industrial e movimentos migratórios, permitindo que outras dimensões passem também a ter importância na decisão de migrar. Nesse sentido, as novas territorialidades refletindo as inter-relações urbanas e os processos sociais, passam também a ter um papel relevante nessa decisão, podendo afetar as correntes e o volume de migrantes internos (Ebanks, 1993). Além disso, os movimentos pendulares da população reforçam o processo de urbanização, aumentando o leque de opções na estrutura de preferência entre o viver e o trabalhar espalhados pelo Interior.

4.3.3. Movimentos migratórios nos pólos regionais e subcentros da migração em São Paulo

O conjunto de regiões representado por esses pólos e subcentros definem o maior vetor de crescimento populacional do Estado; juntas, essas áreas totalizavam, em 1996, 10.368.592

⁵⁸ A bibliografia recente acerca das novas configurações urbanas baseia-se, fundamentalmente, nos impactos territoriais do processo de reestruturação produtiva (Benko, 1994; Benko e Lipietz, 1996; Sassen, 1990, entre outros); a emergência desse processo em São Paulo poderá se refletir na configuração de novas espacialidades, sobretudo nos ‘tecnopólos’ de Campinas, São José dos Campos e São Carlos (Cano, 1993; Pacheco, 1993; Tapia, 1993).

habitantes, ou seja, 60,4% da população do Interior (Tabela 34). Apesar da diminuição no ritmo de crescimento da população, essas regiões registraram, no período 1991-1996, taxas superiores à da Região Metropolitana de São Paulo (1,4% a.a.), à exceção de Araçatuba (1,2% a.a.).

O elevado grau de urbanização nessas áreas, acompanhando a tendência geral do Estado, contribuem para a consolidação dos nexos entre as cidades e, principalmente, das sedes regionais e seus entornos, expandindo a área de influência dos municípios-sedes às regiões limítrofes. Nos pólos regionais, em torno de 90,0% da população era urbana, em 1996, chegando a alcançar na Região de Santos 99,6% e na de Campinas 95,5% do total de suas populações; nos subcentros da migração, os níveis de urbanização registrados eram ligeiramente inferiores aos encontrados nos pólos, principalmente na Região de Itapetininga (82,0%).

Tabela 34

População, Taxas de Crescimento e Movimentos Migratórios
Pólos Regionais e Subcentros da Migração no Estado de São Paulo
1980-1996

1980-1990						Imigração 1981-1991				
Áreas	População 1996	Tx de Crescimento		Grau de Urbanização 1996	Posição Mun. Sede REGIC	Total	Interestadual	Intraestadual		
		1981-1991	1991-1996					Total	Inter-regional	Intra-regional
Pólos Regionais										
RG de Campinas	2.281.754	3,39	2,36	95,50	7	538.689	163.112	375.577	263.212	112.365
						100,00	30,28	69,72	48,86	20,86
RG de Santos	1.309.263	2,19	1,43	99,60	5	297.693	87.442	210.251	123.032	87.219
						100,00	29,37	70,63	41,33	29,30
RG de São José dos Campos	769.416	3,48	1,62	92,25	6	146.196	56.933	89.263	72.732	16.531
						100,00	38,94	61,06	49,75	11,31
RG de Ribeirão Preto	965.483	2,86	1,48	95,53	7	169.919	52.541	117.378	84.698	32.680
						100,00	30,92	69,08	49,85	19,23
RG de Bauru	508.503	2,23	1,82	93,14	7	100.922	16.905	84.017	62.796	21.221
						100,00	16,75	83,25	62,22	21,03
RG de São José do Rio Preto	592.503	2,52	2,30	89,06	7	139.188	20.788	118.400	78.021	40.379
						100,00	14,94	85,06	56,05	29,01
RG de Araçatuba	470.395	1,70	1,22	90,59	5	93.822	16.339	77.483	51.455	26.028
						100,00	17,41	82,59	54,84	27,74
RG de Sorocaba	1.106.582	3,30	2,53	89,06	6	224.156	56.793	167.363	129.966	37.397
						100,00	27,53	72,47	50,62	21,85
Subcentros da Migração										
RG Limeira	522.021	2,93	2,25	88,00	4	86.769	29.958	56.811	47.768	9.043
						100,00	34,53	65,47	55,05	10,42
RG Araraquara	480.647	2,81	1,53	89,58	5	100.694	24.018	76.676	56.279	20.397
						100,00	23,85	76,15	55,89	20,26
RG Jundiaí	579.698	2,68	1,56	91,85	5	136.330	36.369	99.961	62.761	37.200
						100,00	26,68	73,32	46,04	27,29
RG Itapetininga	347.414	2,85	2,41	82,02	5	63.615	7.936	55.679	46.237	9.442
						100,00	12,48	87,52	72,68	14,84
RG Piracicaba	434.913	2,70	1,87	91,90	6	71.589	21.396	50.193	40.992	9.201
	2.364.693					100,00	29,89	70,11	57,26	12,85

(Continua)

(Continuação)

Áreas	Imigração 1986-1991			Imigração 1991-1996		
	Total	Interestadual	Intraestadual	Total	Interestadual	Intra-estadual
Pólos Regionais						
RG de Campinas	297.289	115.208	182.081	215.521	87.803	127.718
	100,00	38,75	61,25	100,00	40,74	59,26
RG de Santos	152.225	55.110	97.115	124.371	43.728	80.643
	100,00	36,20	63,80	100,00	35,16	64,84
RG de São José dos Campos	73.159	34.546	38.613	53.849	24.779	29.070
	100,00	47,22	52,78	100,00	46,02	53,98
RG de Ribeirão Preto	82.137	30.087	52.050	64.666	29.504	35.162
	100,00	36,63	63,37	100,00	45,63	54,37
RG de Bauru	53.346	11.670	41.676	45.488	9.038	36.450
	100,00	21,88	78,12	100,00	19,87	80,13
RG de São José do Rio Preto	78.785	14.987	63.798	61.940	14.208	47.732
	100,00	19,02	80,98	100,00	22,94	77,06
RG de Araçatuba	48.379	10.860	37.519	36.148	8.188	27.960
	100,00	22,45	77,55	100,00	22,65	77,35
RG de Sorocaba	120.886	40.793	80.093	85.381	28.572	56.809
	100,00	34,57	65,43	100,00	35,76	64,24
Subcentros da Migração						
RG Limeira	44.883	18.823	26.060	40.408	18.497	21.911
	100,00	41,94	58,06	100,00	45,78	54,22
RG Araraquara	51.709	17.066	34.643	33.518	12.497	21.021
	100,00	33,00	67,00	100,00	37,28	62,72
RG Jundiaí	77.886	26.971	50.915	57.709	20.391	37.318
	100,00	34,63	65,37	100,00	35,33	64,67
RG Itapetininga	34.276	6.441	27.835	28.278	6.358	21.920
	100,00	18,79	81,21	100,00	22,48	77,52
RG Piracicaba	38.170	13.894	24.276	31.911	12.381	19.530
	100,00	36,40	63,60	100,00	38,80	61,20

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991, Contagem da População de 1996; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP
Fundação IBGE (1998).

A expansão dos espaços de influência das sedes regionais determina, assim, a posição dessas localidades na hierarquia das centralidades urbanas quanto aos fluxos de bens e serviços⁵⁹. Dentre os pólos regionais, Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto apresentavam níveis de centralidade Muito Forte (7); São José dos Campos e Sorocaba, Forte (6); e, Araçatuba e Santos, Forte para Médio (5). Os subcentros da migração desempenham funções de menor centralidade no Estado, mas mesmo assim situam-se do nível Forte (6) até o Médio (4). No primeiro caso, encontra-se o município de Piracicaba; Araraquara, Jundiaí e Itapetininga estão no de Forte para Médio (5); e, Limeira, no nível Médio (4). A centralidade exercida por essas sedes regionais, portanto, indicam a capacidade de expandir sua área de influência, que se inicia pela conformação de seu entorno imediato (e com este mantém a maior intensidade de relações), resultando no surgimento de novas áreas metropolitanas e aglomerações urbanas, que, por sua vez, acabam alcançando regiões vizinhas; esse alcance depende, portanto, de sua potencialidade quanto aos fluxos de bens e serviços.

⁵⁹ Esses níveis de centralidade resultam do estudo "Rede de Influência das Cidades" (REGIC), para o ano de 1993, elaborado pela Fundação IBGE (1998). Os graus de centralidade foram assim classificados: Máximo (8); Muito Forte (7); Forte (6); Forte para Médio (5); Médio (4); Médio para Fraco (3); Fraco (2); Muito Fraco (1).

A centralidade dessas regiões contribui para o direcionamento das migrações para essas áreas. Desse modo, nos pólos regionais encontravam-se 1.711.285 migrantes⁶⁰, no período 1981-1991, quase a metade dos do Interior inteiro, e nos subcentros da migração outros 458.997, respondendo juntas essas áreas por 60,9% dos migrantes distribuídos pelo Interior de São Paulo.

Nessas áreas, a migração intra-estadual responde pelo dinâmico processo migratório, mesmo tendo registrado maior decréscimo relativo em seu volume, do período 1986-1991 para 1991-1996, para as regiões de Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, que a migração interestadual. Essa diminuição na intensidade da migração intra-estadual pode estar refletindo três fenômenos:

- 1) a possível continuidade na redução das migrações inter-regionais interioranas⁶¹, como ocorreu dos anos 70 para os 80 (de 1.437.370 migrantes não-naturais entre as regiões do Interior, no período 1970-1980, para 1.136.383, no período 1981-1991), resultante da própria multiplicação e consolidação de importantes regiões nessa área do Estado, que garantiram a retenção e atração populacional;
- 2) maior absorção dos migrantes nos próprios contextos regionais, já que se pode observar um aumento no volume de migrantes intra-regionais nas áreas do Interior, de 765.702 migrantes, nos anos 70, para 796.080, no período 1981-1991;
- 3) à essas evidências, se somam a importância dos deslocamentos pendulares tanto entre as regiões do Estado quanto no contexto intra-regional; esta tendência possivelmente já deve estar afetando o volume das correntes migratórias em São Paulo, uma vez que a mudança de emprego não implica necessariamente em mudança de residência, reduzindo, portanto, a participação relativa da migração intra-estadual no total do movimento migratório das áreas.

⁶⁰ Inclui não-naturais e retorno.

⁶¹ Excluindo o movimento da Região Metropolitana de São Paulo para o Interior, que tem registrado tendência de crescimento em seu volume.

4.3.4. Os migrantes metropolitanos para os pólos regionais

As novas formas de reorganização da população no espaço vêm trazendo características e especificidades aos movimentos migratórios numa “tipologia de movimentos bem mais complexa do que os padrões clássicos da migração de longa distância das décadas passadas” (Pacheco e Patarra, 1998:460). De fato, passou-se da predominância de movimentos rurais-urbanos para aqueles mais circunscritos às dinâmicas inter e intra-regional, como pode ser analisado anteriormente. Além disso, aos movimentos migratórios da população de baixa renda somam-se também os de grupos sociais mais favorecidos, que envolvem técnicos, profissionais liberais e, mesmo, uma população que quer se refugiar dos problemas ambientais e de violência urbana da Região Metropolitana de São Paulo.

No fluxo desencadeado, nos anos 80, da Região Metropolitana de São Paulo para o Interior e, particularmente, para os pólos regionais, ficou bastante evidente a tendência à seletividade socioeconômica da emigração metropolitana. Comparando-se a estrutura de ocupação dos emigrantes (não-naturais e retorno) da Região Metropolitana de São Paulo para as regiões do Interior e a da população migrante e não-migrante⁶² do conjunto do Estado (Tabela 35), nota-se já no fluxo Região Metropolitana de São Paulo-Interior diferenças significativas na distribuição da população migrante ocupada, especialmente nos grupos de ocupação referentes às atividades Administrativas e Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas, bem como na condição de naturalidade do migrante (não-natural e retorno).

Os migrantes de retorno ao Interior encontravam-se mais concentrados no grupo Administrativas (21,8% do total) que a média dos migrantes de retorno do Estado de São Paulo (18,5%) e nas Técnicas, Científicas e Assemelhadas (14,4% e 12,9%, respectivamente). Essa característica seletiva da migração da Região Metropolitana de São Paulo se acentua quando se trata de regiões fortes no Interior de São Paulo; 31,9% daqueles que retornaram à Região de Governo de Santos, estavam alocados em atividades Administrativas, em 1991, e 30,4% dos da Região de

⁶² Considera-se a população com mais de 10 anos de residência no município ou aquela que nunca migrou.

Campinas, estando até muito mais concentrados nessa atividade que os migrantes não-naturais e a população não-migrante do Estado, que apresentavam 20,3% nesse grupo.

Tabela 35

Distribuição Relativa dos Emigrantes da Região Metropolitana de São Paulo por Grupos de Ocupação
Pólos Regionais do Estado de São Paulo
1981-1991

Grupos de Ocupação	Regiões de Governo							
	Campinas		Sorocaba		São José dos Campos		Ribeirão Preto	
	Não-Naturais	Retorno	Não-Naturais	Retorno	Não-Naturais	Retorno	Não-Naturais	Retorno
Administrativas	20,58	30,36	17,10	25,36	21,69	12,22	16,80	27,95
Técnicas, Científicas, Artísticas e assemelhadas	11,05	18,23	9,03	9,98	12,10	17,60	13,71	15,33
Agropecuária e Produção Extrat. Animal e Vegetal	1,54	19,14	3,62	3,06	1,67	4,89	6,90	5,66
Produção Extrativa Mineral	0,05	0,00	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria de Transformação e Construção Civil	28,40	1,09	27,79	23,51	25,52	17,60	20,14	18,88
Comércio e Atividades Auxiliares	11,04	12,03	9,88	16,59	11,63	6,85	17,12	0,38
Transporte e Comunicações	4,70	1,46	5,82	2,50	5,15	5,62	4,72	6,72
Prestação de Serviços	13,22	9,94	16,83	8,94	12,91	19,07	11,01	0,95
Defesa Nacional e Segurança Pública	1,44	1,37	1,62	3,06	1,43	0,00	2,39	6,34
Outras Ocupações, Mal definidas e não declaradas	7,99	6,38	8,23	7,00	7,91	16,14	7,20	7,78
Total	41.316	1.097	18.404	1.242	12.062	409	10.775	1.324

(Continua)

(Continuação)

Grupos de Ocupação	Regiões de Governo						População Não Migrante(*)
	Bauru		São José do Rio Preto		Estado de São Paulo		
	Não-Naturais	Retorno	Não-Naturais	Retorno	Não-Naturais	Retorno	
Administrativas	19,40	21,38	22,03	26,23	13,23	18,53	20,29
Técnicas, Científicas, Artísticas e assemelhadas	10,73	13,82	9,32	13,50	6,79	12,96	9,50
Agropecuária e Produção Extrat. Animal e Vegetal	3,59	4,61	4,26	2,60	8,68	11,09	7,02
Produção Extrativa Mineral	0,20	0,00	0,11	0,00	0,11	0,08	0,08
Indústria de Transformação e Construção Civil	22,24	15,58	24,29	16,32	27,43	19,91	24,47
Comércio e Atividades Auxiliares	14,40	15,60	14,28	10,20	9,49	11,16	10,53
Transporte e Comunicações	5,54	2,74	4,39	5,06	4,59	4,68	5,50
Prestação de Serviços	16,31	14,93	14,50	15,05	18,27	13,31	13,32
Defesa Nacional e Segurança Pública	2,26	6,45	2,13	5,56	1,63	1,76	1,48
Outras Ocupações, Mal definidas e não declaradas	5,34	4,88	4,68	5,49	9,78	6,52	7,80
Total	6.516	1.085	9.074	1.422	2.789.776	190.656	10.174.665

Nota: (*) População migrante com mais de 10 anos de residência no município ou que nunca migrou.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991, Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Acima da média estadual também estavam os emigrantes de retorno da Região Metropolitana de São Paulo para os municípios da Região de Sorocaba (25,4%), Ribeirão Preto (28,0%), Bauru (21,4%) e São José dos Campos (26,2%). A Região de São José dos Campos foi a que registrou menor concentração de migrantes de retorno nessas atividades (12,2% do total dos migrantes ocupados), apresentando, em contraposição, maior peso relativo no grupo Outras Ocupações, mal definidas e não declaradas (16,1%), estando mais próximos do perfil dos migrantes da Região Metropolitana de São Paulo.

Os migrantes que saíram da Região Metropolitana de São Paulo em busca de seus municípios de nascimento no Interior também se destacaram, em comparação com os migrantes não-naturais da própria região e mesmo com a população não-natural e não-migrante do Estado, no

grupo Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas, demonstrando se tratar de um refluxo com forte presença de mão-de-obra qualificada. Para a média do Interior, 14,4% estavam nesse grupo, em 1991, chegando a 18,2% na Região de Campinas; 17,6%, na de São José dos Campos; 15,3%, na de Ribeirão Preto; e, 21,0% na de Santos – superando, e muito, a participação registrada para a população não-migrante nesse grupo no Estado (9,5%). Esse retorno, portanto, parece estar muito menos vinculado a uma volta ao Interior pela crise econômica na metrópole, e sim pelas possibilidades existentes no Interior, em particular para as regiões dos ‘pólos tecnológicos’ do Estado, Campinas e São José dos Campos⁶³.

Os migrantes não-naturais dos municípios onde residiam, em 1991, que partiram da Região Metropolitana de São Paulo na direção do Interior encontravam-se melhores posicionados na estrutura de ocupações do que a média dos migrantes não-naturais no Estado de São Paulo; estes estiveram mais concentrados no grupo Indústria de Transformação e Construção Civil (27,4%) e Prestação de Serviços (18,2%). Para esses migrantes no Estado, apenas 13,2% estavam em atividades Administrativas, sendo que dos migrantes não-naturais ocupados que saíram da Região Metropolitana de São Paulo para o Interior esta participação já se elevava para 19,4%, alcançando mais de 20,0% na Região de Campinas, São José dos Campos e São José do Rio Preto.

A inserção dos migrantes não-naturais nas ocupações Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas em cada um dos pólos regionais revela a seletividade da migração metropolitana para o Interior. Dos migrantes não-naturais ocupados no Estado de São Paulo apenas 6,8% encontravam-se nesse grupo de ocupação, para o conjunto do Interior essa participação já subia para 10,3%, alcançando 13,7% do total dos migrantes não-naturais na Região de Ribeirão Preto; 12,1% dos de São José dos Campos; e, 11,0% dos de Campinas. Assim, o fluxo desencadeado da Região Metropolitana de São Paulo – composto na sua maioria por paulistas e, mais provavelmente, por paulistanos – tem trazido uma mão-de-obra qualificada para o Interior, em especial para os pólos regionais. Destaca-se que a maior inserção da população em geral na Indústria de Transformação e Construção Civil não representa diferenças no fluxo Região Metropolitana de São Paulo-Interior, bem como entre a população migrante e não-migrante no Estado.

⁶³

Veja-se Tapia (1993).

Comparando-se a estrutura do rendimento⁶⁴ desses migrantes da Região Metropolitana de São Paulo para o Interior, nota-se que a Região de São José dos Campos foi a que registrou maior população migrante não-natural com mais de 10 salários mínimos: 18,5% do total contra 10,6% da média registrada para o total desses migrantes no Interior (Tabela 36).

Seguem as regiões de Campinas, com 13,1% de seus migrantes vindos da Região Metropolitana de São Paulo com mais de 10 salários mínimos e Ribeirão Preto, 12,8%. Dentre os migrantes de retorno, as regiões de Campinas e Santos receberam 19,4% e 17,9% dos migrantes de retorno ocupados com mais de 10 salários mínimos; há exceção da Região de Sorocaba (9,2% do total), as demais concentraram mais população migrante de retorno metropolitana com mais de 10 salários mínimos. Para a Região de Campinas e Santos destaca-se também a importante participação dos migrantes de retorno da Região Metropolitana de São Paulo com rendimento de 5 a 10 salários mínimos: 24,8% e 18,2%.

Tabela 36

Distribuição Relativa dos Emigrantes da Região Metropolitana de São Paulo por Faixa de Rendimento na Primeira Ocupação (Salários Mínimos)

Pólos Regionais do Estado de São Paulo

1981-1991

Áreas	Faixa de Rendimento na 1ª Ocupação (s.m.)				
	Não Naturais				
	< 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	> 10
Interior	14.73	43.87	16.12	14.73	10.56
RG de Campinas	9.57	44.22	17.36	15.76	13.08
RG de Sorocaba	15.20	42.87	15.63	15.46	10.85
RG de Santos	12.32	41.55	19.08	16.31	10.75
RG de São José dos Campos	11.81	35.96	16.49	17.28	18.47
RG de Ribeirão Preto	10.20	43.63	15.14	18.26	12.77
RG de Bauru	14.61	43.60	16.16	16.27	9.36
RG de São José do Rio Preto	12.57	48.12	16.09	15.01	8.21

(Continua)

(Continuação)

Áreas	Faixa de Rendimento na 1ª Ocupação (s.m.)				
	Retorno				
	< 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	> 10
Interior	17.19	41.03	17.31	14.32	10.15
RG de Campinas	9.48	33.55	12.76	24.79	19.42
RG de Sorocaba	9.10	43.88	23.67	14.17	9.18
RG de Santos	9.02	35.33	19.57	18.18	17.89
RG de São José dos Campos	7.09	46.45	17.85	15.16	13.45
RG de Ribeirão Preto	12.91	35.12	24.70	15.33	11.93
RG de Bauru	11.87	37.31	25.97	12.79	12.05
RG de São José do Rio Preto	15.33	39.87	22.08	11.18	11.53

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991: Tabulações Especiais. NEPO-UNICAMP.

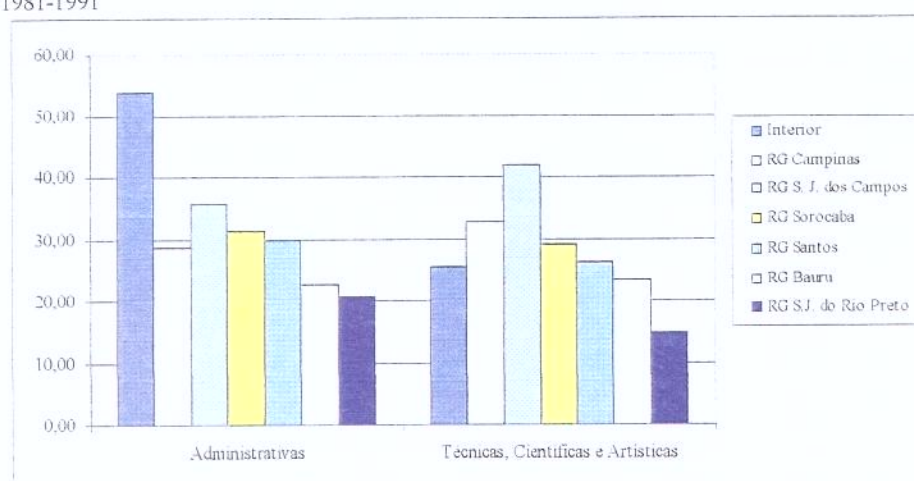
⁶⁴

Refere-se ao rendimento na primeira ocupação

Nas ocupações Administrativas e Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas pode-se melhor apreender o contingente migrante qualificado para da metrópole para o Interior (Gráfico 29). Enquanto 23,9% dos migrantes da Região Metropolitana de São Paulo para o Interior situavam na faixa de rendimento superior a 10 salários mínimos, esta proporção chegava a 35,7% em São José dos Campos; 31,4%, em Sorocaba; e, 30,0%, em Santos. Nas ocupações Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas torna-se mais contundente a importância da migração da área metropolitanas para os “pólos tecnológicos” de Campinas e São José dos Campos: 42,0% dos migrantes nesse grupo em São José dos Campos percebiam mais que 10 salários mínimos, em 1991, e para Campinas, 32,8%; a média dos migrantes da Região Metropolitana de São Paulo para o interiorana de 25,6%.

Gráfico 30

Distribuição da População Migrante no Grupo de Ocupação com Rendimento Superior a 10 Salários Mínimos
Fluxo Migratório da Região Metropolitana de São Paulo para os Pólos Regionais
1981-1991



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991: Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

4.4. Dinâmica Regional e Atração Migratória⁶⁵

O vigor dos pólos regionais no contexto do Interior, do ponto de vista da dinâmica migratória, é sustentado por três fluxos básicos: o primeiro deles, refere-se àqueles oriundos da

⁶⁵ Este item constitui versão atualizada e ampliada de Baeninger (1996)

Região Metropolitana de São Paulo, os quais garantiram, num primeiro momento, a reversão migratória de regiões como Bauru e São José do Rio Preto, nos anos 70, e que alimentaram, nos 90, a expansão dos espaços da migração no Estado; o segundo, às correntes migratórias entre as regiões de governo; e, o terceiro, aos movimentos intra-regionais. Estes últimos têm se diversificado cada vez mais, o que contribui para a própria expansão urbana da área de influência da região.

A caracterização dos pólos regionais segundo a situação de sua sede quanto aos processos internos de redistribuição espacial da população permite compreender melhor o papel que desempenham no processo de urbanização e de desconcentração da população em São Paulo. Ou seja, além dos movimentos migratórios inter-regionais, a intensa **mobilidade intra-regional** também constitui uma das especificidades do processo de reorganização da população no espaço urbano, com a presença de subcentros regionais, indicando, portanto, uma diferenciação cada vez mais complexa do espaço urbano **dentro** das próprias regiões. Pode-se classificar os pólos regionais de acordo com os processos de redistribuição interna de suas populações da seguinte maneira: pólos regionais adensados, pólos regionais consolidados, pólos regionais em processo de consolidação e pólos regionais emergentes⁶⁶.

Os *pólos regionais adensados* caracterizam-se pela perda líquida populacional do município-sede para **todos** os seus municípios vizinhos, particularmente para os denominados "dormitórios". São os casos das regiões de São Paulo e Santos⁶⁷, nas quais o crescimento dos municípios no entorno ocorreu a partir do núcleo regional, que desempenhava a função de porta-de-entrada para expressivos contingentes populacionais, determinando nítidos vetores de expansão e de crescimento da população. Aliás, essas são as duas metrópoles instaladas oficialmente no Estado de São Paulo.

Para a Região Metropolitana de São Paulo, sua sede registrou, no período 1981-1991 uma perda de população de 525.901 pessoas⁶⁸ para os demais municípios de sua área metropolitana. Esse fluxo migratório núcleo-periferia correspondeu a 63,2% do total da migração intrametropolitana,

⁶⁶ Essa caracterização foi elaborada com base na análise dos fluxos migratórios intra-regionais, através de tabulações especiais do Censo de 1980, particularmente das trocas líquidas de população entre os municípios de cada região, nos estudos realizados em visitas de campo às áreas (com entrevistas com agentes institucionais e migrantes locais) e, finalmente, nos resultados do Censo de 1991.

⁶⁷ Veja-se para o caso da Região Metropolitana de São Paulo, Cunha (1994); Bógus, Montali e Baeninger (1990), entre outros. Para a Região de Santos, Baeninger e Souza (1994).

⁶⁸ Inclui os movimentos migratórios de população não-natural e de retorno ao município de entrada.

seguindo aquele entre os municípios da própria periferia, que mobilizou 290.262 pessoas (32,5% do total); da periferia para o núcleo, o movimento migratório foi de apenas 39.043 pessoas (4,4%).

Os principais fluxos da cidade de São Paulo foram dirigidos para Guarulhos (com perda de 89.670 pessoas), Itaquaquecetuba (com saldo negativo para o Município de São Paulo de 42.780 pessoas), São Bernardo do Campo (31.798), Taboão da Serra (29.400), além das perdas menos expressivas com os demais municípios da periferia metropolitana. Os fluxos para o núcleo tiveram como áreas de saída os municípios de Santo André, com um fluxo periferia-núcleo de apenas 7.850 pessoas, Guarulhos (5.224) e Osasco (4.416). O movimento entre os municípios da periferia resultou em saldos positivos mais significativos para Barueri (11.264 pessoas) e Carapicuíba (11.092). Nesse contexto metropolitano, as heterogeneidades espaciais tornam-se cada vez mais acentuada, onde o processo de redistribuição revela a complexidade regional, com os municípios da própria periferia também registrando perdas populacionais como são os casos de Osasco, com perdas populacionais de 16.679 pessoas, principalmente para Carapicuíba e Barueri e de São Caetano do Sul (12.989) nos fluxos com Santo André, São Bernardo do Campo e Mauá. Os subcentros regionais recriam suas próprias periferias.

Na Região de Santos ocorre processo de redistribuição interna da população semelhante ao da Região Metropolitana de São Paulo: a perda populacional para todos os municípios de seu entorno (41.509 pessoas), bem como o surgimento de municípios no entorno que também redistribuem suas populações e terminam por apresentar saldos negativos, como Cubatão (4.681 pessoas) e Mongaguá (28). As principais perdas populacionais de Santos ocorrem para os municípios de São Vicente (26.565 pessoas) e Praia Grande (2.933), áreas dormitório no contexto regional. O movimento sede-entorno na região representou 58,0% do total (47.654 pessoas); os entorno-sede, correspondeu a 7,5%, destacando os fluxos oriundos de São Vicente (2.862 pessoas) e do Guarujá (1.758 pessoas); as correntes migratórias entre os municípios do entorno envolveram 28.323 pessoas, e os mais expressivos foram aqueles em direção a São Vicente vindos de Cubatão (5.505 pessoas) e Guarujá (1.758) e o fluxo para a Praia Grande saído de São Vicente (7.733 pessoas).

Nesse sentido, o fortalecimento da mobilidade intra-urbana foi decisivo na configuração de tais metrópoles, indicando o surgimento e intensificação de novas modalidades de deslocamentos populacionais no espaço, especialmente os movimentos pendulares.

Os *pólos consolidados* constituem áreas tradicionalmente destacadas, no contexto do Estado, com trajetórias históricas marcadas pela concentração de atividades econômicas e de população nas cidades-sedes e pela capacidade de inserção em todas as etapas do desenvolvimento econômico nacional e estadual (Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto). Tais áreas diferenciam-se das aglomerações adensadas pois o entorno dessas regiões apresenta capacidade de atração e absorção de migrantes interestaduais e intra-estaduais, sem que esses tenham necessariamente passado pelo núcleo. Mesmo assim, começa a se assistir, nesses pólos, uma saída de população da sede para o entorno, já nos anos 80, com perdas populacionais do município de Campinas (38.575 pessoas) e de Sorocaba (9.075), sendo para São José dos Campos e Ribeirão Preto baixíssimos os ganhos populacionais (398 e 436 pessoas, respectivamente).

Na Região de Campinas apenas 9,3% dos movimentos intra-regionais foram no sentido entorno-sede (9.985 migrantes), sendo praticamente dividido entre sede-entorno (48.560 pessoas) e entorno-entorno (48.723) o restante dos deslocamentos intra-regionais. Nessa Região, nos anos 80 também se ampliaram as perdas populacionais da sede regional, com saldos negativos para todos os municípios do entorno; nos anos 70, esse fenômeno estava concentrado nos municípios do entorno imediato, principalmente com Sumaré, Paulínia e Valinhos (Baeninger, 1996). As principais perdas do município de Campinas continuaram, nos anos 80, sendo para Sumaré (30.376 pessoas), Paulínia (2.036) e Monte-Mor (2.371), justamente os municípios que encabeçam os vetores de expansão regional. Dentre os municípios do entorno, ressalte-se o papel de Americana (que também apresentou perdas populacionais) como subcentro regional; a partir deste município vem se delineando uma nova espacialidade, marcada pela conurbação com os municípios de Santa Bárbara do Oeste e Nova Odessa; com os quais concentraram-se as perdas populacionais de Americana: 12.906 pessoas e 2.182, respectivamente.

Para a Região de Sorocaba, o fluxo sede-entorno envolveu 15.299 pessoas, correspondendo a 44,4% do total; os principais fluxos foram em direção os municípios de Votorantim, Salto de

Pirapora e Araçoiaba da Serra, sendo suas perdas populacionais concentradas nesses municípios. Sorocaba também expandiu sua redistribuição populacional, com perdas populacionais para todos os municípios da Região. Dentre os movimentos migratórios do entorno para o entorno (12.975 migrantes), destacam-se os fluxos Salto-Itu e São Roque-Mairinque.

Os movimentos intra-regionais em São José dos Campos totalizaram o menor volume migratório entre os pólos regionais, refletindo – como já destacado – a incipiente rede urbana regional. O movimento do entorno para a sede foi o que registrou maior volume, 6.493 pessoas, contra 6.095 da sede para o entorno, sendo muito fracos os deslocamentos entre os municípios do entorno, apenas 2.130 pessoas. Apesar de sua consolidação regional, sobretudo pelas importantes atividades econômicas aí instaladas, do ponto de vista da redistribuição espacial da população nessa área os deslocamentos intra-regionais estão apenas concentrados entre São José dos Campos-Jacareí e São José dos Campos-Caçapava, num movimento de rotatividade populacional⁶⁹.

A Região de Ribeirão Preto registrou um movimento intra-regional que envolveu 28.957 pessoas, onde prevaleceram os fluxos migratórios entre os municípios no entorno (50,6% do total); destacaram-se correntes migratórias Barrinha-Jaboticabal, Guariba-Jaboticabal, Sertãozinho-Pontal. A maior perda populacional do município de Ribeirão Preto foi para Serra Azul (1388 pessoas) e seu maior ganho foi proveniente das trocas migratórias com Sertãozinho (1.748 pessoas); dos 22 municípios da áreas, Ribeirão Preto perdeu população para 11 deles.

A etapa atual do processo de urbanização e de distribuição espacial da população, nesses pólos, diferencia-se bastante das demais regiões do Interior; o centro regional divide com seu entorno o crescimento populacional urbano, contribuindo para a formação de subcentros regionais (como Americana, na Região de Governo de Campinas), os quais, por sua vez, também recriam suas próprias extensões urbanas. Essas aglomerações localizam-se geograficamente próximas a Região Metropolitana de São Paulo (à exceção de Ribeirão Preto), canalizando importantes fluxos migratórios oriundos desta e tendo se beneficiado - de forma mais direta - da desconcentração das atividades industriais no Estado. Na realidade, essas áreas já apresentam características urbanas bastante semelhantes as da metrópole paulista, em que pese a magnitude dos processos, onde se

⁶⁹ IEM de 0,03 no primeiro fluxos e 0,06, no segundo.

verifica o crescimento populacional mais acelerado do entorno, com a diferenciação cada vez mais acentuada nas funções exercidas pelas cidades no contexto regional. Essas áreas poderiam também ser denominadas como *aglomerações estaduais*⁷⁰, dada a importância que representam em termos econômicos e populacionais no âmbito do Estado de São Paulo.

Os *pólos regionais em processo de consolidação* compõem as regiões de Bauru e São José do Rio Preto; áreas que no contexto intra-regional vivenciam uma etapa anterior, da acima mencionada, no processo de distribuição espacial interna da população. Essas duas áreas emergiram nos anos 70 como pólos econômico-populacionais, manifestando inversão em sua tendência negativa de crescimento migratório; na verdade, é bastante recente a configuração da polarização nessas áreas. Desse modo, verifica-se ainda um crescimento populacional importante da sede regional, com movimentos migratórios que partem dos municípios do entorno em direção ao núcleo e que, portanto, apresentam maiores saldos migratórios e taxas de crescimento mais elevadas que os municípios vizinhos. Nesse caso, porém, os municípios no entorno já começam a apresentar taxas de crescimento superiores as de décadas passadas, invertendo tendências anteriores de crescimento negativo e tendendo a uma homogeneização em suas taxas positivas de crescimento populacional.

Na Região de Bauru, os movimentos intra-regionais apresentaram um volume de 18.991 pessoas, das quais 40,7% saíram do entorno para a sede (7.730 pessoas), principalmente os fluxos vindos de Duartina (1.513 pessoas), Piratininga (1.079) e Pederneira (864); no conjunto, o município de Bauru obteve um saldo migratório regional de 4.822 pessoas. Os deslocamentos entre os municípios no entorno (8.353), corresponderam a 44,0% do total, predominando os fluxos entre Lençóis Paulista-Macatuba, Pirajuí-Presidente Alves, Cabralia Paulista-Duartina.

Para a Região de São José do Rio Preto os deslocamentos do entorno para a sede corresponderam a apenas 17,3% do total (6.175 pessoas), com São José do Rio Preto registrando ganhos populacionais de 6.595 pessoas. Os principais fluxos foram provenientes de José Bonifácio (1.396 pessoas), Tanabi (1.245), Potirandaba (1.025) e Mirassol (1.193). Com este último o município de São José do Rio Preto conforma uma aglomeração urbana (NESUR-IE/UNICAMP,

⁷⁰ No estudo "Características e Tendências da Rede Urbana Brasileira" para São Paulo estes pólos consolidados estão hierarquizados da seguinte maneira: Região de Campinas como Metrópole Nacional de Ordem 2; São José dos Campos, Aglomeração Urbana de Ordem 3; Ribeirão Preto, de Ordem 4; e, Sorocaba, de Ordem 5.

1998), com Mirassol registrando o segundo maior ganho populacional da região (1.403 pessoas), só perdendo para o município-sede (6.595). São José do Rio Preto, no entanto, já iniciou seu processo de perda populacional, principalmente para Bady Bassit (598 pessoas) e Guapiaçu (304 pessoas). Entre os movimentos no entorno, os principais fluxos foram Nova Aliança-Bady Bassit, Guapiaçu-Cedral, Mirassol-Neves Paulista, Mirassol-Tanabi.

Nesse contexto, particularmente, os municípios pequenos passaram a apresentar certa recuperação demográfica. A recente dinamização desses pólos esteve voltada, num primeiro momento, para a instalação e expansão da economia agroindustrial, contribuindo também para o crescimento do terciário e de serviços especializados; essas dinâmicas estão mais circunscritas ao âmbito regional.

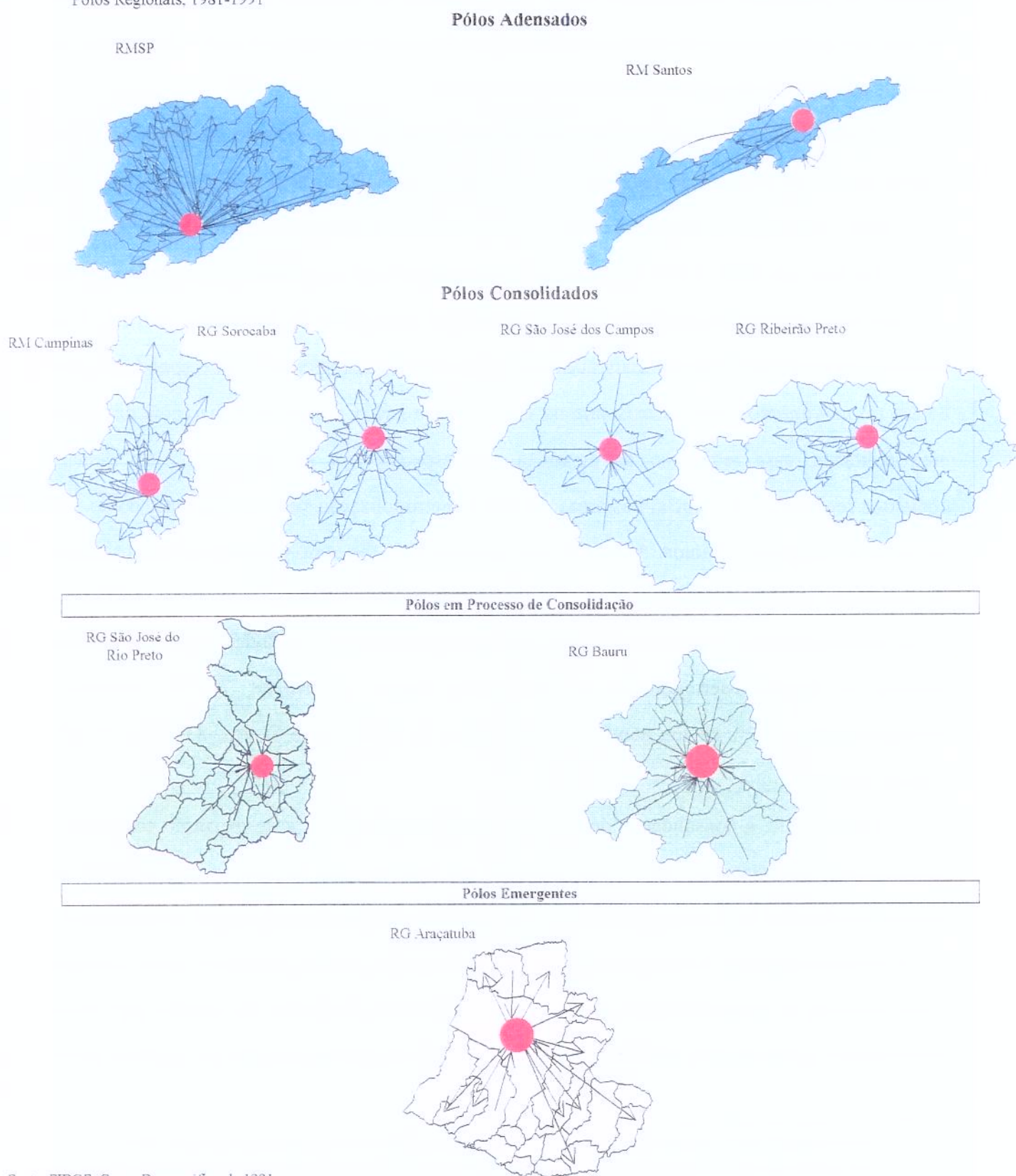
Os anos 80 apontaram ainda a emergência de mais um pólo regional no Estado: a Região de Araçatuba, no oeste paulista - área anteriormente caracterizada pela enorme evasão populacional. Assim, o *pólo emergente* é representado pela recuperação demográfica recente, principalmente, do centro regional, passando de elevados saldos migratórios negativos, em décadas passadas, para saldos positivos, nos anos 80, e pela diminuição no ritmo de evasão populacional de seus municípios no entorno, indicando a possibilidade de inversão da tendência anterior em toda a região. Na realidade, a configuração recente dessa área está intimamente relacionada ao fato de que, nos anos 80, apesar do menor, investimento no setor industrial, a expansão da agroindústria no Interior alcançou esta região; além disso, o governo estadual continuou priorizando a integração da malha viária interna no Estado, beneficiando-se a Região de Governo de Araçatuba das obras e instalação da Hidrovia Tietê-Paraná.

Os movimentos migratórios na Região de Araçatuba corresponderam a 22.578 migrantes, dos quais 67,9% foram deslocamentos entre os municípios no entorno (15.322 pessoas), particularmente os fluxos envolvendo o município de Birigui, que obteve ganhos populacionais (1.692 pessoas) próximos ao do município de Araçatuba (1.606); na verdade, trata-se da formação de uma aglomeração urbana que compõe esses dois municípios (NESUR-IE/UNICAMP, 1998).

No Mapa 27 pode-se visualizar as trocas populacionais dentro desses pólos.

Mapa 27

Principais Fluxos Migratórios Intra-Regionais
Pólos Regionais, 1981-1991



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991:
Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Desse modo, esses pólos regionais desempenham papel fundamental na redistribuição espacial da população, emprestando novas características ao processo de urbanização, com a recuperação populacional e inversão na tendência dos pequenos municípios e com o decréscimo no ritmo de crescimento das cidades de médio e grande porte.

Predominando, portanto, os movimentos intra-urbanos, num contexto de dispersão e, ao mesmo tempo, de polarização regional, os movimentos pendulares da população (deslocamento diário entre o município de moradia e o município de trabalho) tendem a se intensificarem.

De fato, em 1980, 1.215.369 pessoas⁷¹ compuseram esse movimento diário de ir-e-vir de um para outro município para trabalhar ou estudar; ou seja: 4,9% da população paulista. Tais deslocamentos apresentaram-se mais acentuados nos contextos regionais, que responderam por 85,2% do movimento pendular existente no Estado nesse ano. Característica marcante das áreas metropolitanas, esse fenômeno da dinâmica socioespacial tem se reproduzido em demais contextos regionais, em especial nas áreas em que a metropolização vem se operando, como são os casos de Campinas e Santos. Aliás, um dos impactos mais fortes no processo de redistribuição da população e de urbanização nessas duas regiões refletiu-se no surgimento e intensificação desses deslocamentos populacionais, conduzindo a um crescente processo de metropolização das mesmas. A Região Metropolitana de São Paulo chegou a envolver 752.881 pessoas⁷², correspondendo a 6,0% de sua população e as regiões de Campinas e Santos, 83.919 e 57.306, respectivamente⁷³.

Desse modo, a consolidação de pólos e a configuração de eixos de expansão econômico-populacionais, o crescimento das cidades pequenas em contraposição às grandes aglomerações, as articulações do nível local com o regional e o metropolitano são fatores que supõem a compreensão dos fenômenos regionais e seus rearranjos para a definição de feições próprias e atuais. Emerge, nesse processo, a competitividade entre os espaços urbanos na busca de atração por novos investimentos e mão-de-obra especializada, caracterizando um Interior marcado por rupturas com o

⁷¹ Esta informação esteve presente apenas no Censo Demográfico de 1980 e voltará a constar no Censo de 2000.

⁷² Uma análise das características da população metropolitana envolvida nesses deslocamentos pendulares nos anos 70 encontra-se em Cunha (1992).

⁷³ Vide Anexo 19.

padrão estruturador anterior, onde a correlação com tipologias de polarização ou de hierarquização de centros urbanos assume novas características. Os tradicionais pólos urbanos passam a dividir sua hegemonia com antigas áreas de influência compondo um conjunto de aglomerações; as áreas polarizadas se ampliam e se complexificam. Passa a ocorrer uma articulação entre áreas que buscam acesso às inovações tecnológicas, consolidando uma rede de trocas e estabelecendo um padrão de competitividade regional em escalas que permeiam desde atividades locais até aquelas de âmbito metropolitano.

Considerações Finais

Em primeiro lugar, é importante que se faça algumas considerações de caráter técnico-metodológicas. No decorrer dos capítulos pôde-se observar que o esforço de mensuração do fenômeno migratório esteve baseado nas informações provenientes, basicamente, do Censo Demográfico de 1991, da Contagem de População de 1996 e, com menor frequência, da PNAD de 1995.

A utilização das informações referentes à migração - advindas do quesito sobre a UF de residência em data fixa - permite o recorte quinquenal para 1986-1991 (informação do Censo Demográfico de 1991) e para 1991-1996 (da Contagem de População de 1996), podendo até se avançar em hipóteses a respeito de movimentos migratórios conjunturais *vis-a-vis* os movimentos estruturais. Esse foi o caso especialmente das tendências observadas para o Sudeste, e sobretudo para São Paulo, que já no período 1986-1991 havia retomado a intensidade de sua absorção da população migrante - tendência confirmada no período 1991-1996 -, quando as análises do decênio 1981-1991 ainda indicavam uma contínua redução nesse processo.

Para o período 1991-1996 é possível somente obter as informações das entradas e saídas com relação à UF de residência na data fixada antes do levantamento, portanto, basicamente os movimentos interestaduais. Além disso, ao nível municipal, pode-se contar com as entradas de migrantes. Desse modo, as análises, principalmente no âmbito intra-estadual, ainda se referiram ao período 1981-1991, uma vez que, com esta fonte de informação, pôde-se identificar os municípios de residência anterior e com isso caracterizar e qualificar os fluxos migratórios entre as áreas. De qualquer maneira, a possibilidade de poder contar com informações migratórias recentes é um estímulo para os especialistas, além de ser possível captar com maior rapidez as mudanças em curso.

Vale ressaltar ainda que as informações da PNAD de 1995 sobre migrações, para o período 1990-1995, indicou tendências semelhantes à observada para o período de 1991-1996, com os dados da Contagem de População de 1996; destaca-se que, por se tratar de uma amostra,

os resultados da PNAD expressam muito mais tendências dos movimentos migratórios, que volumes. Essa fonte de informação permite a identificação da UF de residência anterior, portanto, capta os movimentos interestaduais. Conta ainda com o quesito a respeito da UF de nascimento (informação que não está presente na Contagem de População), com a qual se pode identificar a migração de retorno; fenômeno que assumiu importância crescente nas análises dos movimentos migratórios no Brasil, a partir dos anos 80, possível somente para os anos 90 através dessa fonte de informação.

Registre-se ainda que as informações a respeito dos movimentos pendulares, de importância crescente para o processo de distribuição espacial da população, estavam presentes no Censo Demográfico de 1980 e somente retornarão no Censo de 2000.

Das evidências empíricas, analisadas nesse estudo, pode-se destacar alguns aspectos importantes para futuros desdobramentos e encaminhamentos de pesquisa.

Com relação aos movimentos migratórios interestaduais, os movimentos de saída de população de São Paulo sugerem fatores distintos que possam comportar a explicação dessa emigração dependendo do fluxo analisado. Nesse sentido, os fluxos de São Paulo para o Nordeste estariam muito mais vinculados aos efeitos, principalmente, da crise econômica na metrópole, e aqueles em direção às regiões Sul e Centro-Oeste e ao Estado de Minas Gerais, ao processo de desconcentração das atividades econômicas, além da crise econômica.

A análise dos movimentos migratórios dentro das próprias Grandes Regiões foram reveladoras da capacidade que os estados do Nordeste brasileiro, principalmente, vêm expressando na absorção de migrantes no âmbito regional; fator que pode estar contribuindo para a diminuição, de modo geral, dos fluxos migratórios para o Sudeste. Além disso, as evidências empíricas regionais contribuíram no sentido da necessidade de considerar *a expansão dos espaços da migração* para o entendimento das novas intensidades e espacialidades dos movimentos migratórios, com a configuração de novas áreas de absorção de migrantes.

Nesse cenário, as metrópoles foram as principais “regiões ganhadoras” com destaque para o âmbito intra-regional, até revertendo situações de evasão populacional ao nível nacional, principalmente no Nordeste. As áreas interioranas, apesar de receberem os maiores volumes

migratórios, não conseguem absorver população e em muitos casos vêm reforçando as perdas populacionais das regiões; muito embora, deva-se destacar que para alguns estados estes se tornaram em “espaços ganhadores” intra-regionais, em meio à uma crescente evasão de população interestadual, como foi o caso da Bahia.

No aprofundamento dos processos migratórios em São Paulo, as análises considerando a distribuição da população e a dinâmica econômico-regional e espacial contribuíram para avançar no entendimento dos movimentos migratórios e suas articulações com a dinâmica socioespacial; na emergência das novas territorialidades os movimentos migratórios contribuem para fortalecer os processos de expansão regional, com dinâmicas internas de distribuição espacial da população caracterizadas pela saída de população dos núcleos regionais, transformando as áreas mais dinâmicas em “perdedoras” de população.

Nesse sentido, as evidências empíricas permitem até trazer elementos que possam subsidiar a construção de novas abordagens teóricas a respeito das migrações internas, principalmente no que se refere ao distanciamento da relação migração-industrialização. Além disso, a reestruturação produtiva, a exclusão social, a nova configuração do rural, as especificidades da relação habitação-trabalho vão passando a constituir dimensões explicativas fundamentais do fenômeno migratório e do processo geral de distribuição espacial da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, A. E., NOGUEIRA, R. A. P. A volta da Asa Branca e as primeiras impressões de retorno. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, Brasília. **Anais...** Brasília : ABEP, v.3, 1992. p.201-212.
- ANDRADE, T. A., SERRA, R. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. **Texto para Discussão 554**, Brasília, IPEA, mar./1998.
- ANTICO, C. **Deslocamentos populacionais no Vale do Paraíba**: crescimento e expansão urbana na Região de São José dos Campos. Campinas : UNICAMP/IFCH, 1997. (Dissertação de Mestrado)
- _____. Por quê migrar? In: PATARRA, N., et al. (orgs.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana**: 1980-1993. Campinas : UNICAMP/Ed.IE/FAPESP, 1997. p.97-114.
- ARANHA, V. Migração na metrópole paulista: uma avaliação segundo a PED e PCV. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte : ABEP, v.2, 1996. p.705-724.
- ARAÚJO, M. F. Trajetória econômica e espacial da metrópole paulista. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, 7(2), p.29-37, abr./jun.1993.
- _____, PACHECO, C. A. A trajetória econômica e demográfica da metrópole nas décadas de 70-80. In: SEADE. **Cenários da urbanização Paulista**: documento básico. São Paulo : SEADE, n.6, 1992. (Coleção São Paulo no liminar do século XXI)
- ARAÚJO, T. M. B. Nordeste, Nordeste: que Nordeste? In: AFFONSO, R. B. A., SILVA, P. L. B. (orgs.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento (Federalismo no Brasil)**. São Paulo: FUNDAP/Ed. UNESP, 1995. p.125-56.
- AZZONI, C. R. **Dinâmica espacial recente do crescimento econômico do país**: eixo brasileira. 1998, 38p. (mimeo)
- _____. Indústria e reversão da polarização no Brasil. **Ensaio Econômico**, São Paulo, IPE/USP, n.58, 1986.
- BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas**: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista. Campinas : UNICAMP/Centro de Memória, 1996. (Coleção Campiniana)
- _____. Redistribuição espacial da população: características e tendências do caso brasileiro. **Documentos docentes**, Santiago de Chile, Centro Latinoamericano de Demografia CELADE, Naciones Unidas-FNUAP, 1996. 39p.
- _____, CUNHA, J. M. Migração, dinâmica regional e projeções populacionais. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação SEADE, 10(2), abr./jun.1996.

- BALÁN, G. Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórica comparativa. In: BALÁN, J. (org.). **Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro**. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1974.
- BALTAR, P. A. Evolução demográfica, emprego e demandas sociais urbanas no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 6., 1988, Olinda. **Anais ...** Olinda, 1988.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo : Editora Hucitec, 1996.
- _____, LIPIETZ, A. **As regiões ganhadoras – Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta Editora, 1994.
- BILSBORROW, R. E. (org.). **Migration, urbanization and development: new directions and issues**. New York : UNFPA/Kluwer, 1996.
- BÓGUS, L. M. M., BAENINGER, R. Redesenhando o espaço no interior paulista: desconcentração e expansão urbana. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, 9(3), p.62-70, 1995.
- BRITO, F. **População, espaço e economia numa perspectiva histórica: o caso brasileiro**. Belo Horizonte : CEDEPLAR/UFMG-Faculdade de Ciências Econômicas, 1997. (Tese de Doutorado)
- CAIADO, A. S. C. Globalização, reestruturação e desenvolvimento regional: novos requisitos para a localização industrial – o caso de São Paulo. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, 10(2), 1996.
- CAMARANO, A. A. Movimentos migratórios recentes na Região Centro-Oeste. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 1998, Curitiba. **Anais ...** Curitiba : ABEP/IPARDES, 1998. p.189-208.
- CAMARGO, A. B. M., MONTALI, L. Região Metropolitana de São Paulo: expansão regional e evolução da população. In: **O jovem na Grande São Paulo**. São Paulo : Fundação SEADE, 1988. (Coleção Realidade Paulista)
- CANO, W. **Migrações, desenvolvimento e crise no Brasil**. Campinas : Instituto de Economia/UNICAMP, 1996. (mimeo)
- _____. Algumas implicações espaciais da Terceira Revolução Industrial no Brasil. In: GONÇALVES, M. F. (org). **O novo Brasil urbano**. Porto Alegre : Editora Mercado Aberto, 1995a.
- _____. Auge e inflexão da desconcentração econômica regional. In: AFFONSO, R, SILVA, P. L. B. **A federação em perspectiva: ensaios selecionados**. São Paulo: Fundap, 1995b. p.399-416.
- _____. (coord). **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo : Fundação SEADE, v.1 a v.3, 1988a. (Coleção Economia Paulista)

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo : T.A. Queiróz, 1977.

_____, et al. A nova realidade da indústria paulista: subsídios para a política de desenvolvimento regional do Estado de São Paulo. Relatório de Pesquisa. Campinas : IE/UNICAMP/FECAMP, 1994.

_____, PACHECO, C. A. Trajetórias econômicas e demográficas para a década de 90. In: SEADE. **Cenários da urbanização Paulista**: documento básico. São Paulo : SEADE, n.6, 1992. (Coleção São Paulo no liminar do século XXI)

_____, PACHECO, C. A. **Urbanização e metropolização no Estado de São Paulo**: desafios da política urbana. Campinas : UNICAMP/IE/NESUR, 1992. (Relatórios de Pesquisa)

_____, PACHECO, C. A. O processo de urbanização do Estado de São Paulo e suas implicações sobre a dinâmica demográfica regional. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 3., 1988, Águas de São Pedro. **Anais...** Águas de São Pedro, 1988.

CARVALHO, J. A. M., RIGOTTI, J. I. Análise das metodologias de mensuração das migrações. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998, Curitiba. **Anais ...** Curitiba: IPARDES/ABEP, 1998.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Ed. Paz e Terra, v.1, 1999.

_____. **The informational city, information technology, economic restructuring and the urban-regional process**. Oxford, Basil Blackwell, 1989.

CELADE (Centro Latinoamericano de Demografia). Dinâmica de la población en las grandes ciudades en América Latina y Caribe. **Documentos Docentes**, Santiago de Chile, 1994.

CLARO, L. F. T. **Cidades médias, industrialização e agricultura no interior do Estado de São Paulo**. Araraquara : FCL/UNESP, 1989. (Dissertação de Mestrado)

CORDEIRO, H. K. A "cidade mundial" de São Paulo e o complexo corporativo do seu centro metropolitano. In: SANTOS, M., et al. **O novo mapa do mundo. Fim de século e globalização**. São Paulo : Editora Hucitec/ANPUR, 1993.

COUTINHO, L. O desenvolvimento urbano no contexto da mudança tecnológica. In: GONÇALVES, M. F. (org). **O novo Brasil urbano**. Porto Alegre : Editora Mercado Aberto, 1995.

CUNHA, J. M. P. (coord.). **Projeto "Mobilidade e redistribuição espacial da população no Estado de São Paulo**: características recentes, padrões e impactos no processo de urbanização". Campinas : NEPO/UNICAMP, 1999. 273p. (Relatório Final)

_____. (Des) continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1990/1991: qual o efeito da crise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. **Anais ...** Caxambu : ABEP, 1998.

- CUNHA, J. M. P. A migração nas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo segundo o Censo de 1980. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, ABEP, 4(2), p.89-111, jul./dez.1987.
- _____. **Mobilidade espacial e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. Campinas : IFCH/UNICAMP, 1994. 300p. (Tese de Doutorado)
- _____. BAENINGER, R. Processo de metropolização e migração: análise comparativa entre a Grande São Paulo e Campinas. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, 8(4), p.109-116, out./dez.1994.
- _____. RODRIGUES, I. Processos migratórios: uma perspectiva regional. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo : Fundação SEADE, 3(3), 1989.
- DEDDECA, C. S., PACHECO, C. A. Emprego e crise: as transformações na estrutura do emprego no Estado de São Paulo na década de 1980. In: SEADE. **Cenários da urbanização Paulista - documento básico: o processo de urbanização paulista no período 1970-1989**. São Paulo: SEADE, n.4, 1992. (Coleção São Paulo no liminar do século XXI)
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 31(1), p.35-64, set.1993.
- DINIZ, C. C., CROCCO, M. Reestructuración económica e impacto regional: el nuevo mapa de la indústria brasileña. In: MATTOS, C., NICOLÁS E BOTERO, D. **Globalización y territorio – impactos e perspectivas**. Chile : Fondo de Cultura Económica, 1998.
- _____. Dinâmica regional recente e suas perspectivas. In: AFFONSO, R., SILVA, P. L. B. **A federação em perspectiva: ensaios selecionados**. São Paulo : Fundap, 1995. p.417-429.
- EBANKS, E. G. **Determinantes socioeconômicos de la migración interna**. Santiago de Chile, CELADE, 1993.
- EMPRESA METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO DA GRANDE SÃO PAULO S.A. (EMPLASA). **Organização regional: Grande São Paulo, Campinas e Santos – Proposições e fundamentos**. São Paulo, maio/jun.1990. (mimeo)
- FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos CEBRAP 29**, São Paulo, p.98-119, mar.1991.
- _____. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos 30 anos. In: SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Herminia Tavares. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1983.
- FUNDAÇÃO IBGE/DPE/DPIS/DICAD/DEMOG. **Movimentos migratórios segundo o Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996**. Rio de Janeiro : IBGE, 1997. (mimeo)
- FUNDAÇÃO IBGE. **Contagem Populacional de 1996**. Rio de Janeiro, 1997.

FUNDAÇÃO IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Rio de Janeiro, PNAD, 1995.

_____. Fluxos migratórios intrametropolitanos, Brasil - 1970/80. **Textos para discussão**. Rio de Janeiro, n.45, 1991.

_____. **A região de influência das cidades**. Rio de Janeiro, 1993.

_____. **Censo Demográfico de 1991**. Rio de Janeiro, 1992.

_____. **Censo Demográfico de 1980**. Rio de Janeiro, 1982.

_____. **Censo Demográfico de 1970**. Rio de Janeiro, 1973.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Regiões homogêneas: um estudo dos perfis ocupacionais do interior**. São Paulo, 1988.

_____. **O novo retrato de São Paulo**. São Paulo, 1993. 151p.

_____. **Projeção da população dos municípios e distritos pertencentes à Região II de planejamento da SABESP, segundo a situação de domicílio urbano e rural, até o ano 2010**. São Paulo, 1988. (Relatório Síntese)

_____. **São Paulo no liminar do século XXI**. São Paulo : SEADE/SEPLAN, 1992.

_____. Migração no interior do Estado de São Paulo. **Informe Demográfico 23**, São Paulo, 1990a. 207p.

_____. **Espacialização da indústria paulista**. São Paulo, v.4, 1990b. (Coleção Economia Paulista)

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ATIVIDADES EM POPULAÇÃO (FNUAP). **A situação da população mundial 1992**. New York, 1992.

FURTADO, A. **Desconcentração industrial**. São Paulo : Fundação SEADE, v.3, 1986. (Série São Paulo 80)

GOLDANI, A. M. **Região da grande São Paulo**. SEADE : São Paulo, 1983. 89p. (Análise Demográfica Regional)

GONÇALVES, M. F. **As engrenagens da locomotiva: ensaio sobre a formação urbana paulista**. Campinas : UNICAMP/IFCH, 1998. (Tese de Doutorado)

_____. Novas configurações no desenvolvimento urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. **Revista Espaço e Debates**, n.38, 1994.

- GONÇALVES, M. F., SEMEGHINI, U. Maturação do urbano paulista: generalização de um perfil cruel de urbanização capitalista. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1988, Brasília. **Anais ... Brasília : ABEP, 1988.**
- GOTTIDIENER, M. **A produção social do espaço urbano.** São Paulo : EDUSP, 1993. 76p.
- _____. A teoria da crise e a reestruturação socioespacial: o caso dos Estados Unidos. In: VALLADARES, L., PRETECEILLE, E. (coords.). **Reestruturação urbana: tendências e desafios.** São Paulo : Nobel/IUPERJ, 1990. p.59-78.
- GRAHAM, D., HOLANDA, S. B. As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, H. **Migração interna.** Fortaleza : BNB-ETENE, 1980.
- GUTMARÃES, E. N., LEME, H. J. C. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: NEPO/UNICAMP. Redistribuição da população e meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste, 1. **Textos NEPO 33,** Campinas, NEPO/UNICAMP, 1997. p.25-65.
- GUIMARÃES NETO, L. Dimensões, limites e implicações da desconcentração espacial. In: AFFONSO, R. B. A., SILVA, P. L. B. **A federação em perspectiva – Ensaio selecionados.** São Paulo : Fundap, 1995. p.373-397.
- GUNN, P. Urbanização no Sudeste: dominação das metrópoles? In: GONÇALVES, M. F. (org). **O novo Brasil urbano.** Porto Alegre : Editora Mercado Aberto, 1995.
- HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo : Editora Loyola, 1992.
- HOGAN, D. (coord). Redistribuição espacial da população e meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste. Campinas : PRONEX/NEPO-UNICAMP, 1998. (II Relatório de Pesquisa)
- _____. Quem paga o preço da poluição?: uma análise de residentes e migrantes pendulares em Cubatão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990. **Anais ...** São Paulo : ABEP, 1990. p.177-196.
- IANNI, O. Cidade e modernidade. In: SOUZA, M. A., et al (orgs.). **Metrópole e globalização conhecendo a cidade de São Paulo.** São Paulo : Ed. CEDESP, 1999.
- JANNUZZI, P. M. **Mobilidade ocupacional e social dos migrantes no Estado de São Paulo entre 1980 e 1993.** Campinas, 1998. (Tese de Doutorado)
- _____. Dinâmica migratória recente no interior paulista. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, Fundação SEADE, 10(2), p.92-101, 1996.
- KUGELMAS, E. Políticas públicas na administração paulista – 1946/1977. **Cadernos FUNDAP,** São Paulo, n.9, 1985.
- LAMPARELLI, C. A metropolização como uma das formas de urbanização. In: **Seminário Metropolização e Rede Urbana: perspectivas dos anos 90.** Edição ANPUR/IPPUR, 1990. (Coletânea de Textos)

- LANGENBUCH, J. R. **A estruturação da Grande São Paulo, estudo de geografia urbana.** Rio de Janeiro : Fundação IBGE, 1971.
- LATTES, A. E. Population distribution in Latin America: is there a trend towards population deconcentration? In: **Population, distribution and migration.** New York : United Nations, 1998.
- LEE, E. S. Uma teoria sobre migrações. In: MOURA, H. M. (coord.). **Migrações internas: textos selecionados.** Fortaleza : BNB-ETENE, 1980.
- LIMA, L. C. Tecnopólo: a formação de uma nova territorialidade. In: SANTOS, M., et al. **O novo mapa do mundo. Fim de século e globalização.** São Paulo : Editora Hucitec/ANPUR, 1993.
- LOPES, J. R. B. Desenvolvimento e migração: uma abordagem histórico-estrutural. **Novos Estudos CEBRAP 6,** São Paulo, 1973.
- _____, PATARRA, N. L. Redistribuição regional e rural-urbana da população brasileira. **Cadernos CEBRAP 20,** São Paulo, 1975.
- MADEIRA, F. R., TORRES, H. G. População e reestruturação produtiva: novos elementos para projeções demográficas. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, Fundação SEADE, 10(2), p.3-8, 1996.
- MAGALHÃES, M. Movimentos migratórios na Região Sul: novas tendências. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998, Curitiba. **Anais ...** Curitiba : IPARDES/ABEP, 1998.
- MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência.** São Paulo : Hucitec, 1996.
- MARTINE, G. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, R. B. A., SILVA, P. L. B. (orgs.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento (Federalismo no Brasil).** São Paulo: FUNDAP/Ed. UNESP, 1995. p.61-91.
- _____. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. **Textos para Discussão 329,** Brasília, IPEA, 1994. 43p.
- _____. Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações. **Documento de Trabalho 11,** Brasília, Instituto SPN, 1992. 29p.
- _____. Migração e metropolização. **Revista São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, Fundação SEADE, 1(2), p.28-31, jul./set.1987.
- _____. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, H. (coord.). **Migrações internas: textos selecionados.** Fortaleza : BNB, 1980.

- MARTINE, G., WONG, L. **Projeto Áridas: uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Nordeste**. Brasília : Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, 1994. (Relatório (mimeo))
- _____, CARVALHO, J. A. M. **Cenários demográficos para o século 21 e algumas implicações sociais**. Campinas : UNICAMP, 1989. (Trabalho apresentado no seminário Brasil Século XXI)
- _____, DINIZ, C. C. **Economic and demographic concentration in Brazil: recente inversión of historical patterns**. Índia : IUSSP, 1989. (Trabalho apresentado no Seminar on Urbanization in Large Developing Countries).
- _____, CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, ABEP, 1(2), p.99-143, jan./dez. 1984.
- MATA, M. Urbanização e migração internas. In: MOURA, H. (coord). **Migração interna**. Fortaleza : Banco do Nordeste do Brasil, 1980.
- _____, et al. **Migrações internas no Brasil: aspectos econômicos e demográficos**. Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1973.
- MATOS, C. Capital, población y territorio. In: **Seminário Distribución y Movilidad Territorial de la Población y Desarrollo Humano**. Bariloche, Argentina, Fundación Bariloche/CENEP/PROLAP, maio/1994.
- MATOS, R. E. S. A desconcentração populacional em Minas Gerais e as mudanças na Região-Core. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. **Anais ...** São Paulo : ABEP, 1994.
- _____. **Distribuição espacial da população de Minas Gerais e tendências de desconcentração nas áreas de influência de Belo Horizonte**. Belo Horizonte : CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1994. (Tese de Doutorado)
- MONTAGNER, P. **Agroindústria: evolução de um instrumento analítico**. Campinas : UNICAMP/IE, 1989. (Dissertação de Mestrado)
- MOTTA, D., MUELLER, C., TORRES, M. A dimensão urbana do desenvolvimento econômico-espacial brasileiro. **Texto para Discussão 530**, Brasília, IPEA, 1997. 32p.
- MOURA, H. M., MOREIRA, M. As migrações na Região Norte em período recente: uma abordagem preliminar. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998, Curitiba. **Anais ...** Curitiba : ABEP/IPARDES, 1998. P.139-188.
- MOURA, H. M. (coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza : BNB-ETENE, 1980.
- MÜLLER, G. **A dinâmica da agricultura paulista**. São Paulo : Fundação SEADE, v.2, 1985. (Série São Paulo 80).

- NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.
- NEGRI, B. **A interiorização da indústria Paulista 1920-1980. A interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: FSEADE/UNICAMP, 3v., 1988. (Coleção Economia Paulista)
- _____, PACHECO, C. A. Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: da interiorização do desenvolvimento à nova dimensão espacial da indústria paulista. In: SUZIGAN, W., COUTINHO, L. (coord.). **Projeto desenvolvimento tecnológico e competitividade da indústria brasileira**. Campinas : SCTDE/FECAMP/ UNICAMP-IE, 1993.
- NÚCLEO DE ECONOMIA SOCIAL, URBANA E REGIONAL-(NESUR/UNICAMP). Projeto **“Caracterização e tendências da rede urbana brasileira”**. Campinas, out.1998. (Relatório 6)
- OLIVEIRA, J. A. **Urbanização e movimento pendular de trabalhadores: um estudo de caso na Região de Bauru. Araraquara : UNESP, 1995.** (Dissertação de Mestrado)
- OLIVEIRA, M. C. Mercantilização e urbanização em São Paulo. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1988, Brasília. **Anais ...** Brasília : ABEP, 1988.
- OLIVEIRA, O., GARCIA, B. Urbanization, migration and the growth of large cities: trends and implications in some developing countries. In: **Population, distribution, migration and development**. United Nations, 1984.
- _____, STERN, C. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, H. M. (coord.). **Migrações internas: textos selecionados**. Fortaleza : BNB-ETENE, 1980.
- PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas : Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.
- _____. **Os aglomerados urbanos de São Paulo: as novas realidades demográficas e ocupacionais da urbanização paulista**. Campinas : SPG/FECAMP, 1992. (Relatório de Pesquisa. Terciarização e Precarização da Estrutura Ocupacional nos Anos 80. Projeto Urbanização e Metropolização no Estado de São Paulo)
- _____. (coord.). **Projeto de pesquisa “Tendências da urbanização e do crescimento populacional brasileiro: população em idade escolar: 1991-2000”** Campinas: NESUR/IE-UNICAMP/MEC/FNDE, 1997a.
- _____, et al. Dinâmica demográfica regional recente: o caso de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997, Curitiba. **Anais ...** Curitiba : ABEP, 1998. p.31-65.
- _____, PATARRA, N. L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998. **Anais ...** Curitiba : ABEP/IPARDES, 1998.

- PANIZZI, W. Prefácio do Livro **O novo Brasil urbano**. Porto Alegre : Editora Mercado Aberto, 1995.
- PANIZZI, W. Introdução. In: **Seminário Metropolização e Rede Urbana: perspectivas dos anos 90**. Edição ANPUR/IPPUR, 1990. (Coletânea de Textos)
- PATARRA, N. L., et al. (coords.). **Migração, dinâmica urbana e condições de vida em São Paulo**. Campinas : Instituto de Economia/UNICAMP, 1997.
- _____, et al. (coords.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo : FNUAP, 1995.
- _____. (coord.). Série Migração em São Paulo. **Textos NEPO 24, 25, 26, 28**, Campinas, UNICAMP/NEPO, 1993 e 1994.
- _____, BAENINGER, R. Movimento migratório: novas características, novas indagações. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 3., 1989, Águas de São Pedro, **Anais...** Águas de São Pedro, 1989. (mimeo).
- _____, _____. São Paulo: povigente, povovigente, povo e gente. **TEXTOS NEPO 15**, Campinas : NEPO/UNICAMP, 1988. 92p.
- PERILLO, S. R. O que muda na dinâmica migratória do Estado de São Paulo nos anos oitenta? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, Brasília. **Anais...** Brasília : ABEP, v.3, 1992. p.255-270.
- PIORE, M., SABEL, C. **The second industrial divide: possibilities for prosperity**. Nova York : Basic Books, 1984.
- PRETECEILLE, E., VALLADARES, L. Introdução. In: _____. (coords.). **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo : Nobel/IUPERJ, 1990. p.7-13.
- REDWOOD III, J. Reversión de polarización, ciudades secundárias, y eficiencia en el desarrollo nacional: una visión teórica aplicada al Brasil Contemporaneo. **Revista Eure**, Chile, mar./1985.
- RIBEIRO, J. L. **Estimativa da migração de retorno e de alguns de seus efeitos demográficos indiretos no Nordeste Brasileiro**. Belo Horizonte : CEDEPLAR/UFMG, 1997. (Tese de Doutorado)
- RIBEIRO, L. C., SANTOS JÚNIOR, O. A. (orgs). **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1994. 426p.
- RICHARDSON, H. **Economia regional, teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional**. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1975.

RIGOTTI, J. I. R. **Fluxos migratórios e distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte - década de 70.** Minas Gerais: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1994. (Dissertação de Mestrado)

_____. CARVALHO, J. A. M. As migrações na grande Região Centro-Leste. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997, Curitiba. **Anais ...** Curitiba : ABEP/IPARDES, 1997. p.67-90.

RODRIGUES, I. A., CARMO, R. L. Migração e processo de urbanização nas bacias dos rios Piracicaba e Capivari nos períodos 1970/1980 e 1980/1991. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambú. **Anais ...** Belo Horizonte : ABEP, 1996.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** 3.ed. São Paulo : Editora Hucitec, 1997.

_____. et al. (orgs.). **Território, globalização e fragmentação.** Hucitec : São Paulo, 1994.

_____. **A urbanização brasileira.** Hucitec : São Paulo, 1993.

_____. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: VALLADARES, L., PRETECEILLE, E. (coords.). **Reestruturação urbana: tendências e desafios.** São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1990. p.183-191.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial.** São Paulo : Ed. Studio Nobel, 1998.

_____. **The global city.** New Jersey : Princeton University Press, 1990.

_____. **The mobility of labor and capital.** Cambridge : Cambridge University Press, 1988.

SCOTT, A. A economia metropolitana. In: BENKO, G., LIPIETZ, A. (orgs.). **As regiões ganhadoras – Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica.** Oeiras : Celta Editora, 1994. p.63-73.

SILVA, J. G., et al. O rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, 10(2), p.60-72, 1996.

SIMMONS, A. B. **Explaining migration: theory at the crossroads.** Louvain : Université Catholique, 1987. (mimeo)

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: _____. **Economia política da urbanização.** São Paulo : Editora Brasiliense, 1973.

_____. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo: Nacional / USP, 1968.

SOUZA, M. A. **A perspectiva da geografia sobre migrações internacionais – Relendo (sempre) Milton Santos.** Campinas : NESUR/NEPO-UNICAMP, mar.1995. (Trabalho apresentado no Seminário Contexto Geral das Migrações Internacionais)

- TAPIA, J. R. B. **Os pólos tecnológicos no Estado de São Paulo: uma avaliação crítica**. Campinas: SEADE/FECAMP. 1993. (Relatório de Pesquisa)
- TARTAGLIA, J. C., OLIVEIRA, O. L. A agricultura paulista e sua dinâmica regional (1920-1980). In: **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo : Fundação SEADE, 1(2), 1988.
- TASCHNER, S. P., BOGUS, L. M. M. Mobilidade espacial da população brasileira: aspectos e tendências. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, 3(2), jul./dez.1986.
- VAINER, C. B. Políticas migratórias no Brasil: origens, trajetórias e destinos (um roteiro para discussão no GT de Migrações). In: **Reunião dos Grupos de Trabalho da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Campinas : NEPO/UNICAMP, dez.1991.
- VÉRAS, M. P. **Entre o local e o global: políticas urbanas, espaços e sujeitos da cidade mundial**. Caxambu, 1996. (Trabalho apresentado na XX Encontro Anual da ANPOCS)
- VILLA, M., RODRIGUEZ, J. Dinámica sociodemografica de las metrópolis latinoamericanas. In: **Grandes ciudades de América Latina: dos capítulos. Documentos Docentes**, Santiago de Chile, Centro Latinoamericano de Demografía-CELADE, Naciones Unidas-FNUAP, 1994.
- _____. Urbanización y transición demográfica en América Latina: una reseña del período 1930-1990. In: **EL POBLAMIENTO DE LAS AMÉRICAS**, IUSSP. **Anais ...** v.2, 1992.
- WILLIAMS, R. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.
- ZUICHES, J. J. Residential preferences in migration theory. In: **New direction in urban rural migration: the population turnaround in America**. Academic Press : New York, 1980.

ANEXOS

Anexo 1

População Total, Urbana e Rural, Taxas de Crescimento (% a.a.), Distribuição Relativa (%) e Grau de Urbanização
Grandes Regiões - Brasil
1970, 1980, 1991 e 1996

	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
População						
1970						
Total	93.139.037	4.121.966	28.111.927	39.853.498	16.496.493	4.555.153
Urbana	52.087.092	1.754.553	11.752.916	28.965.601	7.304.586	2.309.436
Rural	41.051.945	2.367.413	16.359.011	10.887.897	9.191.907	2.245.717
1980						
Total	119.002.706	6.623.397	34.812.356	51.734.125	19.031.162	6.801.666
Urbana	80.436.409	3.332.429	17.566.842	42.840.081	11.877.739	4.819.318
Rural	38.566.297	3.290.968	17.245.514	8.894.044	7.153.423	1.982.348
1991						
Total	146.825.475	10.030.556	42.497.540	62.740.401	22.129.377	9.427.601
Urbana	110.990.990	5.922.574	25.776.279	55.225.983	16.403.032	7.663.122
Rural	35.834.485	4.107.982	16.721.261	7.514.418	5.726.345	1.764.479
1996						
Total	157.079.573	11.290.093	44.768.201	67.003.069	23.516.730	10.501.480
Urbana	123.082.167	7.039.327	29.192.696	59.825.958	18.158.350	8.865.836
Rural	33.997.406	4.250.766	15.575.505	7.177.111	5.358.380	1.635.644
Taxas de Crescimento (% a.a.)						
1970/1980						
Total	2,48	4,86	2,16	2,64	1,44	4,09
Urbana	4,44	6,63	4,10	3,99	4,98	7,63
Rural	-0,62	3,35	0,53	-2,00	-2,48	-1,24
1980/1991						
Total	1,93	3,85	1,83	1,77	1,38	3,01
Urbana	2,97	5,37	3,55	2,34	2,98	4,31
Rural	-0,67	2,04	-0,28	-1,52	-2,00	-1,05
1991/1996						
Total	1,36	2,39	1,05	1,32	1,22	2,18
Urbana	2,09	3,52	2,52	1,61	2,05	2,96
Rural	-1,05	0,69	-1,41	-0,91	-1,32	-1,50
Distribuição Relativa Brasil (%)						
1970	100,00	4,43	30,18	42,79	17,71	4,89
1980	100,00	5,57	29,25	43,47	15,99	5,72
1991	100,00	6,83	28,94	42,73	15,07	6,42
1996	100,00	7,19	28,50	42,66	14,97	6,69
Grau de Urbanização (%)						
1970	55,92	42,57	41,81	72,68	44,28	50,70
1980	67,59	50,31	50,46	82,81	62,41	70,85
1991	75,59	59,05	60,65	88,02	74,12	81,28
1996	78,36	62,35	65,21	89,29	77,21	84,42
Crescimento Absoluto						
1970/1980						
Total	25.863.669	2.501.431	6.700.429	11.880.627	2.534.669	2.246.513
Urbana	28.349.317	1.577.876	5.813.926	13.874.480	4.573.153	2.509.882
Rural	-2.485.648	923.555	886.503	-1.993.853	-2.038.484	-263.369
1980/1991						
Total	27.822.769	3.407.159	7.685.184	11.006.276	3.098.215	2.625.935
Urbana	30.554.581	2.590.145	8.209.437	12.385.902	4.525.293	2.843.804
Rural	-2.731.812	817.014	-524.253	-1.379.626	-1.427.078	-217.869
1991/1996						
Total	10.254.098	1.259.537	2.270.661	4.262.668	1.387.353	1.073.879
Urbana	12.091.177	1.116.753	3.416.417	4.599.975	1.755.318	1.202.714
Rural	-1.837.079	142.784	-1.145.756	-337.307	-367.965	-128.835

Nota: Considera-se a atual divisão político-administrativa do País em 1970, 1980, 1991 e 1996.

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991 e Contagem da População de 1996.

Anexo 2

População e Taxas de Crescimento (% a.a.)

Unidades da Federação

1970, 1980, 1991 e 1996

Grandes Regiões	População Total				Distribuição Relativa Regional (%)				Taxas de Crescimento (% a.a.)		
	1970	1980	1991	1996	1970	1980	1991	1996	1970/1980	1980/1991	1991/1996
Norte	4.121.966	6.623.397	10.030.556	11.290.093	100,00	100,00	100,00	100,00	4,86	3,85	2,39
Rorônia	111.064	491.069	1.132.692	1.231.007	2,69	7,41	11,29	10,90	16,03	7,89	1,68
Acre	215.299	301.303	417.718	483.726	5,22	4,55	4,16	4,28	3,42	3,01	2,98
Amazonas	955.235	1.430.089	2.103.243	2.389.279	23,17	21,59	20,97	21,16	4,12	3,57	2,58
Roraima	40.885	79.159	217.583	247.131	0,99	1,20	2,17	2,19	6,83	9,63	2,58
Pará	2.167.018	3.403.391	4.950.060	5.510.849	52,57	51,38	49,35	48,81	4,62	3,46	2,17
Amapá	114.359	175.257	289.397	379.459	2,77	2,65	2,89	3,36	4,36	4,67	5,57
Tocantins	518.106	743.129	919.863	1.048.642	12,57	11,22	9,17	9,29	3,67	1,96	2,66
Nordeste	28.081.048	34.812.356	42.497.540	44.768.201	100,00	100,00	100,00	100,00	2,17	1,83	1,05
Maranhão	2.992.686	3.996.404	4.930.253	5.222.565	10,66	11,48	11,60	11,67	2,93	1,93	1,16
Piauí	1.680.573	2.199.021	2.582.137	2.673.176	5,98	6,14	6,08	5,97	2,44	1,73	0,70
Ceará	4.361.603	5.288.253	6.366.647	6.809.794	15,53	15,19	14,98	15,21	1,95	1,70	1,35
Rio Grande do Norte	1.550.244	1.898.172	2.415.567	2.558.660	5,52	5,45	5,68	5,72	2,05	2,22	1,16
Paraíba	2.382.617	2.770.176	3.201.114	3.305.616	8,48	7,96	7,53	7,38	1,52	1,32	0,64
Pernambuco	5.161.881	6.143.272	7.127.855	7.399.131	18,38	17,65	16,77	16,53	1,76	1,36	0,75
Alagoas	1.588.109	1.982.591	2.514.100	2.633.339	5,66	5,70	5,92	5,88	2,24	2,18	0,93
Sergipe	900.744	1.140.121	1.491.876	1.624.175	3,21	3,28	3,51	3,63	2,38	2,47	1,71
Bahia	7.462.591	9.454.346	11.867.991	12.541.745	26,58	27,16	27,93	28,01	2,39	2,09	1,11
Sudeste	39.861.222	51.734.125	62.740.401	67.003.069	100,00	100,00	100,00	100,00	2,64	1,77	1,32
Minas Gerais	11.487.415	13.378.553	15.743.152	16.673.097	28,82	25,86	25,09	24,88	1,54	1,49	1,15
Espírito Santo	1.607.057	2.023.340	2.600.618	2.802.707	4,03	3,91	4,15	4,18	2,33	2,31	1,51
Rio de Janeiro	8.994.802	11.291.520	12.807.706	13.406.379	22,57	21,83	20,41	20,01	2,30	1,15	0,92
São Paulo	17.771.948	25.040.712	31.588.925	34.120.886	44,58	48,40	50,35	50,92	3,49	2,13	1,55
Sul	16.496.493	19.031.162	22.129.377	23.516.730	100,00	100,00	100,00	100,00	1,44	1,38	1,22
Paraná	6.929.868	7.629.392	8.448.713	9.003.804	42,01	40,09	38,18	38,29	0,97	0,93	1,28
Santa Catarina	2.901.734	3.627.933	4.541.994	4.875.244	17,59	19,06	20,52	20,73	2,26	2,06	1,43
Rio Grande do Sul	6.664.891	7.773.837	9.138.670	9.637.682	40,40	40,85	41,30	40,98	1,55	1,48	1,07
Centro-Oeste	4.555.153	6.801.666	9.418.581	10.501.480	100,00	100,00	100,00	100,00	4,09	3,00	2,20
Mato Grosso do Sul	998.211	1.369.567	1.780.373	1.927.834	21,91	20,14	18,90	18,36	3,21	2,41	1,60
Mato Grosso	598.879	1.138.691	2.027.231	2.235.832	13,15	16,74	21,52	21,29	6,64	5,38	1,98
Goiás	2.420.571	3.116.473	4.012.562	4.515.868	53,14	45,82	42,60	43,00	2,56	2,32	2,39
Distrito Federal	537.492	1.176.935	1.598.415	1.821.946	11,80	17,30	16,97	17,35	8,15	2,82	2,65
Brasil	93.115.882	119.002.706	146.816.455	157.079.573	-	-	-	-	2,48	1,93	1,36

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970 a 1991 e Contagem da População de 1996; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Anexo 3

Distribuição Relativa da População Economicamente Ativa por Setor de Atividade^(*) segundo Condição de Naturalidade

Unidades da Federação – Brasil

1981-1991

UFs	PEA								
	Imigrantes de Retorno (1)			Emigrantes (2)			Não-Migrantes (3)		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
Rondônia	21,29	13,64	56,89	18,49	23,85	53,13	36,36	13,27	45,68
Acre	11,45	12,50	69,70	9,39	20,28	61,82	32,40	11,56	50,55
Amazonas	6,30	25,51	55,79	7,32	18,93	66,81	27,38	19,53	42,20
Roraima	12,04	19,76	63,60	11,67	17,68	66,23	15,33	31,74	43,87
Pará	13,48	18,28	61,41	12,03	24,61	56,40	32,41	16,07	45,12
Amapá	3,62	20,77	67,12	7,02	18,32	66,74	12,40	19,91	56,94
Tocantins	20,51	13,59	60,10	30,36	17,25	48,20	44,60	11,33	39,21
Maranhão	20,87	17,25	55,08	17,85	28,57	47,70	52,68	10,16	32,37
Piauí	26,10	9,81	57,75	11,12	31,54	52,19	46,53	10,69	38,55
Ceará	24,97	19,24	51,26	10,84	28,17	55,75	32,51	17,43	45,57
Rio Grande do Norte	15,37	20,40	55,69	11,10	26,51	57,20	26,27	17,72	49,05
Paraíba	22,15	19,28	52,78	10,22	28,47	56,00	34,42	14,32	45,91
Pernambuco	19,21	20,58	53,41	9,46	31,74	52,20	26,92	17,11	48,08
Alagoas	21,98	17,60	53,48	13,06	30,87	49,54	38,80	13,27	40,37
Sergipe	17,11	18,39	55,76	14,02	27,34	53,17	29,99	16,03	46,82
Bahia	21,54	18,05	53,38	9,32	32,26	52,67	37,46	13,68	41,07
Minas Gerais	16,58	24,60	54,85	14,36	28,16	52,97	25,34	21,86	48,74
Espírito Santo	16,85	21,49	57,44	25,79	21,46	48,79	27,50	19,21	49,61
Rio de Janeiro	2,63	17,76	72,23	6,52	21,26	66,13	3,68	22,60	66,33
São Paulo	9,44	28,16	56,90	17,03	21,86	56,12	7,65	31,30	55,55
Paraná	18,23	23,84	54,27	20,76	30,87	44,47	28,82	19,90	47,77
Santa Catarina	13,19	29,95	52,65	14,91	29,04	52,81	26,45	28,65	40,95
Rio Grande do Sul	10,94	26,79	58,95	18,45	20,03	58,05	23,31	24,11	49,16
Mato Grosso do Sul	15,88	16,64	63,13	21,57	23,91	50,99	24,14	15,98	56,38
Mato Grosso	19,17	17,15	58,32	22,36	21,42	52,54	26,03	20,15	48,72
Goiás	13,77	19,21	62,02	20,45	19,69	55,69	22,90	18,40	54,39
Distrito Federal	2,71	11,11	79,05	6,22	17,36	70,41	1,52	12,85	80,58
Total	16,25	22,04	56,32	14,53	26,42	53,98	22,11	21,93	50,51

Notas: (*) Inclui a categoria "desocupado" na distribuição relativa total.

(1) Refere-se às pessoas que retornaram no período 1981-1991 aos estados de nascimento.

(2) População com menos de 10 anos de residência na UF atual.

(3) População residente há mais de 10 anos na UF de residência atual ou que nunca migrou.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NESUR/UNICAMP.

Anexo 4

Principais Fluxos Migratórios Interestaduais^(*) Totais e de Retorno

Unidades da Federação – Brasil

1981-1991

UFs	Origem/Destino	Imigração 1981-1991		Proporção de Imigrante de Retorno		Emigração 1981-1991		Proporção de Emigrante de Retorno		Trocias Migratórias Totais 1981-1991
		Total	Retorno	1981-1991	1990-1995 (**)	Total	Retorno	1981-1991	1990-1995 (**)	
Rorônia	Paraná	104.083	1.358	1,30	0,00	27.492	17.015	61,89	50,97	76.591
	Minas Gerais	39.300	532	1,35	0,00	12.701	9.042	71,19	35,84	26.599
	Mato Grosso	39.531	853	2,16	0,00	30.509	4.271	14,00	3,61	9.022
	São Paulo	30.060	686	2,28	0,00	18.954	6.774	35,74	0,00	11.106
	Outras UF's	198.829	5.357	2,69	3,84	68.302	28.893	42,30	32,30	130.527
	Total	411.803	8.786	2,13	2,66	157.958	65.995	41,78	24,44	253.845
Acre	Amazonas	7.795	1.902	24,49	0,00	6.686	1.490	22,29	12,49	1.109
	Rorônia	6.798	1.723	25,35	55,58	12.771	551	4,31	0,00	-5.973
	Outras UF's	14.654	2.347	16,02	0,00	11.093	3.727	33,60	30,84	3.561
	Total	29.247	5.972	20,42	10,17	30.550	5.768	18,88	11,35	-1.303
Amazonas	Pará	43.930	6.304	14,35	0,00	16.177	8.163	50,46	16,13	27.753
	Ceará	12.773	1.699	13,30	8,33	7.258	4.526	62,36	41,75	5.515
	Outras UF's	56.693	9.985	17,61	14,81	73.350	18.274	24,91	12,69	-16.657
	Total	113.396	17.988	15,86	5,70	96.785	30.963	31,99	16,76	16.611
Roraima	Maranhão	21.807	252	1,16	0,00	892	661	74,10	0,00	20.915
	Pará	10.068	259	2,57	0,00	1.551	212	13,67	0,00	8.517
	Outras UF's	30.706	896	2,93	0,00	11.079	4.301	38,82	41,32	19.627
	Total	62.581	1.407	2,25	0,00	13.522	5.174	38,26	43,90	49.059
Pará	Maranhão	197.109	12.736	6,46	4,13	56.170	29.368	52,28	35,90	140.939
	Tocantins	61.101	3.767	6,17	18,49	26.507	8.127	30,66	14,89	34.594
	Ceará	35.506	2.847	8,02	3,09	19.212	13.153	68,46	55,40	16.294
	Goiás	30.975	1.973	6,37	8,46	19.762	7.979	40,38	0,00	11.213
	Bahia	25.320	1.460	5,77	0,00	5.377	2.521	46,83	0,00	19.943
	Piauí	21.236	1.302	6,13	0,00	9.419	6.080	64,55	11,11	11.817
	São Paulo	13.192	3.226	24,45	16,10	26.276	5.824	22,16	8,98	-13.084
	Outras UF's	123.969	24.498	19,76	16,87	177.568	34.706	19,55	54,54	-53.599
	Total	508.408	51.809	10,19	9,17	340.291	107.758	31,67	19,23	168.117
	Pará	32.628	3.429	10,51	0,00	8.217	2.739	33,33	41,97	24.411
Amapá	Outras UF's	10.525	917	8,71	0,00	5.788	2.168	37,46	64,77	4.737
	Total	43.153	4.346	10,07	0,00	14.005	4.907	35,04	50,18	29.148
Tocantins	Maranhão	39.461	3.242	8,22	2,04	15.914	6.325	39,74	42,87	23.547
	Pará	26.507	8.127	30,66	14,89	61.101	3.767	6,17	18,49	-34.594
	Goiás	39.374	6.471	16,43	15,58	36.804	11.483	31,20	36,26	2.570
	Outras UF's	53.674	5.629	10,49	7,77	30.882	7.897	25,57	36,84	22.792
	Total	159.016	23.469	14,76	10,08	144.701	29.472	20,37	34,80	14.315
	Maranhão	60.478	12.847	21,24	4,08	58.463	21.032	35,97	9,23	2.015
Maranhão	Pará	56.170	29.368	52,28	35,94	197.109	12.736	6,46	4,13	-140.939
	Ceará	24.028	4.166	17,34	18,19	20.358	9.078	44,59	56,54	3.670
	Tocantins	15.914	6.325	39,74	42,87	39.461	3.242	8,22	2,04	-23.547
	São Paulo	13.244	6.468	48,84	33,31	32.135	3.061	9,53	11,20	-18.891
	Rio de Janeiro	9.879	5.272	53,37	100,00	15.544	1.768	11,37	72,20	-5.665
	Outras UF's	57.180	19.352	33,84	86,04	135.014	15.415	11,42	7,75	-77.834
	Total	236.893	83.798	35,37	32,47	498.084	66.332	13,32	8,43	-261.191
	Piauí	58.463	21.032	35,97	9,23	60.478	12.487	20,65	24,99	-2.015
	São Paulo	26.004	18.375	70,66	69,56	197.109	5.416	2,75	0,00	-171.105
	Ceará	25.225	5.787	22,94	25,00	23.166	9.078	39,19	26,33	2.059
Piauí	Outras UF's	51.542	27.321	53,01	20,69	217.331	10.432	4,80	7,23	-163.789
	Total	161.234	72.515	44,98	25,87	498.084	37.413	7,51	8,64	-336.850
Ceará	São Paulo	74.877	53.927	72,02	32,05	188.677	13.215	7,90	1,14	-113.800
	Rio de Janeiro	33.719	23.061	68,39	47,79	53.708	5.027	9,36	0,00	-19.989
	Pernambuco	23.226	9.737	41,92	23,92	27.910	6.864	25,13	5,18	-4.084
	Outras UF's	161.090	84.729	52,60	37,90	250.016	34.336	13,73	5,56	-88.926
	Total	292.912	171.454	58,53	41,25	519.711	59.442	11,44	3,91	-226.799
Rio Grande do Norte	Paraná	38.950	9.670	24,83	3,23	25.405	10.599	41,72	21,75	13.545
	São Paulo	27.815	16.438	59,10	48,73	46.311	3.682	7,95	7,18	-18.496
	Rio de Janeiro	21.401	11.290	52,75	30,77	19.954	3.014	15,10	0,00	1.447
	Outras UF's	71.128	29.306	41,20	27,27	73.774	17.123	23,21	10,40	-2.646
	Total	159.294	66.704	41,87	28,33	165.444	34.418	20,80	11,15	-6.150
Pernambuco	Pernambuco	48.918	16.314	33,35	20,41	51.077	13.498	26,43	19,80	-2.159
	São Paulo	45.014	30.490	67,73	57,45	111.249	7.829	7,04	0,00	-66.235
	Rio de Janeiro	41.020	26.897	65,57	54,30	63.695	4.966	7,80	0,00	-22.675
	Rio Grande do Norte	25.405	10.599	41,72	21,75	38.905	9.670	24,86	3,23	-13.500
	Outras UF's	48.162	25.056	52,02	44,44	91.369	12.763	12,97	7,23	-43.207
	Total	208.519	109.356	52,44	40,87	356.295	48.726	13,68	1,26	-147.776

(Continua)

(Continuação)

UF's	Origem/Destino	Imigração 1981-1991		Proporção de Imigrantes de Retorno		Emigração 1981-1991		Proporção de Emigrante de Retorno		Trocac Migratórias Totais 1981-1991
		Total	Retorno	1981-1991	1990-1995 (**)	Total	Retorno	1981-1991	1990-1995 (**)	
Pernambuco	São Paulo	121.071	77.305	63,85	44,76	322.687	26.001	8,06	4,18	-201.616
	Paraná	51.677	13.989	27,39	19,80	48.918	16.314	33,35	20,41	2.159
	Bahia	41.177	18.415	44,72	38,95	61.704	12.262	19,87	2,38	-20.527
	Alagoas	38.682	15.440	39,92	44,41	54.043	10.709	19,82	24,45	-15.361
	Rio de Janeiro	27.297	14.422	52,83	42,57	44.967	5.694	12,66	3,41	-17.670
	Outras UF's	91.280	34.087	37,34	32,23	125.514	25.947	20,67	9,66	-34.234
	Total	370.584	173.658	46,86	36,31	657.833	96.927	14,73	8,64	-287.249
Alagoas	Pernambuco	54.043	10.709	19,82	24,45	38.682	15.440	39,92	44,41	15.361
	São Paulo	30.358	16.501	54,35	14,29	92.946	7.619	8,20	2,02	-62.588
	Bahia	12.919	5.194	40,20	75,00	18.465	3.608	19,54	2,09	-5.546
	Outras UF's	36.532	14.112	38,63	43,47	62.273	11.738	18,85	0,15	-25.741
	Total	133.852	46.516	34,75	28,42	212.366	38.405	18,08	5,49	-78.514
Sergipe	Bahia	39.596	12.631	31,90	25,00	27.357	6.897	25,21	23,19	12.239
	Alagoas	24.916	3.718	14,92	8,00	9.640	4.500	46,68	0,00	15.276
	São Paulo	23.464	12.043	51,33	34,15	32.536	3.306	10,16	0,00	-9.072
	Rio de Janeiro	8.893	3.915	44,02	2,72	4.977	829	16,66	0,00	3.916
	Outras UF's	25.174	6.299	25,02	11,53	19.531	6.978	35,73	23,49	5.643
	Total	122.043	38.606	31,63	22,70	94.041	22.510	23,94	11,55	28.002
Bahia	São Paulo	147.587	87.797	59,49	53,87	437.132	37.572	8,60	4,37	-289.545
	Rio de Janeiro	34.858	15.837	45,43	34,05	40.067	6.916	17,26	10,02	-5.209
	Pernambuco	61.704	12.262	19,87	5,37	41.177	18.415	44,72	38,95	20.527
	Minas Gerais	45.067	14.526	32,23	36,11	53.326	16.393	30,74	27,03	-8.259
	Outras UF's	165.951	47.463	28,60	6,22	305.200	58.851	19,28	15,76	-139.249
	Total	455.167	177.885	39,08	29,03	876.902	138.147	15,75	9,54	-421.735
Minas Gerais	São Paulo	326.580	167.755	51,37	38,56	475.268	69.726	14,67	13,48	-148.688
	Rio de Janeiro	124.710	57.534	46,13	28,94	107.871	21.559	19,98	2,16	16.839
	Goiás	65.792	30.725	46,70	31,07	73.581	14.112	19,18	21,21	-7.789
	Espírito Santo	58.959	31.235	52,98	41,33	105.953	14.212	13,41	22,08	-46.994
	Bahia	53.326	16.393	30,74	27,03	45.067	14.526	32,23	36,11	8.259
	Distrito Federal	34.653	20.662	59,61	31,13	49.048	1.594	3,25	0,00	-14.385
	Outras UF's	133.852	52.715	39,38	27,91	159.330	26.550	16,54	22,90	-25.478
	Total	797.882	377.019	47,25	33,81	1.016.118	162.070	15,95	16,01	-218.236
Espírito Santo	Minas Gerais	105.953	14.212	13,41	22,08	58.959	31.235	52,98	41,33	46.994
	Rio de Janeiro	60.745	18.700	30,78	33,33	35.742	9.286	25,98	8,83	25.003
	Bahia	45.043	8.457	18,78	9,26	20.538	6.738	32,81	8,09	24.505
	Roraima	8.028	5.154	64,20	54,52	38.736	694	1,79	0,00	-30.708
	Outras UF's	49.295	11.415	23,16	12,82	43.157	8.364	19,38	0,00	6.138
	Total	269.064	57.938	21,53	21,74	197.132	56.317	28,57	27,19	71.932
Rio de Janeiro	Minas Gerais	107.871	21.559	19,98	2,16	124.710	57.534	46,13	28,94	-16.839
	São Paulo	77.086	25.559	33,16	12,09	128.979	25.683	19,91	12,37	-51.893
	Espírito Santo	35.742	9.286	25,98	8,83	60.745	18.700	30,78	33,33	-25.003
	Paraná	63.695	4.966	7,80	0,00	41.020	26.897	65,57	54,30	22.675
	Ceará	53.708	5.027	9,36	0,00	33.719	23.061	68,39	47,79	19.989
	Pernambuco	44.967	5.694	12,66	3,41	27.297	14.422	52,83	42,57	17.670
	Bahia	40.067	6.916	17,26	5,49	34.858	15.837	45,43	34,05	5.209
	Outras UF's	153.264	41.169	26,86	9,77	172.410	56.876	32,99	9,07	-19.146
	Total	576.400	120.167	20,83	4,73	623.738	239.010	38,32	26,20	-47.335
São Paulo	Minas Gerais	475.268	69.426	14,61	13,48	326.580	167.755	51,37	38,56	148.688
	Bahia	437.132	37.572	8,60	4,37	147.587	87.797	59,49	53,87	289.545
	Paraná	446.281	75.278	16,87	15,31	222.365	93.316	41,97	41,14	223.916
	Pernambuco	322.687	26.001	8,06	41,83	121.071	77.305	63,85	44,76	201.616
	Ceará	188.677	13.215	7,00	1,14	74.877	53.927	72,02	52,65	113.800
	Rio de Janeiro	128.979	25.683	19,91	12,37	77.086	25.559	33,16	12,09	51.893
	Paraná	111.249	7.829	7,04	0,00	45.014	30.490	67,73	57,45	66.235
	Outras UF's	568.887	118.235	20,78	2,96	480.355	133.632	27,82	66,92	88.532
	Total	2.679.160	373.239	13,93	10,10	1.494.935	669.781	44,80	35,28	1.184.225
Paraná	São Paulo	222.365	93.316	41,97	41,14	440.281	75.278	17,10	15,31	-217.916
	Santa Catarina	104.421	30.371	29,09	29,44	153.243	38.428	25,08	14,98	-48.822
	Mato Grosso	52.559	33.297	63,35	44,87	164.597	4.614	2,80	2,67	-112.038
	Roraima	27.492	17.015	61,89	50,97	104.083	1.358	1,30	0,00	-76.591
	Rio Grande do Sul	59.191	10.914	18,44	15,60	54.618	24.087	44,10	45,61	4.573
	Mato Grosso do Sul	33.752	18.408	54,54	14,00	64.602	4.702	7,28	5,48	-30.850
	Outras UF's	88.308	27.075	30,66	23,87	100.110	24.941	24,91	11,94	-11.802
	Total	588.088	230.396	39,18	36,93	1.081.534	173.408	16,03	15,02	-493.446

(Continua)

(Continuação)

UF's	Origem/Destino	Imigração 1981-1991		Proporção de Imigrantes de Retorno		Emigração 1981-1991		Proporção de Emigrantes de Retorno		Trocass Migratórias Totais 1981-1991
		Total	Retorno	1981-1991	1990-1995 (**)	Total	Retorno	1981-1991	1990-1995 (**)	
Santa Catarina	Paraná	153.243	38.428	25,08	14,98	104.421	30.371	29,09	29,44	48.822
	Rio Grande do Sul	97.237	22.837	23,49	6,09	83.003	33.607	40,49	35,72	14.234
	São Paulo	37.689	11.884	31,53	17,50	23.713	5.322	22,44	30,97	13.976
	Outras UF's	41.746	14.731	34,14	4,44	60.308	6.739	11,17	9,42	-18.562
	Total	329.915	87.400	26,49	12,25	271.445	76.039	28,01	28,91	58.470
Rio Grande do Sul	Santa Catarina	83.003	33.607	40,49	33,75	97.237	22.837	23,49	6,09	-14.234
	Paraná	54.618	24.087	44,10	45,62	59.191	10.914	18,44	15,60	-4.573
	São Paulo	27.185	13.587	49,98	41,41	29.412	6.094	20,72	11,78	-2.227
	Mato Grosso	8.738	7.063	80,83	54,95	27.800	885	3,18	0,00	-19.062
	Outras UF's	60.414	35.009	57,95	74,43	82.483	12.715	15,42	13,29	-22.069
	Total	233.958	113.353	48,45	42,33	296.123	53.445	18,05	9,38	-62.165
Mato Grosso do Sul	São Paulo	93.829	14.426	15,37	7,94	70.250	31.239	44,47	39,44	23.579
	Paraná	64.602	4.702	7,28	3,48	33.752	18.408	54,54	61,02	30.650
	Mato Grosso	24.828	7.725	31,11	17,47	68.320	3.766	5,51	8,34	-43.492
	Outras UF's	79.355	12.410	15,64	5,55	65.102	16.800	25,81	42,59	14.253
	Total	262.614	39.263	14,95	8,69	237.424	70.213	29,57	36,81	23.190
Mato Grosso	Paraná	164.597	4.614	2,80	2,67	52.559	33.297	63,35	44,87	112.038
	Mato Grosso do Sul	68.320	3.766	5,51	8,54	24.828	7.725	31,11	17,47	43.492
	Goiás	51.121	3.544	6,93	4,31	29.528	14.579	49,37	40,00	21.593
	Rorônia	30.509	4.271	14,00	3,61	39.531	853	2,16	11,11	-9.022
	São Paulo	64.125	3.145	4,90	6,17	37.689	16.426	43,58	33,14	26.456
	Maranhão	22.148	570	2,57	0,00	2.504	1.518	60,62	100,00	19.644
	Santa Catarina	23.880	686	2,65	0,00	6.320	3.506	55,47	9,10	19.560
	Rio Grande do Sul	27.800	885	3,18	0,00	8.738	7.063	80,83	54,95	19.062
	Outras UF's	87.247	4.734	5,43	1,41	42.742	16.327	38,20	17,82	44.505
	Total	541.747	26.215	4,84	3,80	244.439	101.294	41,44	30,60	297.308
Goiás	Minas Gerais	73.581	14.112	19,18	21,21	65.792	30.754	46,70	31,07	7.789
	Bahia	50.991	4.052	7,95	1,16	10.236	5.659	55,29	46,03	40.755
	Distrito Federal	153.642	28.376	18,47	16,61	53.434	4.591	8,59	36,37	100.208
	Mato Grosso	29.528	14.579	49,37	40,00	51.121	3.544	6,93	4,31	-21.593
	Tocantins	36.804	11.483	31,20	36,26	39.374	6.471	16,43	15,58	-2.570
	Pará	19.762	7.979	40,38	25,64	30.975	1.973	6,37	8,46	-11.213
	São Paulo	41.811	8.396	20,08	18,67	35.019	11.506	32,29	38,37	6.792
	Outras UF's	112.026	14.816	13,23	9,17	59.223	21.002	35,46	31,77	52.803
	Total	518.145	103.793	20,03	18,11	345.174	85.270	24,70	17,02	172.971
Distrito Federal	Minas Gerais	49.048	1.594	3,25	0,00	34.663	20.652	59,61	23,32	14.385
	Goiás	53.434	4.591	8,59	0,00	153.642	28.376	18,47	16,67	-100.208
	Piauí	38.082	449	1,18	0,00	11.668	7.104	60,88	42,86	26.414
	Rio de Janeiro	22.856	1.037	4,54	0,00	22.498	11.490	51,07	40,86	358
	São Paulo	14.840	753	5,07	0,00	20.793	5.492	26,41	9,93	-5.953
	Maranhão	25.740	259	1,01	0,00	9.507	5.307	55,82	31,25	16.233
	Ceará	38.082	597	1,57	0,00	13.924	8.205	66,11	24,96	24.158
	Paraíba	18.300	274	1,50	0,00	7.193	4.777	66,41	42,86	11.107
	Pernambuco	11.790	340	2,88	0,00	6.480	3.407	52,58	67,31	5.310
	Bahia	36.765	775	2,11	0,00	11.603	6.482	55,86	53,48	25.162
	Outras UF's	40.251	2.381	5,92	0,00	48.130	14.308	29,73	6,65	-7.879
	Total	349.188	13.090	3,74	0,00	340.101	116.610	34,29	21,73	9.067

Nota: (*) População com menos de 10 anos de residência na UF atual.

(**) Para a Região Norte é possível que a PNAD de 1995 tenha problemas amostrais; além disso, não contempla o rural da Região.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e PNAD de 1995; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Anexo 5
Movimento Migratório Interestadual

 Principais Fluxos por Unidade da Federação- Brasil
 1986-1991 e 1991-1996

UF's	Origem/Destino	1986-1991			1991-1996		
		Imigração	Emigração	Trocas Migratórias	Imigração	Emigração	Trocas Migratórias
Rondônia	Paraná	23.477	16.323	7.154	7.791	8.913	-1.122
	Espírito Santo	14.692	4.794	9.898	5.349	3.434	1.915
	Mato Grosso	11.663	18.288	-6.625	9.596	15.707	-6.111
	São Paulo	8.179	12.736	-4.557	5.730	8.292	-2.562
	Minas Gerais	11.239	7.712	3.527	5.454	3.638	1.816
	Amazonas	7.662	2.513	5.149	4.699	4.751	-52
	Outras UF	50.152	32.087	18.065	26.309	22.693	3.616
	Total	127.064	94.453	32.611	64.928	67.428	-2.500
Acre	Rondônia	3.730	5.271	-1.541	2.666	3.572	-906
	Amazonas	3.369	3.053	316	2.895	2.554	341
	Outras UF	5.878	6.030	-152	4.806	6.352	-1.546
	Total	12.977	14.354	-1.377	10.367	12.478	-2.111
Amazonas	Pará	24.186	7.182	17.004	15.315	7.412	7.903
	Ceará	6.526	2.910	3.616	2.890	2.798	92
	Rondônia	2.513	7.662	-5.149	4.751	4.699	52
	Maranhão	4.805	997	3.808	2.766	1.193	1.573
	Outras UF	21.329	25.529	-4.200	17.758	24.102	-6.344
	Total	59.359	44.280	15.079	43.480	40.204	3.276
Roraima	Maranhão	12.697	301	12.396	9.767	347	9.420
	Pará	7.393	866	6.527	6.889	594	6.295
	São Paulo	577	419	158	411	1.844	-1.433
	Amazonas	3.426	799	2.627	4.748	1.192	3.556
	Ceará	2.600	499	2.101	1.462	313	1.149
	Outras UF	8.649	3.814	4.835	6.539	6.297	242
	Total	35.342	6.698	28.644	29.816	10.587	19.229
Pará	Maranhão	84.541	28.080	56.461	74.885	18.792	56.093
	Tocantins	25.519	16.158	9.361	13.832	17.120	-3.288
	Amapá	4.067	17.827	-13.760	3.799	31.009	-27.210
	Ceará	12.786	8.577	4.209	9.237	6.584	2.653
	Bahia	13.332	2.830	10.502	5.919	3.063	2.856
	Piauí	8.099	4.013	4.086	5.750	3.219	2.531
	Minas Gerais	8.004	6.053	1.951	4.239	5.789	-1.550
	São Paulo	5.655	14.653	-8.998	4.688	29.377	-24.689
	Goiás	11.033	12.916	-1.883	8.639	14.826	-6.187
	Amazonas	7.182	24.186	-17.004	7.412	15.315	-7.903
	Outras UF	32.231	47.900	-15.669	29.775	44.518	-14.743
	Total	212.449	183.193	29.256	168.175	189.612	-21.437
Amapá	Pará	17.826	4.067	13.759	31.009	3.799	27.210
	Maranhão	1.609	473	1.136	5.946	305	5.641
	Outras UF	4.202	2.599	1.603	5.767	3.077	2.690
	Total	23.637	7.139	16.498	42.722	7.181	35.541
Tocantins	Goiás	20.842	26.038	-5.196	17.803	22.646	-4.843
	Maranhão	17.672	7.638	10.034	22.902	4.007	18.895
	Pará	16.158	22.519	-6.361	17.120	13.832	3.288
	Outras UF	27.643	15.613	12.030	26.922	15.416	11.506
	Total	82.315	71.808	10.507	84.747	55.901	28.846

(Continua)

(Continuação)

UF's	Origem/Destino	1986-1991			1991-1996		
		Imigração	Emigração	Trocas Migratórias	Imigração	Emigração	Trocas Migratórias
Maranhão	Distrito Federal	3.596	14.434	-10.838	2.468	17.752	-15.284
	Pará	28.080	84.541	-56.461	18.792	74.885	-56.093
	Piauí	24.228	27.833	-3.605	14.727	20.132	-5.405
	São Paulo	5.760	18.031	-12.271	4.071	21.269	-17.198
	Mato Grosso	1.125	11.948	-10.823	1.312	4.631	-3.319
	Tocantins	7.638	17.672	-10.034	4.007	22.902	-18.895
	Roraima	301	12.697	-12.396	347	9.767	-9.420
	Goiás	2.792	9.171	-6.379	2.150	18.053	-15.903
	Outras UF	29.929	41.619	-11.690	19.277	35.572	-16.295
	Total	103.449	237.946	-134.497	67.151	224.963	-157.812
Piauí	Ceará	11.490	10.497	993	6.369	7.949	-1.580
	Maranhão	27.833	24.228	3.605	20.132	14.727	5.405
	São Paulo	10.821	43.521	-32.700	10.845	42.993	-32.148
	Distrito Federal	4.330	21.980	-17.650	3.987	20.450	-16.463
	Pará	4.013	8.099	-4.086	3.219	5.760	-2.541
	Outras UF	14.464	31.128	-16.664	11.098	35.909	-24.811
	Total	72.951	139.453	-66.502	55.650	127.788	-72.138
Ceará	São Paulo	28.585	94.928	-66.343	26.602	69.942	-43.340
	Rio de Janeiro	13.418	23.344	-9.926	10.740	19.488	-8.748
	Distrito Federal	5.364	16.152	-10.788	4.291	10.663	-6.372
	Pernambuco	10.888	13.041	-2.153	8.615	7.010	1.605
	Piauí	10.497	11.490	-993	7.949	6.369	1.580
	Pará	8.577	12.786	-4.209	6.584	9.237	-2.653
	Maranhão	8.843	8.931	-88	6.383	4.768	1.615
	Outras UF	35.486	64.491	-29.005	28.809	49.566	-20.757
	Total	121.658	245.163	-123.505	99.973	177.043	-77.070
Rio Grande do Norte	Paraíba	18.370	10.401	7.969	10.542	7.711	2.831
	São Paulo	13.182	23.657	-10.475	9.801	19.183	-9.382
	Rio de Janeiro	9.730	8.677	1.053	8.006	6.896	1.110
	Ceará	9.702	7.569	2.133	5.750	5.655	95
	Pernambuco	6.557	4.977	1.580	4.403	2.838	1.565
	Outras UF	18.037	21.166	-3.129	14.038	20.244	-6.206
	Total	75.578	76.447	-869	52.540	62.527	-9.987
Paraíba	Pernambuco	21.610	24.342	-2.732	17.172	14.743	2.429
	São Paulo	18.648	58.744	-40.096	15.819	44.540	-28.721
	Rio de Janeiro	18.136	30.433	-12.297	12.245	23.790	-11.545
	Rio Grande do Norte	10.401	18.370	-7.969	7.711	10.542	-2.831
	Distrito Federal	2.520	10.268	-7.748	2.481	5.825	-3.344
	Ceará	4.551	6.728	-2.177	3.661	3.608	53
	Bahia	3.469	5.199	-1.730	2.941	3.522	-581
	Outras UF	9.572	19.968	-10.396	8.921	17.859	-8.938
	Total	88.907	174.052	-85.145	70.951	124.429	-53.478
Pernambuco	São Paulo	52.321	164.908	-112.587	33.847	123.791	-89.944
	Paraíba	24.342	21.610	2.732	14.743	17.172	-2.429
	Alagoas	21.268	24.859	-3.591	14.961	15.651	-690
	Bahia	18.551	25.477	-6.926	14.064	19.646	-5.582
	Ceará	13.041	10.888	2.153	7.010	8.615	-1.605
	Rio de Janeiro	12.045	19.389	-7.344	8.449	12.849	-4.400
	Outras UF	30.114	50.098	-19.984	23.361	39.034	-15.673
	Total	171.682	317.229	-145.547	116.435	236.758	-120.323

(Continua)

(Continuação)

UFs	Origem/Destino	1986-1991			1991-1996		
		Imigração	Emigração	Trocas Migratórias	Imigração	Emigração	Trocas Migratórias
Alagoas	Pernambuco	24.859	21.268	3.591	15.651	14.961	690
	São Paulo	13.360	52.327	-38.967	8.950	52.065	-43.115
	Sergipe	4.085	11.844	-7.759	3.629	7.070	-3.441
	Bahia	6.476	8.471	-1.995	4.091	6.924	-2.833
	Outras UF	12.099	18.720	-6.621	9.024	22.671	-13.647
	Total	60.879	112.630	-51.751	41.345	103.691	-62.346
Sergipe	Bahia	18.216	10.947	7.269	12.426	9.315	3.111
	São Paulo	10.191	15.847	-5.656	5.923	17.905	-11.982
	Alagoas	11.844	4.085	7.759	7.070	3.629	3.441
	Outras UF	15.721	11.337	4.384	11.068	11.337	-269
	Total	55.972	42.216	13.756	36.487	42.186	-5.699
Bahia	São Paulo	58.544	248.597	-190.053	53.875	264.474	-210.599
	Minas Gerais	18.316	28.957	-10.641	15.272	27.766	-12.494
	Rio de Janeiro	14.676	19.024	-4.348	11.789	17.005	-5.216
	Goiás	4.189	28.193	-24.004	5.169	29.725	-24.556
	Pernambuco	25.477	18.551	6.926	19.646	14.064	5.582
	Distrito Federal	3.584	22.443	-18.859	4.371	20.172	-15.801
	Espírito Santo	9.372	24.084	-14.712	7.650	29.148	-21.498
	Sergipe	10.947	18.216	-7.269	9.315	12.426	-3.111
	Outras UF	41.511	61.025	-19.514	36.315	42.501	-6.186
	Total	186.616	469.090	-282.474	163.402	457.281	-293.879
Minas Gerais	São Paulo	145.822	236.086	-90.264	126.743	163.056	-36.313
	Rio de Janeiro	58.084	45.553	12.531	48.484	31.208	17.276
	Goiás	30.345	35.797	-5.452	25.359	27.121	-1.762
	Espírito Santo	27.728	51.403	-23.675	19.403	36.719	-17.316
	Bahia	28.957	18.316	10.641	27.766	15.272	12.494
	Paraná	15.309	9.745	5.564	9.727	9.056	671
	Distrito Federal	13.151	27.353	-14.202	10.427	21.019	-10.592
	Rondônia	7.712	11.239	-3.527	3.638	5.454	-1.816
	Mato Grosso	5.935	10.406	-4.471	6.023	6.481	-458
	Outras UF	38.844	33.497	5.347	37.915	23.898	14.017
	Total	371.887	479.395	-107.508	315.485	339.284	-23.799
Espírito Santo	Minas Gerais	51.403	27.728	23.675	36.719	19.403	17.316
	Rio de Janeiro	29.262	16.981	12.281	24.213	12.490	11.723
	Bahia	24.084	9.372	14.712	29.148	7.650	21.498
	Rondônia	4.794	14.692	-9.898	3.434	5.349	-1.915
	São Paulo	10.825	8.864	1.961	8.696	8.092	604
	Outras UF	15.055	13.274	1.781	14.289	9.353	4.936
	Total	135.423	90.911	44.512	116.499	62.337	54.162
Rio de Janeiro	Minas Gerais	45.553	58.084	-12.531	31.208	48.484	-17.276
	Sergipe	2.306	4.348	-2.042	2.191	2.421	-230
	Pernambuco	19.389	12.045	7.344	12.849	8.449	4.400
	São Paulo	32.659	63.290	-30.631	27.069	46.168	-19.099
	Rio Grande do Norte	8.677	9.730	-1.053	6.896	8.006	-1.110
	Paraíba	30.433	18.136	12.297	23.790	12.245	11.545
	Piauí	3.392	2.048	1.344	3.329	1.492	1.837
	Ceará	23.344	13.418	9.926	19.488	10.740	8.748
	Espírito Santo	16.981	29.262	-12.281	12.490	24.213	-11.723
	Bahia	19.024	14.676	4.348	17.005	11.789	5.216
	Alagoas	4.251	3.750	501	3.854	2.191	1.663
	Distrito Federal	8.824	13.331	-4.507	5.742	9.936	-4.194
	Outras UF	38.559	52.944	-14.385	34.682	44.835	-10.153
	Total	253.392	295.062	-41.670	200.593	230.969	-30.376

(Continua)

(Continuação)

UF's	Origem/Destino	1986-1991			1991-1996		
		Imigração	Emigração	Trocas Migratórias	Imigração	Emigração	Trocas Migratórias
São Paulo	Bahia	248.597	58.544	190.053	264.474	53.875	210.599
	Minas Gerais	236.086	145.822	90.264	163.056	126.743	36.313
	Paraná	217.405	97.962	119.443	126.897	89.935	36.962
	Pernambuco	164.908	52.321	112.587	123.791	33.847	89.944
	Goiás	17.330	20.497	-3.167	15.882	18.614	-2.732
	Ceará	94.928	28.585	66.343	69.942	26.602	43.340
	Rio de Janeiro	63.290	32.659	30.631	46.168	27.069	19.099
	Alagoas	52.327	13.360	38.967	52.065	8.958	43.107
	Paraíba	58.744	18.648	40.096	44.540	15.819	28.721
	Piauí	43.521	10.821	32.700	42.993	10.845	32.148
	Mato Grosso do Sul	35.855	41.887	-6.032	22.650	30.795	-8.145
	Rio Grande do Norte	23.657	13.182	10.475	19.183	9.801	9.382
	Mato Grosso	21.193	25.005	-3.812	23.564	16.132	7.432
	Sergipe	10.191	10.191	0	17.905	5.923	11.982
	Outras UF	104.757	78.501	26.256	106.553	66.802	39.751
	Total	1.392.789	647.985	744.804	1.139.663	541.760	597.903
Paraná	São Paulo	97.962	217.405	-119.443	89.935	126.897	-36.962
	Santa Catarina	47.330	81.688	-34.358	42.662	68.064	-25.402
	Rio Grande do Sul	26.735	26.640	95	19.501	18.383	1.118
	Mato Grosso	25.514	55.217	-29.703	18.061	26.057	-7.996
	Mato Grosso do Sul	14.805	27.410	-12.605	12.614	14.724	-2.110
	Rondônia	16.323	23.477	-7.154	8.913	7.791	1.122
	Minas Gerais	9.745	15.309	-5.564	9.056	9.727	-671
	Outras UF	30.659	28.054	2.605	33.262	19.784	13.478
	Total	269.073	475.200	-206.127	234.004	291.427	-57.423
Santa Catarina	Paraná	81.688	47.330	34.358	68.064	42.662	25.402
	Rio Grande do Sul	46.344	40.033	6.311	41.875	33.125	8.750
	São Paulo	19.420	11.642	7.778	18.509	10.819	7.690
	Mato Grosso	3.715	11.604	-7.889	3.699	5.969	-2.270
	Outras UF	19.135	14.394	4.741	20.698	15.471	5.227
	Total	170.302	125.003	45.299	152.845	108.046	44.799
Rio Grande do Sul	Santa Catarina	40.033	46.344	-6.311	33.125	41.875	-8.750
	Paraná	26.640	26.375	265	18.383	19.501	-1.118
	São Paulo	13.396	16.221	-2.825	10.878	11.689	-811
	Mato Grosso	4.508	11.399	-6.891	3.508	6.694	-3.186
	Outras UF	29.722	38.523	-8.801	25.585	29.606	-4.021
	Total	114.299	138.862	-24.563	91.479	109.365	-17.886
Mato Grosso do Sul	São Paulo	41.887	35.855	6.032	30.795	22.650	8.145
	Paraná	27.410	14.805	12.605	14.724	12.614	2.110
	Mato Grosso	13.799	29.033	-15.234	11.610	19.275	-7.665
	Rio Grande do Sul	7.158	2.965	4.193	3.843	2.099	1.744
	Rondônia	6.516	5.538	978	3.925	2.627	1.298
	Outras UF	27.275	16.813	10.462	22.477	14.483	7.994
	Total	124.045	105.009	19.036	87.374	73.748	13.626

(Continua)

(Continuação)

UFs	Origem/Destino	1986-1991			1991-1996		
		Imigração	Emigração	Trocas Migratórias	Imigração	Emigração	Trocas Migratórias
Mato Grosso	Paraná	55.217	25.514	29.703	26.057	18.061	7.996
	Mato Grosso do Sul	29.033	13.799	15.234	19.275	11.610	7.665
	São Paulo	25.005	21.193	3.812	16.132	23.564	-7.432
	Goiás	21.900	15.811	6.089	19.845	15.617	4.228
	Rondônia	18.288	11.663	6.625	15.707	9.596	6.111
	Maranhão	11.948	1.125	10.823	4.631	1.312	3.319
	Santa Catarina	11.604	3.715	7.889	5.969	3.699	2.270
	Rio Grande do Sul	11.399	4.508	6.891	6.694	3.503	3.191
	Minas Gerais	10.406	5.935	4.471	6.481	6.023	458
	Outras UF	32.108	15.070	17.038	29.630	17.041	12.589
	Total	226.908	118.333	108.575	150.421	110.026	40.395
Goiás	Minas Gerais	35.797	30.345	5.452	27.121	25.359	1.762
	Maranhão	9.171	2.792	6.379	18.053	2.150	15.903
	Tocantins	26.038	20.842	5.196	22.640	17.803	4.837
	Bahia	28.193	4.189	24.004	29.725	5.169	24.556
	São Paulo	20.497	17.330	3.167	18.614	15.882	2.732
	Mato Grosso	15.811	21.900	-6.089	15.617	19.845	-4.228
	Piauí	7.668	896	6.772	12.861	961	11.900
	Pará	12.916	11.033	1.883	14.826	8.639	6.187
	Distrito Federal	66.990	26.855	40.135	87.136	24.018	63.118
	Outras UF	44.988	20.474	24.514	42.055	17.487	24.568
	Total	268.069	156.656	111.413	288.648	137.313	151.335
Distrito Federal	Minas Gerais	27.353	13.151	14.202	21.019	10.427	10.592
	Goiás	26.855	66.990	-40.135	24.018	87.136	-63.118
	Piauí	21.980	4.330	17.650	20.450	3.987	16.463
	Bahia	22.443	3.584	18.859	20.172	4.381	15.791
	Ceará	16.152	5.364	10.788	10.663	4.291	6.372
	Rio de Janeiro	13.331	8.824	4.507	9.936	5.742	4.194
	Paraíba	10.268	2.520	7.748	5.825	2.481	3.344
	Maranhão	14.434	3.596	10.838	17.752	2.468	15.284
	Outras UF	42.403	35.315	7.088	37.014	26.784	10.230
	Total	195.219	143.674	51.545	166.849	147.697	19.152

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970 a 1991 e Contagem da População de 1996; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Anexo 6
Principais Fluxos Interestaduais Estabelecidos entre Subáreas

1981-1991 e 1990-1995

Fluxos	Imigrantes 1981-1991		Retorno Prop. no Total	Emigrantes 1981-1991		Retorno Prop. no Total	Trocas Migratórias
	N	%		N	%		
RMSP->Interior Nordeste	889.233	60,54	7,18	336.563	21,01	66,21	552.670
Interior MG->Interior SP	122.225	8,32	50,01	244.944	15,29	17,29	-122.719
Interior PR->Interior SP	87.453	5,95	45,61	308.966	19,28	17,37	-221.513
Interior MG->RMSP	163.640	11,14	52,64	187.733	11,72	23,04	-24.093
Interior PR->Interior RO	20.976	1,43	62,45	92.934	5,80	1,24	-71.958
Interior MA->Interior PA	43.395	2,95	53,02	170.501	10,64	5,66	-127.106
Interior MG->Interior ES	27.983	1,91	51,40	81.726	5,10	12,77	-53.743
Interior PR->Interior SC	64.418	4,39	29,76	117.273	7,32	22,43	-52.855
Interior RS->Interior SC	49.578	3,38	41,21	61.523	3,84	20,04	-11.945
Total Brasil	10.614.218	100,00	-	10.614.218	100,00	-	-133.262

(Continua)

(Continuação)

Fluxos	Imigrantes 1991-1996		Retorno 1990-1995 Prop. no Total
	N	%	
Nordeste->RMSP	492.159	39,35	2,60
MG->Interior SP	98.487	7,88	5,04
MG->RMSP	64.567	5,16	11,25
PR->Interior SP	100.515	8,04	9,05
PR->Interior RO	7.060	0,56	(*)
MA->Interior PA	66.572	5,32	2,07
MG->Interior ES	15.482	1,24	(*)
PR->Interior SC	65.034	5,20	(*)
SP->Interior MG	112.865	9,02	39,93
RS->Interior SC	35.550	2,84	(*)
SP->Interior Nordeste (**)	129.235	10,33	48,81
SP->Interior PR	63.082	5,04	47,33
Total Brasil	5.012.421	100,00	-

Nota: (*) Informação não disponível.

(**) Interior de Estados com RM's.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991, Contagem da População de 1996 e PNAD de 1995; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Anexo 7

Imigração e emigração Interestadual por subáreas (RM e Interior)

Estado de São Paulo

1981-1991

UF's	1981-1991								
	Imigração			Imigração de retorno			Proporção de Retorno		
	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total
Rondônia	6.428	12.527	18.955	490	1.779	2.269	7,62	14,20	11,97
Porto Velho	1.213	2.354	3.567	381	1.041	1.422	31,41	44,22	39,87
Interior	5.215	10.173	15.388	109	738	847	2,09	7,25	5,50
Acre	706	1.152	1.858	71	497	568	10,06	43,14	30,57
Rio Branco	402	712	1.114	38	241	279	9,45	33,85	25,04
Interior	304	440	744	34	256	290	11,18	58,18	38,98
Amazonas	3.333	3.123	6.456	664	1.296	1.960	19,92	41,50	30,36
Manaus	2.831	2.627	5.458	625	1.169	1.794	22,08	44,50	32,87
Interior	502	496	998	39	127	166	7,77	25,60	16,63
Roraima	226	464	690	110	244	354	48,67	52,59	51,30
Boa Vista	176	207	383	90	131	221	51,14	63,29	57,70
Interior	50	257	307	20	113	133	40,00	43,97	43,32
Pará	15.543	10.733	26.276	2.126	3.696	5.822	13,68	34,44	22,16
RMBelém	7.173	3.660	10.833	1.144	1.042	2.186	15,95	28,47	20,18
Interior	8.370	7.073	15.443	982	2.654	3.636	11,73	37,52	23,54
Amapá	213	221	434	20	73	93	9,39	33,03	21,43
Macapá	164	156	320	8	44	52	4,88	28,21	16,25
Interior	49	65	114	12	29	41	24,49	44,62	35,96
Tocantins	1.470	2.577	4.047	334	465	799	22,72	18,04	19,74
Palmas	94	9	103	5	0	5	5,32	0,00	4,85
Interior	1.376	2.568	3.944	329	465	794	23,91	18,11	20,13
Norte	27.919	30.797	58.716	3.816	8.050	11.866	13,67	26,14	20,21
Rms/c	12.053	9.725	21.778	2.291	3.668	5.959	19,01	37,72	27,36
Interior	15.866	21.072	36.938	1.525	4.382	5.907	9,61	20,80	15,99
Maranhão	24.679	7.458	32.137	2.056	1.008	3.064	8,33	13,52	9,53
São Luis	6.508	2.019	8.527	822	373	1.195	12,63	18,47	14,01
Interior	18.171	5.439	23.610	1.234	635	1.869	6,79	11,67	7,92
Piauí	67.911	11.910	79.821	4.515	902	5.417	6,65	7,57	6,79
Teresina	10.063	2.504	12.567	661	302	963	6,57	12,06	7,66
Interior	57.848	9.406	67.254	3.854	600	4.454	6,66	6,38	6,62
Ceará	155.406	33.270	188.676	10.662	2.553	13.215	6,86	7,67	7,00
RMFortaleza	29.133	6.318	35.451	2.382	801	3.183	8,18	12,68	8,98
Interior	126.273	26.952	153.225	8.280	1.752	10.032	6,56	6,50	6,55
Rio Grande do Norte	34.350	11.961	46.311	2.556	1.128	3.684	7,44	9,43	7,95
Natal	9.291	3.483	12.774	755	461	1.216	8,13	13,24	9,52
Interior	25.059	8.478	33.537	1.801	667	2.468	7,19	7,87	7,36
Paraíba	87.728	23.521	111.249	5.859	1.968	7.827	6,68	8,37	7,04
João Pessoa	9.402	2.116	11.518	832	278	1.110	8,85	13,14	9,64
Interior	78.326	21.405	99.731	5.027	1.690	6.717	6,42	7,90	6,74
Pernambuco	263.876	58.811	322.687	20.177	5.826	26.003	7,65	9,91	8,06
RMRecife	65.851	14.439	80.290	6.086	1.845	7.931	9,24	12,78	9,88
Interior	198.025	44.372	242.397	14.091	3.981	18.072	7,12	8,97	7,46
Alagoas	67.445	25.501	92.946	5.146	2.472	7.618	7,63	9,69	8,20
Maceió	14.902	5.405	20.307	1.461	858	2.319	9,80	15,87	11,42
Interior	52.543	20.096	72.639	3.685	1.614	5.299	7,01	8,03	7,29
Sergipe	18.331	14.205	32.536	1.718	1.589	3.307	9,37	11,19	10,16
Aracaju	4.946	2.627	7.573	581	388	969	11,75	14,77	12,80
Interior	13.385	11.578	24.963	1.137	1.201	2.338	8,49	10,37	9,37
Bahia	350.161	86.971	437.132	28.385	9.186	37.571	8,11	10,56	8,59
RMSalvador	30.558	7.268	37.826	3.628	1.656	5.284	11,87	22,78	13,97
Interior	319.603	79.703	399.306	24.757	7.530	32.287	7,75	9,45	8,09
Nordeste	1.069.887	273.608	1.343.495	81.074	26.632	107.706	7,58	9,73	8,02
Rms/c	180.654	46.179	226.833	17.208	6.962	24.170	9,53	15,08	10,66
Interior	889.233	227.429	1.116.662	63.866	19.670	83.536	7,18	8,65	7,48

(Continua)

(Continuação)

UF's	1981-1991								
	Imigração			Imigração de retorno			Proporção de Retorno		
	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total
Minas Gerais	213.542	261.727	475.269	22.515	46.911	69.426	10,54	17,92	14,61
RMBH	25.809	16.783	42.592	3.687	3.662	7.349	14,29	21,82	17,25
Interior	187.733	244.944	432.677	18.828	43.249	62.077	10,03	17,66	14,35
Espírito Santo	9.686	5.858	15.544	1.409	1.195	2.604	14,55	20,40	16,75
Vitória	3.473	2.629	6.102	626	721	1.347	18,02	27,42	22,07
Interior	6.213	3.229	9.442	783	474	1.257	12,60	14,68	13,31
Rio de Janeiro	72.385	56.595	128.980	12.999	12.683	25.682	17,96	22,41	19,91
RMRJ	57.050	37.170	94.220	10.034	8.196	18.230	17,59	22,05	19,35
Interior	15.335	19.425	34.760	2.965	4.487	7.452	19,33	23,10	21,44
Sudeste	295.613	324.180	619.793	36.923	60.789	97.712	12,49	18,75	15,77
RMS/c	86.332	56.582	142.914	14.347	12.579	26.926	16,62	22,23	18,84
Interior	209.281	267.598	476.879	22.576	48.210	70.786	10,79	18,02	14,84
Paraná	110.169	330.111	440.280	16.346	58.932	75.278	14,84	17,85	17,10
RMCuritiba	12.620	21.145	33.765	2.685	5.277	7.962	21,28	24,96	23,58
Interior	97.549	308.966	406.515	13.661	53.655	67.316	14,00	17,37	16,56
Santa Catarina	11.242	12.470	23.712	2.221	3.100	5.321	19,76	24,86	22,44
Florianópolis	1.584	2.054	3.638	417	587	1.004	26,33	28,58	27,60
Interior	9.658	10.416	20.074	1.804	2.513	4.317	18,68	24,13	21,51
Rio Grande do Sul	17.330	12.082	29.412	3.227	2.866	6.093	18,62	23,72	20,72
RMPAlegre	7.504	3.992	11.496	1.456	1.135	2.591	19,40	28,43	22,54
Interior	9.826	8.090	17.916	1.771	1.731	3.502	18,02	21,40	19,55
Sul	138.741	354.663	493.404	21.794	64.898	86.692	15,71	18,30	17,57
Rms/c	21.708	27.191	48.899	4.588	6.999	11.587	21,00	25,74	23,63
Interior	117.033	327.472	444.505	17.236	57.899	75.135	14,73	17,68	16,90
Mato Grosso do Sul	12.302	57.948	70.250	3.330	27.908	31.238	27,07	48,16	44,47
Campo Gde	3.845	11.038	14.883	1.173	5.708	6.881	30,51	51,71	46,23
Interior	8.457	46.910	55.367	2.157	22.200	24.357	25,51	47,32	43,99
Mato Grosso	8.886	28.802	37.688	2.333	14.094	16.427	26,25	48,93	43,59
Cuiabá	2.021	5.742	7.763	693	2.810	3.503	34,29	48,94	45,12
Interior	6.865	23.060	29.925	1.640	11.284	12.924	23,89	48,93	43,19
Goiás	10.757	24.262	35.019	2.169	9.138	11.307	20,16	37,66	32,29
Goiânia	4.423	5.723	10.146	922	1.994	2.916	20,85	34,84	28,74
Interior	6.334	18.539	24.873	1.247	7.144	8.391	19,69	38,53	33,74
Distrito Federal	11.470	9.322	20.792	2.409	3.082	5.491	21,00	33,06	26,41
Centro-Oeste	43.415	120.334	163.749	10.241	54.222	64.463	23,59	45,06	39,37
Rms/c	21.759	31.825	53.584	5.197	13.594	18.791	23,88	42,71	35,07
Interior	21.656	88.509	110.165	5.044	40.628	45.672	23,29	45,90	41,46
Brasil	1.575.575	1.103.582	2.679.157	153.848	214.591	368.439	9,76	19,44	13,75
Rms/c	322.506	171.502	494.008	43.601	43.802	87.403	13,52	25,54	17,69
Interior	1.253.069	932.080	2.185.149	110.247	170.789	281.036	8,80	18,32	12,86

(Continua)

(Continuação)

UF's	1981-1991														
	Emigração			Emigração de retorno			Proporção de Retorno			Trocias Migratórias			IBM		
	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total
Rondônia	15.542	14.517	30.059	398	284	682	2,56	1,96	2,27	-9.114	-1.990	-11.104	-0,41	-0,07	-0,23
Porto Velho	3.495	2.224	5.719	160	82	242	4,58	3,69	4,23	-2.282	130	-2.152	-0,48	0,03	-0,23
Interior	12.047	12.293	24.340	238	202	440	1,98	1,64	1,81	-6.832	-2.120	-8.952	-0,40	-0,09	-0,23
Acre	984	591	1.575	190	90	280	19,31	15,23	17,78	-278	561	283	-0,16	0,32	0,08
Rio Branco	828	382	1.210	181	78	259	21,86	20,42	21,40	-426	330	-96	-0,35	0,30	-0,04
Interior	156	209	365	9	12	21	5,77	5,74	5,75	148	231	379	0,32	0,36	0,34
Amazonas	3.885	1.736	5.621	648	198	846	16,68	11,41	15,05	-552	1.387	835	-0,08	0,29	0,07
Manaus	3.747	1.492	5.239	618	171	789	16,49	11,46	15,06	-916	1.135	219	-0,14	0,28	0,02
Interior	138	244	382	30	27	57	21,74	11,07	14,92	364	252	616	0,57	0,34	0,45
Roraima	824	327	1.151	35	3	38	4,25	0,92	3,30	-598	137	-461	-0,57	0,17	-0,25
Boa Vista	644	308	952	25	3	28	3,88	0,97	2,94	-468	-101	-569	-0,57	-0,20	-0,43
Interior	180	19	199	10	0	10	5,56	0,00	5,03	-130	238	108	-0,57	0,86	0,21
Pará	9.249	3.942	13.191	2.235	991	3.226	24,16	25,14	24,46	6.294	6.791	13.085	0,25	0,46	0,33
RM Belém	4.040	1.426	5.466	1.537	683	2.220	38,04	47,90	40,61	3.133	2.234	5.367	0,28	0,44	0,33
Interior	5.209	2.516	7.725	698	308	1.006	13,40	12,24	13,02	3.161	4.557	7.718	0,23	0,48	0,33
Amapá	263	145	408	27	6	33	10,27	4,14	8,09	-50	76	26	-0,11	0,21	0,03
Macapá	204	129	333	14	5	19	6,86	3,88	5,71	-40	27	-13	-0,11	0,09	-0,02
Interior	59	16	75	13	1	14	22,03	6,25	18,67	-10	49	39	-0,09	0,60	0,21
Tocantins	3.551	6.189	9.740	610	355	965	17,18	5,74	9,91	-2.081	-3.612	-5.693	-0,41	-0,41	-0,41
Palmas	156	94	250	15	3	18	9,62	3,19	7,20	-62	-85	-147	-0,25	-0,83	-0,42
Interior	3.395	6.095	9.490	595	352	947	17,53	5,78	9,98	-2.019	-3.527	-5.546	-0,42	-0,41	-0,41
Norte	34.298	27.447	61.745	4.143	1.927	6.070	12,08	7,02	9,83	-6.379	3.350	-3.029	-0,10	0,06	-0,03
Rms/c	13.114	6.055	19.169	2.550	1.025	3.575	19,44	16,93	18,65	-1.061	3.670	2.609	-0,04	0,23	0,06
Interior	21.184	21.392	42.576	1.593	902	2.495	7,52	4,22	5,86	-5.318	-320	-5.638	-0,14	-0,01	-0,07
Maranhão	10.724	2.520	13.244	5.374	1.095	6.469	50,11	43,45	48,84	13.955	4.938	18.893	0,39	0,49	0,42
São Luís	3.743	933	4.676	2.053	449	2.502	54,85	48,12	53,51	2.765	1.086	3.851	0,27	0,37	0,29
Interior	6.981	1.587	8.568	3.321	646	3.967	47,57	40,71	46,30	11.190	3.852	15.042	0,44	0,55	0,47
Piauí	23.037	2.965	26.002	16.219	2.155	18.374	70,40	72,68	70,66	44.874	8.945	53.819	0,49	0,60	0,51
Teresina	4.508	600	5.108	2.824	347	3.171	62,64	57,83	62,08	5.555	1.904	7.459	0,38	0,61	0,42
Interior	18.529	2.365	20.894	13.395	1.808	15.203	72,29	76,45	72,76	39.319	7.041	46.360	0,51	0,60	0,53
Ceará	67.255	7.622	74.877	48.301	5.626	53.927	71,82	73,81	72,02	88.151	25.648	113.799	0,40	0,63	0,43
RM Fortaleza	20.697	2.644	23.341	12.459	1.529	13.988	60,20	57,83	59,93	8.436	3.674	12.110	0,17	0,41	0,21
Interior	46.558	4.978	51.536	35.842	4.097	39.939	76,98	82,30	77,50	79.715	21.974	101.689	0,46	0,69	0,50
Rio Grande do Norte	22.410	5.403	27.813	13.444	2.992	16.436	59,99	55,38	59,09	11.940	6.558	18.498	0,21	0,38	0,25
Natal	8.852	2.413	11.265	4.608	934	5.542	52,06	38,71	49,20	439	1.070	1.509	0,02	0,18	0,06
Interior	13.558	2.990	16.548	8.836	2.058	10.894	65,17	68,83	65,83	11.501	5.488	16.989	0,30	0,48	0,34
Paraíba	38.028	6.986	45.014	25.815	4.676	30.491	67,88	66,93	67,74	49.700	16.535	66.235	0,40	0,54	0,42
João Pessoa	5.717	982	6.699	2.983	557	3.540	52,18	56,72	52,84	3.685	1.134	4.819	0,24	0,37	0,26
Interior	32.311	6.004	38.315	22.832	4.119	26.951	70,66	68,60	70,34	46.015	15.401	61.416	0,42	0,56	0,44
Pernambuco	108.037	13.032	121.069	69.403	7.900	77.303	64,24	60,62	63,85	155.839	45.779	201.618	0,42	0,64	0,45
RM Recife	30.238	4.175	34.413	16.875	1.856	18.731	55,81	44,46	54,43	35.613	10.264	45.877	0,37	0,55	0,40
Interior	77.799	8.857	86.656	52.528	6.044	58.572	67,52	68,24	67,59	120.226	35.515	155.741	0,44	0,67	0,47
Alagoas	25.591	4.769	30.360	14.179	2.323	16.502	55,41	48,71	54,35	41.854	20.732	62.586	0,45	0,68	0,51
Maceió	9.249	1.662	10.911	4.291	642	4.933	46,39	38,63	45,21	5.653	3.743	9.396	0,23	0,53	0,30
Interior	16.342	3.107	19.449	9.888	1.681	11.569	60,51	54,10	59,48	36.201	16.989	53.190	0,53	0,73	0,58
Sergipe	15.764	7.700	23.464	7.923	4.120	12.043	50,26	53,51	51,33	2.567	6.505	9.072	0,08	0,30	0,16
Aracaju	5.317	2.288	7.605	2.100	1.067	3.167	39,50	46,63	41,64	-371	339	-32	-0,04	0,07	0,00
Interior	10.447	5.412	15.859	5.823	3.053	8.876	55,74	56,41	55,97	2.938	6.166	9.104	0,12	0,36	0,22
Bahia	131.224	16.363	147.587	78.622	9.176	87.798	59,91	56,08	59,49	218.937	70.608	289.545	0,45	0,68	0,50
RM Salvador	17.186	3.203	20.389	8.244	1.269	9.513	47,97	39,62	46,66	13.372	4.065	17.437	0,28	0,39	0,30
Interior	114.038	13.160	127.198	70.378	7.907	78.285	61,71	60,08	61,55	205.565	66.543	272.108	0,47	0,72	0,52
Nordeste	442.070	67.360	509.430	279.280	40.063	319.343	63,18	59,48	62,69	627.817	206.248	834.065	0,42	0,60	0,45
Rms/c	105.507	18.900	124.407	56.437	8.650	65.087	53,49	45,77	52,32	75.147	27.279	102.426	0,26	0,42	0,29
Interior	336.563	48.460	385.023	222.843	31.413	254.256	66,21	64,82	66,04	552.670	178.969	731.639	0,45	0,65	0,49

(Continua)

(Continuação)

UF's	1981-1991														
	Emigração			Emigração de retorno			Proporção de Retorno			Trocias Migratórias			IEM		
	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total
Minas Gerais	194.910	131.671	326.581	101.649	66.107	167.756	52,15	50,21	51,37	18.632	130.056	148.688	0,05	0,33	0,19
RMBH	31.270	9.446	40.716	15.515	4.983	20.498	49,62	52,75	50,34	-5.461	7.337	1.876	-0,10	0,28	0,02
Interior	163.640	122.225	285.865	86.134	61.124	147.258	52,64	50,01	51,51	24.093	122.719	146.812	0,07	0,33	0,20
Espírito Santo	15.085	6.162	21.247	4.093	1.452	5.545	27,13	23,56	26,10	-5.399	-304	-5.703	-0,22	-0,03	-0,16
Vitória	2.600	1.317	3.917	628	267	895	24,15	20,27	22,83	873	1.312	2.185	0,14	0,33	0,22
Interior	12.485	4.845	17.330	3.465	1.185	4.650	27,75	24,46	26,83	-6.272	-1.616	-7.888	-0,34	-0,20	-0,29
Rio de Janeiro	48.551	28.534	77.085	15.276	10.282	25.558	31,46	36,03	33,16	23.834	28.061	51.895	0,20	0,33	0,25
RMRJ	38.502	17.926	56.428	12.079	6.503	18.582	31,37	36,28	32,93	18.548	19.244	37.792	0,19	0,35	0,25
Interior	10.049	10.608	20.657	3.197	3.779	6.976	31,81	35,62	33,77	5.286	8.817	14.103	0,21	0,29	0,25
Sudeste	258.546	166.367	424.913	121.018	77.841	198.859	46,81	46,79	46,80	37.067	157.813	194.880	0,07	0,32	0,19
RMS/c	72.372	28.689	101.061	28.222	11.753	39.975	39,00	40,97	39,56	13.960	27.893	41.853	0,09	0,33	0,17
Interior	186.174	137.678	323.852	92.796	66.088	158.884	49,84	48,00	49,06	23.107	129.920	153.027	0,06	0,32	0,19
Paraná	113.716	108.649	222.365	45.729	47.588	93.317	40,21	43,80	41,97	-3.547	221.462	217.915	-0,02	0,50	0,33
RMCuritiba	26.514	21.196	47.710	8.383	7.698	16.081	31,62	36,32	33,71	-13.894	-51	-13.945	-0,36	0,00	-0,17
Interior	87.202	87.453	174.655	37.346	39.890	77.236	42,83	45,61	44,22	10.347	221.513	231.860	0,06	0,56	0,40
Santa Catarina	25.915	11.775	37.690	7.875	4.009	11.884	30,39	34,05	31,53	-14.673	695	-13.978	-0,39	0,03	-0,23
Florianópolis	4.128	1.644	5.772	746	425	1.171	18,07	25,85	20,29	-2.544	410	-2.134	-0,45	0,11	-0,23
Interior	21.787	10.131	31.918	7.129	3.584	10.713	32,72	35,38	33,56	-12.129	285	-11.844	-0,39	0,01	-0,23
Rio Grande do Sul	19.235	7.949	27.184	9.989	3.597	13.586	51,93	45,25	49,98	-1.905	4.133	2.228	-0,05	0,21	0,04
RMPAlegre	12.397	3.947	16.344	6.337	1.519	7.856	51,12	38,48	48,07	-4.893	45	-4.848	-0,25	0,01	-0,17
Interior	6.838	4.002	10.840	3.652	2.078	5.730	53,41	51,92	52,86	2.988	4.088	7.076	0,18	0,34	0,25
Sul	158.866	128.373	287.239	63.593	55.194	118.787	40,03	43,00	41,35	-20.125	226.290	206.165	-0,07	0,47	0,26
Rms/c	43.039	26.787	69.826	15.466	9.642	25.108	35,93	36,00	35,96	-21.331	404	-20.927	-0,33	0,01	-0,18
Interior	115.827	101.586	217.413	48.127	45.552	93.679	41,55	44,84	43,09	1.206	225.886	227.092	0,01	0,53	0,34
Mato Grosso do Sul	28.980	64.850	93.830	5.352	9.074	14.426	18,47	13,99	15,37	-16.678	-6.902	-23.580	-0,40	-0,06	-0,14
Campo Gde	13.589	20.819	34.408	2.628	2.940	5.568	19,34	14,12	16,18	-9.744	-9.781	-19.525	-0,56	-0,31	-0,40
Interior	15.391	44.031	59.422	2.724	6.134	8.858	17,70	13,93	14,91	-6.934	2.879	-4.055	-0,29	0,03	-0,04
Mato Grosso	22.542	41.583	64.125	1.313	1.831	3.144	5,82	4,40	4,90	-13.656	-12.781	-26.437	-0,43	-0,18	-0,26
Cuiabá	6.585	8.263	14.848	477	614	1.091	7,24	7,43	7,35	-4.564	-2.521	-7.085	-0,53	-0,18	-0,31
Interior	15.957	33.320	49.277	836	1.217	2.053	5,24	3,65	4,17	-9.092	-10.260	-19.352	-0,40	-0,18	-0,24
Goiás	19.337	22.475	41.812	3.878	4.517	8.395	20,05	20,10	20,08	-8.580	1.787	-6.793	-0,29	0,04	-0,09
Goiânia	7.288	5.133	12.421	1.457	1.094	2.551	19,99	21,31	20,54	-2.865	590	-2.275	-0,24	0,05	-0,10
Interior	12.049	17.342	29.391	2.421	3.423	5.844	20,09	19,74	19,88	-5.715	1.197	-4.518	-0,31	0,03	-0,08
Distrito Federal	8.835	6.006	14.841	483	270	753	5,47	4,50	5,07	2.635	3.316	5.951	0,13	0,22	0,17
Centro-Oeste	79.694	134.914	214.608	11.026	15.692	26.718	13,84	11,63	12,45	-36.279	-14.580	-50.859	-0,29	-0,06	-0,13
Rms/c	36.297	40.221	76.518	5.045	4.918	9.963	13,90	12,23	13,02	-14.538	-8.396	-22.934	-0,25	-0,12	-0,18
Interior	43.397	94.693	138.090	5.981	10.774	16.755	13,78	11,38	12,13	-21.741	-6.184	-27.925	-0,33	-0,03	-0,11
Brasil	973.474	524.461	1.497.935	479.060	190.717	669.777	49,21	36,36	44,71	602.101	579.121	1.181.222	0,24	0,36	0,28
Rms/c	270.329	120.652	390.981	107.720	35.988	143.708	39,85	29,83	36,76	52.177	50.850	103.027	0,09	0,17	0,12
Interior	703.145	403.809	1.106.954	371.340	154.729	526.069	52,81	38,32	47,52	549.924	528.271	1.078.195	0,28	0,40	0,33

(Continua)

(Continuação)

UF's	1991-1996											
	Imigração			Emigração			Trocas Migratórias			IEM		
	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total
Rondônia	8.292	9.326	17.618	4.508	3.671	8.179	3.784	5.655	9.439	0,30	0,44	0,37
Porto Velho		1.882	1.882	1.241	731	1.972	-1.241	1.151	-90	-1,00	0,44	-0,02
Interior		7.444	7.444	3.267	2.940	6.207	-3.267	4.504	1.237	-1,00	0,43	0,09
Acre	916	589	1.505	482	298	780	434	291	725	0,31	0,33	0,32
Rio Branco		464	464	408	208	616	-408	256	-152	-1,00	0,38	-0,14
Interior		125	125	74	90	164	-74	35	-39	-1,00	0,16	-0,13
Amazonas	3.158	1.776	4.934	1.909	713	2.622	1.249	1.063	2.312	0,25	0,43	0,31
Manaus		1.422	1.422	1.770	565	2.335	-1.770	857	-913	-1,00	0,43	-0,24
Interior		354	354	139	148	287	-139	206	67	-1,00	0,41	0,10
Roraima	29.373	260	29.633	409	169	578	28.964	91	29.055	0,97	0,21	0,96
Boa Vista		74	74	356	142	498	-356	-68	-424	-1,00	-0,31	-0,74
Interior		186	186	53	27	80	-53	159	106	-1,00	0,75	0,40
Pará	8.223	6.433	14.656	4.154	1.501	5.655	4.069	4.932	9.001	0,33	0,62	0,44
RMBelem	3.581	2.350	5.931	1.416	418	1.834	2.165	1.932	4.097	0,43	0,70	0,53
Interior	4.642	4.083	8.725	2.738	1.083	3.821	1.904	3.000	4.904	0,26	0,58	0,39
Amapá	99	126	225	120	202	322	-21	-76	-97	-0,10	-0,23	-0,18
Macapá	80	95	175	83	31	114	-3	64	61	-0,02	0,51	0,21
Interior	19	31	50	37	171	208	-18	-140	-158	-0,32	-0,69	-0,61
Tocantins	847	1.364	2.211	1.782	1.508	3.290	-935	-144	-1.079	-0,36	-0,05	-0,20
Palmas	54	7	61	185	84	269	-131	-77	-208	-0,55	-0,85	-0,63
Interior	793	1.357	2.150	1.597	1.424	3.021	-804	-67	-871	-0,34	-0,02	-0,17
Norte	9.169	19.874	29.043	13.364	8.062	21.426	-4.195	11.812	7.617	-0,19	0,42	0,15
Rms/c	3.715	6.294	10.009	5.459	2.179	7.638	-1.744	4.115	2.371	-0,19	0,49	0,13
Interior	5.454	13.580	19.034	7.905	5.883	13.788	-2.451	7.697	5.246	-0,18	0,40	0,16
Maranhão	13.430	8.021	21.451	4.612	1.148	5.760	8.818	6.873	15.691	0,49	0,75	0,58
São Luis	3.422	4.583	8.005	1.567	448	2.015	1.855	4.135	5.990	0,37	0,82	0,60
Interior	10.008	3.438	13.446	3.045	700	3.745	6.963	2.738	9.701	0,53	0,66	0,56
Piauí	36.559	6.964	43.523	9.769	1.050	10.819	26.790	5.914	32.704	0,58	0,74	0,60
Teresina	5.492	1.460	6.952	2.147	254	2.401	3.345	1.206	4.551	0,44	0,70	0,49
Interior	31.067	5.504	36.571	7.622	796	8.418	23.445	4.708	28.153	0,61	0,75	0,63
Ceará	76.347	18.582	94.929	25.561	3.024	28.585	50.786	15.558	66.344	0,50	0,72	0,54
RMFortaleza	14.394	3.405	17.799	9.015	1.216	10.231	5.379	2.189	7.568	0,23	0,47	0,27
Interior	61.953	15.177	77.130	16.546	1.808	18.354	45.407	13.369	58.776	0,58	0,79	0,62
Rio Grande do Norte	17.416	11.675	29.091	10.385	2.797	13.182	7.031	8.878	15.909	0,25	0,61	0,38
Natal	3.953	1.481	5.434	4.611	1.373	5.984	-658	108	-550	-0,08	0,04	-0,05
Interior	13.463	10.194	23.657	5.774	1.424	7.198	7.689	8.770	16.459	0,40	0,75	0,53
Paraíba	44.863	13.880	58.743	15.937	2.713	18.650	28.926	11.167	40.093	0,48	0,67	0,52
João Pessoa	4.810	1.362	6.172	2.608	442	3.050	2.202	920	3.122	0,30	0,51	0,34
Interior	40.053	12.518	52.571	13.329	2.271	15.600	26.724	10.247	36.971	0,50	0,69	0,54
Pernambuco	131.112	33.797	164.909	46.512	5.809	52.321	84.600	27.988	112.588	0,48	0,71	0,52
RMRecife	33.462	8.368	41.830	14.008	2.015	16.023	19.454	6.353	25.807	0,41	0,61	0,45
Interior	97.650	25.429	123.079	32.504	3.794	36.298	65.146	21.635	86.781	0,50	0,74	0,54
Alagoas	37.901	14.425	52.326	11.310	2.051	13.361	26.591	12.374	38.965	0,54	0,75	0,59
Maceió	8.298	2.661	10.959	4.424	826	5.250	3.874	1.835	5.709	0,30	0,53	0,35
Interior	29.603	11.764	41.367	6.886	1.225	8.111	22.717	10.539	33.256	0,62	0,81	0,67
Sergipe	8.592	7.257	15.849	7.158	3.032	10.190	1.434	4.225	5.659	0,09	0,41	0,22
Araçaju	2.022	1.421	3.443	2.273	909	3.182	-251	512	261	-0,06	0,22	0,04
Interior	6.570	5.836	12.406	4.885	2.123	7.008	1.685	3.713	5.398	0,15	0,47	0,28
Bahia	195.016	53.584	248.600	51.591	6.953	58.544	143.425	46.631	190.056	0,58	0,77	0,62
RMSalvador	17.336	4.613	21.949	7.541	1.317	8.858	9.795	3.296	13.091	0,39	0,56	0,42
Interior	177.680	48.971	226.651	44.050	5.636	49.686	133.630	43.335	176.965	0,60	0,79	0,64
Nordeste	561.236	168.185	729.421	182.835	28.577	211.412	378.401	139.608	518.009	0,51	0,71	0,55
Rms/c	93.189	29.354	122.543	48.194	8.800	56.994	44.995	20.554	65.549	0,32	0,54	0,37
Interior	468.047	138.831	606.878	134.641	19.777	154.418	333.406	119.054	452.460	0,55	0,75	0,59

(Continua)

(Continuação)

UF's	1991-1996											
	Imigração			Emigração			Trocas Migratórias			IEM		
	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total	RMSP	Interior	Total
Minas Gerais	102.051	134.035	236.086	88.143	57.680	145.823	13.908	76.355	90.263	0,07	0,40	0,24
RMBH	11.714	8.322	20.036	14.996	4.868	19.864	-3.282	3.454	172	-0,12	0,26	0,00
Interior	90.337	125.713	216.050	73.147	52.812	125.959	17.190	72.901	90.091	0,11	0,41	0,26
Espírito Santo	5.093	3.772	8.865	7.965	2.862	10.827	-2.872	910	-1.962	-0,22	0,14	-0,10
Vitória	2.013	2.168	4.181	932	488	1.420	1.081	1.680	2.761	0,37	0,63	0,49
Interior	3.080	1.604	4.684	7.033	2.374	9.407	-3.953	-770	-4.723	-0,39	-0,19	-0,34
Rio de Janeiro	33.722	29.569	63.291	19.941	12.717	32.658	13.781	16.852	30.633	0,26	0,40	0,32
RMRJ	27.313	20.224	47.537	15.112	7.670	22.782	12.201	12.554	24.755	0,29	0,45	0,35
Interior	6.409	9.345	15.754	4.829	5.047	9.876	1.580	4.298	5.878	0,14	0,30	0,23
Sudeste	140.866	167.376	308.242	116.049	73.259	189.308	24.817	94.117	118.934	0,10	0,39	0,24
RMS/c	41.040	30.714	71.754	31.040	13.026	44.066	10.000	17.688	27.688	0,14	0,40	0,24
Interior	99.826	136.662	236.488	85.009	60.233	145.242	14.817	76.429	91.246	0,08	0,39	0,24
Paraná	51.057	166.349	217.406	53.339	44.623	97.962	-2.282	121.726	119.444	-0,02	0,58	0,38
RMCuritiba	5.469	11.864	17.333	12.746	9.165	21.911	-7.277	2.699	-4.578	-0,40	0,13	-0,12
Interior	45.588	154.485	200.073	40.593	35.458	76.051	4.995	119.027	124.022	0,06	0,63	0,45
Santa Catarina	5.146	6.496	11.642	12.967	6.453	19.420	-7.821	43	-7.778	-0,43	0,00	-0,25
Florianópolis	710	922	1.632	2.193	949	3.142	-1.483	-27	-1.510	-0,51	-0,01	-0,32
Interior	4.436	5.574	10.010	10.774	5.504	16.278	-6.338	70	-6.268	-0,42	0,01	-0,24
Rio Grande do Sul	8.572	7.650	16.222	9.642	3.755	13.397	-1.070	3.895	2.825	-0,06	0,34	0,10
RMPAlegre	3.578	2.235	5.813	6.188	1.894	8.082	-2.610	341	-2.269	-0,27	0,08	-0,16
Interior	4.994	5.415	10.409	3.454	1.861	5.315	1.540	3.554	5.094	0,18	0,49	0,32
Sul	64.775	180.495	245.270	75.948	54.831	130.779	-11.173	125.664	114.491	-0,08	0,53	0,30
Rms/c	9.757	15.021	24.778	21.127	12.008	33.135	-11.370	3.013	-8.357	-0,37	0,11	-0,14
Interior	55.018	165.474	220.492	54.821	42.823	97.644	197	122.651	122.848	0,00	0,59	0,39
Mato Grosso do Sul	6.422	29.432	35.854	13.141	28.748	41.889	-6.719	684	-6.035	-0,34	0,01	-0,08
Campo Gde	1.997	5.736	7.733	6.159	8.431	14.590	-4.162	-2.695	-6.857	-0,51	-0,19	-0,31
Interior	4.425	23.696	28.121	6.982	20.317	27.299	-2.557	3.379	822	-0,22	0,08	0,01
Mato Grosso	4.355	16.837	21.192	9.739	15.267	25.006	-5.384	1.570	-3.814	-0,38	0,05	-0,08
Cuiabá	1.038	3.606	4.644	3.049	2.850	5.899	-2.011	756	-1.255	-0,49	0,12	-0,12
Interior	3.317	13.231	16.548	6.690	12.417	19.107	-3.373	814	-2.559	-0,34	0,03	-0,07
Goiás	5.373	11.957	17.330	10.419	10.078	20.497	-5.046	1.879	-3.167	-0,32	0,09	-0,08
Goiânia	2.048	2.863	4.911	3.152	2.282	5.434	-1.104	581	-523	-0,21	0,11	-0,05
Interior	3.325	9.094	12.419	7.267	7.796	15.063	-3.942	1.298	-2.644	-0,37	0,08	-0,10
Distrito Federal	5.331	4.215	9.546	4.922	2.751	7.673	409	1.464	1.873	0,04	0,21	0,11
Centro-Oeste	21.481	62.441	83.922	38.221	56.844	95.065	-16.740	5.597	-11.143	-0,28	0,05	-0,06
Rms/c	10.414	16.420	26.834	17.282	16.314	33.596	-6.868	106	-6.762	-0,25	0,00	-0,11
Interior	11.067	46.021	57.088	20.939	40.530	61.469	-9.872	5.491	-4.381	-0,31	0,06	-0,04
Brasil	797.527	598.371	1.395.898	426.417	221.573	647.990	371.110	376.798	747.908	0,30	0,46	0,37
Rms/c	158.115	97.803	255.918	123.102	52.327	175.429	35.013	45.476	80.489	0,12	0,30	0,19
Interior	639.412	500.568	1.139.980	303.315	169.246	472.561	336.097	331.322	667.419	0,36	0,49	0,41

(*)Considera as 9 RM vigentes em 1991.

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970 a 1991 e Contagem da População de 1996; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Anexo 8

Principais Fluxos Migratórios segundo Situação Domiciliar

Estado de São Paulo (RMSP e Interior)

1981-1991

Fluxos	Urbano - Urbano	Urbano - Rural	Rural - Urbano	Rural - Rural	Total
SP->NE					
<10 anos	76,74	19,44	2,26	1,56	509.432
Retorno	73,41	22,63	2,22	1,74	319.319
RMSP->Interior NE					
<10 anos	72,18	24,70	1,72	1,40	336.321
Retorno	69,29	27,50	1,70	1,51	224.020
NE->SP					
<10 anos	59,86	1,74	34,91	1,89	1.343.499
Retorno	73,48	2,30	22,23	1,98	107.697
Interior NE->RMSP					
<10 anos	56,56	1,23	41,10	1,10	889.237
Retorno	64,00	1,09	34,20	0,71	50.565
Trocas Migratórias					
SP->NE	434.631	-75.602	457.555	17.482	816.584
RMSP->Interior NE	260.168	-72.083	359.704	5.127	552.916
SP->MG					
<10 anos	79,66	11,10	5,10	4,15	326.576
Retorno	78,62	12,22	5,56	3,61	167.754
RMSP->Interior MG					
<10 anos	85,95	11,07	1,88	1,11	163.639
Retorno	83,46	13,10	2,11	1,34	86.435
Interior SP->Interior MG					
<10 anos	66,94	13,53	9,92	9,44	122.223
Retorno	67,11	13,85	11,04	7,90	60.883
MG->SP					
<10 anos	59,52	3,56	29,77	6,15	475.269
Retorno	69,26	3,63	20,42	6,69	69.431
Interior MG->Interior SP					
<10 anos	56,16	5,20	28,11	10,53	244.943
Retorno	64,26	4,55	21,62	9,56	47.321
Interior MG->RMSP					
<10 anos	60,15	1,44	36,76	1,66	187.733
Retorno	73,03	1,52	24,61	0,84	14.146
Trocas Migratórias					
SP->MG	27.492	-19.307	124.820	15.686	148.691
RMSP->Interior MG	-27.735	-15.404	65.936	1.297	24.094
Interior SP->Interior MG	55.526	-3.795	12.126	14.265	122.720
SP->PR					
<10 anos	78,58	9,08	8,24	4,10	222.364
Retorno	75,20	10,55	9,66	4,59	93.307
RMSP->Interior PR					
<10 anos	85,12	10,49	2,62	1,77	87.200
Retorno	83,22	11,74	2,89	2,15	37.467
Interior SP->Interior PR					
<10 anos	66,12	11,84	13,64	8,41	84.453
Retorno	63,41	13,07	15,21	8,31	40.413
PR->SP					
<10 anos	52,83	5,42	31,47	10,28	357.486
Retorno	51,37	5,32	32,76	10,56	312.453
Interior PR->Interior SP					
<10 anos	46,22	6,47	33,53	13,77	308.966
Retorno	57,08	7,18	24,73	11,01	53.655
Interior PR->RMSP					
<10 anos	61,08	41,87	37,74	2,31	97.549
Retorno	66,25	2,83	28,38	2,54	13.661
Trocas Migratórias					
SP->PR	14.143	-833	100.590	29.397	135.122
RMSP->Interior PR	-25.850	-7.667	25.237	286	-7.994
Interior SP->Interior PR	58.134	5.888	72.198	27.194	163.413

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Anexo 9**Distribuição da Migração Interestadual segundo Idade - Principais Fluxos Migratórios**

Estado de São Paulo

1981-1991

Fluxos	Faixas Etárias					Total
	0-9	10-20	21-39	40-59	60 e +	
SP->NE						
<10 anos	21,07	22,01	40,54	13,33	3,04	100,00
Não Natural	39,82	31,21	20,25	7,15	1,57	100,00
Retorno	8,54	15,85	54,11	17,47	4,03	100,00
NE->SP						
<10 anos	13,01	25,23	52,31	7,55	1,90	100,00
Não Natural	12,77	24,85	52,87	7,58	1,94	100,00
Retorno	20,84	37,34	34,49	6,52	0,81	100,00
SP->MG						
<10 anos	18,40	23,34	38,25	15,32	4,69	100,00
Não Natural	27,93	30,30	28,41	10,05	3,32	100,00
Retorno	8,05	15,79	48,93	21,04	6,19	100,00
MG->SP						
<10 anos	13,54	25,03	47,81	10,41	3,20	100,00
Não Natural	13,37	24,25	49,05	10,12	3,22	100,00
Retorno	15,09	32,13	36,69	13,03	3,06	100,00
SP->Paraná						
<10 anos	18,23	23,59	38,98	14,45	4,75	100,00
Não Natural	22,52	21,16	32,03	17,53	6,76	100,00
Retorno	11,30	27,51	50,18	9,49	1,51	100,00

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Anexo 10**Principais Fluxos Migratórios segundo Alfabetização**

Estado de São Paulo

1981-1991

Fluxos	Proporção de Analfabetos				População Migr. Total (> 5 anos de idade) Analfabeta	% de Analfabetos no Total da população migrante (> 5 anos de idade)
	RM's / Capital RM's / Capital	RM's / Capital Interior	Interior RM's / Capital	Interior Interior		
SP->NE						
<10 anos	11,98	28,10	12,19	31,47	115.588	24,43
Não Natural	12,77	29,71	12,20	31,10	39.356	24,21
Retorno	11,26	27,32	12,16	31,67	76.698	24,56
NE->SP						
<10 anos	15,96	17,09	21,85	28,89	284.597	22,08
Não Natural	16,38	18,69	21,96	29,46	265.297	22,37
Retorno	7,54	3,57	16,90	13,84	12.988	12,70
SP->MG						
<10 anos	9,96	13,44	8,13	14,67	41.349	13,41
Não Natural	10,32	14,72	10,42	15,31	20.821	14,40
Retorno	9,57	12,22	6,00	13,97	20.423	12,42
MG->SP						
<10 anos	10,40	11,65	14,01	17,59	70.897	15,57
Não Natural	10,97	13,17	14,36	18,49	62.850	16,17
Retorno	5,08	4,89	7,72	11,75	6.791	10,13
SP->Paraná						
<10 anos	7,50	12,50	8,55	15,33	26.563	12,63
Não Natural	7,90	15,19	9,88	16,68	16.892	14,13
Retorno	6,45	8,58	5,84	13,56	9.398	10,33
Paraná->SP						
<10 anos	9,23	12,51	11,89	18,81	421.138	16,69
Não Natural	10,39	14,53	11,80	19,16	347.870	17,02
Retorno	3,73	4,96	12,78	16,53	73.814	14,49

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Anexo 11

Principais Correntes Migratórias segundo Escolarização (Grau da Última Série Concluída)*
Região Metropolitana de São Paulo e Interior
1981-1991

Escolaridade	Fluxos				RMSP-Interior Nordeste	
	RMSP-Interior Nordeste		Interior Nordeste-RMSP		< 10 anos	
	< 10 anos	Retorno	< 10 anos	Retorno	Trocas Migratórias	IEM
Analfabetos	28,10	27,32	21,85	16,90	99.583	0,36
Estudando	18,88	8,58	14,39	37,35	64.438	0,35
Curso Alf. de Adultos	0,67	0,93	0,32	0,14	626	0,13
Primário ou Elementar	19,14	24,61	12,93	7,04	51.132	0,30
Ginasial ou Médio 1o Ciclo	1,15	1,36	0,93	0,77	4.382	0,38
1o Grau	25,39	30,17	41,78	30,60	278.528	0,64
2o Grau	5,63	6,15	6,43	5,64	37.483	0,52
Colegial ou Médio 2o Ciclo	0,16	0,19	0,15	0,07	789	0,44
Superior	0,87	0,67	1,21	1,48	7.640	0,59
Mestrado ou Doutorado	0,03	0,01	0,01	0,00	15	0,08
Total	311.025	219.109	855.640	47.518	544.616	0,47

(Continua)

(Continuação)

Escolaridade	Fluxos				RMSP-Interior Minas Gerais	
	RMSP-Interior Minas Gerais		Interior Minas Gerais-RMSP		< 10 anos	
	< 10 anos	Retorno	< 10 anos	Retorno	Trocas Migratórias	IEM
Analfabetos	13,44	12,22	14,01	7,72	4.574	0,10
Estudando	25,66	10,74	16,54	37,94	-9.800	-0,14
Curso Alf. de Adultos	0,21	0,30	0,25	0,08	134	0,17
Primário ou Elementar	21,55	31,61	15,51	7,13	-5.291	-0,09
Ginasial ou Médio 1o Ciclo	3,71	4,36	1,48	2,45	-3.081	-0,37
1o Grau	22,41	27,03	39,93	24,27	37.691	0,35
2o Grau	7,00	7,75	8,20	10,83	4.015	0,15
Colegial ou Médio 2o Ciclo	1,44	1,65	0,51	2,02	-1.302	-0,41
Superior	4,43	4,20	3,47	6,93	-568	-0,04
Mestrado ou Doutorado	0,15	0,13	0,10	0,63	-50	-0,12
Total	155.133	85.099	181.461	13.832	26.322	0,08

(Continua)

(Continuação)

Escolaridade	Fluxos				Int São Paulo-Int Minas Gerais	
	Int São Paulo-Int Minas Gerais		Int Minas Gerais-Int São Paulo		< 10 anos	
	< 10 anos	Retorno	< 10 anos	Retorno	Trocas Migratórias	IEM
Analfabetos	14,67	13,97	17,59	11,75	24.187	0,42
Estudando	22,08	15,29	20,48	29,78	22.405	0,31
Curso Alf. de Adultos	0,32	0,38	0,34	0,29	433	0,37
Primário ou Elementar	18,89	23,38	17,17	15,21	18.347	0,30
Ginasial ou Médio 1o Ciclo	3,02	3,44	1,99	2,96	1.171	0,14
1o Grau	26,72	29,26	32,01	22,18	43.955	0,42
2o Grau	7,73	8,14	6,38	9,15	5.997	0,25
Colegial ou Médio 2o Ciclo	1,00	1,24	0,65	1,46	356	0,13
Superior	5,35	4,66	3,24	6,95	1.413	0,10
Mestrado ou Doutorado	0,22	0,26	0,15	0,27	97	0,16
Total	114.790	59.202	233.152	45.405	118.361	0,34

(Continua)

(Continuação)

Escolaridade	Fluxos				RMSP-Interior Paraná	
	RMSP-Interior Paraná		Interior Paraná-RMSP		< 10 anos	
	< 10 anos	Retorno	< 10 anos	Retorno	Trocas Migratórias	IEM
Analfabetos	12,50	8,58	13,14	12,78	-192	-0,01
Estudando	27,00	19,82	19,33	22,08	-4.565	-0,12
Curso Alf. de Adultos	0,27	0,14	0,19	0,16	-58	-0,15
Primário ou Elementar	20,11	20,03	15,17	24,39	-2.936	-0,10
Ginasial ou Médio 1o Ciclo	3,94	4,36	1,98	4,10	-1.392	-0,27
1o Grau	21,37	32,05	37,35	19,38	12.686	0,26
2o Grau	8,19	9,36	9,38	8,73	1.173	0,08
Colegial ou Médio 2o Ciclo	0,95	1,07	0,41	1,29	-356	-0,29
Superior	5,37	4,36	2,90	6,57	-1.668	-0,68
Mestrado ou Doutorado	0,30	0,23	0,13	0,50	-101	-0,26
Total	82.468	36.800	85.059	13.410	2.591	0,01

(Continua)

(Continuação)

Escolaridade	Fluxos				Int São Paulo-Interior Paraná	
	Int São Paulo-Interior Paraná		Int Paraná-Int São Paulo		< 10 anos	
	< 10 anos	Retorno	< 10 anos	Retorno	Trocas Migratórias	IEM
Analfabetos	15,33	10,90	18,81	16,53	42.880	0,63
Estudando	25,66	20,21	21,78	20,82	43.118	0,50
Curso Alf. de Adultos	0,21	0,16	0,41	0,67	1.055	0,76
Primário ou Elementar	19,46	21,84	17,34	0,28	35.134	0,52
Ginasial ou Médio 1o Ciclo	2,99	3,03	1,70	3,39	2.562	0,34
1o Grau	22,90	31,55	33,39	19,00	79.646	0,68
2o Grau	7,03	7,43	4,46	5,09	7.359	0,39
Colegial ou Médio 2o Ciclo	0,70	0,50	0,39	1,32	573	0,33
Superior	5,39	4,25	1,68	4,74	508	0,05
Mestrado ou Doutorado	0,33	0,14	0,04	0,18	-133	-0,33
Total	82.353	48.844	295.057	52.974	212.702	0,56

Nota: (*) População migrante com mais de 5 anos de idade.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Anexo 12

Principais Fluxos Migratórios Interestaduais segundo Grupos de Ocupação(*)

Estado de São Paulo

1981-1991

Grupos de Ocupação	Fluxos				São Paulo-Nordeste	
	São Paulo-Nordeste		Nordeste-São Paulo		< 10 anos	
	< 10 anos	Retorno	< 10 anos	Retorno	Trocas Migratórias	IEM
Administrativas	10,80	8,67	7,47	17,87	33.549	0,43
Técnicas, Científicas, Artísticas	6,96	5,74	2,26	9,62	2.575	0,08
Agricultura e Produção e Extração Vegetal e Animal	21,39	24,40	2,81	3,55	-23.046	-0,35
Produção Extrativa Mineral	0,32	0,31	0,14	0,00	393	0,23
Indústria de Transformação e Construção Civil	22,47	23,40	32,36	22,19	195.155	0,68
Comércio e Atividades Auxiliares	16,12	15,73	9,62	11,77	38.625	0,37
Transportes e Comunicação	49,50	4,93	3,28	3,05	14.316	0,41
Prestação de Serviços	12,05	12,19	25,86	19,80	168.151	0,77
Defesa Nacional	1,33	1,18	1,30	1,58	6.927	0,56
Outras Ocupações, Mal Definidas ou Não Declaradas	3,61	3,45	14,89	10,57	103.617	0,87
Total	205.718	169.614	745.960	44.088	540.262	0,57

(Continua)

(Continuação)

Grupos de Ocupação	Fluxos				São Paulo-Minas Gerais	
	São Paulo-Minas Gerais		Minas Gerais-São Paulo		< 10 anos	
	< 10 anos	Retorno	< 10 anos	Retorno	Trocas Migratórias	IEM
Administrativas	13,89	11,67	10,37	18,73	7.001	0,15
Técnicas, Científicas, Artísticas	7,90	6,46	5,62	11,47	3.264	0,13
Agricultura e Produção e Extração Vegetal e Animal	17,12	18,36	10,15	11,36	1.975	0,04
Produção Extrativa Mineral	0,58	0,58	0,18	0,31	-364	-0,29
Indústria de Transformação e Construção Civil	23,77	25,54	28,74	20,56	39.772	0,38
Comércio e Atividades Auxiliares	11,54	11,00	7,78	10,93	3.705	0,10
Transportes e Comunicação	5,23	5,51	3,27	4,69	1.031	0,07
Prestação de Serviços	14,64	15,73	22,48	14,57	36.588	0,47
Defesa Nacional	0,89	0,79	1,10	0,90	1.542	0,39
Outras Ocupações, Mal Definidas ou Não Declaradas	4,45	4,36	10,31	6,48	19.922	0,62
Total	138.391	90.063	252.830	31.200	114.436	0,57

(Continua)

(Continuação)

Grupos de Ocupação	Fluxos				São Paulo-Paraná	
	São Paulo-Paraná		Paraná-São Paulo		< 10 anos	
	< 10 anos	Retorno	< 10 anos	Retorno	Trocas Migratórias	IEM
Administrativas	16,56	13,53	8,97	13,30	3.774	0,11
Técnicas, Científicas, Artísticas	9,93	6,87	3,85	8,20	-1.097	-0,06
Agricultura e Produção e Extração Vegetal e Animal	15,55	19,31	16,30	13,30	20.982	0,41
Produção Extrativa Mineral	0,11	0,16	0,08	0,00	66	0,23
Indústria de Transformação e Construção Civil	20,58	22,42	28,54	24,52	43.162	0,52
Comércio e Atividades Auxiliares	12,23	11,01	8,33	9,75	6.566	0,22
Transportes e Comunicação	5,25	5,35	4,63	5,61	5.154	0,34
Prestação de Serviços	13,60	15,48	17,90	16,51	26.404	0,50
Defesa Nacional	0,82	0,69	1,01	1,19	1.434	0,47
Outras Ocupações, Mal Definidas ou Não Declaradas	5,37	5,17	10,40	7,60	17.791	0,63
Total	96.930	47.575	221.165	36.961	124.236	0,39

Nota: (*) Para a população migrante que declarou ter trabalhado nos últimos 12 meses antes do levantamento censitário de 1991.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Anexo 13

Principais Correntes Migratórias Interestaduais segundo Grupos de Ocupação*

RMSP e Interior

1981-1991

Grupos de Ocupação	RMSP->Interior NE		Interior NE->RMSP		< 10 anos	
	< 10 anos	Retorno	< 10 anos	Retorno	Trocas Migr.	IEM
Administrativas	7,94	7,22	7,20	13,35	25.790	0,54
Técnicas, Científicas, Artísticas	4,79	4,38	1,65	3,53	1.871	0,13
Agricultura e Produção e Extração Vegetal e Animal	27,68	29,78	0,83	0,90	-33.518	-0,80
Produção Extrativa Mineral	0,34	0,33	0,13	0,00	196	0,17
Indústria de Transformação Construção Civil	22,75	22,83	32,59	27,74	134.653	0,68
Comércio e Atividades Auxiliares	16,11	15,53	9,82	11,49	27.934	0,39
Transportes e Comunicação	4,73	4,63	3,33	3,86	10.455	0,45
Prestação de Serviços	11,40	11,24	26,57	22,80	119.553	0,79
Defesa Nacional	0,84	0,80	1,23	0,97	5.119	0,69
Outras ocupações, mal definidas ou não declaradas	3,43	3,26	16,64	15,34	79.937	0,89
Total	136.409	120.565	508.400	19.517	371.991	0,58

(Continua)

(Continuação)

Grupos de Ocupação	RMSP->Interior MG		Interior MG->RMSP		< 10 anos	
	< 10 anos	Retorno	< 10 anos	Retorno	Trocas Migr.	IEM
Administrativas	12,97	11,01	11,00	21,98	3.033	0,15
Técnicas, Científicas, Artísticas	6,60	5,56	4,87	13,55	772	0,09
Agricultura e Produção e Extração Vegetal e Animal	14,09	16,92	1,40	1,00	-7.863	-0,73
Produção Extrativa Mineral	0,69	0,71	0,19	0,69	-264	-0,40
Indústria de Transformação Construção Civil	25,60	26,14	28,39	19,07	13.053	0,28
Comércio e Atividades Auxiliares	13,70	12,36	8,15	10,83	-472	-0,03
Transportes e Comunicação	5,62	6,11	3,01	3,49	-546	-0,07
Prestação de Serviços	15,31	16,06	28,14	19,70	19.615	0,49
Defesa Nacional	0,75	0,67	1,23	0,54	808	0,45
Outras ocupações, mal definidas ou não declaradas	4,67	4,45	13,61	9,15	11.303	0,65
Total	66.342	46.147	105.780	6.307	39.438	0,23

(Continua)

(Continuação)

Grupos de Ocupação	InteriorSP->Interior MG		Interior MG->Interior SP		< 10 anos	
	< 10 anos	Retorno	< 10 anos	Retorno	Trocas Migr.	IEM
Administrativas	12,90	10,35	8,76	15,73	4.004	0,22
Técnicas, Científicas, Artísticas	8,31	7,08	5,11	9,91	1.908	0,17
Agricultura e Produção e Extração Vegetal e Animal	26,06	26,68	18,89	16,03	9.593	0,25
Produção Extrativa Mineral	0,57	0,52	0,16	0,25	-109	-0,21
Indústria de Transformação Construção Civil	21,61	24,28	29,69	21,54	25.607	0,52
Comércio e Atividades Auxiliares	8,75	8,60	7,20	10,50	4.296	0,31
Transportes e Comunicação	4,63	4,55	3,60	5,49	2.006	0,28
Prestação de Serviços	12,64	13,54	17,73	13,84	15.430	0,53
Defesa Nacional	0,78	0,44	0,89	0,90	703	0,45
Outras ocupações, mal definidas ou não declaradas	3,76	3,96	7,97	5,82	7.988	0,66
Total	54.432	32.211	125.856	21.420	71.424	0,40

(Continua)

(Continuação)

Grupos de Ocupação	RMSP->Interior PR		Interior PR->RMSP		< 10 anos	
	< 10 anos	Retorno	< 10 anos	Retorno	Trocas Migr.	IEM
Administrativas	16,15	14,80	12,93	14,99	625	0,05
Técnicas, Científicas, Artísticas	8,67	6,45	5,11	9,48	-612	-0,10
Agricultura e Produção e Extração Vegetal e Animal	14,58	16,80	3,34	8,40	-3.726	-0,52
Produção Extrativa Mineral	0,08	0,04	0,10	0,00	21	0,26
Indústria de Transformação Construção Civil	22,07	22,67	28,51	24,70	6.431	0,28
Comércio e Atividades Auxiliares	12,60	11,49	11,11	11,15	1.011	0,09
Transportes e Comunicação	5,45	5,77	4,90	4,89	487	0,11
Prestação de Serviços	15,22	16,97	20,47	15,48	4.853	0,30
Defesa Nacional	0,79	0,57	1,40	1,73	425	0,42
Outras ocupações, mal definidas ou não declaradas	4,39	4,44	12,14	9,17	4.608	0,58
Total	37.362	20.501	51.242	6.160	13.880	0,16

(Continua)

(Continuação)

Grupos de Ocupação	InteriorSP->Interior PR		Interior PR->Interior SP		< 10 anos	
	< 10 anos	Retorno	< 10 anos	Retorno	Trocas Migr.	IEM
Administrativas	13,51	9,74	6,74	9,84	5.206	0,34
Técnicas, Científicas, Artísticas	9,37	5,53	2,58	5,80	394	0,05
Agricultura e Produção e Extração Vegetal e Animal	24,34	28,73	21,63	17,23	23.949	0,56
Produção Extrativa Mineral	0,16	0,25	0,07	0,00	44	0,27
Indústria de Transformação Construção Civil	19,02	21,11	29,06	26,08	37.399	0,72
Comércio e Atividades Auxiliares	10,36	9,89	7,19	9,18	7.095	0,47
Transportes e Comunicação	5,29	4,82	4,55	5,92	4.979	0,55
Prestação de Serviços	12,34	14,22	17,13	17,32	21.614	0,70
Defesa Nacional	0,42	0,36	0,85	0,90	1.149	0,78
Outras ocupações, mal definidas ou não declaradas	5,20	5,35	10,19	7,74	13.666	0,77
Total	38.134	19.556	153.622	26.498	115.488	0,60

Nota: (*) População Migrante com mais de 10 anos de idade e < 10 anos de residência na UF atual que declarou ter trabalhado nos 12 meses anteriores ao levantamento censitário de 1991.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Anexo 14

Principais Correntes Migratórias segundo Rendimento Nominal Total Médio Mensal no Local de Residência Atual ^(*) (s.m.)
RMSP e Interior
1981-1991

Fluxos	Rendimento Nominal Total Médio Mensal (em Salários Mínimos)									
	Até 1	1,1 - 3,0	3,1 - 5,0	5,1 - 10	10,1 - 15	15,1 - 20	+ 20,0	S/Rend.	S/ Decl.	Total
RMSP->Interior NE										
<10 anos	50,90	33,55	4,80	3,35	0,88	0,23	0,43	4,01	1,85	136.409
Retorno	51,72	33,86	4,57	3,06	0,71	0,15	0,24	3,77	1,93	120.565
Interior NE->RMSP										
<10 anos	9,39	66,16	16,14	5,61	0,59	0,21	0,21	0,09	1,60	508.400
Retorno	12,37	60,41	13,30	9,61	1,00	0,37	1,05	0,03	1,86	19.517
Trocas Migratórias										
<10 anos	-21.673	290.589	75.518	23.941	1.820	749	477	2.650	5.595	371.991
RMSP->Interior MG										
<10 anos	38,03	36,87	9,00	8,62	2,07	1,23	1,61	1,52	1,05	66.342
Retorno	41,57	37,35	8,55	6,75	1,55	0,92	0,99	1,30	1,04	46.147
Interior MG->RMSP										
<10 anos	9,88	58,45	17,46	8,70	1,69	0,94	0,90	0,22	1,77	105.780
Retorno	8,30	45,88	16,16	12,99	4,12	4,75	4,46	0,20	3,15	6.307
Trocas Migratórias										
<10 anos	-14.779	37.366	12.503	3.482	412	175	116	-1.008	1.174	39.438
Interior SP->Interior MG										
<10 anos	35,11	38,62	8,96	7,96	2,89	1,33	2,10	1,64	1,39	54.432
Retorno	37,84	40,18	8,01	6,33	2,34	1,02	1,44	1,45	1,39	32.211
Interior MG->Interior SP										
<10 anos	19,60	55,57	12,84	6,80	1,84	0,66	0,96	0,73	1,01	125.856
Retorno	21,38	44,72	11,86	10,30	4,36	2,30	2,81	1,14	1,13	21.420
Trocas Migratórias										
<10 anos	5.562	8.119	11.277	4.226	739	102	66	23	508	71.424
RMSP->Interior PR										
<10 anos	28,08	41,34	11,17	9,43	3,12	1,62	1,61	2,79	0,84	37.362
Retorno	31,32	43,62	9,63	7,09	2,22	1,39	0,81	3,13	0,79	20.501
Interior PR->RMSP										
<10 anos	8,79	53,10	19,91	11,33	2,20	0,63	1,08	0,40	2,54	51.242
Retorno	8,17	50,34	15,39	13,68	5,02	1,47	3,61	0,22	2,12	6.160
Trocas Migratórias										
<10 anos	-5.987	11.766	6.031	2.285	-38	-280	-48	-836	987	13.880
Interior SP->Interior PR										
<10 anos	32,90	38,28	10,56	9,37	3,16	1,04	1,07	2,73	0,89	38.134
Retorno	40,09	39,63	8,00	6,00	1,46	0,52	0,59	3,13	0,58	19.556
Interior PR->Interior SP										
<10 anos	19,96	58,41	12,13	4,88	1,12	0,31	0,44	1,06	1,68	153.622
Retorno	19,87	49,91	13,80	9,15	2,86	0,72	1,14	0,71	1,84	29.498
Trocas Migratórias										
<10 anos	18.110	75.142	14.613	3.918	519	83	271	589	2.243	115.488

Nota: (*) População Migrante com mais de 10 anos de idade que declarou ter trabalhado nos 12 meses anteriores ao levantamento censitário de 1991.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP..

Anexo 15

Distribuição da Emigração(*) da Região Metropolitana de São Paulo segundo UF's de Nascimento
Regiões de Governo do Estado de São Paulo
1981-1991

Região de Residência Atual (RG's)	UF's de Nascimento						
	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	São Paulo	Sul	Centro-Oeste
RG de Registro	11.097	0,23	16,95	7,89	69,54	5,10	0,29
RG de Santos	74.766	0,29	17,19	6,03	72,44	3,19	0,86
RG de Caraguatatuba	14.206	0,28	16,54	8,20	71,29	3,45	0,24
RG de Cruzeiro	1.811	0,33	4,97	20,21	71,92	1,45	1,12
RG de Guaratinguetá	5.401	0,00	5,77	15,79	75,04	2,78	0,61
RG de São José dos Campos	33.400	0,33	13,30	16,19	65,02	4,59	0,55
RG de Taubaté	16.938	0,07	12,11	12,70	74,43	3,42	0,68
RG de Avaré	8.166	0,23	6,69	3,75	82,22	6,69	0,44
RG de Botucatu	8.160	0,13	9,55	6,41	76,77	6,94	0,20
RG de Itapetininga	14.245	0,40	4,54	5,83	77,27	6,01	0,70
RG de Itapeva	5.456	0,00	10,83	7,95	71,76	8,27	0,60
RG de Sorocaba	52.479	0,11	15,57	6,70	68,49	8,48	0,65
RG de Bragança Paulista	26.385	0,18	11,96	8,24	74,48	4,59	0,55
RG de Campinas	100.953	0,18	14,78	10,16	64,82	9,16	0,91
RG de Jundiaí	26.906	0,32	17,15	9,33	65,44	6,93	0,81
RG de Limeira	13.434	0,03	16,90	10,22	63,60	8,48	0,78
RG de Piracicaba	12.515	0,14	12,16	9,20	70,15	8,29	0,06
RG de Rio Claro	6.525	0,21	8,92	6,45	77,73	5,15	1,41
RG de São João da Boa Vista	11.249	0,19	7,42	13,90	74,11	4,20	0,17
RG de Ribeirão Preto	27.080	0,09	10,63	9,62	74,67	4,12	0,87
RG de Bauru	17.247	0,14	8,80	4,00	81,07	4,62	1,36
RG de Jaú	6.695	0,00	12,13	5,09	77,60	4,73	0,44
RG de Lins	5.665	0,00	9,30	3,32	83,37	2,67	1,33
RG de Catanduva	5.613	0,00	5,40	3,89	85,39	4,02	1,29
RG de Fernandópolis	3.971	0,20	7,40	10,66	77,30	1,35	3,09
RG de Jales	4.453	0,30	12,50	8,89	76,51	0,44	1,37
RG de São José do Rio Preto	21.784	0,17	7,40	6,20	80,91	3,77	1,55
RG de Votuporanga	5.042	0,25	8,14	8,10	79,73	2,65	1,13
RG de Andradina	5.037	0,72	16,15	5,37	69,46	3,91	4,39
RG de Araçatuba	13.485	0,06	11,54	5,34	77,20	3,89	1,97
RG de Adamantina	3.620	0,00	7,55	4,37	80,37	6,09	1,62
RG de Dracena	3.565	0,13	17,02	5,41	71,95	2,82	2,66
RG Presidente Prudente	14.731	0,39	13,08	4,78	70,18	9,66	1,89
RG de Assis	7.105	0,00	6,84	6,08	79,18	6,89	1,01
RG de Marília	11.541	0,63	8,59	6,07	80,03	3,70	0,97
RG de Ourinhos	7.986	0,00	1,82	3,41	76,69	12,87	0,70
RG de Tupã	3.775	0,00	3,12	2,50	75,62	6,29	2,47
RG de Araraquara	13.860	0,12	12,38	5,95	72,12	8,61	0,82
RG de São Carlos	10.133	0,41	10,38	7,71	72,70	7,92	0,88
RG de Barretos	9.557	0,12	10,27	8,33	73,16	4,99	3,14
RG de Franca	8.561	0,00	7,30	32,54	55,03	3,72	1,41
RG de São Joaquim da Barra	1.383	0,00	5,66	5,01	77,93	6,18	5,99
Total	655.981	0,20	13,25	8,93	73,75	6,17	1,00

Nota: (*) População não-natural no município de residência atual.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Anexo 16

Emigrantes da Região Metropolitana de São Paulo segundo Escolarização e Tipo de Movimento Migratório por Situação Domiciliar
Interior do Estado de São Paulo
1981-1991

Escolarização (*)	Urbano- Urbano	Rural- Urbano	Urbano- Rural	Rural- Rural	Total
Não-Naturais (**)	500.999	13.615	36.028	5.377	556.019
Sem Instrução	4,53	4,07	5,1	5,67	4,57
Primário (Completo e Incompleto)	41,91	55,51	53,14	70,21	43,24
Ginásio (Completo e Incompleto)	28,42	26,04	25,61	17,65	28,08
Colegial (Completo e Incompleto)	14,93	9,52	10,1	3,72	14,38
Superior (Completo e Incompleto)	9,94	4,62	5,6	1,93	9,45
Retorno	57.121	1.482	3.372	427	62.402
Sem Instrução	2,53	0,27	2,05	9,6	2,5
Primário (Completo e Incompleto)	37,56	50,13	50,98	70,96	38,82
Ginásio (Completo e Incompleto)	25,22	28,14	22,54	12,17	25,06
Colegial (Completo e Incompleto)	18,81	17,68	15,33	4,69	18,5
Superior (Completo e Incompleto)	15,65	3,78	8,96	2,58	14,92

Notas: (*) Não se apresenta a participação de não determinados e alfabetização de adultos, embora presentes na distribuição relativa da estrutura de escolarização da população migrante.

(**) Corresponde à população migrantes com mais de 5 anos de idade que sabe ler e escrever.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Anexo 17
Movimento Migratório Intra-estadual (*)

1981-1991

Regiões	Intra-estadual			Prop. Retorno Intra-estadual	Inter-regional			Prop. Retorno Inter-regional
	Não-Naturais	Retorno	Total		Não-Naturais	Retorno	Total	
Estado de SP	3.703.347	320.663	4.024.010	7,97	2.013.004	211.424	2.293.028	9,50
Interior de SP	2.410.470	256.061	2.666.531	9,60	1.614.390	176.400	1.839.390	9,85
RMSP	1.292.877	64.602	1.357.479	4,76	398.614	35.024	433.638	8,08
RG de Registro	33.690	4.306	37.996	11,33	22.388	2.429	24.817	9,79
RGSantos	199.466	10.785	210.251	5,13	117.345	5.687	123.032	4,62
RG Caragatatuba	31.139	1.444	32.583	4,43	28.415	1.139	29.554	3,85
RG de Cruzeiro	7.733	1.613	9.346	17,26	5.726	1.403	7.129	19,68
RG de Guaratinguetá	24.332	6.109	30.441	20,07	14.115	4.271	18.386	23,23
RG de São José dos Campos	83.749	5.514	89.263	6,18	69.028	3.704	72.732	5,09
RG de Taubaté	53.135	5.899	59.034	9,99	38.195	4.082	42.277	9,66
RG de Avaré	33.602	6.298	39.900	15,78	21.207	4.364	25.571	17,07
RG de Botucatu	30.984	5.409	36.393	14,86	24.331	4.383	28.714	15,26
RG de Itapetininga	48.445	7.234	55.679	12,99	40.728	5.509	46.237	11,91
RG de Itapeva	33.079	7.436	40.515	18,35	18.558	4.744	23.302	20,36
RG de Sorocaba	157.335	10.028	167.363	5,99	122.842	7.124	129.966	5,48
RG de Bragança Paulista	54.432	5.428	59.860	9,07	44.694	3.957	48.651	8,13
RG de Campinas	361.304	14.273	375.577	3,80	254.035	9.177	263.212	3,49
RG de Jundiaí	96.788	3.173	99.961	3,17	60.484	2.277	62.761	3,63
RG de Limeira	50.807	6.004	56.811	10,57	43.038	4.730	47.768	9,90
RG de Piracicaba	44.765	5.428	50.193	10,81	36.727	4.265	40.992	10,40
RG de Rio Claro	27.454	3.014	30.468	9,89	24.299	2.623	26.922	9,74
RG de São João da Boa Vista	47.965	8.548	56.513	15,13	27.418	5.686	33.104	17,18
RG de Ribeirão Preto	106.100	11.278	117.378	9,61	77.136	7.562	84.698	8,93
RG de Bauru	75.461	8.556	84.017	10,18	56.470	6.326	62.796	10,07
RG de Jau	26.436	5.124	31.560	16,24	18.432	3.862	22.294	17,32
RG de Lins	25.687	4.795	30.482	15,73	18.344	3.660	22.004	16,63
RG de Catanduva	33.459	5.215	38.674	13,48	20.322	3.292	23.614	13,94
RG de Fernandópolis	19.572	2.682	22.254	12,05	14.160	1.741	15.901	10,95
RG de Jales	26.556	3.491	30.047	11,62	15.514	2.237	17.751	12,60
RG de São José do Rio Preto	106.915	11.485	118.400	9,70	71.143	6.878	78.021	8,82
RG de Votuporanga	28.271	4.118	32.389	12,71	20.619	2.872	23.491	12,23
RG de Andradina	26.997	3.955	30.952	12,78	19.078	2.791	21.869	12,76
RG de Araçatuba	66.738	10.745	77.483	13,87	44.158	7.297	51.455	14,18
RG de Adamantina	22.722	3.479	26.201	13,28	13.119	2.298	15.417	14,91
RG de Dracena	24.385	2.670	27.055	9,87	13.886	1.760	15.646	11,25
RG de Presidente Prudente	70.987	11.264	82.251	13,69	34.822	6.707	41.529	16,15
RG de Assis	28.547	6.227	34.774	17,91	19.280	4.725	24.005	19,68
RG de Marília	46.033	6.492	52.525	12,36	32.244	5.305	37.549	14,13
RG de Ourinhos	24.322	4.288	28.610	14,99	17.610	3.291	20.901	15,75
RG de Tupã	24.692	2.843	27.535	10,33	17.642	2.229	19.871	11,22
RG de Araraquara	65.284	7.792	73.076	10,66	46.851	5.828	52.679	11,06
RG de São Carlos	38.762	4.425	43.187	10,25	31.855	3.397	35.252	9,64
RG de Barretos	47.277	8.696	55.973	15,54	32.569	5.786	38.355	15,09
RG de Franca	43.651	6.460	50.111	12,89	26.896	3.682	30.578	12,04
RG de São Joaquim da Barra	11.412	2.038	13.450	15,15	7.267	1.320	8.587	15,37

(Continua)

Anexo 18

Movimento Migratório Inter-regional

Regiões de Governo do Estado de São Paulo

1981-1991

Regiões	Movimento Inter-regional*				Movimento com a RMSP			Inter-regional sem a RMSP			
	Imigração	Emigração	Trocas Migratórias	IEM	Imigração	Emigração	Trocas Migratórias	Imigração	Emigração	Trocas Migratórias	IEM
Estado de SP	2.293.028	1.903.120	389.908	0,09	723.007	433.640	289.367	1.570.021			1,00
Interior de SP	1.859.390	1.180.117	679.273	0,22	723.007	230.354	492.653	1.136.383	1.136.383	0	0,00
RMSP	433.638	723.003	-289.365	-0,25	0	0	0				
RG de Registro	24.817	21.141	3.676	0,08	12.087	5.791	6.296	12.730	15.350	-2.620	-0,09
RG Santos	123.032	59.750	63.282	0,35	77.814	26.772	51.042	45.218	32.978	12.240	0,16
RG Caraguatatuba	29.554	11.514	18.040	0,44	14.505	2.547	11.958	15.049	8.967	6.082	0,25
RG de Cruzeiro	7.129	8.754	-1.625	-0,10	2.264	2.104	160	4.865	6.650	-1.785	-0,16
RG de Guaratinguetá	18.386	19.711	-1.325	-0,03	7.183	4.510	2.673	11.203	15.201	-3.998	-0,15
RG de São José dos Campos	72.732	33.651	39.081	0,37	34.893	10.224	24.669	37.839	23.427	14.412	0,24
RG de Taubaté	42.277	24.727	17.550	0,26	18.376	6.378	11.998	23.901	18.349	5.552	0,13
RG de Avaré	25.571	28.140	-2.569	-0,05	9.904	4.448	5.456	15.667	23.692	-8.025	-0,20
RG de Botucatu	28.714	18.173	10.541	0,22	9.844	2.847	6.997	18.870	15.326	3.544	0,10
RG de Itapetininga	46.237	22.136	24.101	0,35	16.187	3.565	12.622	30.050	18.571	11.479	0,24
RG de Itapeva	23.302	31.189	-7.887	-0,14	6.976	3.868	3.108	16.326	27.321	-10.995	-0,25
RG de Sorocaba	129.966	53.245	76.721	0,42	55.463	13.850	41.613	74.503	39.395	35.108	0,31
RG de Bragança Paulista	48.651	21.531	27.120	0,39	28.552	6.036	22.516	20.099	15.495	4.604	0,13
RG de Campinas	263.212	97.364	165.848	0,46	103.878	18.860	85.018	159.334	78.504	80.830	0,34
RG de Jundiaí	62.761	33.237	29.524	0,31	27.789	7.060	20.729	34.972	26.177	8.795	0,14
RG de Limeira	47.768	27.110	20.658	0,28	14.678	3.504	11.174	33.090	23.606	9.484	0,17
RG de Piracicaba	40.992	25.539	17.453	0,27	14.108	3.523	10.585	26.884	20.016	6.868	0,15
RG de Rio Claro	26.922	14.620	12.302	0,30	7.371	2.016	5.355	19.551	12.604	6.947	0,22
RG de São João da Boa Vista	33.104	24.309	8.795	0,15	13.653	3.595	10.058	19.451	20.714	-1.263	-0,03
RG de Ribeirão Preto	84.698	52.503	32.195	0,23	29.890	9.142	20.748	54.808	43.361	11.447	0,12
RG de Bauru	62.796	38.688	24.108	0,24	19.444	6.832	12.612	31.856	11.496	11.496	0,15
RG de Jau	22.294	17.704	4.590	0,11	8.313	3.147	5.166	13.981	14.557	-576	-0,02
RG de Lins	22.004	21.419	585	0,01	6.809	3.996	2.813	15.195	17.423	-2.228	-0,07
RG de Catanduva	23.614	22.486	1.128	0,02	6.692	3.262	3.430	16.922	19.224	-2.302	-0,06
RG de Fernandópolis	15.901	16.622	-721	-0,02	4.457	1.238	3.219	11.444	15.384	-3.940	-0,15
RG de Jales	17.751	26.073	-8.322	-0,19	5.031	2.235	2.796	12.720	23.838	-11.118	-0,30
RG de São José do Rio Preto	78.021	38.051	39.970	0,34	24.517	5.751	18.766	53.504	32.300	21.204	0,25
RG de Votuporanga	23.491	20.703	2.788	0,06	5.687	1.498	4.189	17.804	19.205	-1.401	-0,04
RG de Andradina	21.869	22.131	-262	-0,01	5.976	3.115	2.861	15.893	19.016	-3.123	-0,09
RG de Araçatuba	51.455	40.950	10.505	0,11	16.337	8.789	7.548	35.118	32.161	2.957	0,04
RG de Adamantina	15.417	28.173	-12.756	-0,29	4.341	3.500	841	11.076	24.673	-13.597	-0,38
RG de Dracena	15.646	20.158	-4.512	-0,13	4.214	2.882	1.332	11.432	17.276	-5.844	-0,20
RG de Presidente Prudente	41.529	35.671	5.858	0,08	18.010	10.529	7.481	23.519	25.142	-1.623	-0,03
RG de Assis	24.005	18.713	5.292	0,12	9.374	4.198	5.176	14.631	14.515	116	0,00
RG de Marília	37.549	36.615	934	0,01	13.669	6.636	7.033	23.880	29.979	-6.099	-0,11
RG de Ourinhos	20.901	22.695	-1.794	-0,04	9.470	4.079	5.391	11.431	18.616	-7.185	-0,24
RG de Tupã	19.871	23.579	-3.708	-0,09	4.433	3.977	456	15.438	19.602	-4.164	-0,12
RG de Araçuaia	52.679	31.390	21.289	0,25	15.940	4.296	11.644	36.739	27.094	9.645	0,15
RG de São Carlos	35.252	19.083	16.169	0,30	11.406	2.941	8.465	23.846	16.142	7.704	0,19
RG de Barretos	38.355	26.769	11.586	0,18	11.838	3.446	8.392	26.517	23.323	3.194	0,06
RG de Franca	30.578	18.902	11.676	0,24	9.915	2.949	6.966	20.663	15.953	4.710	0,13
RG de São Joaquim da Barra	8.587	7.198	1.389	0,09	1.719	418	1.301	6.868	6.780	88	0,01
Sem Especificação		389.908				205.286			186.620		

Nota: (*) População com menos de 10 anos de residência no município atual. Inclui não-natural e retorno.

(**) Exclui ignorado e país estrangeiro.

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

(Continuação)

Regiões	Intra-regional			Prop. Retorno Intra-regional	Dist. no Total da Intraestadual	
	Não-Naturais	Retorno	Total		Inter-regional	Intra-regional
Estado de SP	1.690.343	109.239	1.799.582	6,07	55,28	44,72
Interior de SP	796.080	79.661	875.741	9,10	67,16	32,84
RMSP	894.263	29.578	923.841	3,20	31,94	68,06
RG de Registro	11.302	1.877	13.179	14,24	65,31	34,69
RGSantos	82.121	5.098	87.219	5,85	58,52	41,48
RG Caraguatatuba	2.724	305	3.029	10,07	90,70	9,30
RG de Cruzeiro	2.007	210	2.217	9,47	76,28	23,72
RG de Guaratinguetá	10.217	1.838	12.055	15,25	60,40	39,60
RG de São José dos Campos	14.721	1.810	16.531	10,95	81,48	18,52
RG de Taubaté	14.940	1.817	16.757	10,84	71,61	28,39
RG de Avaré	12.395	1.934	14.329	13,50	64,09	35,91
RG de Botucatu	6.653	1.026	7.679	13,36	78,90	21,10
RG de Itapetininga	7.717	1.725	9.442	18,27	83,04	16,96
RG de Itapeva	14.521	2.692	17.213	15,64	57,51	42,49
RG de Sorocaba	34.493	2.904	37.397	7,77	77,66	22,34
RG de Bragança Paulista	9.738	1.471	11.209	13,12	81,27	18,73
RG de Campinas	107.269	5.096	112.365	4,54	70,08	29,92
RG de Jundiaí	36.304	896	37.200	2,41	62,79	37,21
RG de Limeira	7.769	1.274	9.043	14,09	84,08	15,92
RG de Piracicaba	8.038	1.163	9.201	12,64	81,67	18,33
RG de Rio Claro	3.155	391	3.546	11,03	88,36	11,64
RG de São João da Boa Vista	20.547	2.862	23.409	12,23	58,58	41,42
RG de Ribeirão Preto	28.964	3.716	32.680	11,37	72,16	27,84
RG de Bauru	18.991	2.230	21.221	10,51	74,74	25,26
RG de Jaú	8.004	1.262	9.266	13,62	70,64	29,36
RG de Lins	7.343	1.135	8.478	13,39	72,19	27,81
RG de Catanduva	13.137	1.923	15.060	12,77	61,06	38,94
RG de Fernandópolis	5.412	941	6.353	14,81	71,45	28,55
RG de Jales	11.042	1.254	12.296	10,20	59,08	40,92
RG de São José do Rio Preto	35.772	4.607	40.379	11,41	65,90	34,10
RG de Votuporanga	7.652	1.246	8.898	14,00	72,53	27,47
RG de Andradina	7.919	1.164	9.083	12,82	70,65	29,35
RG de Araçatuba	22.580	3.448	26.028	13,25	66,41	33,59
RG de Adamantina	9.603	1.181	10.784	10,95	58,84	41,16
RG de Dracena	10.499	910	11.409	7,98	57,83	42,17
RG de Presidente Prudente	36.165	4.557	40.722	11,19	50,49	49,51
RG de Assis	9.267	1.502	10.769	13,95	69,03	30,97
RG de Marília	13.789	1.187	14.976	7,93	71,49	28,51
RG de Ourinhos	6.712	997	7.709	12,93	73,05	26,95
RG de Tupã	7.050	641	7.691	8,33	72,17	27,83
RG de Araraquara	18.433	1.964	20.397	9,63	72,09	27,91
RG de São Carlos	6.907	1.028	7.935	12,96	81,63	18,37
RG de Barretos	14.708	2.910	17.618	16,52	68,52	31,48
RG de Franca	16.755	2.778	19.533	14,22	61,02	38,98
RG de São Joaquim da Barra	4.145	718	4.863	14,76	63,84	36,16

Nota: (*) População com menos de 10 anos de residência no município atual. Inclui não-natural e retorno.

(**) Exclui sem especificação, ignorado e país estrangeiro.

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

Anexo 19
Movimento Pendular no Estado de São Paulo
1980

Regiões de Governo	Total Geral		Intraregional	Total (sem Intraregional)		Movimentos Pendulares com a RMSP	
	Entra	Sai		Entra	Sai	Sai para RMSP	Entra para RMSP
Adamantina	1.336	2.038	800	536	1.238	335	54
São José do Rio Preto	7.135	9.069	4.875	2.260	4.194	1.096	144
São João da Boa Vista	5.342	7.623	3.752	1.590	3.871	1.049	287
Bragança Paulista	5.433	5.647	2.610	2.823	3.037	1.616	1.056
Avaré	1.665	2.511	851	814	1.660	622	111
Piracicaba	9.668	6.448	3.583	6.085	2.865	639	632
Bauri	10.710	9.411	6.046	4.664	3.365	995	331
Presidente Prudente	6.431	8.008	4.816	1.615	3.192	1.361	338
Barretos	3.392	4.519	1.817	1.575	2.702	581	111
Ribeirão Preto	22.606	20.144	15.287	7.319	4.857	1.559	834
Araçatuba	5.900	7.070	3.496	2.404	3.574	1.254	127
Votuporanga	1.530	2.279	595	935	1.684	451	25
Marília	4.177	4.149	2.152	2.025	1.997	579	208
Campinas	73.573	73.744	57.306	16.267	16.438	5.560	3.484
Araraquara	7.535	8.708	4.241	3.294	4.467	1.015	244
Rio Claro	1.796	5.028	797	999	4.231	861	116
Andradina	2.280	4.362	1.519	761	2.843	825	75
Itapetininga	2.785	4.794	1.305	1.480	3.489	1.319	229
Botucatu	2.875	4.678	1.126	1.749	3.552	918	264
Guaratinguetá	8.752	12.467	6.952	1.800	5.515	1.282	259
Jales	1.479	2.087	886	593	1.201	332	42
Itapeva	1.368	1.598	558	810	1.040	481	134
Sorocaba	21.839	25.673	15.768	6.071	9.905	6.387	2.305
Franca	2.999	4.498	2.032	967	2.466	497	73
Limeira	8.817	8.350	3.491	5.326	4.859	979	313
Cruzeiro	1.461	2.046	596	865	1.450	264	116
Catanduva	2.427	3.422	1.562	865	1.860	507	56
RMSP	810.246	780.340	752.881	57.365	27.459		
Assis	2.445	2.579	1.210	1.235	1.369	471	144
Jaú	6.820	7.126	4.865	1.955	2.261	441	153
Registro	2.469	2.620	1.050	1.419	1.570	596	379
Tupã	1.207	1.862	423	784	1.439	519	100
Ourinhos	2.108	3.418	1.512	596	1.906	649	75
Jundiaí	19.013	22.373	13.820	5.193	8.553	5.618	2.148
São José dos Campos	19.926	18.954	11.974	7.952	6.980	2.808	2.273
Lins	3.049	3.217	1.485	1.564	1.732	480	158
Taubaté	15.399	13.874	7.627	7.772	6.247	1.457	1.048
Caraguata	2.461	1.519	917	1.544	602	179	462
Santos	90.861	94.312	83.319	7.542	10.993	9.396	5.564
São Carlos	5.062	5.779	1.846	3.216	3.933	618	552
Dracena	1.135	1.734	719	416	1.015	427	55
Fernadópolis	1.592	2.191	991	601	1.200	167	41
São Joaquim da Barra	2.317	3.100	1.627	690	1.473	175	20
Sem Especificação	3.948		3.948	3.948			
Total	1.215.369	1.215.369	1.035.085	180.284	180.284	57.365	27.459

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1980; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.